

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LEONARDO VIEIRA DE OLIVEIRA

**DA "PLANTA EXÓTICA" AO EXCEPCIONALISMO BRASILEIRO:
A MISSÃO CARNEIRO LEÃO AO PRATA E A
IDENTIDADE INTERNACIONAL SAQUAREMA
(1851-1852)**

NITERÓI

2018

LEONARDO VIEIRA DE OLIVEIRA

**DA "PLANTA EXÓTICA" AO EXCEPCIONALISMO BRASILEIRO:
A MISSÃO CARNEIRO LEÃO AO PRATA E A
IDENTIDADE INTERNACIONAL SAQUAREMA
(1851-1852)**

Dissertação de Mestrado
apresentada ao curso de Pós-
Graduação em História, da
Universidade Federal Fluminense
como requisito para obtenção do grau
de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães

Niterói
2018

LEONARDO VIEIRA DE OLIVEIRA

**DA "PLANTA EXÓTICA" AO EXCEPCIONALISMO BRASILEIRO:
A MISSÃO CARNEIRO LEÃO AO PRATA E A
IDENTIDADE INTERNACIONAL SAQUAREMA (1851-1852)**

Banca Examinadora

Prof.º Dr. Carlos Gabriel Guimarães (Orientador)

Prof. Dr. Ricardo Henrique Salles (Arguidor)

Prof.º Dr. Bernardo Kocher (Arguidor)

Niterói
2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

048' Oliveira, Leonardo Vieira de

Da 'planta exótica' ao excepcionalismo brasileiro: a missão Carneiro Leão ao Prata e a identidade internacional saquarema (1851-1852) / Leonardo Vieira de Oliveira ; Carlos Gabriel Guimarães, orientador ; Gisele Martis Venâncio, coorientador. Niterói, 2018. 224 p.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2018.m.12180321708>

1. Excepcionalismo. 2. Império. 3. Prata. 4. Saquarema. 5. Produção intelectual. I. Título II. Guimarães, Carlos Gabriel, orientador. III. Venâncio, Gisele Martis, coorientador. IV. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História.

CDD -

Para minha mãe, Maria Lúcia Iecker
Vieira, e para meu tio, Mauro Luiz Iecker
Vieira, por sempre me apoiarem
incondicionalmente em meus estudos.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Maria Lúcia, e ao meu tio, Mauro Vieira, por nunca deixarem faltar um recurso sequer, quando se trata dos meus estudos. Todo o conhecimento que adquiri em minha jornada, sem exceção, foi fruto da dedicação e atenção com que me acompanharam. Esta dissertação representa o meu profundo agradecimento. A eles, muito obrigado!

Aos meus avós, Noemia Iecker e Mauro Vieira que, mesmo não estando mais entre nós, com certeza me acompanham nessa batalha diária. O exemplo de caráter, amor familiar e carinho que aqui deixaram me inspiram todo dia, sempre na hora que acordo. A meu avô, especialmente, por deixar um rico e raro acervo de obras historiográficas que, sem dúvida, despertou minha curiosidade pela História.

À minha irmã, Júlia, e meu cunhado, Paulo Enrique, por sempre estarem dispostos a ouvir minhas inquietações e sempre me acalmarem, indicando um caminho. Agradeço, principalmente, por eles me darem um presente chamado Luisa, minha amada sobrinha e afilhada.

À minha madrinha *de facto*, Isabel, por me iniciar no mundo das letras e ajudar a desenvolver minha escrita. Posso dizer que nossas aulas dos tempos de colégio me servirão para toda a vida.

À minha companheira Letícia, por me aconselhar em todos os meus passos e também acompanhar minha trajetória de estudos. Se cheguei onde estou, certamente sua presença em minha vida foi fundamental. Espero retribuir o fiel e obstinado carinho com que fui presenteado todos esses anos.

À Capes e ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense pelo financiamento e disponibilidade acadêmica para realização desta pesquisa, mesmo em tempos de severos cortes orçamentários à Ciência.

Ao professor Carlos Gabriel Guimarães, pelo zelo e disposição em tempo integral em me orientar, às vezes tendo a paciência de me indicar pontos triviais na pesquisa em História. Tenho certeza de que fui privilegiado ao iniciar minha vida acadêmica com Gabriel. Sentirei

falta de nossas conversas matinais no Starbucks e espero que ainda possamos marcar algumas outras, mesmo que seja para jogar conversa fora.

Ao professor Ricardo Salles, por me ajudar a delimitar o objeto de pesquisa ainda quando eu era somente um interessado estudante em História. Seus conselhos e suas obras foram decisivos para o resultado final. A ele, meu eterno agradecimento!

Ao professor Bernardo Kocher, por se dispor a vir a Niterói apenas para fazer leituras quinzenais sobre obras de política externa brasileira comigo. Para mim, foi um privilégio ter aulas praticamente particulares com um dos maiores especialistas na temática.

Aos meus amigos Vitor, Rafael, Gabi, Roberto, Sandro, Flávio, e outros que sempre debateram comigo os caminhos e meandros da vida acadêmica. Nossas conversas na mesa de bar, antes de ser mero tempo de lazer, foram um profundo aprendizado para mim. Que venham mais "saideiras".

Ao "arquivista Fred", do Arquivo Histórico do Itamaraty, por me ajudar com algumas caligrafias e entender a disposição do rico acervo diplomático.

RESUMO

Esta dissertação buscou introduzir o conceito do excepcionalismo brasileiro, entendido como a vertente internacional dos princípios saquaremas de Ordem e Civilização, trabalhados por Ilmar Rohloff de Mattos em seu clássico *O tempo saquarema*.

Partindo do princípio de que política interna e política externa são esferas indissociáveis e sobrepostas, este trabalho tentou apresentar a ação platina do Império brasileiro como uma continuação do movimento reacionário de consolidação e centralização do Estado empreendido pelo grupo político que teve como base material a cafeicultura escravista do Vale do Paraíba. Ao resgatarem o simbolismo dos valores monárquicos e levantarem as bandeiras de Ordem e Civilização, os saquaremas acabaram por criar um discurso civilizatório que justificou as intervenções platinas a partir de 1851. Nesse contexto, estudou-se a missão de Honório Hermeto Carneiro Leão - expoente saquarema - ao Uruguai e Argentina a partir da análise desse discurso, algo surpreendentemente pouco explorado na historiografia.

Palavras-chave: excepcionalismo; Prata; Império do Brasil; intervenção; civilização

ABSTRACT

This research sheds light on the concept of "Brazilian exceptionalism", which can be understood as the international aspect of the saquarema principles of Order and Civilization, developed by Ilmar Rohloff de Mattos in his classic *O tempo saquarema*. Assuming that internal politics and foreign policy are inseparable and overlapping spheres, this work tries to understand the Prataintervention of the Brazilian Empire as a continuation of the reactionary movement of consolidation and centralization of the State undertaken by the political group that had as its material basis the slave coffee of the Paraíba Valley. By salvaging the symbolism of monarchic values and raising the flags of Order and Civilization, the saquaremas ended up creating a civilizing discourse that justified foreign interventions in the Prata region, between 1851 and 1870. In this context, this work sought to analyse the mission of Honório Hermeto Carneiro Leão - one of the saquarema's leader - to Uruguay and Argentina from the perspective of this discourse, something surprisingly little explored in the historiography.

Key-words: excepcionalism; Prata; Brazilian Empire; intervention; civilization

(SUMÁRIO)

RESUMO	5
INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 - Os dois lavradores: o excepcionalismo do Império na historiografia	21
1.1 Primeiros relatos historiográficos da guerra contra Oribe e Rosas.....	21
1.2 Pilares do Excepcionalismo Brasileiro	29
1.3 O excepcionalismo na historiografia sobre o Prata.....	32
1.4 Rumo à historiografia das relações exteriores.....	38
Conclusões.....	47
CAPÍTULO 2 - Nasce o Império "pacificador" nos trópicos?.....	49
2.1 Restauração Bragantina e primórdios da ocupação platina	49
2.2 O Império nos trópicos	58
2.3 As independências no Prata e intervenções joaninas	65
2.4 Revoltas liberais, independência e anexação da Cisplatina.....	77
Conclusões.....	89
CAPÍTULO 3 - O "laboratório saquarema" para a imposição da Ordem	91
3.1 O início turbulento da Regência e as leis descentralizantes	91
3.2. Província do Rio de Janeiro como experiência de sucesso de laboratório saquarema.....	103
3.3 O governo Feijó e a ascensão do Regresso	111
3.4 O "gabinete das capacidades" e o golpe da Maioridade.....	121
3.5 A experiência bem sucedida do laboratório saquarema	129
Conclusões.....	136
CAPÍTULO 4 - Da neutralidade à "difusão da Civilização" saquarema sobre o Prata	138
4.1 A formação dos Estados nacionais no Prata entre 1830-1850	139
4.2 A neutralidade brasileira no Prata e a Revolução Farroupilha	146
4.3 As implicações platinas da missão Abrantes e o fim do tráfico de escravos	152
4.4 Da hesitação à intervenção.....	163
Conclusões.....	171

CAPÍTULO 5 - A missão de Honório Hermeto ao Prata	173
5.1 A chegada e o convênio de 21 de novembro.....	173
5.2 A influência brasileira na política doméstica oriental	179
5.3 O perigo inglês faz Paulino pedir pressa na derrubada de Rosas	185
5.4 Honório vai a Buenos Aires e se desentende com Urquiza	190
5.5 A volta ao Uruguai e a coerção para o cumprimento dos tratados	194
Conclusões.....	206
Conclusões Finais.....	208
FONTES E BIBLIOGRAFIA	212

*"Tout les noms que nous venons de citer
sont déjà des noms historiques et seraient
des noms immortels s'il avait un autre
Homère pour cette Troie"*

(Alexandre Dumas, em *Montevideo ou Une
nouvelle Troie*)

ADVERTÊNCIA

Este trabalho optou por manter a grafia original nas línguas portuguesa, espanhola e francesa das fontes primárias coletadas na pesquisa, sem adaptações para a ortografia corrente. Nossa intenção é manter o sentido dos textos o mais próximo possível do original-histórico, evitando incorrer em anacronismos em eventuais traduções.

INTRODUÇÃO

Revoltados com o que entendiam ser uma expropriação feita por invasores em suas próprias terras, um grupo de camponeses cooperados da província paraguaia de San Pedro resolveu agir. No dia 14 de maio de 2008, o grupo reúne-se na colônia de Curupayty, a 350 km ao Norte de Assunção, e queima em público uma bandeira brasileira, acusando o país de enviar plantadores de soja para roubarem-lhes todo o terreno. Na manhã seguinte, dada a repercussão na imprensa, o governador de San Pedro, José Ledesma, não só concorda com o ato dos manifestantes, como também declara "é injusto que um brasileiro tenha 50 mil hectares de terra aqui no Paraguai e que os paraguaios não tenham um pedaço"¹. Simbolismos nada sutis não escapam a quem conhece a História: a data escolhida para o ato, o 14 de maio, é nada menos do que o dia da independência nacional do Paraguai; a colônia de Curupayty, onde fora queimada a bandeira, é a localidade onde ocorrerá uma das maiores batalhas da Guerra de Paraguai e, não por acaso, uma das principais vitórias paraguaias no conflito.

"Ensimesmado" no gigante continente legado pela América portuguesa, o brasileiro não tem consciência da real percepção que seus vizinhos conservam sobre ele. Em um passado relativamente recente de guerras e afastamento mútuo, o Brasil acostumou-se a olhar para a Europa e dar as costas à América Latina, como diz o ditado popular. Da incompreensão recíproca, sobressaem preconceitos e desentendimentos que evocam memórias históricas ainda vivas no continente. Em junho de 2012, quando o Paraguai é suspenso do Mercosul em razão do "impeachment relâmpago" sofrido por seu presidente, Fernando Lugo, o embaixador paraguaio na Organização dos Estados Americanos (OEA), Bernardino Hugo Saguier, acusa Brasil, Argentina e Uruguai (seus sócios no bloco mercosulino) de tramarem uma nova Tríplice Aliança contra o país guarani².

Menos de um ano antes, uma longa reportagem da BBC em espanhol, intitulada *Los temores ante Brasil, el nuevo imperio americano*, evocava os temores de um suposto "imperialismo brasileiro" entre seus principais vizinhos na América do Sul, em meio ao notável crescimento econômico do Brasil naquele momento e à internacionalização de empresas verde-amarelas pelo continente latino-americano e pela África. Na matéria,

¹ Ver: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/america-latina,governador-do-paraguai-defende-queima-de-bandeira-brasileira,173935> (acessado em 16 de julho de 2018)

² Ver: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,na-oea-paraguai-denuncia-nova-triplice-alianca-imp-,892090> (acessado em 16 de julho de 2018)

abundam comparações entre *el imperialismo brasileño* e o imperialismo dos Estados Unidos e declarações como a do ex-presidente boliviano Carlos Mesa, segundo a qual "Bolívia ve a Brasil como un país expansionista e imperialista", ou a do então presidente peruano Ollanta Humala: "no queremos repetir con Brasil el proverbio mexicano que dice que la desgracia de México es estar tan lejos de Dios y tan cerca de Estados Unidos"³. Alguns jornais da região, como o paraguaio colorado *ABC Color*, vez ou outra veiculam editoriais com títulos como *Cínico imperialismo brasileño*⁴, ou *El imperialismo brasileño seguirá intacto con el gobierno de Dilma*⁵.

Diante de evocações de memória no presente, cabe ao historiador situá-las no tempo e no espaço. Por que há acusações de imperialismo contra o Brasil, um país autodefinido como emergente? Quais são as nações que mais o acusam? Qual a percepção que o brasileiro tem dessas acusações? É farta a historiografia sobre as relações entre Brasil e América Latina, especialmente no que tange o século XIX. Talvez nossas respostas se encontrem nela.

“Somos da América e queremos ser americanos”, protestava o Manifesto Republicano, lançado em 1870. Antes de ser protesto, era reivindicação. Longe de ser mero elemento de retórica, era denúncia do que ocorria na prática nas relações entre o Império do Brasil e seus vizinhos da América do Sul: distanciamento, senão rivalidade.

Na biografia que fez de seu pai, Joaquim Nabuco lembra o clima dentro e fora de nossas fronteiras ao final do turbulento período regencial, quando a nação era a “planta exótica a ser extirpada da América”⁶. De acordo com Leslie Bethell, ao longo do regime monárquico brasileiro, havia um afastamento tanto por parte das repúblicas sucessoras da América hispânica quanto por parte do Império. Nenhum dos intelectuais latino-americanos que falava em *América Latina e raza latina* nos anos 1850, antes ainda da invasão francesa ao México,

⁴ Ver: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/opinion/cinico-imperialismo-brasileno-1142966.html> (acessado em 16 de julho de 2018)

⁵ Ver: <http://www.abc.com.py/articulos/el-imperialismo-brasileno-seguira-intacto-con-el-gobierno-de-dilma-178977.html> (acessado em 16 de julho de 2018)

⁶ “Já nesse tempo se falava em completarmos a uniformidade política da América, em extirpar a “planta exótica”. A nação, porém, tinha a razão perfeitamente lúcida, e preferia um regime, quando mais não fosse, que procurava acreditá-la como nação livre aos olhos do mundo e tinha interesse próprio em que a luz da mais crua publicidade se projetasse sobre cada ato dos ministros responsáveis, em que o chefe do Estado era o confidente natural da oposição à vã glória de ser classificada entre as repúblicas americanas, com suas dinastias de ditadores, `meio bandidos, meio patriotas`, como foram chamados, e que formam, com rara exceção, a mais extensa série de governos degradantes entre os povos de origem europeia”. NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 43.

incluía o país sucessor da América portuguesa. O Brasil “ficava de costas para seus vizinhos e de frente para o Atlântico”, mais precisamente para a Europa.⁷

Esse fato é ponto pacífico na historiografia. Ao trabalhar com o conceito de identidade nacional e internacional, o historiador e diplomata Luis Claudio Villafañe G. Santos sugeriu que o Brasil, ao optar pela monarquia durante o processo de independência, “posicionou-se ideologicamente ao lado das potências europeias”, ou seja, entre a América republicana e a Europa monárquica, o país não teve dúvida em qual sistema se inserir.⁸ Segundo Santos,

Durante o Império, o Brasil formou sua imagem a partir da suposta superioridade – em termos de civilização – que seu regime político representaria ao aproximá-lo das monarquias europeias. Ainda que atrasado e escravista, essa “monarquia tropical” sentia-se acima de seus vizinhos, que entendia anárquicos e selvagens.⁹

Vale lembrar que o afastamento mútuo não veio apenas no período das emancipações. Demétrio Magnoli leciona que, ao longo do processo de ocupação do território colonial brasileiro, os escoadouros do Rio da Prata e Rio Amazonas forneciam ao imaginário do colonizador luso-brasileiro o sedutor mito da “Ilha Brasil”: as posses de Portugal seriam delimitadas pelo Oceano Atlântico e pelo possível encontro dos nascedouros das duas bacias, perfazendo uma ilha separada das terras pertencentes à Espanha¹⁰. Mesmo no Brasil imperial, segundo Magnoli, essa ideia não abandonou a mentalidade dos construtores do Estado.

É para o processo de independência da América Latina e construção dos novos Estados, contudo, que grande parte da historiografia aponta como gênese das desconfianças entre o Império e seus vizinhos. E a chave para a compreensão do fenômeno seria a precoce consolidação e centralização do Estado monárquico. Em sua tese, defendida na Universidade de Stanford, José Murilo de Carvalho preocupou-se em explicar os motivos da desintegração turbulenta da América espanhola em repúblicas *vis-à-vis* da manutenção da unidade do Brasil

⁷ BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de ‘América Latina’ em perspectiva histórica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, jul-dez/2009, p. 289-321. Segundo o historiador inglês, apesar do esforço de aproximação do Brasil com seus vizinhos a partir da nova República de 1889, somente quando os Estados Unidos cunham o termo “LatinAmerica”, nos anos 1930, é que o Brasil, de fato, é incluído no conceito de América Latina. A virada ocorre após a Conferência Pan-americana de Havana em 1928, quando a nação norte-americana percebe a necessidade de aproximação das repúblicas ao sul do Rio Grande, dando início à política da boa vizinhança.

⁸ SANTOS, Luis Cláudio Villafañe Gomes. *A América do Sul no discurso diplomático brasileiro*. Brasília: Funag, 2014. p.64.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Ed. Moderna, 1997. p.45-46.

na primeira metade do século XIX. Segundo ele, além da transmigração em 1808 de todo o aparato estatal português para os trópicos, a “centralização do poder imperial, a solução monárquica e a construção do governo civil estável foram em boa parte decorrentes do tipo de elite imperial existente em 1822”.¹¹

E não foi uma elite qualquer: de acordo com o historiador, o fato de que quase a totalidade dos atores que participaram da construção do Império frequentou a Universidade de Coimbra serviu para sedimentar uma “homogeneidade ideológica e de treinamento” necessária para a futura manutenção da unidade do Brasil, vista como “interesse nacional”. O oposto teria acontecido nas possessões espanholas na América durante o processo de independência, que já possuíam 25 instituições de ensino superior, do Vice-Reino da Nova Espanha à atual Argentina. Nos bancos de Coimbra, os futuros arquitetos do Estado imperial tiveram contato com um Iluminismo mais moderado, fruto da reação conservadora da “Viradeira” de D. Maria I.¹² Não havia o caráter “libertário”¹³ típico do Iluminismo francês. Em vez de Rousseau, liam Jeremy Bentham e Edmund Burke.

Na narrativa de Carvalho, a consolidação e a centralização do governo brasileiro – precoces, se comparadas às das repúblicas hispânicas – resultaram da união de proprietários rurais, comerciantes e bacharéis oriundos de Coimbra¹⁴, os “burocratas”, a partir de 1837. Diante do perigo real de fragmentação do Estado durante a Regência, com destaque para a temida rebelião escrava, formou-se a coalizão “regressista”, responsável pelo fortalecimento do poder monárquico visto com desconfiança por nossos vizinhos. Gabriela Nunes Ferreira oferece visão semelhante, afirmando que a elite brasileira optou pela monarquia assentada na escravidão como meio mais eficiente de evitar a fragmentação.¹⁵

¹¹ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: teatro de sombras*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p.19. Por “elite imperial”, o autor entende “grupos especiais de elite, marcados por características que os distinguem tanto das massas como de outros grupos de elite”. *Idem*, p. 20.

¹² A respeito da Viradeira de D. Maria I cf. CASTRO, Zília O de. Poder régio e os direitos da sociedade. O “absolutismo de compromisso” no reinado de D. Maria I. *Ler História*, n. 23, 1992, p. 11-22.

¹³ CARVALHO. *Op. cit.*, p. 67-68.

¹⁴ Dentre eles, destaque para Bernardo Pereira de Vasconcelos, Paulino José Soares de Sousa (futuro Visconde do Uruguai) e Honório Hermeto Carneiro Leão (futuro Marquês do Paraná), expoentes do Partido Conservador.

¹⁵ “(...) enquanto a América espanhola teve de criar um novo poder legítimo (ou melhor, novos poderes) para substituir o monarca, no Brasil assistiu-se à perduração de um poder legítimo, o que significou relativa continuidade na transição da colônia para o império”. Apesar de menos conturbado, Ferreira assinala que este processo esteve longe de ser automático, e que a consolidação do Império só pode ser concretizada com o Partido Conservador por volta de 1850. FERREIRA, Gabriela Nunes. Conflitos no Rio da Prata. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 2.

No clássico *O Tempo Saquarema*¹⁶, Ilmar Rohloff de Mattos aponta o núcleo de cafeicultores do Vale do Paraíba, na província do Rio de Janeiro, como o principal responsável pela construção conservadora do Estado imperial em base escravista. Mattos, que trabalha com a noção gramsciana de “classes dirigentes” e do Estado como seu *locus* (ver discussão metodológica abaixo), entende que o grupo de proprietários rurais, que migrara para o Vale e mudara da cultura do açúcar para a do café, conseguiu restaurar a “moeda colonial” (agricultura monopolista voltada para exportação) na nova “região de agricultura-mercantil escravista” ainda ao longo do Primeiro Reinado¹⁷. Com a queda do liberal Feijó, em 1837, e o início do Regresso, a classe senhorial escravista de vertente conservadora iniciou a centralização do aparelho estatal monárquico, trabalhando pela aprovação da Lei de Interpretação do Ato Adicional e pela reforma do Código de Processo Criminal, concretizadas, respectivamente, em 1840 e 1841. Ao longo do “tempo saquarema”¹⁸, Mattos mostra que o provérbio atribuído ao político imperial Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque¹⁹ e replicado por parte da historiografia mascarada, na verdade, a hegemonia conservadora sobre os liberais, uma relação vertical de poder.

O auge desse período seria o gabinete de 1848, que na visão de Mattos, concluiria o processo de consolidação do Império. Em 1850, o grupo aprovaria, num um espaço de dois meses, O Código Comercial, a legislação mercantil brasileira que substituiu as ordenações filipinas seiscentistas²⁰, a Lei Eusébio de Queiroz²¹ e a Lei de Terras²², estas últimas num

¹⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

¹⁷ Conta Mattos que a homogeneidade criada pelo grupo no Vale por meio de casamentos e alianças era tamanha que, em 1828, tentou-se criar a “Província de Resende”, abrangendo todo o Vale e com saída para o mar pela vila de Angra dos Reis. *Idem*, p. 39.

¹⁸ O apelido “saquarema” dado a conservadores vem da cidade de Saquarema, na então província do Rio de Janeiro, reduto das fazendas dos principais expoentes do partido como Rodrigues Torres e Paulino José Soares de Sousa. Já o termo “luzia” dado aos liberais pelos conservadores seria o modo pejorativo de lembrar a derrota da revolta liberal em 1842 na cidade de Santa Luzia, em Minas Gerais. *Idem*, p.39.

¹⁹ “Nada é tão parecido com um saquarema como um luzia no poder”.

²⁰ A respeito do Código Comercial de 1850 cf. LEVY, Maria Barbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas: esboços de História Empresarial*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura da cidade do Rio de Janeiro/EDUFRJ, 1994. (Bib. Carioca, v. 31); GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial: os casos da Sociedade Bancária Mauá, Macgregor & Co. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Co. (1808-1840)*. São Paulo: Alameda, 2012; BENTIVOGLIO, Julio. *Elaboração e aprovação do Código Comercial Brasileiro de 1850: debates parlamentares e conjuntura econômica (1840-1850)*. *Justiça & História*. Porto Alegre, v. 5, n. 10, 2005.

²¹ Em importante trabalho, Tâmis Parron traça o discurso pró-contrabando de escravos por parte de saquaremas ante a pressão inglesa pelo fim do tráfico ao longo dos anos 1830-40, vinculando escravidão à soberania brasileira. Em 1850, com a abolição definitiva do comércio por conta de uma iminente guerra com a potência europeia, o chanceler Paulino José Soares de Sousa ainda diria ainda que a Lei Eusébio de Queiroz foi um ato de “soberania nacional”. PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p.265.

espaço de duas semanas. A primeira, proibindo definitivamente o tráfico; a segunda, estabelecendo o monopólio de acesso a terra e garantindo mão-de-obra, seja de escravos, seja de imigrantes, para as lavouras da classe dirigente. Os saquaremas se distinguiriam dos liberais por defenderem a “Ordem” para conter excessos de “Liberdade”, a hegemonia do governo da “Coroa” sobre o governo da “Casa” (províncias e proprietários locais), a fim de evitar a turbulência da “Rua” (revoltas populares, principalmente escravas); a vitória da “Civilização” urbana contra a “Barbárie” do “sertão”.²³

O impacto da estabilização e centralização alcançadas por volta de 1850 causou o que Ricardo Salles identificou como “nostalgia imperial” ao longo dos períodos mais instáveis da República, principalmente no plebiscito de 1993 durante o governo Collor²⁴. De acordo com Salles, a partir de 1848-50, o Império, já centralizado, buscou seu lugar no mundo como parte de um movimento histórico mais amplo de construção de uma hegemonia na América. Nesse contexto, a política externa se pautaria pela defesa da escravidão e pela ofensiva na bacia do Prata, que ainda não teria Estados consolidados. Ainda segundo Salles, o Império via-se como a civilização europeia transplantada para a América de base escravista, embora escravos não fossem considerados parte da nova nação ou “comunidade imaginada”²⁵. Com efeito, a cultura imperial do período, levada a cabo pelo Romantismo, difundia a “pompa e a natureza” pela equação: *substrato cultural brasileiro = natureza + civilização; Europa + América*²⁶.

Se, como ensina Celso Lafer, a identidade internacional de um país resulta da combinação da consciência nacional e do contato com o “outro”²⁷, e diante do trabalho feito pelo Romantismo do “tempo saquarema “em favor da “comunidade imaginada”, é a partir da

²² A respeito da lei de terras cf. MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986; MOTTA, Marcia M. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito a terra no Brasil do século XIX*. 2.ed. Niterói: EdUFF, 2008.

²³ Como ministro da Justiça, Paulino classificava, em 1841, os habitantes dos “sertões” como “bárbaros sem instrução que não participam dos benefícios de nossa civilização nascente”, antecipando dicotomia semelhante à consagrada posteriormente por Euclides da Cunha em *Os Sertões*. In: MATTOS, 1990.p.34.

²⁴ “O projeto de civilização do Império ainda permeia o imaginário nacional, já que a sociedade brasileira pouco avançou de sua base escravista”. SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. p. 201.

²⁵ Ao longo dos 179 artigos da Constituição de 1824, não há sequer menção da palavra “escravo”. Este fato, somado à constatação de que o voto no Império era censitário e excluía grande parte da população, resulta no que Benedict Anderson chamou de “nações de baixa espessura social” para abordar o nacionalismo na América Latina. ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Este magistral trabalho demonstra que a comunidade política (Estado-nação) pode ser construída pelo Estado ao ponto de ser imaginada quase como uma questão de parentesco ou religião, tornando-se poderoso instrumento de lealdade nacional. Ao estimular uma “camaradagem horizontal” de seus membros, a comunidade imaginada é capaz de fazer pessoas darem a vida por sua defesa em uma guerra. *Idem*, p. 34.

²⁶ SALLES, 1996. p. 81.

²⁷ LAFER, 2001.p.16.

soma dessas duas variáveis que surge o que este trabalho chama de “excepcionalismo brasileiro”. À diferença da Doutrina Monroe, que nasceu da mensagem anual de James Monroe ao Congresso dos Estados Unidos²⁸, em 1823, o excepcionalismo brasileiro foi um modo de comportamento, incutido na mentalidade coletiva da classe dirigente do Império, foi uma cultura política no sentido gramsciano de hegemonia (hegemonia conservadora) que influenciou a tomada de decisões dos agentes diplomáticos; da “planta exótica” de Nabuco nasce o excepcionalismo, a identidade internacional saquarema. Ele seria mais ativo quanto maior fosse a presença externa do Império. E, segundo Mattos, o período em que o Brasil se projetou com mais vigor foi durante o gabinete de 1849, justamente o composto pela chamada “trindade saquarema”²⁹.

A historiografia ligada à História das Relações Internacionais tem trabalhos exaustivos sobre a forte atuação do Brasil na região do Prata, entre 1850-70, abrangendo a Guerra do Paraguai³⁰. Luiz Alberto Moniz Bandeira acredita que, entre as décadas de 50 e 60 do século XIX, o Brasil teria substituído a hegemonia da Inglaterra e da França sobre a Bacia do Prata – principalmente nas relações com o Uruguai–, que teria se convertido em uma “Província Cisplatina informal”³¹. Amado Cervo salienta que a política exterior do Império passa da “neutralidade à intervenção” entre 1844-52, e da intervenção à “presença ativa” até 1864, quando estoura a Guerra do Paraguai³². Cervo e Bandeira chegam a usar, discretamente, a expressão “imperialismo brasileiro” nesse período³³. Mas por que o Império interveio?

²⁸ Na mensagem sobre o “Estado da União”, apenas os nove parágrafos concernentes à política externa ficaram conhecidos como “Doutrina Monroe”, embora não houvesse nenhuma linha sequer com a frase clássica “América para os americanos”. Em livro considerado fulcral para este projeto de pesquisa, Sexton demonstra como uma simples mensagem, convertida em ideologia, pode justificar, ao longo do século XIX, a aquisição territorial de estados como o Texas, a intervenção em países da América Central e até a manutenção da escravidão. SEXTON, Jay. *The Monroe Doctrine: empire and nation in nineteenth-century America*. New York: Hill and Wang, 2011. p.16.

²⁹ A “trindade saquarema” no gabinete de 1849 era composta por Joaquim José Rodrigues Torres (Secretaria do Império), Paulino José Soares de Sousa (Secretaria de Negócios Estrangeiros) e Eusébio de Queiroz (Ministro da Justiça).

³⁰ Ainda que se concentrando nos arquivos sobre a Guerra do Paraguai, Francisco Doratioto compreende que tanto a guerra contra Rosas quanto o conflito da Tríplice Aliança, uma década depois, são frutos do conturbado processo de construção dos Estados nacionais do Prata. DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história sobre a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 28.

³¹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1998. p. 103-104.

³² CERVO, Amado Luiz. A conquista e o exercício da soberania (1822-1889). IN: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2. ed. Brasília: UnB, 2002. p. 109.

³³ Moniz Bandeira considera que o Brasil “herdou” o imperialismo de Portugal: “(...) pode-se dizer que o Brasil, no século XIX, realizou uma política colonial e imperialista *vis-à-vis* dos países da Bacia do Prata, contando com a organização, a ideologia, a experiência e a tradição do domínio do velho Estado português”. BANDEIRA, 1998. p. 94. Já Cervo diz que “a hegemonia brasileira no Prata revestiu-se em grau moderado de caráter imperialista”. CERVO. 2002. p. 125. Cabe aqui uma observação: apesar Moniz Bandeira e Cervo

Gabriela Ferreira descreve os conflitos na região platina como uma “multiplicidade de projetos nacionais, alguns antagônicos entre si, que tinham relação direta com a construção dos novos Estados”. Pouco antes da queda de Juan Manuel de Rosas, na Confederação Argentina, em 1852, houve, segundo Ferreira, o choque desses projetos.³⁴ Por volta de 1850, o Brasil, já consolidado e centralizado, precisava abrir o Rio da Prata à navegação e ao comércio – importante rota fluvial caminho mais rápido para a província de Mato Grosso – fechada por Rosas. Ao mesmo tempo, estancieiros do Rio Grande do Sul com terras também no Uruguai – geração de brasileiros que herdou propriedades na antiga Província Cisplatina, cerca de 20% do total da população da Banda Oriental³⁵ – sofriam retaliações ao passar o gado pela fronteira em direção ao Império por tropas do fazendeiro Manoel Oribe.

Neste período, o Uruguai era o que Ferreira chamou de “imbricação política de vários partidos da região”, ou seja, partidos internacionalizados. Em meio a uma guerra civil iniciada em 1843, os *blancos*, de Oribe, dominavam o interior do país, representavam os grandes produtores de charque e eram hostis ao Brasil. Ligavam-se, assim, aos *federalistas* de Rosas em Buenos Aires, caudilho que reunira o atual território argentino por meio de relações pessoais entre fazendeiros, positivadas no Pacto Federal de Santa Fé de 1831³⁶. Da capital portenha, Rosas queria expandir o frágil aparato estatal da Confederação até os limites do antigo Vice-Reinado do Prata espanhol, que abrangeria também os territórios uruguaio, paraguaio e boliviano. Não somente o Império era contra esses planos, mas também os *colorados* uruguaio, de Fructuoso Rivera, partido aliado do Brasil e voltado ao comércio. Representando o “governo legal” do Uruguai, os *colorados* estavam, em Montevideú, cercados pelos *blancos* desde 1843.

Bandeira, Cervo e grande parte da historiografia creditam ao gabinete da “trindade saquarema” de 1849 a intervenção responsável por resolver em parte o confuso jogo de alianças e poder no Prata, descrito resumidamente acima. De novo à frente da Secretaria de Assuntos Estrangeiros (SNE), Paulino tratou de financiar a resistência colorada em

serem dois dos maiores historiadores da política externa brasileira, a alcunha “imperialista” quase não aparece na historiografia sobre o período produzida no Brasil.

³⁴ FERREIRA, 2009. p. 332.

³⁵ LYNCH, John. As repúblicas do Prata da independência à Guerra do Paraguai. IN: BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina: da independência a 1870*. 1. ed., 3. reimp. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014. p.654.

³⁶ “Rosas criou a Confederação Argentina com base em estrutura política primitiva, fundada no poder pessoal do estancieiro e erigida em relações pessoais verticais, de forma semelhante à do peão e fazendeiro. Essas práticas se incorporaram ao Estado e deram origem ao que conhecemos como caudilhismo. (...) O caudilhismo era a imagem da sociedade, e os caudilhos, suas criaturas”. LYNCH, 2014. p. 642.

Montevideu com “patações”³⁷ do homem de negócio (ou negociante de grosso trato) Irineu Evangelista de Sousa, futuro barão, depois visconde de Mauá³⁸, nomeou ninguém menos que Luis Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, como presidente da província do Rio Grande do Sul³⁹ e firmou aliança com José Justo de Urquiza, líder da província de Entre-Rios, que também tinha seus interesses prejudicados pela política rosista de fechamento do Prata.

Estimulado pelo Brasil, Urquiza resolve atacar as tropas de Oribe em janeiro de 1851, no que é ajudado pelo exército imperial. Em retaliação, Rosas declara guerra ao Brasil, mas já era tarde: Urquiza o derrota na batalha de Monte Caseros, em 1852, conflito de que participaram batalhões brasileiros. Pouco antes, no dia 12 de outubro de 1851, o Império e o representante colorado no Rio de Janeiro, Andrés Lamas, assinam cinco tratados que, entre outros pontos, hipotecam as rendas alfandegárias do Uruguai a Mauá e conferem novos direitos de intervenção ao Brasil. Para “fazer cumprir” os acordos, Paulino despacha à Banda Oriental a missão de Honório Hermeto Carneiro Leão, outro campeão saquarema, que ainda organizaria e interferiria nas eleições uruguaias daquele ano.

Como pode ser verificado, a breve explicação anterior para a intervenção do Império nos negócios do Prata, que começou com a invasão ao Uruguai e terminou com a queda do chefe da Confederação Argentina, baseia-se principalmente em fatores econômicos e geopolíticos. É essa a versão consagrada pela historiografia. Falta-lhe, contudo, a abordagem relativa às culturas políticas de tempo longo que influenciaram todos os atores envolvidos. Ora, não foi este o período em que, segundo Mattos, a classe dirigente saquarema se notabilizou pela “manutenção da Ordem e difusão da Civilização”⁴⁰? Houve, na verdade, a face externa dessa frase: o excepcionalismo brasileiro, identidade internacional saquarema.

³⁷ O “patação” era uma moeda de prata, corrente no Brasil, que nesse período circulou também nos países do Prata graças aos empréstimos de Irineu Evangelista de Sousa a partidos uruguaios e argentinos favoráveis ao Império. CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Apelidado por Caldeira de “agente secreto”, o futuro Visconde de Mauá recebeu o pedido de Paulino de ajudar financeiramente colorados de Montevideu como forma de retribuição pelos subsídios pagos pelo gabinete conservador ao seu empreendimento no estaleiro da Ponta da Areia, em Niterói. Irineu procurou, então, o representante da legação uruguia na Corte, Andrés Lamas. Nasce aí a “diplomacia dos patações”. Para uma abordagem que desvenda o “mito Mauá”, ver GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial*. São Paulo: Alameda, 2012. p. 32.

³⁸ A respeito de Mauá conferir GUIMARÃES. *Op. cit.*

³⁹ Importante lembrar que, após a sua atuação na Farroupilha, Luiz Alves de Lima e Silva havia sido eleito senador em 1847 pela província do Rio Grande do Sul. A respeito do futuro duque de Caxias cf. BARRETO, Adriana. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁴⁰ MATTOS, 1990.p.200.

A tese de doutoramento do diplomata César de Oliveira Lima Barrio é importante ponto fora da curva e se aproxima do que pretende este trabalho. Diz Barrio que o “intervencionismo do período entre 1849-52 representou a dimensão externa do ideário político do grupo conservador que ocupou posição hegemônica na política interna desde o final da Regência”. Segundo ele, as mesmas bandeiras de “Ordem” e “Civilização”, impostas pelos saquaremas durante as rebeliões regenciais e revoltas liberais da década de 1840, foram também levadas ao Prata contra a “Barbárie”caudilhista⁴¹. O trabalho traça novo caminho de investigação historiográfica, que poderia ser complementado com algumas perguntas: de que forma os conceitos saquaremas de Ordem e Civilização, formulados internamente, foram apresentados externamente pelo Império? O que é “Ordem”, no plano internacional, para o gabinete de 1849? Quais valores correspondem à “Civilização” que o Brasil quis exportar? Qual o peso da representação da monarquia no imaginário saquarema naquele momento?

Este trabalho revisita os arquivos da missão Carneiro Leão ao Uruguai, em 1851-52, em busca de possíveis respostas a essas indagações. A escolha justifica-se pela natureza da missão, responsável por assegurar o cumprimento dos tratados desiguais de 1851 por parte do Uruguai – episódio pouquíssimo explorado pela historiografia – e por intervir nas eleições e no quadro político do país. Um dos objetivos da missão seria estabilizar as tensões na fronteira com o Rio Grande do Sul – a “correia de transmissão”⁴² de conflitos da região para dentro do Império. Em íntimo contato com o “outro”, todos os atores participantes dessa missão, no Rio de Janeiro e no Uruguai, seriam veículos do excepcionalismo brasileiro, sentimento que sobressai nas fontes primárias, justificando todas as ações intervencionistas.

A importância da missão Carneiro Leão para o cenário político daquele momento se atesta pelos fatos: após coordenar a presença ativa brasileira em território uruguaio, Honório Hermeto Carneiro volta ao Brasil para coordenar o gabinete da Conciliação e recebe o título de “marquês do Paraná” em 1854; no mesmo ano, o chanceler Paulino José Soares de Sousa é condecorado sugestivamente como “visconde do Uruguai”, nome que explicita o motivo de sua honraria⁴³. José Maria da Silva Paranhos, assistente de Carneiro Leão na missão, converte-se definitivamente ao Partido Conservador, permanece no Uruguai como

⁴¹ BARRIO, César de Oliveira Lima. *O intervencionismo do Império brasileiro no Rio da Prata: da ação contra Rosas e Oribe à Tríplice Aliança*. 2011. 289 p. Tese (Doutoramento em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

⁴² FERREIRA, 2009. p. 332.

⁴³ Oficialmente, contudo, o título refere-se a um dos rios que compõe a bacia do Prata e serve como limite fronteiro da Banda Oriental.

plenipotenciário brasileiro e se torna a face da política externa saquarema. Não à toa, sua formação diplomática, recheada de aprendizados com Paulino e Honório que datam desse período, será legada a seu filho, Paranhos Jr., o patrono da diplomacia brasileira.

Ao participarem da construção do Estado imperial centralizado e, pouco tempo depois, coordenarem a primeira intervenção platina, estes saquaremas veiculam os principais elementos desse excepcionalismo. Estudar os arquivos da missão Carneiro Leão, portanto, é compreender como se deu a face externa do processo de consolidação do Estado nacional brasileiro, ponto fulcral de nossa tese.

Logo no primeiro capítulo, faz-se um debate sobre a longa e tradicional historiografia sobre as relações do Império e seu entorno regional no século XIX, salientando a ausência de estudos que versem sobre discursos legitimatórios para as intervenções platinas. Nesta parte, apresenta-se o conceito do que entendemos ser o excepcionalismo, cujos elementos serão reconstruídos ao longo de toda a tese. Em seguida, em breve reconstituição, é recontada a trajetória das relações platinas desde o século XVII até a independência brasileira. O objetivo desse capítulo é sublinhar o caráter litigioso que permeou a ocupação do Prata, zona de fronteira em constante mudança entre os impérios português e espanhol que acabou sendo legada aos Estados nacionais sucessores. No terceiro capítulo, volta-se para dentro do Estado imperial, de onde são projetadas as ideias saquaremas de Ordem e Civilização, administração estatal centralizada e defesa da escravidão. Esta parte da tese é fundamental para compreender a trajetória desses saquaremas que, poucos anos mais tarde, serão os primeiros a veicularem o excepcionalismo, cuja raiz se encontra exatamente nesse período de organização interna da nação.

Uma vez assegurada a Ordem dentro das fronteiras, seria o momento de iniciar a difusão da Civilização, alvo do quarto capítulo, que atém-se aos primeiros debates sobre uma possível intervenção brasileira no Prata, com destaque para a missão do futuro marquês de Abrantes à Europa a fim de angariar apoio das principais potências contra Rosas. Se não houvera antes uma guerra entre o Império e Confederação Argentina naquele momento, muito se devia aos contratemplos que o Brasil enfrentava com a repressão inglesa ao tráfico de escravos, tema também abordado nesta parte. Por fim, no quinto capítulo, uma vez solucionada essa questão, os dirigentes saquaremas veem-se livres para intervir. É o tempo de colocar em prática todo o discurso do excepcionalismo, é tempo de enviar a missão Carneiro Leão ao Prata.

CAPÍTULO 1

Os dois lavradores: o excepcionalismo do Império na historiografia

1.1 Primeiros relatos historiográficos da guerra contra Oribe e Rosas

Dois lavradores são vizinhos. O primeiro vê suas colheitas prosperarem, cada dia mais belas e ricas, enquanto o segundo luta constantemente contra animais daninhos, que insistem em dificultar sua ascensão, além de não poupar hostilidades, ódio e inveja contra seu colega. Essa situação dura décadas, até que, fatigado pelas circunstâncias, o lavrador infeliz clama por ajuda. Antes de ir ao resgate, no entanto, seu vizinho bem-afortunado impõe condições. Diz ele que, uma vez que adentrará em território turbulento e infestado de pragas contagiosas – que podem acabar danificando suas faustosas colheitas –, é preciso que ambos assinem previamente um contrato de obrigações por parte do devedor com, basicamente, duas cláusulas: "não mais procurarei aumentar meus terrenos por meios ilícitos às custas dos seus" e "não tentarei desviar o ribeiro que passa por suas terras". Impelido pela praga, o lavrador aceita de pronto todas as condições. Conforme o combinando, o lavrador próspero adentra as terras do seu vizinho e, redentoramente, resgata-o de todas as suas mazelas.

Eis que, contudo, o desgraçado vizinho adota outra postura. O entusiasmo anterior para com seu colega generoso converte-se em ingratidão, vez que não há mais perigo para as lavouras dos dois lados da cerca. Ao ser cobrado de suas promessas, retalia com o argumento de que o contrato não é válido por ferir seus interesses e ser-lhe imposto: "se o aceitei, é porque não tinha outro remédio a meus males", defende-se. O próspero lavrador tenta, ainda, mostrar-lhe todo o esforço empreendido na tarefa, no que é rebatido com o singelo ditado: "quem é tolo peça a Deus que o mate e ao diabo que o carregue. Já disse que não cumpro o contrato. Boas noites".

A parábola acima foi o modo encontrado pelo médico e militar Francisco Pinheiro Guimarães para descrever a intervenção do Império na Banda Oriental entre outubro de 1851 e fevereiro de 1852. Em cartas publicadas no *Jornal do Comércio* sete anos depois da guerra, o Dr. Pinheiro Guimarães defendeu a ferro e fogo todas as ações diplomáticas e

militares emanadas do Corte do Rio de Janeiro⁴⁴. Seu propósito era responder às acusações do jornalista portenho Heitor Varela, que acusara o Brasil de imperialismo e despotismo na região platina, a partir do periódico *La Tribuna*. Seu entusiasmo foi ao ponto de, ao estourar a Guerra do Paraguai, não pensar duas vezes antes de se inscrever no batalhão dos Voluntários da Pátria. Não só ele sobreviveu ao conflito, como foi agraciado com uma pensão anual de 1:200.000 "em atenção aos distintos e relevantes serviços que prestou na guerra contra o governo do Paraguay".⁴⁵

Nosso herói de guerra, patrono da cadeira nº 26 da Academia Brasileira de Medicina, era filho do advogado, escritor e político Francisco José Pinheiro Guimarães, que, ao tempo das primeiras intervenções brasileiras no Prata desde a Guerra da Cisplatina, ocupava cargo na Secretaria de Negócios Estrangeiros do Império. Lá, enquanto oficial e chefe da 2ª Seção, o pai do Dr. Pinheiro Guimarães auxiliou os trabalhos do chanceler Paulino José Soares de Sousa⁴⁶, expoente saquarema e arquiteto das ações do Brasil contra seus vizinhos. Talvez desses emaranhados de laços familiares e políticos possamos compreender a origem do discurso patriótico do médico, justificador da atuação diplomática brasileira. Ao longo de suas cartas ao *Jornal do Comércio*, Pinheiro Guimarães defende que o Império seria um "gigante pacífico" que salvaria a Banda Oriental do despotismo de Juan Manuel de Rosas e de seu "tenente" uruguaio, Manuel Oribe. E complementa:

Quando os nossos interesses, e interesses honrosos, estão de acordo com a boa causa, nós intervimos; quando lhe são contrários, nós nos abtemos – é o mais que se póde exigir de uma nação. Se todos procedessem assim, Srs. Portenhos, o sangue de seus filhos não teria tantas vezes regado o solo da República Oriental.⁴⁷

Na visão do Dr. Pinheiro Guimarães, este império civilizado e generoso estaria fadado a conviver com uma vizinhança conturbada. E a explicação para as turbulências residiria no

⁴⁴ GUIMARÃES, F. Pinheiro. *A revolução oriental e a brochura do Sr. Heitor Varela*: coleção de cartas dirigidas à redacção do *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858. p. 56-58.

⁴⁵ Decreto N. 1931 de 28 de junho de 1871.

⁴⁶ Paulino Soares de Sousa, ministro dos negócios estrangeiros entre 1843-1844 e 1849-1853, é considerado um dos expoentes saquaremas e arquiteto da consolidação do Estado imperial. Cursou Direito nas cadeiras da Universidade de Coimbra e do Largo de São Francisco, em São Paulo, tornando-se árduo defensor de uma monarquia forte e centralizada. Ao iniciar a escalada de sua carreira política como deputado provincial, adquire terras no interior fluminense para o cultivo de café e associa-se aos demais membros do futuro Partido Conservador como Joaquim José Rodrigues Torres, futuro visconde de Itaboraí, de quem será conchudado. Em razão de sua atuação para a expansão da hegemonia brasileira ao Prata na guerra contra Oribe e Rosas, recebe a sugestiva honraria de visconde com grandeza do "Uruguaí", em 1854.

⁴⁷ GUIMARÃES. *Op. cit.*, p.25-26.

caráter indolente da "raça espanhola", pouco dada ao trabalho, que povoou o Prata em busca de metais preciosos e apresamento de índios. Já os norte-americanos, que também se constituíram sob a forma republicana, seriam herdeiros dos "laboriosos ingleses":

Que immenso contraste entre as Republicas e as Republicas Confederadas da União Norte-Americana! Na escala das nações, bem como na posição geographica, ellas estão em situações diametralmente opostas. Em quanto nas segundas domina a lei e reina a liberdade, nas primeiras governa a espada e impera a tyrannia. Enquanto as segundas crescem, fortificação-se, ajuntão cada dia uma estrela á sua bandeira, e avantajão-seem certos pontos á velha Europa, as primeiras enfraquecem-se, fraccionão-se, e apresentam factos só proprios dos annaes da idade média.⁴⁸

Enquanto representante da civilização europeia nos trópicos, a simples existência do próspero Império brasileiro também alimentaria um "ódio" histórico próprio das raças espanholas. Apesar disso, Pinheiro Guimarães sustenta a tese de que estes povos seriam, "senão irmãos, aos menos nossos primos", e que o Brasil deveria cooperar para a pacificação da região, evitando um estado permanente de guerra iminente.⁴⁹

O conceito de Império como "gigante pacífico", civilizado, que vinha ao resgate de seus vizinhos turbulentos, apesar do parco reconhecimento pelos seus esforços, não seria obra exclusiva da mente engenhosa do Dr. Pinheiro Guimarães. Pelo contrário, essas ideias eram próprias de seu tempo, sendo elaboradas e realimentadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838 como instrumento de construção ideológica do Estado imperial⁵⁰. Por construção ideológica queremos dizer, na prática, a construção da nacionalidade da nova entidade política que surgia das cinzas do antigo Império luso-brasileiro.

Tarefa da maior parte dos novos Estados independentes da América Latina na primeira metade do Oitocentos, a edificação de uma nacionalidade serviria como elemento solidificador entre o Estado e suas classes sociais, conformando um todo harmônico ou uma "comunidade imaginada". Benedict Anderson demonstra, em seu magistral trabalho, como a comunidade política (Estado-nação) pode ser construída pelo ente ao ponto de ser imaginada

⁴⁸ *Idem*, p. 4. É interessante notar que, pouco menos de um século depois, Sérgio Buarque de Holanda desenvolveria argumento semelhante para classificar a colonização portuguesa, o "semeador" desleixado, em contraste com a colonização hispânica, o "ladrilhador" com fúria centralizante. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.116-117.

⁴⁹ *Idem*, p. 13-14.

⁵⁰ A respeito da historiografia do IHGB cf. nota 26

quase como uma relação de parentesco ou religião, tornando-se poderoso instrumento de lealdade nacional. Ao estimular uma “camaradagem horizontal” de seus membros, a comunidade imaginada chega ao ponto de levar pessoas a darem a vida por sua defesa em uma guerra.⁵¹

Na América Latina – e o Brasil não é exceção –, a construção das nações valeu-se do romantismo de vertente francesa, que nas palavras de Bernardo Ricupero, serviu de instrumento para a "emancipação mental" das novas comunidades⁵². Em sua obra seminal, Antonio Cândido elenca três elementos como contribuições do Romantismo para o caso específico da nacionalidade brasileira: desejo de exprimir uma nova ordem de sentimentos, como o orgulho patriótico, uma extensão do nativismo; desejo de criar uma literatura independente e diversa que desse sentimento de independência em relação à mãe-pátria; noção de atividade intelectual como tarefa patriótica.⁵³ Leciona o literato que as características estilísticas românticas de realce da subjetividade e individualidade, além da reação à padronização racionalista da Ilustração de 1789, fizeram deste gênero um "aliado decisivo" do nacionalismo no início do Oitocentos, vetor do "despertar das nacionalidades" na Europa.

No entanto, se a "geração romântica de 1837"⁵⁴ na Argentina enfatizou ruptura completa com o passado colonial, produzindo o efeito de tábula rasa, o romantismo brasileiro exaltou justamente a herança lusa numa espécie de continuidade gloriosa entre o Império português e o novo Império brasileiro. Esta interpretação conservadora das tradições lusitanas forapropagada, conforme aponta Ricupero, pela classe dirigente saquarema, que se instala no governo regencial a partir de 1837 e tem como base material as fazendas de café do Vale do Paraíba, como já havia ressaltado Ilmar Roloff de Mattos.⁵⁵ Era de interesse dessa classe de cafeicultores a unificação territorial e político-ideológica; daí o relevante papel do IHGB como difusor dessas ideias, inspirado no Instituto Histórico de Paris (IHP), bastião do romantismo francês. Vale salientar que, por conta de sua importância política, o instituto

⁵¹ ANDERSON, Benedict; BOTTMAN, Denise (trad). *Comunidades imaginadas*. 3. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 34.

⁵² RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a ideia de nação no Brasil(1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p.21.

⁵³ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 15.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2014. p. 329.

⁵⁴ Nome dado a pensadores reunidos sob a Universidade de Buenos Aires, criada por Bernadino Rivadavia em 1821, e que pregava a unificação do Estado argentino a partir da capital portenha e de valores e instituições europeias. Grande parte de seus membros, como Bartolomé Mitre, Domingo Faustino Sarmiento e Juan Bautista Alberdi, tomará posição fundamental de oposição ao federalista Juan Manuel de Rosas.

⁵⁵ RICUPERO. *Op. cit.*, p.44.

brasileiro chegou a contar com a participação de membros da geração argentina de 1837, como Sarmiento, de orientais como Andrés Lamas, além dos renomados Karl von Martius e Alexander von Humboldt.

O IHGB foi fonte de historiografia “laudatória” da hegemonia saquarema, o responsável pela edição em 1854 da monumental obra *História Geral do Brasil*, do diplomata Francisco de Adolfo Varnhagen, que, segundo Bernardo Ricupero, constitui uma “tradução ideológica do que fizeram os saquaremas no plano político”.⁵⁶ Na narrativa do visconde de Porto Seguro⁵⁷, o Império brasileiro estaria predestinado a ser um dos maiores da História, e apenas a mestiçagem e um Estado monárquico forte que garantissem a unidade poderiam elevar o Brasil ao quadro das grandes potências.

Por outro lado, como lembra José Honório Rodrigues, faltava ao autor e a grande parte das histórias oficiais do IHGB o fator social: Varnhagen tinha verdadeira aversão ao elemento negro e não aderiu ao indianismo típico do romantismo brasileiro da época, preferindo acreditar na Divina Providência do Império e na mestiçagem de seu povo. Dada essa predestinação conservadora, para Varnhagen, estaria justificado o esmagamento pelo Estado monárquico de rebeliões provinciais e até de atos “anárquicos” no Prata.⁵⁸

⁵⁶ *Idem*, p.137.

⁵⁷ Filho de portuguesa com um engenheiro militar alemão, Francisco de Adolfo Varnhagen nasceu em Sorocaba em 1816, tendo migrado para Portugal ainda na infância. Formou-se também como engenheiro militar e atuou em pesquisas em terras lusitanas até retornar ao Brasil em 1840, sendo aceito como membro do IHGB no ano seguinte. Sua volta abre a oportunidade de servir na carreira diplomática do Império, levando Varnhagen a servir em postos fundamentais como Madri e Lisboa. José Honório Rodrigues lembra que, quando Paulino decide enviar Honório Hermeto Carneiro Leão em missão especial ao Prata, em 1851, Varnhagen insiste em ser nomeado como ajudante do futuro marquês do Paraná. Este, no entanto, deu preferência ao jovem José Maria da Silva Paranhos, que lhe seria mais obediente e fiel do que o diplomata sorocabano. Mesmo com personalidade controversa, Varnhagen destaca-se na produção historiográfica do Império, recebendo o título de barão de Porto Seguro, em 1872, e de visconde, em 1874. PARANHOS, José Maria da Silva. *Cartas ao amigo ausente*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2008, p. 12-13. (Coleção Afrânio Peixoto, n. 81).

⁵⁸ “Seu horror a todo inconformismo, fosse mais rebelde ou não, a facilidade com que denomina todo movimento mais exaltado de anarquista, sua condenação aos princípios democráticos republicanos – são várias suas censuras às macaqueações dos princípios dos Estados Unidos –, sua decidida reprovação a todos os movimentos revolucionários, de gente qualificada ou não, sua ojeriza ao outro lado, à oposição radical, sua inata repulsa às ideias de Frei Caneca, antes de condená-lo, haviam de guiá-lo, como o guiaram, a sustentar certos princípios fundamentais que estão sempre presentes em sua obra histórica: o colonialismo, o oficialismo e a rejeição do nacionalismo caboclo. O contexto social da sua ideologia é, como o da sua obra, extremamente limitado”. RODRIGUES, José Honório. *História e historiografia*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p.168. Cf. também IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000; CEZAR, Temístocles. *Em nome do pai, mas não do patriarca*: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. *História*. Franca, 2005, v. 24, nº. 2, p. 207-240; CEZAR, Temístocles. *Varnhagen em movimento*: breve antologia de uma existência. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, Dec. 2007, v. 8, n 15. p. 159-207.

Mas foi de outro membro do IHGB, talvez, a primeira obra de propósito historiográfico sobre a intervenção do Brasil no Prata contra Rosas e Oribe. Seu nome é Ladislau dos Santos Titara, militar e poeta, autor do atual hino do estado da Bahia e uma das principais referências no estudo das lutas pela independência brasileira na província baiana.⁵⁹ Ainda em 1852, mal havia Rosas fugido para a Inglaterra em busca de exílio, Ladislau Titara lança uma obra com título sugestivo: *Memórias do Grande Exército Aliado Libertador do Sul da América, na guerra de 1851 a 1852 contra os tiranos do Prata*. Escrito em homenagem a Manoel Felizardo de Souza e Mello, brigadeiro que comandava a Secretaria nos Negócios da Guerra durante a ação platina, o livro também se inscreve no rol de trabalhos laudatórios das políticas imperiais, mormente no que se refere à invasão ao Uruguai e ao apoio brasileiro na derrubada de Rosas. Logo no início, Titara avisa ao leitor que a sua obra tem como missão perpetuar para as gerações vindouras a gloriosa postura do Brasil no Prata, "para que não se façam mais injustiças contra nosso país". E que postura era essa?

Finalmente os motivos cardeaes, que levaram o ilustrado Governo Brasileiro, que se havia sempre portado nobre, e circunspecto, depois de esgotar os meios, que a Humanidade, e a Civilização moderna tem doutamente adoptado, a lançar mão das armas para consolidar presentaneo sua tranquillidade interna, que vis, e estrangeiras maquinações sulapavam; derribar, e expellir a tyrannia fatal, que se enthronisára; e dar segurança, e huma paz feliz, e duradora, (se eles souberem-nas conservar) aos seosvisinhos os briosos Povos do Prata, á quem os Caligulasferoces por de mais tentaram enervar na escravidão pelo terror, e atroz matança, pois do abysmo, onde gemiam, surdiram, quiçá mais livres, acrisolados, e resolutos Patriotas.⁶⁰

O autor traça uma visão extremamente negativa de Rosas, não poupando adjetivos como "verdugo da humanidade" ou "degolador de argentinos". A Confederação Argentina, antes da ação brasileira, havia sido sequestrada pelo despotismo de um "ditador" e "tirano". Ao aliar-se ao *blanco* oriental Manuel Oribe, "tenente de Rosas", a dupla espalharia tirania pelo Prata com a finalidade de "anarquizar o Brasil" a partir da província rebelde do Rio Grande do Sul;⁶¹ Assim como nas epístolas do Dr. Pinheiro Guimarães, no livro de Ladislau Titara surge um Império neutro, prudente e pacífico, que não se deixara cair nas "perfidias" do Lobo

⁵⁹ Ladislau do Espírito Santo Melo dos Santos nasceu na Bahia em 1801 e faleceu no Rio de Janeiro em 1861. Tendo como pseudônimo o "Titara", foi poeta, historiador, militar, membro IHGB, cavaleiro da Ordem do Cruzeiro, oficial da Ordem da Rosa, medalha comemorativa Campanha da Independência.

⁶⁰ TITARA, Ladislau dos Santos. *Memórias do grande exercito aliado libertador do sul*. Rio Grande do Sul: Typographia de B. Berlink, 1852.

⁶¹ *Idem*, p. 14.

Argentino", graças aos estadistas brasileiros, na velha *raison d'État* de que a política externa estaria acima das paixões partidárias:

E isto porque, ou fosse Ministro um Aureliano, um Ernesto França, um Cairu, um Limpo d'Abreo, ou algum outro, a linguagem energica do Patriotismo, e da verdade era sempre idêntica, e não se deixavam fascinar taes Varões, pela magica de Palermo (*referência a Rosas*), que sempre occultamente ratando os laços de amizade, que simulava conservar, buscava manhosa contemporisar, até que por todos os lados desassombrada, o com bastantes apercebimentos, cahisse de xofre, e inopinada sobro as fronteiras do Império Brasileiro, com a mira de conquistar não pequena parte, favorisada por sandeos Republicanos, partido, que Rosas jamais cançou de cortejar, e afervorar; e entre tanto o inepto lobo Argentino nem suspeitava, que antes do um tamanho opprobrio da Nação, desvanecidas suas horríveis previsões, subiria ao poder no Império um Paulino, stadista energico, e outros Varões distinctos, habeis, e impávidos, que lhe fariam açaimar a impudente linguagem, o depois de salvar a Republica Oriental, o sua independencia, o precipitariam no abismo, para mais não erguer-se.⁶²

À exceção das próprias autoridades diplomáticas e políticas envolvidas no conflito, Pinheiro Guimarães e Ladislau Titara talvez tenham sido os atores que veicularam as primeiras ideias de um discurso civilizatório que justificou as intervenções do Império no Prata, discurso esse com natureza de "excepcionalismo" e baseado nas ideias veiculadas pelo IGHB, do qual ambos eram sócios e atuantes. Ele fazia parte do projeto de civilização imperial que, ao contrário do suprapartidarismo que pregava Titara, foi obra direta do grupo saquarema que chegou ao poder em 1837 e tratou de construir um esboço de Estado imperial centralizado, visto como única forma de manter a unidade territorial e ordem interna.⁶³

Este discurso pode ser encontrado também em outras publicações contemporâneas às intervenções e não diretamente ligadas ao aparato burocrático do Estado imperial, tal como a revista *Guanabara*, editada a partir de 1849 por três nomes da primeira geração romântica do Brasil: Manoel de Araújo Porto Alegre (professor de história e geografia do Colégio Pedro II), Antonio Gonçalves Dias e Joaquim Manoel de Macedo. Bernardo Ricupero ressalta o caráter oficial e estritamente conservador da revista⁶⁴, uma publicação saquarema que buscava dar

⁶² *Idem*, p. 38.

⁶³ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

⁶⁴ "O título, referência ao 'nome primitivo da cidade, augusta rainha da América do Sul', não deixa dúvidas quanto às intenções políticas da nova publicação. Ou melhor, como continuação da ação da Corte portuguesa, o projeto de direção saquarema, com a qual a revista Guanabara se identifica, pretende forjar, a partir do Rio

continuidade ao projeto de construção de uma literatura e ciência genuinamente brasileiras das antigas revistas *Niterói* e *Minerva Brasiliense*.⁶⁵ É comum, nessas revistas, artigos científicos e tabelas químicas intercalarem-se entre poesias e dissertações que especulem sobre um possível caráter literário nacional. E mesmo com pouco espaço para temas de política externa, eis que, na edição da Guanabara de fins de 1854– financiada pessoalmente pelo imperador D. Pedro II⁶⁶ –, surge um texto apócrifo fazendo ode ao combate glorioso de Tonelero, onde a Marinha imperial derrota as poucas forças navais de Rosas:

Foi por certo um bello espetáculo offerecido ao mundo esse que deo o Brasil restabelecendo nas duas republicas do Prata as leis fundamentaes das mesmas republicas. O Augusto Monarcha Brasileiro justificou, determinando-o, o titulo de *fóco da civilização sul-americana* com que o seu paiz é condecorado, ao mesmo tempo que mostrou não temer plantar ás portas do seu Império o exemplo da prosperidade do systema governativo que exclúe da cabeça do estado um homem revestido e adornado com as imunidades e privilegios da corôa e do sceptro, inviolavel e sagrado pelo oleo que a pomba divina trouxe para os reis do recôndito tabernaculo do Céu. Gloria ao Senhor D. Pedro II!⁶⁷

Assim como em Ladislau Titara e Fernando Pinheiro Guimarães, o texto da Guanabara reconta a história do combate de Tonelero na perspectiva de um Império grandioso e benevolente para com seus vizinhos republicanos, que restabelece as "leis fundamentaes das mesmas republicas" e planta às suas portas o "exemplo da prosperidade do systema governativo". Nada menos de se esperar desta nação imperial que se apresentava como "foco de civilização sul-americana", o lavrador próspero e, ao mesmo tempo, injustiçado.

de Janeiro, uma literatura que unifique as diferentes experiências e sensibilidades daqueles que tinham sido no passado colonos lusitanos espalhados pela América." RICUPERO.*Op.cit.*, p. 100.

⁶⁵ Manuel Araujo Porto Alegre, juntamente com Domingos José Gonçalves de Magalhães e Francisco Sales Torres Homem, publicaram a Revista *Nichteroy* em Paris durante o período Regencial. Cf. ANDRADE, Débora El-Jaick. *Semeando os alicerces da nação: história, nacionalidade e cultura nas páginas da revista Niterói*. *Rev. Bras. Hist.* São Paulo, Dec. 2009, v. 29, n. 58. p. 417-442. A respeito da Revista *Minerva Brasiliense* cf. MARTINS, Raphael Diego Neves Martins. *Formar para civilizar: a revista Minerva Brasiliense (1843-1845) na construção da Nação Brasileira*. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: Centro de Ciências Sociais/PUC-RJ, 2011.

⁶⁶ A revista *Guanabara*, lançada em 1849, tem a circulação interrompida durante a epidemia de cólera que atingiu a Corte carioca no início da década de 1850 e só voltou graças às verbas pessoais de Pedro II, evidenciando a relação íntima de interesses entre os primeiros românticos e o Império. Os editores retribuíram a gentileza com os dizeres: "Os Redactores do Guanabara agradecem a Vossa Magestade Imperial a nova vida que acaba de dar a esta humilde publicação, e lastimam do fundo d'alma o não serem dotados da força necessária para corresponder a tão alta e espontânea Protecção. Os Redactores, neste publico testemunho da sua gratidão, cumprem com o dever de homens sensíveis á tanta generosidade, e com o de mostrar á mocidade brasileira o espírito de Vossa Magestade Imperial, a pratica de suas augustas acções e o exemplo de sua magnificencia inexgotavel. Beijam as sagradas mãos de Vossa Magestade Imperial os que tem a gloria de serem de Vossa Magestade Imperial". *Revista Guanabara*, 1855. p. 209.

⁶⁷ *Revista Guanabara*. 1855, p. 244

1.2 Pilares do Excepcionalismo Brasileiro

No clássico *O Tempo Saquarema*⁶⁸, Ilmar Rohloff de Mattos aponta o núcleo de cafeicultores do Vale do Paraíba, na província do Rio de Janeiro, como o principal responsável pela construção conservadora do Estado imperial em base escravista. Mattos, que trabalha com a noção gramsciana de “classes dirigentes” e do Estado como *locus* de poder, entende que o grupo de proprietários rurais, que migrara para o Vale e mudara da cultura do açúcar para a do café, conseguiu restaurar a “moeda colonial” (agricultura monopolista voltada para exportação) na nova “região de agricultura-mercantil escravista” ainda ao longo do Primeiro Reinado.

Com a queda do liberal Feijó e princípio do Regresso, em 1837, essa classe senhorial escravista iniciou a centralização do aparelho estatal monárquico, trabalhando pela aprovação da Lei de Interpretação do Ato Adicional e pela reforma do Código de Processo Criminal, concretizadas, respectivamente, em 1840 e 1841. Ao longo do “tempo saquarema”⁶⁹, Mattos mostra que o provérbio atribuído ao político pernambucano Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque⁷⁰ e replicado por parte da historiografia mascara, na verdade, a hegemonia conservadora sobre os liberais, uma relação vertical de poder. Os saquaremas se distinguiriam dos liberais pela defesa ardente da “Ordem” para conter excessos de “Liberdade”, a hegemonia do governo da “Coroa” sobre o governo da “Casa” (províncias e proprietários locais), a fim de evitar a turbulência da “Rua” (revoltas populares, principalmente escravas); a vitória da “Civilização” litorânea contra a “Barbárie” do “sertão”.⁷¹

Em seu livro, fruto de sua tese de titularidade na Universidade de São Paulo, Lilian Moritz Schwarcz demonstra como um Estado essencialmente escravista, de população

⁶⁸ MATTOS, *Op. Cit.*

⁶⁹ O apelido “saquarema” dado a conservadores vem da cidade de Saquarema, na então província do Rio de Janeiro, reduto das fazendas dos principais expoentes do partido como Rodrigues Torres e Paulino José Soares de Sousa. Já o termo “luzia” dado aos liberais pelos conservadores seria o modo pejorativo de lembrar a derrota da revolta liberal em 1842 na cidade de Santa Luzia, em Minas Gerais. *Idem*, p.39.

⁷⁰ “Nada é tão parecido com um saquarema como um luzia no poder.” A respeito do poder dos Cavalcanti de Albuquerque em Pernambuco cf. CADENA, Paulo Henrique Fontes. *Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844)*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 2011.

⁷¹ Como ministro da Justiça, Paulino classificava em 1841 os habitantes dos “sertões” como “bárbaros sem instrução que não participam dos benefícios de nossa civilização nascente”, antecipando dicotomia semelhante à consagrada posteriormente por Euclides da Cunha em *Os Sertões*. MATTOS, 1990. p.34.

majoritariamente negra, recorreu a elementos simbólicos típicos de monarquias europeias para legitimar-se e reinventar-se no Novo Mundo como bastião civilizatório – embora não desprovido de contradições sociais. A historiadora, que se filia à corrente de Mattos e entende o Estado imperial centralizado como fruto do grupo saquarema, lembra que sua consolidação andou em compasso com o resgate da simbologia monárquica, como se vê, por exemplo, no restabelecimento do "beija-mão" pelo regente Pedro de Araújo Lima em 1838, ritual que viera de Portugal junto com D. João VI e que, como símbolo do Antigo Regime português, tinha que ser esquecido quando da abdicação de D. Pedro I com a Regência.⁷²

O auge desse "tempo saquarema" consistiu no gabinete de 1849, que na visão de Ilmar Mattos, concluíra o processo de consolidação do Império. Em 1850, o gabinete da trindade saquarema, Euzébio de Queiroz, Joaquim José Rodrigues Torres e Paulino Soares de Souza, aprovava em um espaço de duas semanas, a Lei Eusébio de Queiroz (Lei nº581, de 04/09/1850) e a Lei de Terras (Lei nº 601, de 18/09/1850): a primeira, proibindo definitivamente o tráfico; a segunda, estabelecendo o monopólio de acesso à terra e garantindo mão-de-obra (dessa vez, de imigrantes) para as lavouras da classe dirigente (o terceiro capítulo desta dissertação é dedicado à análise mais pormenorizada do processo de consolidação do Estado imperial centralizado e de seu discurso justificatório).⁷³

Não coincidentemente este foi também o gabinete em que o Brasil, saído da política de neutralidade que mantinha desde a Regência – em função principalmente das rebeliões que ameaçavam desintegrar o país –, interveio na Banda Oriental contra Manuel Oribe e apoiou a derrubada de Juan Manuel de Rosas em Buenos Aires. Seus membros, como o chanceler Paulino José Soares de Sousa e o próprio Manoel Felizardo de Sousa Mello, valeram-se da mesma retórica empregada nas rebeliões regências e durante o processo de consolidação do Estado imperial centralizado para, desta vez, justificar as ações do Brasil no Prata. A reificação deste discurso sugere que, nas estratégias e ações dos estadistas deste período, as guerras contra revoltas regenciais e liberais, somadas às intervenções platinas, compõem o mesmo processo e esforço de consolidação do Estado imperial, a partir de uma classe cafeicultora escravista que impõe sua hegemonia aos contextos regionais e ao Prata.

⁷² SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca dos trópicos*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 172-173.

⁷³ A respeito da lei de terras cf. MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Editora Contexto, 2010; MOTTA, Marcia Maria M. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

Ricardo Salles pontua que, a partir de 1848, esta classe senhorial escravista, uma vez tendo conquistado a hegemonia no seio do Estado imperial centralizado, buscartambém uma "hegemonia militar crescente" no contexto platino, dando azo às intervenções brasileiras e à supremacia do Império na região até, pelo menos, o fim da Guerra do Paraguai.⁷⁴ O discurso saquarema interno de Ordem e Civilização é readaptado, então, para o plano internacional, e é a releitura dessa narrativa conservadora que denominamos "excepcionalismo brasileiro". O sucesso da consolidação do Estado empreendido por aquele grupo de 1837 foi tamanho que, como lembra Salles, ainda em tempos recentes é possível detectar discursos de uma "nostalgia imperial", sobretudo nos momentos de fragilidade e crise da república brasileira.⁷⁵

O método de análise aqui utilizado vincula-se à teoria social do discurso de Norman Fairclough, para quem "o discurso não é apenas uma prática de representação do mundo, mas também de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado".⁷⁶ O discurso, para o autor, emana de práticas sociais que estão enraizadas em estruturas materiais e sócio-culturais, ao mesmo tempo em que se orienta para elas. Por essa teoria, a construção do discurso da Ordem e Civilização, aplicado às revoltas regenciais e liberais dos anos 1830-40, assenta-se na mesma estrutura social do discurso civilizatório levado a cabo nas intervenções no Prata menos de uma década depois, qual seja, a narrativa do grupo saquarema no poder. E da leitura de documentos oficiais do período e de obras como as de Pinheiro Guimarães e de Ladislau Titara, podemos inferir que o discurso do excepcionalismo brasileiro baseava-se nos seguintes pilares:

- 1) Império como baluarte da civilização europeia nos trópicos: ilha de tranquilidade em meio a "republiquetas" hispânicas
- 2) Império como vizinho paciente e generoso: leva a civilização ao Prata, embora sua nobre tarefa não seja reconhecida ou sequer compreendida
- 3) Ódio imanente aos portugueses pela "raça espanhola", o que não impede ações generosas por parte do Brasil

⁷⁴ SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. p. 70-72.

⁷⁵ *Idem*, p. 15.

⁷⁶ FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. p. 91.

1.3 O excepcionalismo na historiografia sobre o Prata

Aplicado ao caso concreto da guerra contra Oribe e Rosas, de que resultaram os tratados de 1851 entre Brasil e Uruguai – e depois contestados por esse último –, o discurso do excepcionalismo brasileiro gera interpretações como a de que o Império salvou da independência do Uruguai ante as investidas tirânicas de Rosas e Oribe, além de libertar a Confederação Argentina de seu ditador. E apesar desses esforços, a monarquia não seria agraciada com o devido merecimento por parte do Uruguai, tal qual o lavrador próspero não seria reconhecido pelo vizinho salvo de animais daninhos. Já a neutralidade que o Brasil manteve diante dos acontecimentos do Prata desde a Regência até 1851, antes de ser uma necessidade imperiosa em razão das revoltas que ameaçavam a unidade do Império, é exaltada como expressão do pacifismo brasileiro e do apego estrito aos ditames da Convenção Preliminar de Paz de 1828 entre Brasil e Províncias Unidas sobre a independência do Uruguai. "Gigante pacífico", o Brasil que não quer a guerra, embora arrastado a ela, impelido por seus vizinhos. O mito desse pacifismo tem origem ainda no esboço de império luso-brasileiro da Corte joanina, conforme veremos no próximo capítulo.

Foi esse discurso do excepcionalismo, emanado do IHGB, fruto do projeto de Estado imperial saquarema, essencialmente laudatório e oficial, que se perpetuou na historiografia sobre a presença brasileira no Prata até tempos recentes – não sem variantes em função de cada autor. Nela, vemos um Rosas que, desde o início de seu governo a frente de Buenos Aires, trabalhava contra a integridade do Império, sendo auxiliado por seu representante na Corte, Tomás Guido, que se notabilizou por enviar notas "impertinentes" aos chanceleres brasileiros. Já o líder *blanco* Manuel Oribe era retratado como mero instrumento rosista, desprovido de vontade própria, incumbido da missão de desestabilizar a província do Rio Grande do Sul.

Os tratados de 12 de outubro de 1851 entre Brasil e o governo de Montevideu são vistos como produto de uma justa negociação entre partes "em paridade de armas", além de serem requisitados insistentemente pelo próprio representante colorado no Rio de Janeiro, Andrés Lamas. Os descontentamentos uruguaios, quando mencionados nas obras, são encarados como fruto da instabilidade e alta rotatividade do governo local. A missão de Honório Hermeto Carneiro Leão, alvo desta dissertação, não ganha mais do que cinco parágrafos em grande parte dos títulos da historiografia clássica, com exceção do livro de José Antonio

Soares de Souza, *Honório Hermeto no rio da Prata*⁷⁷, publicado em 1959. Paulo Roberto de Almeida também identifica o que chama de "consenso historiográfico" quanto à formação da nacionalidade brasileira e quanto aos elementos que formariam este país *sui generis* na América do Sul:

(...) sólidos princípios territorialistas portugueses; uma indefectível mistura étnica benéfica, em última instância, à unidade nacional (o que mesmo historiadores mais conservadores como Oliveira Lima, por exemplo, não deixam de reconhecer); uma defesa acirrada da unidade nacional e da integridade territorial da nação independente por parte de uma elite oligárquica imbuída de um arremedo de "manifesto destino"⁷⁸;

De acordo com o próprio Almeida, um nome clássico que figura na linha desse consenso historiográfico é o de João Pandiá Calógeras. Diplomata e ministro da Guerra e da Agricultura, Comércio e Indústria na Primeira República, Calógeras é parte dessa "elite imbuída de manifesto destino", sendo neto de João Batista Calógeras, historiador, membro do IHGB desde 1840 e conhecido por seu ardoroso apoio à Doutrina Monroe no período monárquico⁷⁹. Na década de 1920, Calógeras empreende um pioneiro esforço sistematizador da história diplomática, no que resultaram os três volumes da obra intitulada *A Política Exterior do Império*.

Excessivamente minucioso, apego a detalhes e escrito no estilo clássico da história *événementiel*⁸⁰, o diplomata do período republicano dedica o último livro de sua trilogia para relatar a ação do Império desde a Regência até a queda de Rosas, onde naturalmente predominam as questões platinas. A formação social desta região meridional, segundo Calógeras, seria propícia à anarquia, onde cada "provincia, quase cada cidade, obedecia a um tyrannete local, que se mantinha pela violencia e pelo terror".⁸¹

⁷⁷ SOUZA, José Antônio Soares de. *Honório Hermeto no rio da Prata: missão especial de 1851/52*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

⁷⁸ ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações internacionais e política externa do Brasil: a diplomacia brasileira no contexto da globalização*. Rio de Janeiro: LTC, 2012. p. 30.

⁷⁹ Segundo Daniel Sinésio, o filho de João Batista, Michel Calógeras, casou com Julia Ralli, filha de um dos proprietários da firma Ralli Brothers, uma das maiores firmas exportadoras e importadoras de origem grega com sede em Londres. João Pandiá Calógeras era um dos cinco filhos do casal. SINÉSIO, Daniel Jacuá. *A questão Christie e a atuação do secretário João Batista Calógeras (1862-1865)*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: PPGH-UFF, 2013.

⁸⁰ Devido ao factualismo de sua obra, Pandiá Calógeras é alcunhado por Paulo Roberto de Almeida como o "Clausewitz" das relações internacionais do Brasil.

⁸¹ CALÓGERAS, João Pandiá. *A política exterior do império: da regência à queda de Rosas*. Brasília: Senado Federal, 1998, v. III, p. 163.

A dissolução do antigo Vice-Reinado do Prata em cidades e portos autônomos favorecia individualidades – "escolas de *condottieri*"⁸² –, o que explicaria a relativa frequência com que os principais personagens trocavam de lado nas disputas platinas. Esse quadro de instabilidade permanente acabou por arrastar o Brasil para a guerra, pois seria "impossível, dado o temperamento argentino-uruguayo, e nas conjuncturas revolucionarias que se estenderam até 1852, que taes elementos se mantivessem neutros! Uns e outros procurariam alliar-se, á feição das conveniências communs".⁸³ O Império, nas palavras de Calógeras, era o "participe forçado nas questões regionaes que lhe affectavam os interesses vitaes, tanto no Rio-Grande do Sul, quanto no Paraguay e em MattoGrosso".⁸⁴ Rosas, por seu turno, conservada uma certa "má vontade" para com a Corte de São Cristóvão desde que ascendera ao poder, de olho na (re)anexação da Banda Oriental por Buenos Aires.⁸⁵

A culpa do líder argentino pelas guerras platinas também é enfatizada por Hélio Vianna, que em sua famosa *História Diplomática Brasileira*, publicada em 1958, em que afirma que "o ditador Juan Manuel de Rosas, em várias circunstâncias, já havia demonstrado sua animosidade contra a orientação internacional do Império do Brasil, no sentido de serem mantidas as independências do Uruguai e do Paraguai".⁸⁶ Da leitura de sua obra, fruto do curso ministrado pelo historiador no Instituto Rio Branco em 1950, percebe-se o mesmo tom oficial e laudatório que guiou a historiografia precedente, pela qual as ações praticadas pelo Império ou por seus súditos seriam justas retaliações contra hostilidades perpetradas por seus vizinhos. É nesse sentido que seriam compreendidas o contrabando de gado e as incursões ao

⁸² "Apesar do perigo e da inexactidão de fórmulas generalisadoras, principalmente no campo da psychologia das massas, talvez mereça ser notado que os methodospolíticos e sociaes da bacia do Prata apresentam numerosos pontos de similhaça. Influxo, talvez, do viver a cavallo característico da campanha rio-grandense, das planuras do Uruguay e do pampa argentino. Aguçam-se traços pessoaes. Desenvolvem-se qualidades de commando, de audacia, de improvisação e de liberdade mental. Fórma chefes. Consolida prestígios, pelo exemplo. Crêa individualidades. *Escola de condottieri*, por conta propria. A facilidade com que, má grado disciplina e laços nacionaes, o ponto de vista pessoal sobrepuja o collectivo, encontra quiçá explicação nessa exaltação do eu. O que, em outros meios, e tempos diferentes, se tomaria por uma traição, ali, talvez, não passe de um assomo de personalismo excessivo". *Idem*, p. 185-186.

⁸³ *Ibidem*, p. 172.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 171.

⁸⁵ "Desde que Rozas havia assumido a chefia do Poder Executivo, havia-se exacerbado a má vontade, com que, desde muito, fôra considerada a successão da República Oriental; os tratados de 1827 e de 1828, garantidor este ultimo da Independencia do Uruguay, eram mal vistos e só o facto da Inglaterra poderosa ser um dos garantes impedia de facto o rompimento com o Imperio do Brasil." *Idem*, p. 262-263.

⁸⁶ Diz o autor que os atos do governo rosista, "de inegável violência, determinaram a supressão de qualquer opposição, fazendo com que emigrassem para o estrangeiro todos seus inimigos que não fôsem mortos ou encarcerados. Da situação geral de insegurança daí resultante provieram intervenções estrangeiras nos negócios do Rio da Prata, notadamente da França e da Inglaterra, antes da brasileira, que foi decisiva". VIANNA, Hélio. *História diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958. p. 112.

território oriental lideradas pelo barão de Jacuí, tidas como último recurso de uma elite rio-grandense ultrajada face às agressões de Manuel Oribe.

Seu contendor (Oribe) passou a dominar todo o interior do Uruguai, onde as estâncias pertencentes a brasileiros, muito numerosas, eram atacadas e saqueadas com frequência pelos oribistas, que chegavam mesmo a incursionar em território sul-rio-grandense, roubando gado e assassinando estancieiros e peões. Atingindo a perda de gado brasileiro a mais de 800.000 cabeças, e nada podendo fazer contra isso o governo legal de Montevideú, resolveram os estancieiros gaúchos chefiados por Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuí, organizar, em represália, incursões ao território uruguaio, as denominadas califórnia (...)⁸⁷

O mesmo viés faz-se presente em diversas passagens da obra de Vianna, como na narrativa sobre a movimentação de tropas brasileiras em território uruguaio, que teriam sido "entusiasmamente recebidas" em Montevideú, ou na atitude "firme" de Honório Hermeto Carneiro Leão frente a propostas "arbitrárias" de autoridades orientais na questão de limites.⁸⁸ O autor seria, para Paulo Roberto de Almeida, um fiel representante da interpretação da elite dirigente brasileira sobre os principais eventos do Império. Segundo Almeida,

Hélio Vianna segue de perto, quando não incorpora, todas as 'razões de Estado' e os argumentos de chancelaria, num processo de racionalização dissertativa, na qual só existem elites nacionais bem-comportadas e estrangeiros mal intencionados (...). O tom geral do livro de Vianna é obviamente parcial, em favor das elites dirigentes e da própria política externa oficial nos diversos episódios que marcaram as intervenções brasileiras nos problemas da bacia do Prata".⁸⁹

Contemporâneo de Hélio Vianna e, talvez, o maior especialista na história das intervenções brasileiras de seu tempo, José Antônio Soares de Souza, integraria também essa elite nacional dirigente de que fala Paulo Roberto de Almeida. Bisneto de ninguém menos que do visconde do Uruguai, arquiteto do Estado centralizado e da política externa para o Prata, Souza reproduz toda argumentação utilizada por seu bisavô um século antes para justificar a invasão ao Uruguai.

Em sua contribuição para a coleção *História Geral da Civilização Brasileira*, coordenada pelo Sérgio Buarque de Holanda, o historiador fluminense afirma que, desde o

⁸⁷ *Ibidem*, p. 110-111.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 115.

⁸⁹ ALMEIDA. *Op. cit.*, p. 37.

início da década de 1830, o líder farroupilha Bento Gonçalves era "cúmplice" do federalista Juan Antonio Lavalleja, que, por sua vez, era aliado de Rosas. Daí a Revolução Farroupilha servir de instrumento ao ditador argentino para enfraquecer e desintegrar o Império, num raciocínio lógico-linear.⁹⁰

Em perspectiva um pouco dissonante da historiografia clássica, Souza enfatiza que, enquanto perdurou a neutralidade imperial para o Prata, o Brasil mostrava-se meramente reativo às investidas de seus vizinhos, sem uma política clara a ser tomada por conta das revoltas internas. Nesse ínterim, o plenipotenciário argentino na Corte, Tomás Guido, notabilizava-se por criar intrigas e notas pouco diplomáticas, o que era pacientemente contornado pelo Império:

De 1844 a 1849, nada menos de oito Ministros se sucederam na Secretaria de Negócios Estrangeiros e a todos atordoou o General Guido com suas intermináveis recriminações (...). Olinda, Presidente do Conselho e Ministro dos Estrangeiros, fez o possível para chegar a um acordo amigável com o representante argentino. Foi, sem dúvidas, o Ministro mais disposto a negociar uma paz duradoura e quem mais pacientemente tratou com o General Guido. Este, no entanto, tinha ordens severas do Ditador para não se deixar convencer de alguma coisa que pudesse encerrar as questões entre os dois países.⁹¹

Eis então que, na narrativa de Souza, é alçado à chancelaria imperial, em 1849, Paulino José Soares de Souza, seu bisavô e um dos expoentes saquaremas, responsável por imprimir à diplomacia brasileira uma "política hábil e cautelosa, firme e constante". Desde que chegara ao poder, o futuro visconde do Uruguai já tinha percebido que a única solução para os imbróglios com Rosas seria por meio da guerra. Daí ter o ministro procurado selar pactos e alianças defensivas e ofensivas com Urquiza, da província de Entre-Ríos, Paraguai e Uruguai. Com esse último país, segundo o historiador, o tratado bilateral concluído em 1851 seria fruto de "insistentes" solicitações por parte das autoridades uruguaias, o que deslegitimaria o pedido de revisão dos acordos feito logo em seguida pelo governo oriental.⁹²

⁹⁰ "Os entendimentos de Bento Gonçalves com Lavalleja e, por intermédio deste, com Rosas, já existiam desde 1832. O Brasil, com isso, era arrastado para o torvelinho do Rio da Prata, sem querer nem poder envolver-se naquelas lutas, pois, retalhado como se achava pelas revoluções, enfraquecido pela insubordinação geral e crise financeira, se tornara incapaz de defender seus interesses continentais". SOUZA, José Antônio Soares de. O Brasil e o rio da Prata, de 1828 à queda de Rosas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (coord). *O Brasil monárquico: reações e transações*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. t. 2, v. 5, p. 140-161. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira).

⁹¹ *Ibidem*, p. 155.

⁹² "No Rio de Janeiro, nesse mesmo dia 12 de outubro de 1851, foram assinados, pelos plenipotenciários brasileiros e orientais, tratados de limites, comércio, amizade e subsídios entre Brasil e o Uruguai. Estes

E até mesmo um historiador que já se declarou em guerra contra historicismo positivista e oficial de seu tempo, como José Honório Rodrigues, acabou por reproduzir as principais diretrizes da historiografia saquarema sobre a política externa brasileira para o Prata. Sua *Uma História Diplomática*⁹³, posto que fruto de seus cursos ministrados no Instituto Rio Branco entre 1946 e 1954, só seria publicada postumamente em 1995, graças a um convite feito por sua mulher, Leda Boechat Rodrigues, ao historiador e jurista Ricardo Seitenfus, para que organizasse as palestras e lhes desse o sentido de livro. Nele, José Honório emprega metodologias da ciência política e teorias geopolíticas típicas do *National War College*, como a que entende a política externa lastreada em fatores estratégicos do "Poder Nacional", quais sejam, fatores físicos e naturais, fator humano, posição geográfica no mundo e patrimônio e tradição. A partir desse corpo teórico, o historiador defende que a política externa brasileira, desde a independência até basicamente a Primeira Guerra Mundial, estaria sustentada em três diretrizes:

a) Preservação de nossas fronteiras contra as pretensões territoriais de nossos vizinhos: é a política do status quo territorial e, conseqüentemente, a defesa dos limites;

b) Defesa de nossa estabilidade política contra o espírito revolucionário, que perturbou nossa vida entre 1824 e 1850. Foi obra da reação anárquica, iniciada por Bernardo Pereira de Vasconcelos: interna e externamente, foi a política de intervenção contra os caudilhos platinos;

c) Defesa contra a formação de um possível grupo hostil de países hispano-americanos, isto é, uma política de aproximação com os Estados Unidos, para não manter-se o Brasil isolado na América.⁹⁴

Em relação especificamente à segunda diretriz, que é o que interessa a este trabalho, José Honório afirma que o principal objetivo seria acabar com o "caudilhismo" que ameaçava fronteiras e favorecia "governos instáveis e irresponsáveis". Já a Argentina, segundo ele, "desestimou nosso regime e, certa parte de seus publicistas, de nossa gente, que tampouco contava com o apoio de grandes facções no Uruguai".⁹⁵ José Honório atém-se à linha de Hélio Vianna, Soares de Souza, dentre outros, quando afirma que o Brasil se mantinha neutro na luta, apesar das "insolências e dos prejuízos causados por Oribe", ou quando postula que a aliança selada em novembro de 1851 entre Brasil, *colorados* uruguaios e Urquiza tinha por

tratados, já reclamados por Magariños, vinham sendo solicitados, com insistência, por Lamas (...)" *Ibidem*, p. 159.

⁹³ RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo A. S. RODRIGUES, Lêda Boechat (org. e explicação). *Uma história diplomática do Brasil (1531-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. 512 p.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 60.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 64.

objetivo "libertar o povo argentino da opressão de Rosas e estabelecer relações políticas e de boa vizinhança com os governos aliados".⁹⁶

Por outro lado, em razão de se valer da metodologia do "Poder Nacional" e do "interesse nacional", José Honório desvia de uma característica analítica peculiar em parte da historiografia clássica sobre o Prata, que vincula a política externa da política interna. No terceiro volume de sua trilogia, Pandiá Calógeras reserva pouco mais de 100 páginas apenas para explicar todo o debate entre centralização e descentralização do Estado regencial a partir do Ato Adicional, passando por uma explanação sobre o governo Feijó, reação monárquica, e culminando na Maioridade e na Lei de Interpretação do Ato Adicional. Esses capítulos, em seu entendimento, iluminariam o leitor para compreender a dimensão estratégica das "turbulências" do Prata para a integridade nacional. O cuidado com o tema foi também tomado por Soares de Souza, para quem é "um erro comum a quem estuda os lances diplomáticos do Império o de se abstrair completamente da política interna".⁹⁷ Talvez daí tenha origem o esforço da historiografia clássica em vincular Bento Gonçalves e toda a Revolução Farroupilha aos desígnios de Rosas, mesmo antes de estourar o conflito, deslegitimando as principais bandeiras do movimento rebelde. Já José Honório parte do pressuposto de uma política externa formulada por estadistas, desprovido de um passado histórico de atuação na política interna, como se ambas fossem esferas separadas do fenômeno político: a *raison 'État*.

Diferentes abordagens; todas imbuídas do excepcionalismo.

1.4 Rumo à historiografia das relações exteriores

Foi somente no caminhar para o final do século XX que a historiografia sobre o Prata, e de quebra toda a antiga historiografia diplomática, sofreu profundas alterações teóricas e metodológicas que revolucionaram temas e objetivos pesquisados. O fator determinante foi o recrudescimento da globalização e dos movimentos transnacionais a partir dos anos 1970, que tiveram forte repercussão nos trabalhos acadêmicos. A compressão do espaço-tempo, a relativização da soberania e o suposto enfraquecimento do Estado-nação a níveis

⁹⁶ *Ibidem*, p. 165.

⁹⁷ SOUZA. *Op.cit.*, p.142.

inéditos levantaram dúvidas sobre a existência de possíveis paralelos com outros contextos históricos.

Em leitura inovadora, Bertrand Badie interpreta os novos tempos não como um ineditismo, mas sim como a "volta do social para o meio técnico das relações internacionais".⁹⁸ Segundo ele, indivíduos, grupos sociais, partidos, povos e movimentos nacionalistas contemporâneos ao Congresso de Viena de 1815, buscavam pautar a agenda internacional e transnacional incorporando o elemento social, cujo ápice seria a Primavera dos Povos de 1848. Superado o perigo revolucionário, todos esses "intrusos" foram dominados pela diplomacia tradicional bismarckiana, centralizada e reduzida ao Estado. A partir daí, e ao longo de quase todo o século XX, a "diplomacia de gabinetes" pautar-se-ia pelo suposto descolamento entre as políticas interna e externa, esta última resumida no "interesse nacional". Dentro desta lógica, a globalização do final do século XX e início do XXI seriam, em verdade, a volta do "intruso" (social) ao ambiente dominado pelo "diplomata" (técnico), conformando a "sociedade internacional".⁹⁹

A produção historiográfica seguiu esta tendência. Estevão de Rezende Martins lembra que, com o fim da supremacia do Estado nas relações internacionais, cai por terra também a metodologia da "velha" história diplomática, da narrativa factual, interessada apenas em atos estatais e documentos oficiais de chancelarias¹⁰⁰. Em seu lugar, a perspectiva da nova historiografia das relações internacionais debruça-se sobre campos mais ricos como o da cultura, valores, identidade e movimentos transnacionais. Uma abordagem diplomática que leve mais em conta o elemento cultural e antropológico também chegou a ser clamada por Peter Burke.¹⁰¹

Pierre Milza destaca que uma das tarefas do historiador ao enfatizar o componente da cultura nas relações internacionais é justamente jogar luz no entrelaçamento das políticas interna e externa e mostrar a porosidade da suposta barreira que haveria entre ambas. Milza é da corrente que entende que não há separação entre as esferas "interior" e "exterior", mas sim uma continuidade e primazia do primeiro. Enxergar dessa forma é perceber como "injunções

⁹⁸ BADIE, Bertrand; MILANI, Carlos S. R. (trad). *O diplomata e o intruso: a entrada das sociedades na arena internacional*. Salvador: EDUFBA, 2009. 282 p.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 13.

¹⁰⁰ MARTINS, Estevão de Rezende. História das relações internacionais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 83.

¹⁰¹ "Até agora, ninguém, que eu saiba, tentou escrever a antropologia histórica dos parlamentos ou do corpo diplomático moderno e seus rituais (...)". BURKE, Peter. *O que é história cultural? 2. ed.* Rio de Janeiro: Zahar, 2008. p. 138.

de tempo longo" – como excepcionalismos, "missão da nação", dentre outras – influenciam e orientam a política externa, além de servir como instrumento de poder interno por determinado grupo social localizado no interior do aparato burocrático do Estado.¹⁰²

Nessa perspectiva se enquadra o trabalho *O Corpo da Pátria*¹⁰³, do geógrafo Demétrio Magnoli, que traça uma "narrativa territorial" da formação brasileira a partir de instrumentais teóricos de sua disciplina, como o "imaginário geográfico". Sua tese central é a de que a construção do Estado imperial se valeu de uma lenda do tempo colonial denominada "Ilha-Brasil", que pregava uma suposta insularidade do território brasileiro resultante da união das bacias do Amazonas e do Prata¹⁰⁴ em um grande lago, localizado no centro do continente sul-americano. Segundo Magnoli, o "mito fundador da Ilha-Brasil" foi identificado primeiramente por Jaime Cortesão que, embora não tenha provado empiricamente que a colonização lusa instrumentalizou a lenda para fins expansionistas, acabou por oferecer um sentido mais profundo, qual seja, a plataforma de legitimação nacional para o Brasil ancorada no ideal de unidade territorial e cultural ameríndia. Seria a "razão geográfica de Estado", nas palavras de Cortesão, ou o "Destino Manifesto luso-brasileiro", como quer Magnoli.

Ao longo da tarefa de construção do Estado nacional e da nacionalidade no Império, o IHGB notabilizou-se por reproduzir o mito, do qual o expoente máximo fora Varnhagen. Em sua *História Geral do Brasil*, o diplomata e visconde de Porto Seguro descreve o novo país como a reafirmação da herança portuguesa, uma continuidade onde a nação brasileira já estaria fecundada na colônia.¹⁰⁵ Da mesma forma, salienta Magnoli, as terras da América portuguesa, conformadas pela Ilha-Brasil, agora pertenciam ao Império por legítimo direito. Surgem as narrativas da história oficial, onde o bandeirante se apresenta como o agente que consolida o território a partir das "fronteiras naturais".

Especificamente para o Prata, o "mito fundador" do Brasil teria influenciado a política de fronteiras meridionais, principalmente nos episódios da anexação da Cisplatina e das intervenções entre 1851-1870. Isso porque, segundo Magnoli, a Banda Oriental estavam interior das fronteiras naturais do Império:

¹⁰² MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: RÉMOND (org.). *Por uma história política*. 2. ed. FGV, 2003. p. 367.

¹⁰³ MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Ed. Moderna, 1997. 318 p.

¹⁰⁴ Mais precisamente os afluentes dos rios Tapajós, Madeira e Paraguai.

¹⁰⁵ MAGNOLLI. *Op. cit.*, p. 93-94.

Efetivamente, no caso do Uruguai, a estratégia imperial tinha por meta a integração completa – nas dimensões geopolítica e geoeconômica – da chamada Banda Oriental ao território brasileiro. Essa estratégia constituía uma retomada, em novas condições e sob uma outra lógica territorial, da operação lusitana da Colônia de Sacramento. Ela buscava o controle de uma das margens do estuário platino, a abertura da navegação fluvial para as províncias interiores e, acessoriamente, a conquista da praça comercial valiosa de Montevidéu. A percepção profunda que legitimou o empreendimento da Cisplatina foi a do caráter natural da pertinência da Banda Oriental ao Brasil, assentado na doutrina das fronteiras naturais.¹⁰⁶

Com os tratados de 12 de outubro entre o Império e o Uruguai¹⁰⁷, segundo Magnoli, sob "uma outra forma, adaptada à nova situação histórica, reaparecia o projeto cisplatino do Império".¹⁰⁸ O geógrafo relembra ainda o pertinente episódio da missão Abrantes à Europa em 1844, onde havia uma instrução da Corte para que o encarregado plenipotenciário trabalhasse para a reincorporação da Banda Oriental ao Império.

É possível perceber ainda a presença do imaginário geográfico da Ilha-Brasil em eventos que traduziriam o poder simbólico do Império que se afirmava. Conta-nos Lilia Moritz Schwarcz que, por ocasião dos festejos da sagração do menino D. Pedro II como imperador em 18 de julho de 1841, na Corte, foi montado uma estrutura provisória entre o Paço e a Capela Imperial, denominada "Varanda", de onde a cerimônia seria exposta ao público. Além do palco principal, o "templo", a Varanda seria composta por dois pavilhões laterais que representariam as fronteiras: "Pavilhão Amazonas" e "Pavilhão Prata", os sustentáculos do Império americano.¹⁰⁹

Houve também um grupo de historiadores mais filiado à corrente estruturalista gramsciana, a mesma de Ilmar Rohloff de Mattos e Bernardo Ricupero, que buscou explicar os conflitos platinos a partir da ótica de uma "competição interimperialista por hegemonia regional". Ricardo Salles, por exemplo, ao traçar os antecedentes da Guerra do Paraguai, afirma que a política externa imperial era fruto de interesses econômicos maduros de uma sociedade que, por ser essencialmente escravista, estaria na contramão do movimento

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 145.

¹⁰⁷ "Tratado de Aliança entre o Sr. D. Pedro II, Imperador do Brasil, e a República Oriental do Uruguay, assinado no Rio de Janeiro em 12 de outubro de 1851, e ratificado por parte do Brasil em 13 de outubro, e pela referida República em 4 de novembro do mesmo anno". Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1851/b_29/>.

¹⁰⁸ MAGNOLLI, *Op. cit.*, p. 164.

¹⁰⁹ SCHWARCZ, *Op. cit.*, p. 75.

capitalista industrial em voga.¹¹⁰ A classe dirigente cafeicultora, tendo conquistado a hegemonia interna no seio do Estado, além de resolver definitivamente a questão do tráfico de escravos com o Reino Unido, em 1850, estaria apta a exercer o tão almejado domínio do sub-sistema platino:

Enquanto que a tentativa de Rosas de estabelecer uma hegemonia regional a partir da reunificação das províncias que compunham o antigo Vice-Reinado do Prata era um projeto carente de base social mais ampla, o mesmo não acontecia com o Brasil escravista. A maior unificação dos recursos naturais e morais no plano nacional permitia que a Coroa alimentasse esse sonho e que efetivamente buscasse torná-lo realidade. Aquilo que em Rosas era em grande parte retórica, sustentado no peso econômico, demográfico, militar e diplomático do Império, foi ação política concreta.¹¹¹

Também neste grupo figura Luis Alberto Moniz Bandeira, que em sua tese de doutorado de 1986, entendeu haver um "expansionismo estrutural" inerente à política externa joanina e imperial, até pelo menos a Guerra do Paraguai. Esse elemento, segundo o historiador, era fruto da rivalidade secular entre os impérios português e hispânico nas Américas e que foraherdada pelos novos Estados. Com relação à política platina no auge do "tempo saquarema", Moniz Bandeira é categórico ao afirmar que o Brasil "realizou uma política colonial e imperialista *vis-à-vis* dos países da Bacia do Prata, contando com a organização, a ideologia, a experiência e a tradição de domínio do velho Estado português".¹¹²

A ideia de uma suposta rivalidade herdada também permeou os trabalhos de José Luiz Werneck da Silva, para quem a política externa empregada pelo Império brasileiro entre a Regência e a Guerra do Paraguai seria uma moeda de duas faces, intimamente articuladas: de um lado, o legado português de dependência estrutural ao capitalismo britânico, agravada pelo setor escravista-primário-exportador; do outro, uma política autônoma e até mesmo agressiva para com os vizinhos do Prata. O grande mérito do autor é chamar a atenção para o fato de

¹¹⁰ SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 50. Em trabalho bem mais recente, Ricardo Salles revê parte desse argumento ao utilizar o conceito de "segunda escravidão" que, segundo ele, "teve seu pólo dinâmico e estruturador na grande propriedade rural e produtora de commodities para o mercado mundial capitalista em expansão". MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p.130. Esta "nova escravidão", antes de entrar em contradição com o avanço capitalista do Oitocentos, estava adaptada e em sintonia com os fluxos globais de comércio. Exploraremos mais à frente este conceito, quando abordarmos a expansão da classe senhorial cafeicultora na província do Rio de Janeiro e a questão do tráfico atlântico de escravos.

¹¹¹ *Ibidem*.

¹¹² BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1998. p. 94.

que é impossível estudar as intervenções brasileiras nas décadas de 1850 e 1860 sem analisar a ação inglesa no período, interessada em manter o livre-comércio no estuário. Como exemplo, lembrou que Londres era o fiel da balança pela Convenção Preliminar de 1828 entre o Brasil e a Confederação Argentina e, por isso, precisava ser notificada ao menos seis meses antes se uma das partes tivesse a intenção de entrar em guerra com a outra.¹¹³

É de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, contudo, uma das maiores referências sobre a nova historiografia das relações exteriores, que ganhou corpo a partir da década de 1980 no Brasil.¹¹⁴ Devotos da escola francesa das Relações Internacionais, cujo marco teórico maior seria a tese das "forças profundas" de Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle¹¹⁵, Cervo e Bueno instrumentalizam a política externa brasileira dos séculos XIX e XX como promotora do desenvolvimento nacional e garantidora da autonomia, o que não deixou de provocar críticas de autores como Paulo Roberto de Almeida, para quem seria um anacronismo procurar nos chanceleres do Império a preocupação com princípios desenvolvimentistas que só apareceram no Brasil com os governos de Getúlio Vargas e com a escola cepalina.¹¹⁶ Nesse sentido, a dupla periodiza a política exterior do Império em relação ao Prata diferentemente da historiografia tradicional: tentativa de cooperação e entendimento para a defesa das independências (1822-1824); guerra da Cisplatina (1825-1828); política de neutralidade (1828-1843); passagem da neutralidade à intervenção (1844-1851); presença brasileira ativa (1851-1864); retorno à política intervencionista (1864-1876) e retraimento vigilante (1877-1889).¹¹⁷

De todos esses períodos, chama a atenção o ano de 1844, escolhido como marco temporal por Amado Cervo exatamente por conta da Tarifa Alves Branco, que representava o início do esforço de autonomia empreendido pelo Império frente às potências capitalistas mundiais, principalmente ao Reino Unido. O fortalecimento econômico e político gerado pela imposição dessa tarifa protecionista, na visão de Cervo, capacitou o Brasil a produzir uma política externa ativa para o Prata, culminando na intervenção de 1851. Nas palavras do professor da UnB, a "intervenção contra Oribe e Rosas, decidida por Paulino, após a retirada

¹¹³ SILVA, José Luiz Werneck da. *As duas faces da moeda: a política externa do Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Universita, 1990.

¹¹⁴ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2. ed. Brasília: UnB, 2002. 526 p. O professor Amado Cervo, da Universidade de Brasília, foi o encarregado de escrever os capítulos referentes ao Império.

¹¹⁵ RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à história das relações internacionais*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

¹¹⁶ ALMEIDA. *Op.cit.*, p. 50-52.

¹¹⁷ CERVO e BUENO. *Op.cit.*, p. 109.

européia do Prata, correspondeu a uma política nacional autônoma, cuidadosamente preparada".¹¹⁸ Política esta, portanto, definida segundo interesses puramente internos, a partir de finalidades econômicas (comércio e livre navegação na embocadura do Prata e rios interiores), finalidades estratégicas e de segurança (acesso fluvial a Mato Grosso e definição jurídica das fronteiras) e finalidades políticas (funcionamento regular das instituições liberais).

Ao mesmo tempo, segundo Cervo, a efervescência política da "Primavera dos Povos", fruto da Revolução de 1848 na Europa, obrigou as potências europeias a retirar tropas do além-mar para a defesa interna, deixando um vácuo sentido também na bacia platina e que haveria de ser preenchido pelo Império. Como resultado, o Uruguai se transformou num "semi-protetorado" pela Corte do Rio de Janeiro a partir dos tratados de 12 de outubro de 1851.

Apesar de ter como proposta a confecção de um manual sintético – tal qual as obras de Hélio Vianna e José Honório Rodrigues –, ao longo dos capítulos dedicados à parte da política externa imperial no livro de Cervo e Bueno, nota-se a ausência de questões políticas internas como fatores condicionantes da ação internacional do Brasil. Personagens como Paulino (visconde de Uruguai), Abrantes (Miguel Calmon Du Pin e Almeida) e Limpo de Abreu (visconde de Abaeté) aparecem na narrativa muito mais como agentes diplomáticos, ficando à sombra suas posições sociais e trajetórias na construção do Estado nacional.

E é justamente a abordagem oposta que vem predominando nos trabalhos recentes sobre a política externa platina. Em seu doutoramento, intitulado *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*, Gabriela Ferreira defende como argumento central a tese de que a intervenção no Prata a partir de 1850 é reflexo do mesmo processo de construção do Estado imperial que já se completara na primeira metade do século XIX, numa imbricação entre as políticas externa e interna que já havia sido explorada pela historiografia clássica.¹¹⁹ Nessa perspectiva, a província do Rio Grande do Sul, por exemplo, representava o ponto de contato entre as diferentes formações históricas que se dariam naquela parte do continente sul-

¹¹⁸ CERVO. *Op.cit.*, p. 114.

¹¹⁹ FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2006. 239 p.

americano e acabaria por funcionar, assim, como uma "correia de transmissão" dos conflitos platinos para o seio do Império.¹²⁰

A abordagem de Gabriela Ferreira permite enxergar semelhanças e diferenças nas ações tomadas por homens que, sendo responsáveis por combater separatismos e rebeliões na esteira das convulsões regenciais, menos de uma década depois seriam incumbidos da tarefa de sufocar os distúrbios na fronteira meridional do Império já consolidado:

O segundo momento em que o visconde do Uruguai exerceu papel fundamental na vida política do Segundo Reinado foi justamente no início da década de 1850, desta vez na qualidade de ministro dos Negócios Estrangeiros. A trajetória política do visconde reflete, de certa forma, o processo de construção e consolidação do Estado centralizado brasileiro, em meados do século XIX. O mesmo homem que, no início da década de 1840, ocupando a pasta da Justiça, falara em estender a ordem ao interior do País e acabar com a "barbárie dos sertões", no começo da década seguinte voltava sua atenção para fora do país, para a "barbárie" dos outros, vista como ameaça à ordem imperial.¹²¹

Ferreira ressalta que, quanto à temática platina nos programas partidários, não havia uma clivagem clara entre conservadores e liberais, tendo em ambos tanto "intervencionistas" quanto "pacifistas". Por outro lado, o grupo saquarema diferenciava-se por uma atuação mais enérgica e por um "nacionalismo mais ativo e vigilante". Não à toa foram eles os responsáveis pelo projeto de Estado imperial centralizado e, conseqüentemente, pelas principais diretrizes da política externa brasileira no período.

Questão importante a ser sublinhada neste momento é que tanto a historiografia clássica quanto àquela imbuída de novas metodologia se bases teóricas ainda carecem de abordagens relativas às cultura se outras estruturas de tempo longo que influenciaram todos os atores envolvidos na intervenção do Império nos negócios do Prata. À parte os resquícios de oficialismo do IHGB que persistem em alguns trabalhos, predominam análises que privilegiam fatores econômicos e geopolíticos como determinantes para a política externa saquarema. Ora, não foi este o período em que, segundo Mattos, a classe dirigente de

¹²⁰ "A província do Rio Grande do Sul vivia portanto uma situação particular: de um lado, integrava o Império do Brasil, respeitava a Constituição e subordinava-se às ordens do Poder Central - o qual, aliás, nomeava os presidentes de província. De outro lado, sua posição geográfica, sua tradição militar desenvolvida nas recorrentes lutas na fronteira aberta, seu perfil social e econômico, vínculos pessoais, econômicos e políticos aproximavam-na de seus vizinhos do Prata. A província meridional do Brasil acabava por funcionar, assim, como a correia de transmissão dos conflitos platinos para dentro do Império". *Ibidem*, p. 75.

¹²¹ *Ibidem*, p. 143.

cafeicultores se notabilizou pela “manutenção da Ordem e difusão da Civilização”?¹²² Constata-se, portanto, que a historiografia brasileira ainda padece dos males do “paroquialismo” e do “diálogo de surdos”, denunciados por Peter Burke¹²³, quando se trata de política externa: trabalhos focam ou na política interna, ou na cultura interna, ou na política externa e seus conceitos estratégicos e geopolíticos próprios da ciência política. Com um olho em cada esfera independente, historiadores não enxergam o que está na interseção dos campos: o excepcionalismo brasileiro.

A novíssima obra - já clássica - lançada em 2017 pelo embaixador Rubens Ricupero, *A diplomacia e a construção do Brasil*, tangencia pontualmente essa questão e chega até a empregar a expressão "excepcionalismo brasileiro", apontando suas bases no contraste dos "pontos de partida" entre a monarquia brasileira forte, centralizada e relativamente estável, de um lado, e a fragmentação da América hispânica em repúblicas oligárquicas, de outro¹²⁴. Ricupero, contudo, não aprofunda sua análise sobre o conceito, nem pretende identificá-lo como discurso justificatório das ações do Império no Prata. Apesar de reconhecer que o Império transforma o Uruguai em "semiprotetorado" brasileiro a partir de 1851¹²⁵, o experiente embaixador não dedica mais do que alguns parágrafos à missão de Honório Hermeto e evoca, ainda, interpretações herdadas da historiografia clássica do IHGB, como a que a diplomacia brasileira legou ao Brasil a conformação pacífica do território nacional, sempre com base em negociações e no respeito ao direito internacional público. Afirmações genéricas como essa negligenciam episódios como a tensão entre Honório e o governo uruguaio em torno dos tratados de 1851, que levou o plenipotenciário brasileiro a ordenar a ocupação do país vizinho pelas tropas de Caxias. Houve negociações, ainda que com faca no pescoço.

Ao lado de Gabriela Ferreira, a tese do diplomata César de Oliveira Lima Barrio é um importante ponto fora da curva. Diz Barrio que o “intervencionismo do período entre 1849-52 representou a dimensão externa do ideário político do grupo conservador que ocupou posição

¹²² MATTOS. *Op. cit.*, p. 200.

¹²³ BURKE, Peter; GERHART, Klauss Brandini (trad.); MAJER, Roneide Venâncio (trad.). *História e teoria social*. 2. ed.ampl. São Paulo: Unesp, 2012. p.17.

¹²⁴ RICUPERO, Rubens. *A diplomacia e a construção do Brasil (1750-2016)*. 1a ed. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, p. 83.

¹²⁵ *Ibidem*, p. 173

hegemônica na política interna desde o final da Regência”¹²⁶. Segundo ele, as mesmas bandeiras de “Ordem” e “Civilização”, impostas pelos saquaremas durante as rebeliões regenciais e revoltas liberais da década de 1840, foram também levadas ao Prata contra a “Barbárie”caudilhista. O trabalho traça novo caminho de investigação, que poderia ser complementado com algumas perguntas: de que forma os conceitos saquaremas de “Ordem” e “Civilização”, formulados internamente, foram apresentados externamente pelo Império? O que é “Ordem”, no plano internacional e para o gabinete de 1849? Que “Civilização” é essa que deveria ser difundida? Qual o peso da representação da monarquia imaginária dos agentes?

Conclusões

Buscou-se, neste capítulo, demonstrar como o discurso civilizatório e nacional saquarema, nascido ainda durante o conturbado processo de consolidação e centralização do Estado imperial – e alimentado por obras patrocinadas pelo IHGB – foi readaptado para o contexto das intervenções platinas, dando origem ao que denominamos “excepcionalismo brasileiro”. Este último, aparecido imediatamente após a queda de Rosas, em 1852, permeou os principais trabalhos da historiografia clássica e oficial. São característicos desse discurso, por exemplo, a missão civilizatória e bemintencionada do Império, a ingratidão de seus vizinhos e a altivez com que os chanceleres brasileiros, expoentes do grupo saquarema, conduziram a política externa imperial. Por outro lado, constatou-se que a nova historiografia das relações exteriores, sem prejuízo de sua enorme contribuição teórico-metodológica, ainda não prestou atenção na vertente cultural das intervenções platinas.

Menos ainda são os trabalhos concentrados especificamente na missão de Honório Hermeto Carneiro Leão à região, entre 1851-52, tema que aguarda por nova revista histórica há mais de seis décadas, desde o clássico de José Antônio Soares de Souza. Como integrante da “trindade saquarema”, e tendo como ajudante José Maria da Silva Paranhos (visconde do Rio Branco), talvez o diplomata de maior importância para a política externa imperial na segunda metade do Oitocentos, Honório Hermeto é figura ímpar para o estudo do excepcionalismo brasileiro. Foi a primeira autoridade do Império a exercer atuação fora de

¹²⁶ BARRIO, César de Oliveira Lima. *O intervencionismo do império brasileiro no Rio da Prata: da ação contra Rosas e Oribe à Tríplice Aliança*. 2011. 289 p. Tese (Doutoramento em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

nossas fronteiras já imbuída de uma missão civilizatória predestinada ao Brasil. Suas ações serão pormenorizadamente estudadas nesta dissertação.

Mas antes, faz-se necessário recompor o processo de ocupação territorial e formação dos Estados na bacia do Prata, sem o qual é impossível compreender as turbulências na região. Já no início do século XIX, com a vinda da Corte joanina para a América, surgia figura de um império luso-brasileiro "pacificador", discurso que justifica a anexação da Banda Oriental em 1821 e culmina, conseqüentemente, na Guerra Cisplatina.

CAPÍTULO 2

Nasceum Império "pacificador" nos trópicos?

2.1 Restauração Bragantina e primórdios da ocupação platina

Ao tempo da Restauração de 1640, Portugal possuía um vasto e consolidado império marítimo, que se estendia das ilhas atlânticas de Açores, Madeira e Cabo Verde, passando pela América do Sul e África, até chegar às feitorias no Sudeste Asiático e China. Mas foi o "sistema atlântico" que assumiu crescente importância para a manutenção do reino. Tal sistema era caracterizado pelas produções de *plantations* de açúcar e outras especiarias na América portuguesa, assentadas em trabalho escravo que, por sua vez, era garantido por um fértil tráfico negreiro nas costas de Angola e Moçambique. Rotas comerciais, tais como Rio de Janeiro-Luanda, Rio de Janeiro-Lisboa, Bahia-Costa da Mina e outras, movimentavam produtos tais como aguardente e tabaco, que eram trocados por negros africanos destinados aos engenhos açucareiros na zona-da-mata do Nordeste brasileiroe, em menor escala, no Centro-Sul.¹²⁷ O açúcar, por sua vez, era exportado para Lisboa, que o revendia para os demais países europeus.

Na passagem para o século XVII e ao longo desta centúria, o império marítimo luso sofreu o que João Fragoso e Thiago Krause chamaram de "viragem estrutural" em direção à maior dependência desse sistema atlântico, vez que Lisboa perdia posições nas Índias para nações emergentes como Holanda, França e Inglaterra.¹²⁸ E, apesar da importância basilar para a Coroa portuguesa recém-restaurada, Fragoso e Krause afirmam que o comércio e a colonização nesta parte do globo se deram de forma desarticulada, sujeitos aos impulsos dos agentes particulares que migraram para o ultramar. Segundo eles, a experiência adquirida nas

¹²⁷ Diversos autores exploraram a dinâmica do sistema atlântico português, ainda que por diferentes perspectivas teórico-metodológicas. Dentre os vários trabalhos cf. BOXER, Charles. *O império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Org.). *O Brasil Colonial: 1580-1720*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, v. 2; FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; KRAUSE, Thiago (orgs). *A América portuguesa e os sistemas atlânticos na época moderna: monarquia pluricontinental e antigo regime* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2013.

¹²⁸ FRAGOSO, João; KRAUSE, Thiago. *Sistemas atlânticos e monarquias na era moderna: anotações preliminares*. IN: FRAGOSO e GOUVÊA, *Op. cit.*, p. 9.

ilhas atlânticas ainda no século XV foram replicadas e aprimoradas nos demais domínios coloniais lusos.¹²⁹

Restaurada a monarquia em 1640, Portugal precisava reviver a dinâmica comercial experimentada na América do Sul durante os anos de União Ibérica. Seus maiores objetivos eram obter a prata de Potosí escoada pelo rio da Prata e coordenar expedições em busca de ouro e outros metais preciosos no "sertão" da América portuguesa. Ainda em guerra contra a Espanha, e com parte do Nordeste brasileiro ocupado pelos holandeses, a Coroa lusitana precisava mais do nunca dessas moedas como forma de fazer circular o comércio de seu império marítimo.¹³⁰

Enquanto fez parte do domínio espanhol, Portugal desfrutou do pujante comércio no Atlântico Sul, mais especificamente do contrabando entre Buenos Aires e Assunção. Região marginal aos interesses de Castela, a bacia do Prata praticamente não participava das rotas oficiais-legais de comércio autorizadas pelo soberano espanhol. No começo da colonização, apenas dois portos da América hispânica estavam autorizados a comercializar com Sevilha: Vera Cruz (vice-reinado da Nova Espanha) e Porto Bello (vice-reinado do Peru). As zonas periféricas de Tucumán e Paraguai apenas se especializariam em monoculturas voltadas ao abastecimento das regiões produtoras do Alto Peru. Refundada em 1580 por Juan de Garay, Buenos Aires viuseu comércio com o Brasil ser legalizado e depois proibido em 1595 por Felipe II, convencido pelos mercadores de Lima, que não queriam concorrentes na exportação de prata e comercialização de tecidos no Peru.¹³¹

O vácuo deixado pela Coroa de Castela foi, obviamente, preenchido pelas elites mercantis da América portuguesa, principalmente nos anos de União Ibérica. Comerciantes do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, já integrados no sistema atlântico luso, suprem a carência de escravos, gêneros alimentícios e manufaturas nos principais portos platinos, especialmente Buenos Aires.¹³² E um dos maiores interessados em manter o triângulo Rio-

¹²⁹ *Ibidem*, p. 15.

¹³⁰ A guerra contra Castela, em sequência à restauração portuguesa, só terminará em 1668. A respeito da Restauração portuguesa e seu impacto no Estado do Brasil cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998; SCHWARTZ, Stuart B. *Prata, açúcar e escravos: de como o império restaurou Portugal. Tempo*. Niterói, v. 12, n. 24, 2008. p. 201-223.

¹³¹ AMEGHINO, Eduardo Azcuy; BIROCCO, Carlos María. *As colônias do Rio da Prata e o Brasil: geopolítica, poder, economia e sociedade (séculos XVII e XVIII)*. In: CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mário (orgs.). *História do Cone Sul*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015. p. 18.

¹³² A respeito dos portugueses no Rio da Prata cf. CANABRAVA, Alice P. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1984; CEBALLOS, Rodrigo.

Luanda-Buenos Aires seria o governador fluminense Salvador Correia de Sá e Benevides, que não só organizou uma expedição para retomar a feitoria angolana dos holandeses, como também foi nomeado pela Coroa capitão-general do Sul em 1647, com domínios que se estendiam até o Prata.¹³³ Movido tanto pela riqueza material quanto por mercês, distinção e títulos de ordens militares, Correia de Sá tinha como principal missão restabelecer as rotas em direção ao estuário, garantir o contrabando de prata e organizar expedições em busca de ouro. Quando estourou a conhecida "revolta da cachaça" em 1660 no Rio de Janeiro, por exemplo, o governador estava em viagem a Paranaguá, atual estado do Paraná, coordenando buscas de ouro.¹³⁴

De acordo com Synesio Sampaio Goes Filho¹³⁵, de Cananeia (SP) até a foz do Prata não havia ocupação luso-brasileira permanente até o último quartel do Setecentos. Portugal procede então a articulações para enviar bandeiras e missões de construção de povoados. Foi então que, em 1676, após investidas diplomáticas em Roma, a Igreja edita a bula *Romani Pontificis*, responsável por instituir a diocese do Rio de Janeiro com o limite meridional até a margem Norte do rio da Prata.¹³⁶

Estava dada a justificativa, com carimbo pontifício, para a expansão lusitana ao Sul. O fato deu força ao argumento de Portugal de que a parte meridional da linha de Tordesilhas chegaria àquela margem fluvial. Não tardou muito para que um de seus súditos tivesse a iniciativa de organizar uma expedição para fixar a posse portuguesa na região. Em 1680, Manuel Lobo parte do Rio de Janeiro e funda a Colônia de Sacramento, num refúgio portuário localizado bem em frente à cidade de Buenos Aires, na Banda Oriental do rio Uruguai. Dali seria relativamente fácil controlar as rotas de contrabando de prata e vender manufaturados portugueses e gêneros alimentícios para os principais portos da região.

Extralegalidade e autotransformação no porto: a presença portuguesa na Buenos Aires colonial (século XVII). Territórios e Fronteiras, Jul/Dez 2008, v.1, n. 2, p. 300-317.

¹³³ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; RIBEIRO, Mônica. *Conquista do centro sul: fundação de Sacramento e o "achamento" das Minas*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *Op.cit*, p. 275. A respeito de Salvador Correia de Sá e Benevides cf. BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1886*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

¹³⁴ FIGUEIREDO, Luciano R. A. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais (1640-1761)*. Tese de doutorado, USP, Departamento de História, 1996, p. 27. A lógica do sistema de mercês, onde a distinção honorífica e elevação no status social eram a moeda de troca pelas expedições e guerras travadas sertão adentro, contesta a versão oficial da historiografia, oriunda do IHGB, que enxergava o bandeirante como o consolidador do fecundo território nacional.

¹³⁵ GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes e diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 161-162.

Soou como provocação. Meses depois da fundação, membros da elite mercantil de Buenos Aires invadem e destroem parcialmente Sacramento. No ano seguinte, um armistício é selado e Portugal retoma o povoado. Tem o início do que Fabrício Prado denomina "primeira fase" na colonização de Sacramento. Nesse período, luso-brasileiros adquirem conhecimento mais aprofundado das rotas comerciais do estuário, clima e vegetação da Banda Oriental, além de articularem duas frentes de expansão para o Sul: uma do Rio de Janeiro com ligação marítima direta a Sacramento, e outra saindo de São Paulo por terra e fundando Laguna em 1686.¹³⁷ Era desejo português iniciar outros assentamentos que dessem suporte à colônia oriental.

Apesar de criar raízes, a primeira fase de Sacramento encerra-se no contexto da Guerra de Sucessão Espanhola, quando espanhóis atacam e tomam novamente a cidadela em 1705. Apenas em 1713, pelo Tratado de Utrecht-II, é que a Coroa lusitana retoma sua posse. Tem início a segunda fase da colonização platina portuguesa, caracterizada por Prado como a mais frutífera em termos de riqueza material e cultural. Ao redor do povoado, criou-se uma espécie de cinturão agrícola responsável por abastecer os habitantes de Sacramento. Lá, além da exploração da pecuária, plantavam-se trigo, legumes e hortaliças. Prado ressalta que, ao lado da subsistência, este entorno seria responsável por assentar colonos no interior da Banda Oriental, às custas da expulsão dos índios Tape e missionários jesuítas. Portugal revelava, assim, seus desígnios de ocupação permanente da região.

Utilizando como base as cartas do governador de Sacramento, Manoel Gomes Barbosa, enviadas em 1719 ao Rio de Janeiro, Prado estima que a cidade abrigasse 51 casas de pedra, uma casa de couro para índios e um presídio. Três anos depois, o novo governador, Antônio Pedro de Vasconcellos, realiza uma espécie de censo local e contabiliza 1.388 habitantes, entre brancos, pardos, índios e escravos, dos quais apenas 28% eram mulheres.¹³⁸ Vasconcellos será responsável por alargar a extensão das muralhas da cidade e coordenar a vinda de casais dos Açores e Madeira para trabalhar no cinturão agrícola.

¹³⁷ PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia de Sacramento: o extremo-sul da América Portuguesa no século XVIII*. Porto Alegre: Ed. Fabrício Prato, 2002, p. 50. Tanto Sacramento quanto Laguna estariam interconectadas ao sistema atlântico luso, exportando para o Prata escravos e até como móveis de jacarandá e extraindo da região os minérios de Potosí, erva-mate, trigo e outros produtos que alimentavam o crescente mercado interno brasileiro das minas de ouro, especialmente o charque. Domingos de Filgueira estabeleceu a ligação por terra entre Laguna e Sacramento ainda em 1703.

¹³⁸ *Ibidem*, p.95.

Para Prado, esta segunda fase de expansão perdurou de 1713-1753, mesmo que o período compreenda o sítio espanhol a Sacramento entre 1735-37. Durante o cerco, os habitantes luso-brasileiros passaram a depender quase exclusivamente do abastecimento via comércio marítimo, uma vez que todo entorno da cidade havia sido tomado pelos portenhos. Há relatos de homens e mulheres comendo carne de cachorros e até de ratos. O cerco militar a Sacramento terminou com o Tratado de Paris de 1737, que pela primeira vez utilizou o princípio jurídico romano da posse efetiva (*uti possidetis*) para reorganizar a ocupação na Banda Oriental. O acordo congelava o *status quod* dos assentamentos, ou seja, pertencia a Portugal e a Espanha tudo o que as duas Coroas de fato ocupavam na região em 1737. Com isso, Sacramento passaria a ser cercada por tropas espanholas que se mantinham no interior. Mesmo a praça de Montevideú, uma tentativa de colonização portuguesa de 1723, tornou-se possessão espanhola três anos depois.

Engana-se, contudo, quem pense que a Coroa lusitana haveria de desistir de seus desejos expansionistas no Prata. No mesmo ano do Tratado de Paris, súditos de Portugal fundam o forte Jesus Maria José e a vila de Rio Grande de São Pedro, no litoral Norte da Banda Oriental. O povoado, além de receber parte dos habitantes de Sacramento, que de lá fugiram por conta dos conflitos com Buenos Aires, assume posição estratégica nas rotas comerciais no complexo portuário platino, dando novo suporte à Colônia. A vila abrigaria cerca de 1,4 mil habitantes por volta de 1744, segundo Prado.

E em uma região tão instável quanto belicosa, seria natural imaginar que a rivalidade inter-imperial fosse um empecilho ao pleno desenvolvimento do comércio. Nada mais errado. Em seu trabalho, Prado descreve como as redes pessoais de afinidades e fidelidades facilitavam as trocas comerciais, mesmo que por contrabando, nas duas margens do Prata. Segundo o autor, essa "cultura da evasão" ganharia novo vigor a partir do século XVIII, quando mercadores espanhóis e luso-brasileiros uniam-se por casamentos, compadrios e redes de clientelismo e desafiavam a lógica dos exclusivismos coloniais.¹³⁹

Da análise da documentação oficial de Sacramento, Prado expõe inúmeros relatos de contrabando e o funcionamento de um fervilhante comércio, mesmo em tempos de rivalidades. Tomemos como exemplo o caso de Manoel Botelho de Lacerda, antigo sargento-mor da Fortaleza de Santa Cruz, no Estado do Rio de Janeiro, e que chegou à povoação platina para exercer o mesmo cargo em 1722. Em menos de dez anos, Botelho de Lacerda já

¹³⁹ *Ibidem*, p. 141.

era uma das autoridades que dominavam as redes de contrabando com Buenos Aires e Montevideú. Em razão de seu zelo pelos serviços prestados à Coroa lusitana, ele é feito juiz da recém-criada Alfândega de Sacramento, em 1729. Uma de suas filhas casou-se com o mercador inglês John Burrish, especializado no trato platino, apesar de o comércio com a Inglaterra ser proibido naquele momento. Outro filho do juiz, Pedro Lobo Botelho, construiu amizade sólida com o governador de Buenos Aires, Joseph de Andonaegui, com quem realizava negócios frequentemente.

Já o médico de Sacramento, Manoel Pereira do Lago, também em razão de seus serviços realizados na cidade e da eminência pública de sua figura, é feito Almojarife da Fazenda Real, em 1731, pelo governador Antônio Pedro de Vasconcellos. A partir de então, incrementa seus negócios servindo como intermediário platino da elite mercantil sediada no Rio de Janeiro. Quando Vasconcellos é transferido para a capitania fluminense, em 1749, a rede de contatos tecida por Pereira do Lago é tamanha que o outrora médico consegue acompanhar seu padrinho e ocupar o mesmo cargo de Almojarife, só que em um porto bem mais movimentado. Uma promoção.

Esse era o cenário da bacia do Prata às vésperas da conclusão do acordo diplomático que garantiu a quase totalidade das fronteiras atuais do Brasil. Em 1750, Portugal e Espanha assinam o Tratado de Madri, pelo qual a cidade de Sacramento haveria de ser convertida em posse espanhola, em permuta com a região dos Sete Povos das Missões, a aquisição portuguesa.¹⁴⁰ O governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, chegou a viajar para o Sacramento entre 1753-55 a fim de demarcar os limites do acordo com seu homólogo espanhol, o marquês de Valdelírios. A nova fronteira entre os dois impérios ibéricos no Sul seguiria pelo Jaguarão, abaixo da Lagoa dos Patos. Rio Grande de São Pedro, São Miguel e o Chuí seriam as vilas mais austrais da América portuguesa.¹⁴¹

O Tratado de Madri nunca saiu do papel. Jesuítas espanhóis e índios Guaranis e Tape recusaram-se a evacuar a região dos Sete Povos das Missões (atualmente Oeste dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul), provocando as "guerras guaraníticas" ao longo dos anos 1750¹⁴² e culminando na expulsão da Companhia de Jesus da Espanha. Enfraquecidos, os padres perdem posições em algumas das missões dos Sete Povos para os portugueses.

¹⁴⁰ FILHO. *Op. cit.*, p.196.

¹⁴¹ PRADO. *Op. cit.*, p. 58.

¹⁴² O Tratado de El Pardo, de 1761, anulou oficialmente o Tratado de Madri.

Contudo, sem poder desfrutar integralmente da posse dessa região, a Coroa lusa não abre mão de Sacramento, em descumprimento ao que havia sido combinado no acordo. Além disso, o novo "valido" do rei D. José I, o marquês de Pombal, seria um dos maiores críticos ao Tratado de Madri, que em sua visão, errou ao conceder o maior trunfo de Portugal no Prata.

Diante do impasse jurídico-diplomático e na esteira das reformas borbônicas de viés centralizador, Castela finalmente institui o Vice-Reinado do Prata, assentado em Buenos Aires e separado administrativamente de Lima, sede do Vice-Reinado do Peru. A medida teve por objetivo fortalecer a posição espanhola e combater o contrabando no estuário. E deu certo: uma das primeiras medidas do primeiro vice-rei do Prata, Pedro de Ceballos, foi a retomada de Sacramento à Coroa castelhana.

Rapidamente as tropas espanholas dominam a cidadela e ainda mantêm o controle da região de Sete Povos das Missões. Em situação militar mais vantajosa, Espanha consegue extrair do soberano português o Tratado de Santo Ildefonso de 1777, que definia como domínio espanhol as duas regiões em disputa. É de se ressaltar que o acordo era tido como uma "convenção preliminar de limites" que seriam melhor definidos em outro futuro acordo bilateral.

Esse detalhe influenciará toda a política externa de fronteiras do Império no século seguinte, conforme lembra Synesio Filho. Ocorre que, quando da famosa "Guerra das Laranjas" entre Portugal e Espanha pela região metropolitana de Olivença, os vizinhos ibéricos assinam o Acordo de Paz de Badajoz de 1801, selando fim ao conflito. Nele, não só não foram definidos os limites platinos, como também as cláusulas do Tratado de Santo Ildefonso seriam anuladas, deixando um vácuo jurídico sobre as fronteiras meridionais. Conforme será visto futuramente, enquanto os novos Estados hispânicos assentaram base jurídica nos termos de 1777— mais vantajoso para a América hispânica —, o Império português acabou restaurando a tese do *uti possidetis* do antigo Tratado de Madri, ou seja, o domínio de cada país será aquele onde houver a posse efetiva.¹⁴³ Pouco antes do acordo de paz de 1801, tropas luso-brasileiras retomam, por iniciativa própria, a região próxima ao Sete Povos, no Oeste da província do Rio Grande do Sul.

¹⁴³ "Na verdade, a doutrina da não validade de Santo Ildefonso e do conseqüente recurso ao *uti possidetis* para resolver problemas de fronteira foi por pouco firmando-se na diplomacia imperial, depois de vários anos de indecisão, nos quais não faltaram documentos oficiais que defendam a vigência integral do Tratado de Santo Ildefonso". FILHO. *Op. cit.*, p.244.

No intervalo entre os tratados de 1777 e a consolidação dos Estados-nacionais, portanto, prevaleceram as incertezas jurídica e política, com grupos autônomos disputando as correntes mercantis da bacia do Prata. Na tentativa de potencializar o comércio e extrair ganhos alfandegários, Castela instituiu o Regulamento de Comércio Livre de 1778, dando liberdade a 14 portos espanhóis e 22 americanos para comercializarem entre si. Pouco depois, o "déspota esclarecido" Carlos III ordena que a prata saída de Lima fosse agora escoada a partir de Buenos Aires, a fim de pagar e sustentar a nova administração local. Seu filho, Carlos IV, deu continuidade à liberalização comercial empreendida pelo pai: em 1796, ficava finalmente autorizado o comércio entre as colônias estrangeiras e navios espanhóis.¹⁴⁴

O tráfico africano ganhava força, fortalecendo a produção agrícola na região platina. Zonas intermediárias como Cuyo, Salta, Córdoba, Tucumán e Assunção especializam-se no abastecimento de Buenos Aires, com estabelecimento inclusive de um "cinturão do trigo" ao seu redor. Mas foi a consolidação do latifúndio da pecuária pela Banda Oriental a produção mais rentável para a alfândega portenha. O cenário na alvorada do Oitocentos era de baixa densidade demográfica, terras concentradas e destinadas principalmente ao gado "vacum", criando uma estrutura social propícia à "peonagem" em grandes propriedades, as chamadas "estâncias". Eduardo Azcuy Ameghino e Carlos María Birocco afirmam que vem dessa situação de vácuo deixado pelas vacarias meridionais a origem do termo espanhol *vacancia*. E traçam o cenário de Buenos Aires e da Banda Oriental no começo do século XIX:

Finalmente, a imagem da campanha rio-platense não pode deixar de refletir a imagem de um espaço de quatro milhões de hectares, com apenas 20 mil cultivados, em que pastavam não menos de dois milhões de animais e reproduziam sua existência ao redor de 30 mil habitantes permanentes. Ou seja, uma paisagem agrária com 0,5% de superfície cultivada e 99,5% de vegetação natural, onde não se contabilizava menos de uma pessoa para 30 cabeças de gado por quilômetro quadrado. E note-se que esta é a imagem de Buenos Aires, por onde é fácil imaginar qual seria a da Banda Oriental, a maior criadora de gado vacum de toda a América Ibérica.¹⁴⁵

¹⁴⁴ É interessante notar que, ao mesmo tempo em que a Espanha passa por reformas ditas "esclarecidas", Portugal adquire viés político reacionário na "Viradeira", ocasião em que sobe ao poder a rainha D. Maria I, responsável por dispensar o auxílio do marquês de Pombal. Sem ele, minguam os investimentos em manufaturas, ciências naturais e na própria Universidade de Coimbra, causando reverses inclusive a cientistas brasileiros notáveis como José Bonifácio.

¹⁴⁵ AMEGHINO, Eduardo Azcuy; BIROCCO, Carlos María. *Op.cit*, p. 71. Os autores esclarecem que o gado chegou ao Prata ainda na expedição de Juan de Garay que refundou Buenos Aires em 1580. Na ocasião, foram trazidas 300 cabeças, que, logo após espalharam-se pelos pampas, deram origem a um imenso rebanho selvagem, sujeito a caçadas tanto de luso-brasileiros quanto de índios e colonos *criollos*.

Das guerras de 1776 e 1801 restaram ao domínio português, na porção meridional, as terras que se estendiam até aproximadamente o porto de Rio Grande de São Pedro, tendo o Tratado de Madri como parâmetro utilizado por Lisboa para separar as posses das duas Coroas. O Tratado de Badajoz, longe de pacificar a rivalidade ibérica, esquentou a tensão entre Portugal e Espanha na primeira década do século XIX, tensão que agora se ajusta ao contexto internacional bipolar das guerras napoleônicas no continente europeu. De um lado está a Casa dos Bragança, ligada ao Reino Unido desde o Tratado de Methuen de 1703 e dependente comercialmente de Londres. De outro está a Casa dos Bourbon, aliada à França por laços familiares¹⁴⁶ e que agora tem de lidar com o novo soberano francês, Napoleão Bonaparte.

O prodigioso general da Córsega, logo em seguida à vitória contra a Prússia na batalha de Iena, institui o Decreto de Berlim de 21 de novembro de 1806, que ficou conhecido como o "bloqueio continental": nações submetidas ao auto-proclamado império francês na Europa ocidental não poderiam mais comercializar com navios ingleses, senhores dos mares desde o século anterior e que, dois anos antes, tinham praticamente eliminado a marinha napoleônica na batalha de Trafalgar. A intimação francesa para que Portugal e Espanha cortassem relações com Londres chegara em agosto de 1807. D. João, o príncipe regente, vendo seus conselheiros divididos entre os que decidiam cooperar com Napoleão e os que se agarravam ao "partido inglês" – dentre os quais D. Rodrigo de Sousa Coutinho –, protelava uma palavra final. Já a Espanha, dois meses depois da intimação, decide cooperar e assina com Napoleão o Tratado de Fontainebleau, pelo qual Madri e Paris concordam em invadir Portugal e retalhá-lo em três estados. O sinistro plano começa a ser posto em prática ainda naquele ano. Vendo as tropas inimigas se aproximarem à distância, D. João opta às pressas por um plano ousado, mas nem por isso inédito: transmigrar toda a Corte lisboeta para a América, mais precisamente para o Rio de Janeiro, sede do futuro império luso-brasileiro.¹⁴⁷

A decisão provou ser a mais correta. Logo após a fuga do rei português para o Brasil, Napoleão rasga o Tratado de Fontainebleau e força a abdicação tanto de Carlos IV quanto de seu filho, Fernando VII, do trono espanhol. Após relutarem, ambos renunciam em favor do

¹⁴⁶ A Casa dos Bourbon, ao governar tanto a França quanto a Espanha, colocou ambos os países do mesmo lado nas principais guerras do século XVIII, como a Guerra dos Sete Anos, onde os espanhóis perdem Havana e Manila, e a guerra de independência dos Estados Unidos, ocasião em que Madri retoma a Flórida através do Tratado de Versalhes de 1783.

¹⁴⁷ O'NEIL, Thomas; SALLES, Ruth Sylvia de Miranda (trad.). *A Vinda da Família Real para o Brasil*. Ensaio introdutório de Lilia M Schwarcz. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

general pelo Tratado de Bayona, em 5 de maio de 1808. No mês seguinte, o imperador francês transfere a soberania espanhola ao seu irmão, José Bonaparte. A deposição gerou impasse na relação entre a metrópole espanhola e suas colônias nas Américas, vez que muitos dos *cabildos* do Novo Mundo interpretaram o episódio como um golpe e juraram fidelidade ao rei Fernando VII.

Tanto a migração da Corte portuguesa ao Brasil quanto o vácuo de poder colonial da Espanha no contexto napoleônico tiveram importância fundamental nos processos de independência na América do Sul, especialmente na conformação do espaço platino. Rubens Ricupero identifica, já neste momento, os motivos determinantes para o que será, décadas depois, o discurso do excepcionalismo brasileiro:

Embora a ruptura do pacto colonial na América portuguesa e nas possessões espanholas apresente razões e desenlaces idênticos, desde o início chamou a atenção para o contraste entre a evolução gradual e relativamente pacífica, no primeiro caso, e a longa e implacável guerra, no segundo. Muito do que depois tomaria a forma do "excepcionalismo brasileiro" – a monarquia, a unidade, a centralização, a relativa estabilidade – brota de raízes dessa época.¹⁴⁸

Tendo em mente a observação de Ricupero, é justamente para esses processos paralelos e dissonantes de independência na América do Sul que nos voltaremos, a partir desse momento.

2.2 O Império nos trópicos

Ao chegar em Salvador a 22 de janeiro de 1808, intencionalmente ou não, o príncipe regente D. João inicia a concretização dos planos imperiais de D. Rodrigo de Souza Coutinho. Em suas *Memórias*, redigidas em 1797 como forma de auxiliar a reorganização do império marítimo português frente aos desafios impostos pela Revolução Francesa, o futuro conde de Linhares defendia com ardor a transmigração da Corte para os domínios ultramarinos americanos, reunidos genericamente sob o nome "Brasil".¹⁴⁹ De lá, o poder real irradiar-se-ia

¹⁴⁸ RICUPERO, Rubens. O Brasil no mundo. In: SILVA, Alberto da Costa e (coord.). *História do Brasil nação: crise colonial e independência (1808-1830)*. Rio de Janeiro: Objetiva; Madri: Fundación Mapfre, 2011. v.1, p. 116.

¹⁴⁹ MATTOS, IlmarRohloff de. Construtores e herdeiros: a trama de interesses na construção da unidade política. *Almanack Brasiliense*. maio 2005, n. 1, p. 12. Iara Lis Schiavinatto volta ainda mais no tempo, lembrando que as concepções de D. Rodrigo de Souza Coutinho eram releituras de uma utopia portuguesa antiga sobre o Novo Mundo que propunha a vinda do rei para a América. "Essa proposta apareceu em 1580, quando a Espanha invadiu Portugal, e Felipe II uniu as duas coroas. O Prior de Crato, pretendente ao trono,

pelos quatro cantos do mundo português, de Luanda a Macau, sem desconsiderar, obviamente, o reino de Portugal.

Tem início, portanto, o processo cunhado classicamente por Maria Odila Leite da Silva Dias como a "interiorização da metrópole" portuguesa. Sua tese central é a de que, a partir de 1808, houve um enraizamento de interesses lusos em terras americanas, mais precisamente no Centro-Sul brasileiro, mesmo que ao custo de desagrado da elite mercantil lisboeta. Rompense, neste momento, as antigas estruturas coloniais, numa transformação que, segundo a historiadora, seria a "única solução aceitável às classes dominantes", em meio a ameaças vindas da França, das tendências separatistas nas províncias e inclusive do novo "haitianismo" escravo.¹⁵⁰ Maria Odila Dias ressalta ainda que o enraizamento do Estado português perdura ao longo do Brasil independente, só sendo concluído com a ascensão do grupo saquarema.¹⁵¹ Essa observação terá importância fundamental para esta dissertação, pois acreditamos que, junto com a construção do Estado imperial, nasce o discurso: se o Império do Brasil é devoto do império luso-brasileiro, o discurso de civilização imperial saquarema – e, conseqüentemente, o excepcionalismo brasileiro – também terá raízes na tradição monárquica da Corte joanina.

O Rio de Janeiro passou por reformas, ganhou instituições típicas da Administração portuguesa e da Ilustração – até então em Lisboa –, sem falar nos quase 10 mil membros da Corte lusitana que, da noite para o dia, desembarcam na cidade. Na área governativa, D. João traz consigo a Imprensa Régia, primeira editora de periódicos impressos a ser sediada no Brasil, responsável por editar o jornal oficial *Gazeta do Rio de Janeiro* ainda em 1808 – a liberdade de imprensa na América portuguesa teria de esperar até praticamente a chegada da

foi aconselhado a vir para o Brasil e fundar um grande império. Na Guerra de Restauração entre 1640-1668, D. João IV, a conselho de padre Antônio Vieira, ofereceu ao duque a Regência de Portugal e ele fundaria um grande império na América. D. Luis da Cunha, no reinado de D. João V, propunha a vinda do rei para a América tomando o título de imperador do Ocidente. Em finais do Setecentos, esse tema voltou à baila, muito vincado pela interpretação utópica de padre Antônio Vieira sobre o V Império do Mundo de Esperança de Portugal (...)". SCHIAVINATTO, Iara Lis. Entre histórias e historiografias: algumas tramas do governo joanino. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 1.

¹⁵⁰ A independência do Haiti em 1804, originada numa revolta escrava que derrotou inclusive tropas enviadas por Napoleão, assombraria como espectro as classes dominantes do modelo agrário-exportador no Brasil ao longo de todo o século XIX, sendo interpretado por alguns como um dos fatores para a opção pelo Estado monárquico centralizado.

¹⁵¹ "Pode-se dizer que esse processo, que parte do Rio de Janeiro e do Centro-Sul, somente se consolidaria com a centralização política realizada por homens como Caxias, Bernardo de Vasconcelos, Visconde do Uruguai, consumando-se politicamente com o Marquês do Paraná e o Ministério da Conciliação". DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 19.

independência.¹⁵² Além dos principais ministérios, viriam também o Desembargo do Paço, órgão máximo do judiciário luso, e a Mesa de Consciência e Ordens, que seriam fundidos meses depois no Tribunal do Desembargo do Paço.¹⁵³ Alguns órgãos judiciários locais também seriam elevados a instâncias superiores, como o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, que ascenderia à Casa de Suplicação.

Mas é no setor cultural que se percebem as intenções do novo projeto de império que nascia nos trópicos. Essas instituições, segundo Maria Odila Dias, foram necessárias para a construção de uma nova civilização situada a partir do Rio de Janeiro, referência que não deveria nada ao que se via nas principais cortes da Europa. Elas encarnaram o espírito da "Ilustração pombalina", dada às inovações tecnológicas e ao conhecimento científico, vistos como instrumentos de engrandecimento da nacionalidade¹⁵⁴. Maria Odila cita como indícios desse despertar científico a profusão de artigos sobre modos de cultivo de arroz, tabaco e até de café na segunda metade do século XVIII. Currículos acadêmicos, mesmo os jurídicos, estariam carregados de disciplinas naturais: dos 586 brasileiros formados em Direito entre 1772 e 1822 em Coimbra, cerca de metade teria também obtido o título em Matemática ou Ciências Naturais.¹⁵⁵

Mal tendo pisado em terras fluminenses, D. João manda erigir, em junho de 1808, o novo Jardim Botânico, que abrigaria espécies nativas e europeias da fauna e flora para estudos científicos e, é claro, para a contemplação da Corte. A Biblioteca Real, atual Biblioteca Nacional, guardaria coleções históricas essenciais para a memória do império português. Surgem as primeiras instituições de ensino superior na América portuguesa: duas escolas de medicina (uma na Bahia, outra no Rio de Janeiro), além da Academia Real Militar, que

¹⁵² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

¹⁵³ Alvará de 22 de abril de 1808. A respeito da Mesa de Consciência e Ordens, cf. NEVES, Guilherme Pereira das. *E receberá mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil, 1808-1828*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997

¹⁵⁴ DIAS, Maria O. da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. *Revista do IHGB*. n. 278 (Jan-Mar 1968). p. 105-170.

¹⁵⁵ DIAS. *Op. cit.*, p. 42. José Bonifácio foi o maior exemplo desta época: graduado em Direito, Matemática e Filosofia Natural, Bonifácio dedica o início de sua carreira a excursões científicas pela Europa, contribuindo para o descobrimento de quatro elementos da tabela periódica. De volta a Lisboa, funda a cadeira de Mineralogia na Universidade de Coimbra, antes de entrar de vez para a política na Corte bragantina. Segundo Maria Odila, quase não se vislumbravam ideias de separação entre os impérios no Brasil e em Portugal, uma vez que esses intelectuais ilustrados estariam na missão de engrandecimento de um único corpo político: o império luso-brasileiro.

formaria os oficiais responsáveis pela defesa da unidade do corpo político.¹⁵⁶ Já a Academia Real de Belas Artes, por meio do estilo neoclássico, teria a missão de registrar em imagens alegóricas e esculturas a grandeza do novo império nascente.¹⁵⁷

A presença de D. João no Rio de Janeiro redefiniu as relações entre o soberano e seus súditos, impondo novas hierarquias sociais de vassalagem e autoridade paternal a um conjunto social majoritariamente escravo e miscigenado. No projeto civilizatório europeu climatizado nos trópicos, passaram a ser comuns rituais monárquicos como o beija-mão, procissões reais e audiências com o povo. Conforme explica Kirsten Schultz, "a meta de exibição tão magnificamente e ostensivamente pedagógica não era simplesmente o príncipe regente mostrar-se para seus vassalos e assim reassegurá-los da sua autoridade; exibir a natureza de sua autoridade".¹⁵⁸

Estava configurada, assim, a "Versalhes tropical" no Rio de Janeiro, a nova metrópole, e, de certa forma, concretizado o projeto de reforma de D. Rodrigo de Souza Coutinho do império português. Essa posição no contexto internacional colocaria Brasil e todo o império luso-brasileiro em consonância com o bloco mais conservador da Santa Aliança, durante o Congresso de Viena de 1815.¹⁵⁹ Nesta ocasião, por sugestão do chanceler francês Talleyrand, a antiga América portuguesa haveria de ser elevada à condição de reino, um aprofundamento dos interesses portugueses nos trópicos. Nas palavras de Schultz:

Como novo discurso e nova prática imperial, o Reino Unido afirmava assim a mudança produzida no status do Brasil pela transferência da corte, dando-lhe uma dimensão legal e definindo que a mudança serviu fundamentalmente a um objetivo conservador: o triunfo de um império histórico unificado.¹⁶⁰

¹⁵⁶ A respeito da Academia e a formação do exército brasileiro cf. SOUZA, Adriana Barreto. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999; ALVES, Cláudia Maria Costa. *Cultura e política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002; SIQUEIRA, Rogério Monteiro e MORMÉLLO, Bem Hur. A gênese ilustrada da Academia Real Militar e suas onze reformas curriculares (1810-1874). *História da Ciência & Ensino*. 2011, v. 3. p. 17-30.

¹⁵⁷ SCHWARCZ, *Op. cit.*

¹⁵⁸ SCHULTZ, Kirsten; AGUIAR, Renato (trad.). *Versalhes tropical: império, monarquia e a Corte Real portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 227.

¹⁵⁹ Após a derrocada de Napoleão, as principais potências da Europa reúnem-se na cidade austríaca de Viena para decidir questões de fronteira, desorganizadas durante as guerras do continente, e reafirmar os valores monárquicos e conservadores frente ao avanço das ideias revolucionárias de 1789. Nesse contexto, o Congresso de Viena reafirma o princípio da legitimidade dinástica, pelo qual o poder de cada país deveria pertencer às Casas que o governassem até o início da Revolução Francesa. O grupo denominado Santa Aliança era composto pelas monarquias da Áustria, Prússia e Rússia. Vide. KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1999. p. 84-85.

¹⁶⁰ SCHULTZ, *Op. cit.*, p. 277.

Na mesma ocasião, a legação portuguesa acertou casamento entre o príncipe herdeiro D. Pedro com a filha do soberano austríaco Francisco I, Carolina Josefa Leopoldina. Vinculam-se as dinastias dos Bragança e Habsburgo, que dariam respectivamente o verde e o amarelo na bandeira do Império e ainda presentena atual bandeira brasileira. O enraizamento era na América, mas o projeto civilizatório não escondia sua inclinação europeia, conservadora e monárquica. Este fato não passou despercebido pelas repúblicas que se constituíram na vizinhança do império luso-brasileiro.

Eoadjetivo "unificado", utilizado na citação de Schultz, é de fundamental importância. Ensina-nos Ilmar de Mattos que, ao tempo de suas *Memórias*, D. Rodrigo imaginava que o novo corpo político imperial deveria estar assentado nos princípios da unidade e contiguidade territorial, além da concepção dinástica de poder. Estes elementos, segundo o historiador, impulsionaram a Corte joanina a uma pretensão de domínio ilimitado, tanto na esfera ideológica quanto nas esferas temporal e territorial.¹⁶¹ No todo coerente e unificado, D. Rodrigo imaginava que, na zona meridional, as terras do império americano deveriam “ocupar o verdadeiro limite natural de nossas Possessões no Sul da América, que é a margem setentrional do Rio da Prata”.¹⁶² Confirma-se aqui o que propõe Magnoli ao afirmar que, na mente dos construtores do Estado imperial, herdeiros do português, a fronteira natural luso-brasileira abrangeria a Banda Oriental. O novo império joanino logo demonstraria a veracidade desse fato, nos primeiros lances de sua política externa.

Política esta que já nasce constrangida. Assim que chega a Salvador, D. João decreta a abertura dos portos brasileiros para o comércio com as demais nações, privilégio típico de metrópole que agora caberia forçosamente à América portuguesa, pelas circunstâncias. O decreto impunha uma tarifa única de 24% a todos os países, sem preferências comerciais— em junho, novo decreto reduziria a tarifa a 16%.¹⁶³ Um dos grandes arquitetos dessa medida, conselheiro do príncipe regente e voraz leitor de Adam Smith, José da Silva Lisboa exaltava a abertura comercial em novas perspectivas civilizacionais: a França encarnaria o absolutismo e tudo que de retrógrado havia nos Estados absolutistas. Já o novo império luso-brasileiro, com a abertura, se inscreveria no panteão das grandes nações e asseguraria a liberdade. Para o

¹⁶¹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Do Império do Brasil ao Império do Brasil*. estudos em homenagem a Luis Antônio de Oliveira Ramos. [São Paulo]: Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo, 2004. p. 727-736.

¹⁶² *Apud* MATTOS. *Construtores e herdeiros*. *Op.cit.*, p. 12.

¹⁶³ A respeito do Abertura dos Portos e a Corte no Brasil cf. OLIVEIRA, Luis Valente de e RICUPERO, Rubens (org.). *A Abertura dos Portos*. São Paulo: SENAC, 2007; MARTINS, Ismênia de Lima e MOTTA, Marcia M. M. (org.). *1808:a Corte no Brasil*. Niterói: EDUFF, 2008.

futuro visconde de Cairu, "os portos abertos do Brasil foram, assim, absorvidos num discurso de unidade imperial em que o antigo regime político português era hegemônico".¹⁶⁴

A realidade, contudo, era menos gloriosa. O livre-comércio dos portos ainda era pouco para o Reino Unido, o principal aliado de Portugal e que queria cobrar o preço por sua ajuda na fuga da Corte joanina.¹⁶⁵ Na ocasião do decreto de abertura, Londres demandava a concessão de um porto exclusivo para os ingleses no Brasil, "em Santa Catarina ou outro lugar", no que foi terminantemente negado por D. João.¹⁶⁶ Ainda assim, a monarquia britânica consegue extrair do novo império tropical o melhor negócio possível com o Tratado de Comércio e Navegação de 1810: concessão de preferência tarifária de 15% para todos os produtos ingleses (preferência inclusive em relação aos próprios produtos portugueses, que pagavam a taxa de 16%¹⁶⁷) e sem previsão de reciprocidade para os gêneros oriundos do império luso-brasileiro como açúcar, café e outros que tivessem similares nas Antilhas britânicas.

Tão ou mais doloroso foi a assinatura do Tratado de Aliança e Amizade, também de 1810, pelo qual o Reino Unido se comprometia a jamais reconhecer outro soberano português que não o da Casa dos Bragança. Em troca, o novo império luso-brasileiro nascia já com o compromisso de acabar com o tráfico de escravos em seus domínios no futuro, sem prazo determinado. Motivado por interesses econômicos e humanitários, o infame comércio já havia sido abolido nas possessões britânicas em 1807 e, dali em diante, Londres desejará impor a mesma política para as demais nações coloniais escravistas. No Congresso de Viena, por sua pressão, é incluída uma cláusula geral no acordo final pela qual todos os Estados-parte se comprometeriam com o mesmo objetivo.

¹⁶⁴ "A Liberta[ção] do Commercio' tornou-se sinônimo de 'Restaura[ção] e glória imperial do século XVI". SCHULTZ. *Op.cit.*, p.294. A respeito do pensamento econômico de Cairu cf. CARVALHO, Darcy. *Desenvolvimento e livre comércio: as ideias econômicas e sociais do Visconde de Cairu: um estudo de história do pensamento econômico brasileiro*. São Paulo: IPE-USP, 1985; ROCHA, Antonio Penalves. *A economia política na sociedade escravista*. São Paulo: Ed. Hucitec/Departamento de História da USP, 1996; NOVAIS, Fernando Antonio e ARRUDA, José Jobson de Andrade. Prometeus e Atlantes na forja da Nação. *Economia e Sociedade*. Campinas, jul./dez. 2003, v. 12, n. 2 (21), p. 225-243; FARIA JÚNIOR, Carlos de. *O pensamento econômico de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu*. Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: FFLCH-USP, 2008.

¹⁶⁵ A respeito do apoio britânico e o acordo secreto entre Grã-Bretanha e Portugal cf. MANCHESTER, Alan K.; AMADO, Janaina (trad.). *A preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973; ARRUDA, José Jobson. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos, 1800-1808*. Bauru, SP: EDUSC, 2008.

¹⁶⁶ RICUPERO. *O Brasil no mundo*. *Op.cit.*, p. 122.

¹⁶⁷ Essa distorção foi corrigida meses depois, e ambos, Portugal e Reino Unido, passaram a pagar 15%.

Também na conferência, sendo uma das nações com mais mercadores envolvidos no tráfico, Portugal assinara, em 1817, o compromisso mais abrangente de abolição imediata do trato ao Norte da linha do Equador, envolvendo obviamente a costa ocidental africana.¹⁶⁸ Dois anos depois, novo tratado bilateral entre Londres e Rio de Janeiro complementara esse acordo ao regulamentar a instalação das comissões mistas dos dois lados do Atlântico para julgamento daqueles navios que desrespeitassem a vedação ao comércio de almas.¹⁶⁹

A historiografia é clara ao assentar que, ao longo de todo o período joanino e da construção do Estado imperial, as classes dirigentes escravistas mantiveram política defensiva e postura postulatória diante das investidas abolicionistas britânicas, conseguindo extrair bons negócios com isso. Em sua tese, Tâmis Parron argumenta no sentido de que a aliança com o Reino Unido trouxe mais prós do que contras.¹⁷⁰

É possível perceber os efeitos dessa política ao observar a trajetória de alguns dos membros dessa classe dirigente. A família Carneiro Leão, por exemplo, desde o século XVIII especializara-se no trato na praça do Rio de Janeiro e na conhecida "economia de mercês". Quando da vinda da Corte para a cidade, Fernando Carneiro Leão ofereceu ao seu cunhado, Paulo Fernandes Viana, Intendente-Geral de Polícia da Corte, recursos necessários para obras e melhoramentos públicos, tarefas que cabiam a este último. Este, por sua vez, retribuiu a gentileza com o plano de uma estrada que unia o Sul de Minas e a Corte. Não coincidentemente, o traçado cortava uma das propriedades de José Fernando Carneiro Leão,

¹⁶⁸ Embora pressionado pelos ingleses, e mesmo tendo que ceder novamente com o tratado de 1817, que proibia o tráfico de escravos acima da linha do equador, e por navios que não fossem portugueses, o comércio negreiro continuou e expandiu-se em direção ao Brasil. Cf. FLORENTINO, Manoel. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; VERSIANI, Flávio R. D. *João VI e a (não) abolição do tráfico de escravos para o Brasil*. Disponível em <http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_IX/Flavio-Rabelo-Versiani.pdf>.

¹⁶⁹ A comissão anglo-portuguesa instalada no Rio de Janeiro julgou, até a independência brasileira, apenas um navio em 1821, a escuna *Emília*, que trazia 352 escravos oriundos da Costa da Mina, portanto ao Norte do Equador. Todos foram declarados "livres" e batizados como cristãos. Segundo Beatriz Galotti Mamigonian, em 1836, cerca de 60 desses "africanos livres" e suas famílias contrataram um navio para levá-los de volta para casa. MAMIGONIAN, Beatriz. A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão. IN: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *Op.cit.*, p. 217.

¹⁷⁰ "O Brasil desfrutou de abertura permanente da economia e manteve intactas as exportações agrícolas na última e turbulenta fase das Guerras Revolucionárias (prós). Os contras foram mais potenciais que concretos. A diplomacia anti-negreira de Londres ameaçou, sem conseguir, aniquilar o tráfico de escravos e conseguiu, sem ameaçar, alterar os precedentes jurídicos do Antigo Regime português de assimilação individual dos subalternos da escravidão. Na ótica dos brasileiros, o eixo Londres-Lisboa-Rio de Janeiro mudou de valor, para pior, apenas com a independência de 1822. Isso não porque o Brasil sentisse separar-se de Portugal. Seu problema foi separar-se da África". PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: FFLCH-USP, 2015. 502 p.

filho do negociante e traficante de escravos Brás Carneiro Leão, e que fora agraciado com a mercê de Barão e, depois, Conde de Vila Nova de São José.¹⁷¹

É outro membro do clã Carneiro Leão, Honório Hermeto, que terá influência decisiva na construção do Estado imperial e nos negócios do Prata, alvo de nosso estudo. Antes de entrarmos nessa questão, contudo, uma indagação merece ser respondida: ao passo que o Brasil se inseria no cenário mundial com novo corpo político dinástico e centralizado no Rio de Janeiro, como andariam seus vizinhos, as povoações platinas?

2.3 As independências no Prata e intervenções joaninas

Conforme já mencionado acima, a deposição da Casa dos Bourbons em Castela por Napoleão, com a entronização de seu irmão, abriu um vácuo político na relação da metrópole com suas colônias americanas, gerando incertezas e experiências de autonomia pelos *cabildos* que culminaram em independências das repúblicas hispano-americanas. No entanto, este não será um processo linear-teleológico, vez que o cenário conturbado oferecia múltiplos caminhos a serem trilhados pelas elites *criollas* no Novo Mundo.

David Bushnell elenca algumas hipóteses: aceitar e reconhecer o governo de José Bonaparte, jurar obediência ou às autoridades provisórias entronizadas pelo movimento espanhol de resistência à França, ou a Carlota Joaquina, irmã de Fernando VII e mulher de D. João. Havia ainda a possibilidade de constituir juntas de americanos nativos para governar em nome do cativo Fernando, exatamente como as províncias espanholas haviam feito.¹⁷² Todas essas possibilidades se abririam com a chegada da Corte portuguesa ao Novo Mundo.

João Paulo Pimenta e Adriana Salay Leme reconstroem interessante desenrolar das primeiras notícias sobre transmigração da Corte portuguesa nos *cabildos* de Montevideú e Buenos Aires.¹⁷³ Em março de 1808, o vice-rei do Prata, Santiago de Liniers, fica apreensivo

¹⁷¹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo saquarema. *Op. cit.*, p. 59. A respeito da família Carneiro Leão cf. GORESTEIN, Riva. Um estudo de caso: a família Carneiro Leão. In: GORESTEIN, Riva e MARTINHO, Lenira Menezes. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Sec. Municipal de Cultura, 1993. p. 198-208; FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

¹⁷² BUSHNELL, DAVID. A independência da América do Sul espanhola. In: BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina*. *Op. cit.*, p. 119,

¹⁷³ PIMENTA, João Paulo; LEME, Adriana Salay. D. João no Brasil e no rio da Prata. *Revista USP*. São Paulo: [USP], setembro/novembro 2008, n.79, p. 34-43.

com relatos de que D. João tinha sido recebido pelo povo em Salvador sob as salvas de "o imperador de toda a América do Sul" e pede reforço militar a sua metrópole.¹⁷⁴ Logo em seguida, investidas diplomáticas da Corte do Rio de Janeiro ofereceram meios de "proteção" às colônias espanholas em meio à ameaça espanhola e, se essas não aceitassem de bom grado a oferta, o império português o faria "por seus próprios meios", num misto de gentileza e coerção que envolveria também o irmão do vice-rei, o conde de Liniers.¹⁷⁵

As investidas ganhariam um importante aliado. De Londres, Hipólito José da Costa, natural da Colônia de Sacramento e antigo diplomata português, começa a publicar seu *Correio Braziliense, ou, Armazém Literário*, exaltando a gestação do que seria um grandioso império americano. Simpático ao liberalismo inglês, o jornalista tinha por ideal o projeto de monarquia constitucional sediada no Rio de Janeiro, tal qual imaginava seu antigo amigo, o conde de Linhares. Nesse sentido, a política joanina para o Prata seria ratificada por Costa em sua primeira edição, ainda em 1808, que também não deixou de criticar certa temeridade da Casa dos Bourbons em se curvar a Napoleão:

Estes acontecimentos em Hespanha são, sem duvida, intimamente ligados com os do Império do Brazil, por mais de um motivo; porque não só mostram que a Corte de Portugal não podia ter outra alternativa senão a mudança para o Brazil; pois nenhuns sacrifícios que o Principe Regente fizesse, poderiam obter-lhe da França nem ja as apparencias de Soberania, que ainda então gozara El Rey de Hespanha, e que nem essas mesmas lhes quizeram conceder por mais tempo; mas alem disto devolvem á familia de Bragança o direito ao Throno de Hespanha; e, por conseqüência, um justo titulo de se apossar daquella parte das colônias Hespanholas, que lhe ficarem ao alcance de suas forças (...) Nestes termos não hesito em declarar a minha opinião de que, o Principe do Brazil, que, por parte de Sua Mulher, he o único herdeiro legitimo da Monarchia Hespanhola, deve apossar-se de tudo o que lhe ficar ao capto; antes que o inimigo commum tome medidas convenientes, para se affirmar por tal maneira, no throno de Hespanha, que até as Colônias lhe não escapem.¹⁷⁶

¹⁷⁴ *Ibidem*, p. 37.

¹⁷⁵ "Com a presença da corte no Rio de Janeiro, a mobilização com vistas ao estabelecimento de uma política externa portuguesa especialmente voltada aos assuntos americanos se faria constante. A intimidação de D. Rodrigo, a missão Curado e o contato com o conde de Liniers representam elementos de construção dessa política, doravante caracterizada pelo simultâneo emprego de argumentos de caráter conciliatório com ameaças declaradas de utilização de instrumentos de coerção". *Ibidem*, p. 40.

¹⁷⁶ COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense, ou, Armazém Literário*. Londres: W. Lewis, Paternoster, 1808, v. I, n. 1, p. 61-63. Mais à frente em sua *Miscellanea*, o jornalista, original da Colônia de Sacramento, argumenta que a projeção do império ao Prata só seria conveniente depois de a Corte no Rio de Janeiro conseguir finalmente exercer o poder sobre todas as localidades da América portuguesa: "Tem havido taes Governadores no Brazil que chegaram a declarar-se em papeis públicos 'supremos interpretes da Ley' e com

Ao colocar os pés no Brasil, Carlota Joaquina de Bourbon, filha primogênita do rei Carlos IV da Espanha, emite diversos comunicados às colônias americanas também no sentido de lhes oferecer proteção diante das dificuldades que sua família enfrentava na Espanha. Na sétima edição do já influente *Correio Braziliense*, em dezembro de 1808, a infanta não apenas declara nula a abdicação forçada de sua família ao trono espanhol, mas também roga para que seu marido exerça a proteção às colônias hispânicas com auxílio britânico. Começa aí a gestação da imagem de um império "pacífico" e "protetor":

Cheios de horror com taes attentados; julgamos próprio do nosso dever implorar o auxilio de V. A. R. como amparo, e protector natural immediato; pedindo-lhe socorros, contra a propagação d'este systema usurpador, que absorbe os Estados da Europa uns depois dos outros, empenhando a V. A. R. a favor de nossa causa; para que, com seu poder, e respeito, nos ponha em estado (como os mais immediatos parentes d' El Rey de Hespanha) de poder conservar os seus direitos, e segurar com elles os nossos, combinando as forças Portuguezas, Hespanholas, e Inglezas, para impedir os Francezes, que com seus exércitos practiquem na America as mesmas violências, e subversoens, que já commettêram sobre quasi toda a extensão da Europa.¹⁷⁷

João Paulo Pimenta e Adriana Leme ressaltam, contudo, que, embora parte da elite mercantil em Montevideu e de Buenos Aires visse com bons olhos uma eventual incorporação à Corte do Rio de Janeiro por meio da infanta, autoridades castelhanas e boa parte da população encaravam as intenções de Carlota como um projeto expansionista puramente português e britânico. Não custa lembrar que, ainda no contexto internacional de rivalidade napoleônica, o porto de Buenos Aires foi atacado duas vezes, entre 1806-7, pela esquadra inglesa. Na primeira, uma expedição de Montevideu veio em socorro à cidade, que já estava ocupada pelos ingleses. Na segunda, milícias urbanas expulsam a tentativa de tomada da cidadela portenha. Esses episódios permitiram uma tomada de consciência entre as elites *criollas* do Vice-Reinado de que podiam marchar com as próprias pernas após 1810.¹⁷⁸

efeito aquellos pequenos déspotas, como titulo de Governadores do Brazil, commettiam quantos crimes, quantas maldades se podem conceber, sem que o Governo em Lisboa attenta-se por isso; porquanto so uma rebelião formal da parte destes Reptis arvorados em Soberanos, poderia attrahir a attenção do Governo". *Ibidem*, p. 64.

¹⁷⁷ COSTA, Hipólito José da. *Op.cit.*, v I, n.7, p. 545.

¹⁷⁸ A respeito da construção das identidades das Repúblicas da América Espanhola no Oitocentos cf. CHIRAMONTE, José Carlos. Formas de identidade en el Río de la Plata luego de 1810. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani*. 3. série Buenos Aires, n. 1, 1989, p. 71-92. Disponível em <http://ravignanidigital.com.ar/_bol_ravig/n01/n01a05.pdf>; JANCSÓ, Isván. A Construção dos Estados Nacionais na América Latina. In: SZMRECÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral (orgs). *História econômica da Independência e do Império*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC/ABPHE/EDUSP/Imp. Oficial, 2002. p. 3-26.

Chegadas as primeiras notícias da deposição e prisão de Fernando VII – com completa interrupção dos laços entre metrópole e colônias –, começa-se a discutir qual posição tomar. Em 1809, a Junta Central em Sevilha, auto-proclamada representante da Casa dos Bourbonsno Sul da Espanha, envia a Buenos Aires o novo vice-rei, Baltasar Hidalgo de Cisneros, em substituição a Santiago de Liniers. Este, embora tenha sido herói na reconquista da cidade contra os ingleses, era francês de nascimento e suspeito de "bonapartismo".¹⁷⁹ Cisneros tenta mostrar tranquilidade e continuidade, implementando políticas autônomas como a decretação do livre-comércio no porto, o que muito agradou a Londres. O novo vice-rei governara até que chegassem novas notícias que davam conta das perdas militares sucessivas da Junta de Sevilha, transformada em Conselho da Regência em Cádiz. As derrotas estimularam a parcela majoritariamente *criolla* da elite portenha a tomar o *cabildo* e governar por si só, dando início à chamada "Revolução de Maio" de 1810.¹⁸⁰

Embora tenha jurado fidelidade a Fernando VII, o movimento abrigava diversos setores sociais que não se entendiam sobre os rumos do movimento.¹⁸¹ A composição da primeira junta sofre mudanças sucessivas, é substituída por dois triunviratos até que, no início de 1814, é instalada a figura do Diretor Supremo, prevista no texto discutido na Assembleia Constituinte do ano anterior. David Bushnell sublinha o caráter conservador dessa primeira carta magna, que tomava medidas tímidas em relação ao tom jacobino dos primeiros revolucionários de 1810, como o voto censitário, abolição gradual da escravidão, abolição da tortura e títulos de nobreza, cunhagem de moeda própria e até extinção de uma Inquisição que já não tinha forças desde o século anterior.

Tão logo constituiu-se em Buenos Aires, a Junta revolucionária de maio enviou representantes às demais províncias do antigo Vice-Reinado, a fim de que as populações locais a reconhecessem. Não tiveram muito sucesso. Entre 1810 e 1813, duas missões portenhas tentaram submeter as povoações do Alto Peru, mas recuaram e acabaram abandonando a região, por questão de prioridade. O mesmo se deu no entorno de Assunção, que recebeu três expedições de Buenos Aires, sendo duas delas chefiadas pelo general Manuel

¹⁷⁹ Bushnell afirma que, de fato, Liniers foi procurado por oficiais a mando de Napoleão, mas não há provas de um conluio feito. De qualquer forma, o autor diz que a maioria dos franceses já entendia que a América espanhola era causa perdida para José Bonaparte, já que nem a França, nem a Espanha napoleônica, possuíam uma marinha que competisse com o Reino Unido. Por isso, a política oficial de Paris será estimular as independências no Novo Mundo. BUSCHNELL, *Op.cit.*, p. 120.

¹⁸⁰ JANCSÓ, *Op.cit.*, p. 17-18.

¹⁸¹ A divisão era basicamente entre os seguidores do *criollo* Mariano Moreno, responsável pelo fuzilamento de Liniers, de Cornélio Saavedra, ambos integrantes do primeiro *cabildoabierto*.

Belgrano. Nas três ocasiões, a massa de *mestizos* liderada por José Gaspar Rodríguez de Francia recusou-se a se submeter ao comando exclusivo do porto platino. Francia fecha seus domínios a contatos mínimos com o estrangeiro. Somente em sua declaração formal de independência, em 1844, o Paraguai buscará alianças e maior dinamismo comercial no Prata, já sob a presidência de Carlos López.

O motivo para que Buenos Aires tenha desistido de ocupar La Paz e Assunção chama-se Banda Oriental, região prioritária para os portenhos em razão da rivalidade com o porto de Montevideú. Desde 1808, há registros de tentativas de instalação de juntas provisórias autônomas não somente ao governo de José Bonaparte, mas também ao *cabildo* do outro lado do rio da Prata. Quando da "Revolução de Maio", grande parte dos estratos sociais mais pobres, principalmente peões gaúchos, estiveram reunidos sob a liderança de José Gervasio Artigas, estancieiro que tinha outros planos para aquela região que não o de a se submeter à jurisdição portenha. A princípio, prometeu cooperar e até recebeu ajuda militar do general portenho José Rondeau para derrotar o governador da Banda Oriental, Francisco Javier de Elío (marquês de Vessolla), que jurara fidelidade à Junta de Cádiz, mas não à junta de Buenos Aires. Em 1811, suas tropas cercam o dirigente espanhol em Montevideú e passam a controlar o restante do território uruguaio. Artigas impõe, então, o confisco e distribuição de terras às massas de peões e mestiços que integravam suas tropas, além de aventar inclusive a abolição imediata da escravidão. Sua concepção era a de que a Banda Oriental só prosperaria com a agricultura e pecuária em larga escala e baseada em pequenos produtores.

É neste momento que voltam ao teatro platino os interesses luso-brasileiros. O medo de uma suposta "revolução social" uniu cabeças coroadas e simpáticas à monarquia no Rio de Janeiro, em Cádiz e em Buenos Aires, permitindo um arranjo que legalizou a entrada de tropas do novo império americano, chefiadas por Diogo de Sousa, em território oriental. Nasce o discurso da intervenção "pacificadora" da Corte lusa de derrotar Artigas e garantir a ordem. Ambas as metas foram alcançadas em questão de meses, e tanto a Inglaterra quanto Buenos Aires e o próprio Elío solicitaram à Corte carioca que os luso-brasileiros se retirassem, o que se efetivou em 1812. Neste ano, foi selado um armistício entre a Junta de Buenos Aires e Elío, mediado pelo lord Strangford, cujo interesse na manutenção do livrecomércio no estuário fez o Reino Unido apressar a retirada das tropas portuguesas, sob receio de que o Rio de Janeiro aproveitasse a oportunidade para anexar as duas margens do Prata. Elío e Buenos Aires disputavam sobre a condução dos negócios no antigo vice-reinado.

Se esse não foi o primeiro lance de sua política externa expansionista – vale lembrar a tomada de Caiena, ainda em 1808, em retaliação às invasões francesas em Portugal –, certamente foi a decisão de maior simbolismo de D. João. Cruzando as fronteiras sob o adjetivo de "pacificadoras", as tropas luso-brasileiras em verdade expulsaram Artigas de sua pátria em nome do princípio da legitimidade dinástica dos Bourbons, interesse que era inclusive o da esposa do soberano, Carlota Joaquina. Para tanto, pressionou Buenos Aires e colocou o auxílio a Elío no Uruguai como prioritário. Na carta do conde de Linhares à Junta portenha, de 30 de maio de 1811, a Corte portuguesa exigia que Buenos Aires suspendesse o bloqueio naval no Prata e restabelecesse o livre-comércio; de outra forma, interviria no Uruguai em auxílio a Elío:

Ainda que S. A. R. estima, que vós tenhaes aceitado a mediação que elle vos ofereceo, com todo achando as suas fronteiras expostas á horrível anarchia revolucionaria, que infesta a província do Uruguay, e tendo o Vice-Rey Elío pedido aquele socorro, que o Príncipe Regente deve ao seu aliado, S. M. Catholica, S. A. R. não pôde negar o seu auxilio, a menos que vós vos mostreis inclinados ao restabelecimento da pas, e á cessação do todas as hostilidades; suspendendo-se ao mesmo tempo o bloqueio de Buenos-Ayres.¹⁸²

O temor maior, contudo, não era simplesmente de perder o território da Banda Oriental aos portenhos, mas sim de haver um Estado meridional que não reconhecesse a escravidão e que estimulasse o confisco e redistribuição de terras às oligarquias locais: era como se o "haitianismo" desembarcasse no Prata.

Os supostos propósitos "pacificadores" levantados pela Corte portuguesa passaram a ser alvo de críticas de Hipólito da Costa, que os tacha de "quixotisses". De Londres, o jornalista argumenta que o objetivo principal da intervenção não deveria ser o de levar "ordem" e "segurança" à Banda Oriental em nome de Elío, pois a política alimentaria discórdia com os demais *cabildos* da região. Simpático às independências da América hispânica, Costa pedia que o império luso mantivesse a cordialidade nas relações com seus vizinhos, o que seria possível após a morte do conde de Linhares, em janeiro de 1812. Ele critica ainda o envolvimento do Rio de Janeiro na supressão de ebulições em Assunção:

He morto o Conde de Linhares; e por tanto he possível que o Governo do Brazil mude agora de opinião; e se deixe de quixotisses de dar "golpes decisivos com as suas gloriosas armas". Mas se continuarem na mesma; dizemos, que procuram trazer a sua casa, os

¹⁸² COSTA, Hipólito. *Op. cit.*, v. VIII, n. 45, p. 245.

males, que estavam em casa do seu vizinho. Faltando claro; se não desistirem, e continuarem na guerra com as colônias Hespanholas do Paraguay;hão de trazer ao Brazil os princípios revolucionários das Colônias Hespanholas; e não hão de poder abafálos, quando o quizerem fazer.¹⁸³

Nesse contexto de ebulição, João Paulo Pimenta identifica diferenças léxicas empregadas por oficiais da diplomacia joanina e por Hipólito da Costa nas páginas de seu *Correio*. Os primeiros entenderiam o vocábulo "revolução" como sinônimo de "guerra civil" e "subversão da ordem", enquanto o jornalista, de perspectiva liberal inglesa, utilizava o termo no sentido original-físico de movimento circular, numa acepção mais benigna onde os movimentos revolucionários da América hispânica seriam decorrências naturais do vácuo de poder deixado pela derrubada de Fernando VII e representariam a oportunidade de renovação e reforma, tarefas estas a cabo da monarquia lusitana.¹⁸⁴ Isso ocorreria, de acordo com Pimenta, em razão das diferentes experiências que esses homens, membros da mesma elite ilustrada luso-brasileira, enfrentariam no conturbado contexto napoleônico.

A ação de 1811 consistiu na primeira intervenção militar oficial luso-brasileira no Prata desde os conflitos do último quartel do século XVIII. Foi também o "batismo de fogo" de muitos dos futuros líderes da Revolução Farroupilha. Como parte da elite rio-grandense, esses estancieiros e chefes militares detinham terras dos dois lados da fronteira, imiscuindo-se as questões platinas. Conforme lembra César Augusto Barcelos Guazzelli, a presença de nomes como Bento Gonçalves durante as guerras contra Artigas permite que estes líderes tenham contato com ideias tais como federalismo, autonomia provincial e republicanismo. Embora não comungassem do radicalismo artiguista, certamente esse fator influenciaria os rumos do movimento rebelde de 1835 no Rio Grande do Sul.¹⁸⁵

Gabriela Ferreira afirma que o armistício entre Buenos Aires, o realista Elío e a Corte de São Cristóvão acabou reforçando a influência de Artigas entre setores rurais da Banda

¹⁸³ COSTA, Hipólito José da. *Op.cit.*, p. 568.

¹⁸⁴ Somente com o traumático episódio da Revolução Pernambucana é que, segundo Pimenta, o vocábulo "revolução" designaria consensualmente a conotação negativa de subversão. PIMENTA, João Paulo. A política hispano-americana e o império português (1808-1817): vocábulo político e conjuntura. In: JANCSÓ, István (org). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 137.

¹⁸⁵ Amparando-se na documentação de Rodrigo de Souza Pontes, Guazzelli afirma que "dessa intervenção fez parte o futuro chefe farroupilha Bento Gonçalves, que anos antes havia emigrado para Cerro Lago, onde casou-se com uma oriental, adquiriu terras e cargos administrativos, como o de alcade. Estaria nessas funções quando iniciou o movimento de Artigas, ao qual teria aderido o jovem Bento; mais tarde, talvez em razão do sucesso das armas luso-brasileiras, abandonaria os artiguistas, iniciando sua trajetória como chefe de milícias rio-grandenses (...)". GUAZZELLI, César Augusto Barcelos. *O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata*. Porto Alegre: Linus, 2013. p. 27-28.

Oriental, fazendo-o romper de vez com qualquer projeto portenho.¹⁸⁶ Fugido de guerra, o caudilho uruguaio procura refúgio na província argentina de EntreRíos e arrasta consigo uma multidão de cerca de oito mil uruguaios. Lá, ele organiza, em abril de 1813, o conhecido Congresso das Três Cruzes, onde fica consagrado o plano artiguista de uma confederação de províncias autônomas no Prata, inspirada no modelo dos Estados Unidos, que poderia decidir soberanamente se integraria ou não a união que Buenos Aires propunha na Assembleia Constituinte do mesmo ano. O esboço de uma liga federal reuniria as províncias do chamado litoral platino argentino (Santa Fé, Entre-Ríos, Corrientes e Córdoba), além da própria Banda Oriental, conformando o que Artigas exaltava como "Pátria Mayor", que ele logo tentaria por em prática.

Sem o amparo amigo do Rio de Janeiro, Elío sucumbe em Montevidéu em 1814 e deixa a região à beira da guerra civil. Artigas aproveita o vácuo, retorna com suas tropas à Banda Oriental e consegue dominar todo o território até meados de 1815. Proclamado "Protetor dos Povos Livres", o caudilho uruguaio declara a independência daquele país ainda naquele ano e implementa as principais bandeiras de suas promessas: democracia, federalismo, igualdade material para índios, negros, mestiços e *criollos* pobres (incluindo aí a abolição da escravidão e divisão igualitária de terras que seriam confiscadas a antigos estancieiros e oligarcas orientais).¹⁸⁷

Se o programa já não fosse radical o bastante aos olhos lusitanos e portenhos, Artigas ainda se recusa a participar pessoalmente do Congresso de Tucumán de 1816, ocasião em que o *cabildo* de Buenos Aires proclama a independência do que seriam as Províncias Unidas do Rio da Prata. Nessa reunião, foi escolhido para Diretor Supremo argentino Juan Martín de Pueyrredón, que, nas palavras de Bushnell, "se esquivou às inovações liberais tão diligentemente quanto o próprio congresso havia feito".¹⁸⁸ Aventou-se de tudo em Tucumán, de uma monarquia platina com soberano inca até a anexação de todo o território por D. João, que seria aclamado o "soberano das Américas".¹⁸⁹ Por fim, decidiu-se pela fórmula

¹⁸⁶ FERREIRA, *Op.cit.*, p. 54.

¹⁸⁷ "Particularmente em política agrária, (Artigas) introduziu uma das medidas mais interessantes e originais do período da independência. O seu problema era a destruição dos rebanhos e o abandono de vastas extensões de terras por parte de seus proprietários. Sua solução foi confiscar sem indenizações as terras pertencentes aos 'maus europeus e piores americanos' que haviam emigrado (em pouquíssimos casos para Buenos Aires) e redistribuí-las, dando prioridade aos 'negros livres, aos *zambos* da mesma classe, aos índios e aos *criollos* pobres. BUSHNELL. *Op.cit.*, p. 153.

¹⁸⁸ *Ibidem*, p. 153.

¹⁸⁹ MAGNOLLI. *Op. cit.*, p.83.

republicana, hegemonia de Buenos Aires e um projeto de constituição unitária, que acabou nunca sendo aceita consensualmente pelas demais províncias.

Diante do impasse, e com a assombração de Artigas em suas fronteiras meridionais, D. João VI resolve intervir novamente na Banda Oriental em 1816, desta vez sob o comando do general Carlos Frederico Lecor. Uma vez independente, a Banda Oriental não pertenceria mais aos domínios espanhóis, o que foi encarado como um sinal verde para a anexação. Mais ainda, de acordo com Rubens Ricupero, a motivação para a invasão foi além do interesse histórico pelo domínio de uma das margens do Prata:

A segunda intervenção portuguesa, desta vez decisiva, se deveu não só à tradicional aspiração à expansão até o Prata, mas aos medos reais inspirados por Artigas: de reconquista uruguaia dos Sete Povos das Missões, dos eventuais embaraços ao livre acesso a Mato Grosso pelos rios platinos, do efeito sobre os escravos brasileiros de sua "democracia bárbara".¹⁹⁰

Hipólito da Costa aprova inicialmente a medida, vista como necessária para restabelecer a ordem na fronteira com o Rio Grande do Sul, desde que não ultrapassasse essa meta. Artigas aparece nos comentários do jornalista como um "contrabandista" responsável por jogar Montevideú na "anarchia".¹⁹¹ Por isso, vê a guerra como necessária para a proteção dos súditos rio-grandenses, não podendo nem mesmo Londres obstar o Rio de Janeiro de tal objetivo.¹⁹²

O discurso de Costa contrasta com os propósitos pacifistas alegados pela Corte, em tom semelhante ao da intervenção de 1811. Ao adentrar as terras orientais, ainda ao Norte do rio Negro, o general Lecor faz declaração à população local de que havia sido enviado por D. João VI para libertar o povo uruguaio da "tyrannia" de Artigas, além de manter a segurança aos rio-grandenses, sem que houvesse a intenção de conquista:

Para remover estes males sou eu mandado por meu Soberano, com as tropas, que vedes commigo, e com outras, que me devem seguir; mas que não vem paraconquistar, nem para destruir a vossa propriedade. Pelo contrario, o seu único objeto he sujeitar o inimigo,

¹⁹⁰ RICUPERO, *Op. cit.*, p. 132.

¹⁹¹ COSTA, *Op. cit.*, v. XVII, n. 98, p. 103.

¹⁹² "Mas a justiça, que supómos, e com que nos parece se deve defender a medida desta guerra no Rio-da-Prata, provém da necessidade, que tem El Rey de Portugal, de proteger os seus subditos, naquella parte do Brazil, contra os repetidos incommodos, que lhe causam os Insurgentes debaixo do Governo de Artigas; e no que concordam exactamente os outros Insurgentes de Buenos Ayres. Examinando a origem deste mal se vê, que ele nao tem outro remédio senão a guerra". *Ibidem*, p. 236.

livrar-vos da oppressão, re-estabelecer a vossa tranqüillidade, e pôr termo ás extraordinárias contribuiçoens, que elle vos impõem, e tractar-vos todos com amor, excepto aquelles, que daqui em diante tentarem perturbar o socegopublico.¹⁹³

Lecor demonstra-se hábil na guerra de *guerrilhas* contra partidários de Artigas e consegue entrar em Montevidéu já em janeiro de 1817. Neste momento, reafirma diante do público seu compromisso anterior e anuncia a volta do livre-comércio e prosperidade à Banda Oriental, tudo graças à "Sua Majestade Fidelíssima", D. João:

Habitantes de Monte-Video! A segurança de vossas pessoas e propriedade, he garantida pelo Exercito Portuguez; e, de hoje em diante, aquellas agitaçoens de anarchia, que portanto tempo vos tem affligido, desaparecerão diante da influencia da ordem e das leys. (...) um commercio livre com todas as naçoens, que vos foi concedido pela generosidade de S. M. Fidelissima, nosso Rey, reparará os damnos, occasionados pela guerra civil, e restituirá á Providencia o seu antigo esplendor. Os differentes ramos de minha authoridade perseguirão com rigor aquelles homens bárbaros, que incendiam as vossas cearas, e devastam os vossos campos; e nesta grande obra da pacificação geral conto com o auxilio de todos os homens bons.¹⁹⁴

A Espanha restaurada de Fernando VII protesta formalmente ao Concerto da Europa, que exige explicações da Corte portuguesa. Em nota, as potências europeias afirmam que a "recusação de acceder a isto que se pede não deixaria duvida a respeito das intençoensreaes do Gabinete do Rio-de-Janeiro. Os desastrosos efeitos seriam imputaveis inteiramente a Portugal".¹⁹⁵ Mesmo com a pressão, o Concerto propõe um acordo conciliatório pelo qual D. João devolveria a Banda Oriental em troca de uma indenização de 7,5 milhões de francos e outras condições. Nada feito.¹⁹⁶

Apesar de terem ocupado Montevidéu já em janeiro de 1817, as tropas de Lecor não conseguiram dominar integralmente o território da Banda Oriental devido a ações milicianas rurais de simpatizantes de Artigas. A manutenção dos exércitos na região deixava cada vez mais clara a intenção de anexação, em detrimento do discurso estrito da "pacificação". Artigas pedia ajuda a Pueyrredón e à elite portenha, que protestavam contra a intervenção, mas tampouco foram seu socorro. Pesaram para o imobilismo a clássica aversão ao radicalismo,

¹⁹³ COSTA. *Op. cit.*, v. XVIII, n. 104, p. 101.

¹⁹⁴ *Ibidem*, p. 434.

¹⁹⁵ COSTA. *Op. cit.*, v. XVIII, n. 108, p. 507.

¹⁹⁶ Ricupero conta que as Cortes de Cádiz chegaram a organizar um exército na península que cruzaria o Atlântico para expulsar as tropas de Lecor, mas a erupção das revoltas liberais de 1820 abortaram os planos. *Ibidem*, p. 133.

a guerra interna entre Buenos Aires e as províncias do litoral, simpáticas a Artigas, e a política oficial do Diretório Supremo de apoiar as lutas de libertação de San Martín no Chile. Mesmo assim, quando Lecor impõe restrições à população oriental, o Diretor Supremo protesta-lhe, em carta, declarando não haver mais nenhuma possibilidade de esperança de concórdia e que os "valentes orientais" provariam que o jugo português não é consensual. Dizia a carta,

SENHOR! Acabo de receber o Edicto de V. Exa., datado de 15 de Fevereiro. O seu extraordinário conteúdo pôz fim a todas as minhas esperanças, de poder conservar alguma sorte de harmonia com V. Exa. e com as tropas de seu commando. V. Exa. pretende que tem direito ao território que occupa, fundado na protecção que lhe dá, e sobre esta base conta com o consentimento dos pontos subjugados. Os valentes Orientaes (habitantes da margem oriental do Rio-da-Prata) tem resolvido provar, que as forças de V. Exa. não são capazes de lhes dar tal protecção; e nessa conformidade tem emprehendido hostilidades contra aquellas mesmas povoações, que V. Exa. confessa manter em estado indefeço, ao mesmo tempo que pretende sujeita-las ao seu jugo.¹⁹⁷

Em sua tese de doutorado, Fábio Ferreira¹⁹⁸ ilumina o processo de tomada de Montevideu por Lecor, um misto de imposição e consentimento. Segundo ele, ao chegar às imediações da cidadela, o general recebeu das mãos de representantes do *cabildo* local as chaves da cidade, como forma de consentimento explícito por parte da oligarquia local.¹⁹⁹ Tal fato poderia ser explicado, na visão de Ferreira, pela doutrina herdeira da escolástica que ainda mantinha certa influência entre hispano-americanos, por onde os *pueblos* poderiam retomar o poder do rei em caso de tirania ou vacância, uma decisão soberana que cabia somente ao povo.²⁰⁰ Bushnell também sugere que, para além das ideias ilustradas de Rousseau e dos federalistas dos Estados Unidos – ideias que predominariam nos documentos da época –, os movimentos que criaram as juntas *criollas* na América espanhola também beberiam da doutrina de direito de resistência do jesuíta tomista Francisco Suárez. Conhecido por sua negação do direito divino dos reis, o padre espanhol defendia a tese de que o poder civil deriva de Deus diretamente ao povo, que investe o monarca.²⁰¹

¹⁹⁷ COSTA, Hipólito José da. *Op.cit.*, p. 545.

¹⁹⁸ FERREIRA, Fábio. *O general Lecor, os Voluntários Reais e os conflitos pela independência do Brasil na Cisplatina (1822-1824)*. Tese (Doutoramento em História). Niterói: PPGH-UFF, 2012.258p.

¹⁹⁹ Comissão composta pelo estancieiro Augustín Estrada, Francisco Xavier Viana e pelo padre Damásio Larrañaga, todos membros da elite oriental.

²⁰⁰ *Ibidem*, p. 77.

²⁰¹ BUSHNEL. *Op. cit.*, p. 132.

E o general Lecor, feito barão de Laguna por ocasião da coroação de D. João VI em 1818, soube aproveitar a disposição da elite local para tomar a Banda Oriental a partir do consenso e reforçar o discurso "pacificador" da intervenção luso-brasileira. A posição majoritária entre os dirigentes orientais seria a de que, se a invasão lusa seria ruim, pior estaria a região se fosse retomada pela Espanha, submetida à supremacia de Buenos Aires ou por "aventureiros" e agitadores revolucionários como Artigas. Lecor, manteve, então, todas as figuras em suas posições administrativas, garantia o direito sagrado a suas propriedades e respeitava as jurisdições dos *cabildos* nos departamentos orientais já dominados por suas tropas. Do mesmo modo, para enfraquecer a base social do inimigo, Lecor distribuía títulos e mercês para índios e mestiços que desertavam das fileiras artiguistas, como o caso do índio Manduré, chefe de uma aldeia autóctone, que fugiu dos acampamentos de Artigas em EntreRíos e pediu abrigo ao barão de Laguna, recebendo o título de tenente-coronel e com um soldo generoso.²⁰²

Apesar de uma deputação do *cabildo* de Montevideú, já em 1817, pedir a total anexação da Banda Oriental ao Reino do Brasil – mesmo sem ouvir a opinião dos demais *cabildos* orientais²⁰³ –, Lecor mantinha o discurso de que a ocupação seria temporária e "saneadora". Nesse ínterim, o general favorece a compra ou aluguel de terras na região fronteira entre a Banda e o Rio Grande do Sul, ao norte do rio Negro, o que acabou atraindo diversos estancieiros rio-grandenses em detrimento da oligarquia oriental, desagradando ao próprio Lecor. Essa questão terá importância determinante na política externa do Segundo Reinado, vez que a guerra contra Manuel Oribe teve como uma das motivações as constantes invasões e roubos de gado dos dois lados da fronteira ao longo da década de 1840. Almejando a harmonia entre orientais e luso-brasileiros, Lecor favorece também a política de casamentos entre seus militares e famílias locais. Ele mesmo casou-se em 1818 com Rosa Maria Josefa Herrera de Basavilbaso, pertencente a importante clã da Banda Oriental.²⁰⁴

O enraizamento de interesses lusos na Banda Oriental garantiu bons frutos ao império²⁰⁵. Lecor sela a Convenção de 30 de janeiro de 1819 com o *cabildo* de Montevideú, determinando que o limite entre o Rio Grande do Sul e aquela província "começava no

²⁰² FERREIRA. *Op. cit.*, p. 83.

²⁰³ *Ibidem*, p. 85.

²⁰⁴ *Ibidem*, p. 88.

²⁰⁵ Segundo Fabrício Prado, uma rede de mercadores ligado ao comércio transatlântico, e associada aos políticos vinculados ao Rio de Janeiro, o "Club delbaron" que girava em torno de Lecor, Barão de Laguna, se consolida em Montevideú. PRADO, Fabrício. *Edge of Empire atlantic networks and revolution in Bourbon Río de la Plata*. California: Un. of California Press, 2015. p. 177.

oceano, junto ao forte de Santa Tereza, seguia terras a dentro até o forte de São Miguel, arroio São Luiz, margem ocidental da lagoa Mirim, rios Jaguarão, Jaguarão-Chico, Negro e das nascentes do Arapey pelo seu curso até o Uruguai".²⁰⁶ Dessa forma, se garantiria a região dos Sete Povos das Missões ao Reino do Brasil. Dois anos depois, o trecho do Arapey era substituído pelo rio Quaraí, mais austral, uma concessão aos orientais que não lhes representou ganhos territoriais significativos.

O exército do barão de Laguna derrota definitivamente a guerrilha artiguistas em janeiro de 1820, na batalha de Tacuarembó, tendo seu líder fugido para o Paraguai. Cresce, a partir de então, o apelo da elite oriental pela anexação. Vale lembrar que, a essa altura, o projeto de constituição excessivamente centralizada de Pueyrredón não encontrava apoio nas demais unidades das Províncias Unidas do Prata. O Diretor Supremo renuncia ao cargo em 1819 e o transmite ao general José Rondeau, o mesmo que tinha auxiliado Artigas a expulsar espanhóis realistas de Montevideú. Este continua a cruzada unitária para submeter as províncias federalistas do interior, mas é derrotado em fevereiro de 1820 na batalha de Cepeda e renuncia, derrubando não somente a constituição como também o posto de Diretor Supremo. José Pedro Aguirre assume rapidamente o governo de Buenos Aires, mas já era tarde: cada província argentina passou a ser governada por lideranças locais, "num estado de desunião anárquica".²⁰⁷

2.4 Revoltas liberais, independência e anexação da Cisplatina

O ano de 1820 provar-se-ia decisivo também por conta de eventos que tomaram lugar na Península Ibérica. Revoltas liberais em Portugal e Espanha reagem aos princípios da restauração dinástica e conservadora consagrada no Congresso de Viena, exigindo a convocação de Assembleias Constituintes e limitações aos poderes reais. O caso português era mais grave, pois a "Revolução Vintista do Porto" demandava também a volta imediata de D. João VI a Lisboa para atender às assembleias das Cortes Gerais, que não eram convocadas desde 1697. Dentro do corpo político do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves constituído em 1815, os portugueses ressentiam-se da posição secundária ante a elevação do *status* brasílico.

²⁰⁶ Apud GOYCOCHÊA, Fernando Castilhos. *Fronteiras e Fronteiros*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1943. p. 55.

²⁰⁷ BUSHNELL. *Op.cit.*, p. 154.

A revolta liberal dividiu a Corte do Rio de Janeiro e os principais membros da elite luso-brasileira entre os ditos "corcundas" (simpáticos ao poder real absoluto e ilustrado do Antigo Regime) e os "constitucionais" (imbuídos das ideias liberais). Ainda assim, segundo Lúcia Bastos Pereira das Neves, não se ouviam contestações à unidade do império luso-brasileiro.²⁰⁸ Bahia e Pará, províncias brasileiras mais próximas comercial e fisicamente com Portugal aderem prontamente às Cortes de Lisboa e desobedecem à Corte do Rio de Janeiro. D. João VI tenta temporizar acatando alguns dos dogmas liberais – como o decreto do fim da censura prévia em março de 1821 – mas finalmente decide regressar à sua terra natal em abril daquele ano. Deixa, contudo, seu primogênito D. Pedro no governo do Reino do Brasil, já temeroso de que um vácuo de poder na América portuguesa possa ter efeitos semelhantes ao das antigas colônias espanholas.

A decisão do soberano legitimou o movimento liberal e estimulou que se criassem espontaneamente juntas governativas em cada província brasileira, influenciadas também pelos exemplos *criollos*. Essas "pequenas pátrias" foram legalizadas em setembro por Lisboa. Todas enviariam representantes às Cortes. Contudo, conforme ficava cada vez mais clara a intenção dos reinóis lusitanos de cercear a autonomia do Brasil, a elite brasiliense cercou-se em torno de D. Pedro, que a essa altura já era demandado a também voltar a Portugal. Após o "Fico" de janeiro de 1822, face à ação das Câmaras junto ao príncipe regente²⁰⁹, dos rearranjos políticos e econômicos em torno do Rio de Janeiro, somado a tensão crescente com as Cortes de Lisboa²¹⁰, uma sucessão de fatos culmina na declaração de independência formal em setembro daquele ano.²¹¹ A partir daí o poder real, enraizado desde 1808 no Rio de Janeiro, deveria reconquistar a fidelidade e jurisdição sobre as demais províncias e possessões na América portuguesa. Todas deveriam jurar lealdade também à Constituinte convocada ainda em junho de 1822, o que incluiria também a Banda Oriental.

Concordamos com Aline Pinto Pereira quando ela afirma que, ao contrário de grande parte da historiografia diplomática clássica, é possível identificar pilares de uma política externa típica do Primeiro Reinado, que não foramera extensão herdada da diplomacia joanina. Em sua tese, a historiadora elenca as prioridades da chancelaria de D. Pedro I, que

²⁰⁸ BASTOS, Lúcia Bastos Pereira das. A vida política. In: SILVA, Alberto da Costa e. (coord.). *Op.cit.*, p. 90.

²⁰⁹ SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo: UNESP, 1999.

²¹⁰ A respeito da tensão entre as Cortes e o Rio de Janeiro cf. ROCHA, AntonioPenalves. *A recolonização do Brasil pelas Cortes*. São Paulo: UNESP, 2009.

²¹¹ DIAS. *Op.cit.*

eram próprias do contexto do Brasil independente: negociação do reconhecimento com Portugal e restante da Europa, questão do tráfico atlântico de escravos e conflitos no Prata.²¹²

Quanto a esse último objetivo, em abril de 1821, por conta da pressão por representação liberal, D. João VI autorizara a organização em Montevideu do denominado Congresso Cisplatino, que debateria a anexação da região pelo império luso-brasileiro em julho daquele ano. De acordo com Fábio Ferreira²¹³, a composição dos representantes naquela conferência, todos oriundos da elite oriental, já indicaria uma inclinação pela anexação, o que acabou ocorrendo de forma unânime. O discurso foi o mesmo daquele de 1817, isto é, o de que a incorporação ao império luso-brasileiro seria a melhor opção para a manutenção da ordem e prosperidade, afastando o perigo do artiguismo. Nascia a Província Cisplatina.

Devido ao enorme valor estratégico, a anexação mal teve repercussão na Corte carioca e nos demais territórios do império luso-brasileiro. O silêncio e a moderação deveriam receber a nova província. Aliás, ainda quando do envio de tropas para a segunda intervenção contra Artigas, em 1817, Hipólito da Costa já criticara a mesma censura imposta sobre os negócios do Prata, criticando as poucas e parciais notícias da oficialasca *Gazeta do Rio de Janeiro*:

As hostilidades, entre as tropas do Brazil e os bandos de Artigas, rompêram ja por alguns ataques parciaes, que na Inglaterra se tem representado como derrota considerável dos Portuguezes, a quem, pelo contrario, a gazeta do Rio-de-Janeiro dá a victoria. Julgamos importante examinar com alguma miudeza estas noticias, posto que mui vagas; não só pela influencia que éllas devem ter nos differentes pontos do Brazil, quando lá chegarem da Inglaterra; mas também porque nos devemos queixar do systema da Corte do Rio-de-Janeiro, em não publicar as noticias aulhenticas e verdadeiras daquella guerra; produzindo, com essa falta, os males, que resultam de se espalharem rumores falsos, ou de se darem aos verdadeiros interpretaçoens desfavoráveis.²¹⁴

Cinco anos depois, seria a vez do panfletário luso Luís Augusto May, já aproveitando o novo período de liberdade de imprensa que se abriu, criticar a falta de informações sobre a Banda Oriental.²¹⁵ Repetia-se a estratégia utilizada contra Artigas, salientada por Fábio

²¹² PEREIRA, Aline Pinto. *A monarquia constitucional representativa e o locus da soberania no Primeiro Reinado: Executivo versus Legislativo no contexto da Guerra da Cisplatina e da formação do Estado no Brasil*. Tese (Doutorado em História). Niterói: PPGH-UFF, 2012, p.63.

²¹³ FERREIRA, *Op.cit.*, p. 100.

²¹⁴ COSTA, Hipólito José da. *Op.cit.*, p. 204.

²¹⁵ Luis Augusto May foi um jornalista português, editor do periódico A Malagueta de 1821 a 1832. A respeito de May e de outros jornalistas e periódicos no período da independência cf. LUSTOSA, Isabel. *Insultos*

Ferreira²¹⁶, de não causar alarde entre a vizinhança sul-americana e a Inglaterra em meio à expansão imperial cada vez mais ao Sul. Contudo, nas ácidas páginas de May, a ausência de notícias mais se devia à inércia dos periódicos locais do que a qualquer política oficial da Corte:

Aqui tinha constado esta notícia, que na Gazeta Ministerial se não imprimio, verdade seja, e á qual se poderia ter mandado dar publicidade em outra Folha, huma vez que algum fino principio de circunspecção politica exigisse o Silencio Ministerial. Em Inglaterra, e nos Estados Unidos, aonde a Liberdade da Imprensa anda perfeitamente a pár da fina Diplomacia, a pratica adoptada, quando ha noticias que o Bem Publico exige se saibão, mas que a Politica de Gabinete tem empenho em dissumular, a regra de conducta, he impor silencio aos Periodicos do Governo, deixando falar, e até insinuando para isso, os outros Periodicos: porém aqui não foi assim; calarão-se todos, e Deos só he que sabe se foi por Principios de Diplomacia, ou por preguiça (...)²¹⁷

Numa clara mudança de posição em relação aos seus escritos de 1816-17, Hipólito da Costa defende agora as vantagens da "aquisição" de Montevidéu, baseada não somente no suposto caráter voluntário e soberano da anexação por parte do povo oriental, mas também dos ganhos mútuos para ambas as nações. Os imperativos de segurança territorial, acima de tudo, é que pesariam para a anexação:

Ha quem diga; que a posse de Monte-Video não vale a pena do sacrificio de manter ali 6.000 homens. Nós somos de opinião contraria; porque julgamos a accessão de Monte Video mui importante ao Brazil, e porque, em vez de ter tropas em outros pontos do Brazil, aonde o povo, n'uma constituição livre, he mui capaz de se defender a si mesmo, as tropas devem ir para as fronteiras, aonde são necessárias; porque sem ellas nem se pode manter Monte-Vedio, nem guardar as fronteiras do Rio-Grande, contra as incursoens dos povos, que vivem em anarchia, nas margens do Uruguay e Rio-da-Prata.²¹⁸

A opinião não seria peculiar ao jornalista sediado em Londres. No Rio de Janeiro, Joaquim Gonçalves Ledo e por Januário da Cunha Barbosa exaltaram nas páginas de seu *Revérbero Constitucional Fluminense* o que seria a proeminência do Brasil em oferecer "remédios" aos males orientais, capacidade que faltara tanto a Madri quanto às Cortes de

Impressos. A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000; LUSTOSA, Isabel. *O Nascimento da Imprensa Brasileira.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003

²¹⁶ FERREIRA. *Op.cit.*, p. 67

²¹⁷ Malagueta. BNRJ, jan.1822, n. 8.

²¹⁸ COSTA, Hipólito da. *Op. cit.*, v. XXVII, n. 161, p. 341.

Lisboa. Na visão dos dois editores, políticos importantes na conjuntura pré-independência e líderes da facção brasiliense, que se opunha aos “coimbrões”²¹⁹, as características físicas e sociais da Banda Oriental impossibilitariam a formação ali de um Estado soberano, e a melhor saída seria sua incorporação a outro Estado. O discurso da "pacificação" transforma-se em conveniência geopolítica. Devido à clareza da linguagem e objetividade do raciocínio, pedimos licença para transcrever parte do argumento do *Revérbero* na defesa da anexação, publicado em fevereiro de 1822.

Fazer desta Provincia hum Estado, he cousa, que em Politica parece impossivel; para ser Nação, não basta querer se-lo, he preciso ter meios de sustentar a Independencia. O paiz não tem população, não tem recursos, nem elementos para governar-se com ordem e tranquilidade; para evitar os desastres de huma guerra civil, para defender o territorio contra qualquer força inimiga, que o inváda, e fazer-se respeitar das outras Nações. Huma Soberania neste estado de debilidade, não pode infundir confiança; seguir-se-hia a emigração dos Capitalistas; volveria á ser, qual foi, o theatro da anarquia, e a presa de hum ambicioso atrevido, sem outra lei que a satisfação das suas paixões. Haverá algum homem, que deseje ver a sua Patria em tão miséria situação? Logo he evidente que a Banda Oriental não póde deixar de constituir-se parte de outro Estado capaz de sustentá-lo em paz e segurança. Buenos Ayres no meio das duas guerras civis não póde preencher estes necessarios empenhos; muito menos o territorio d'Entre-Rios; nem melhor a Hespanha, cuja dominação tem contra si o voto dos Povos, e até mesmo porque no seu estado actual, nem pódesocorrer-nos, nem evitar que esta Provincia seja o theatro sanguinoso de quantas outras tem já proclamado a sua Independencia. Não resta pois outro recurso senão a encorporação na Monarquia Portuguesa debaixo de huma Constituição Liberal.²²⁰

²¹⁹ NEVES, Lúcia M. B. P. das e MACHADO, Humberto. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Segundo Cecília H de Oliveira, Gonçalves Ledo tinha uma fazenda no distrito de Santo Antonio de Sá (De 1700 a 1800, a freguesia de São João de Itaboraí apresentou um notável desenvolvimento. Em 1778, era a mais importante freguesia da Vila de Santo Antônio de Sá, considerada um grande centro agrícola. Em 1780, grande parte do açúcar produzido pelos oitenta engenhos das freguesias próximas era embarcado em caixas de madeira nos catorze barcos pertencentes ao porto (daí o nome Porto das Caixas). OLIVEIRA, Cecília H. de. OLIVEIRA, Cecília H. Salles. *A Astúcia Liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDUSF e ICONE, 1999.

²²⁰ *Revérbero Constitucional Fluminense*, 5 de fevereiro de 1822. É interessante observar que, ainda antes de formalizada a independência brasileira, Gonçalves Ledo e Januário Barbosa já preveem que a Cisplatina ficaria com o Brasil numa eventual separação. "Entre os ponderosos motivos, que os Deputados de Monte Video consultarão, examinarão, e allegarão, he hum muito attendivel a distancia, em que fica a antiga Metropole Hespanhola, para lhes poder prestar socorro em ocasião necessaria. Segue se daqui na que encorporação daquelle territorio á Monarquia Portuguesa, elles tiverão mais em vista a cooperação do Reino do Brasil, do que a de Portugal e Algarves, pois que estes dous Reinos oferecem as mesmas impossibilidades de Madrid."

Ferreira lembra, contudo, que tanto os orientais quanto as tropas ocupantes dos Voluntários Reais viam-se incorporados como portugueses dentro do império português²²¹, uma vez que ainda não havia a concepção ou sentimento de nacionalidade brasileira. Essa questão é fundamental para entender as agitações subsequentes. Após a declaração de independência, Lecor jura fidelidade a D. Pedro, visto por ele como legítimo representante do poder real dos Bragança, sem os cerceamentos das Cortes de Lisboa. Partes da sua tropa e da elite oriental, contudo, estavam mais conectadas com os interesses de Portugal, o que fez a Cisplatina unir-se a Bahia, Grão-Pará, Piauí e Maranhão no grupo de províncias onde houve, de fato, conflitos no processo de independência do Brasil. Assim como na América hispânica, era a vez do Reino do Brasil enfrentar as forças centrífugas das localidades.

Os distúrbios na Cisplatina talvez sejam a maior prova de força dos argumentos levantados por Gladys Sabina Ribeiro quanto à construção do "ser brasileiro" e "ser português" enquanto processos históricos ocorridos ao longo da independência brasileira. Para a historiadora, muito mais do que a origem ou local de nascimento, a identidade "português" ou "brasileiro" neste momento referia-se à vinculação do sujeito a um ou outro projeto imperial debatido nas Cortes de Lisboa. O "grito do Ipiranga", segundo ela, foi declarado no calor dos acontecimentos e exigiria, a partir dali, que o novo império americano reconquistasse os "portugueses que aqui ficaram" para que jurassem fidelidade a D Pedro I. Se não o fizessem, seriam os "portugueses inimigos" dentro da nova "retórica pedagógica em construção".²²²

Desde que jurou vassalagem ao Rio de Janeiro, o barão de Laguna, português denascimento e governador da Cisplatina pela Ata de Incorporação de 1821, passou a enfrentar motins de uma parcela dos Voluntários Reais que exigia seu retorno a Portugal e aumento nos soldos. Hipólito chegou a chamá-los de "tropas indisciplinadas" e "leoens".²²³ Além deles, Lecor enfrentou ainda distúrbios de antigos aliados locais, como o tenente-coronel Juan Antonio Lavalleja, subordinado a Fructuoso Rivera no Regimento da União.²²⁴ Lavalleja esboça uma sublevação na campanha contra a ocupação de Lecor, mas não consegue apoio suficiente e foge para a província de EntreRíos. De lá, cruza o rio da Prata até

²²¹ FERREIRA, *Op.cit.*, p. 99.

²²² RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflito antilusitano no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002. p. 57. Aos poucos, segundo a autora, a figura do "ser brasileiro" posicionava-se como o contraponto do "ser português", visto como "absolutista", "tirânico".

²²³ COSTA, Hipólito da. *Op. cit.*, v. XXIX, n. 172, p. 403.

²²⁴ Curioso é notar que Lavalleja e Rivera, que polarizam a política uruguaia entre 1830-1840 na "Guerra Grande", haviam sido um subordinado ao outro na Província Cisplatina.

refugiar-se em Buenos Aires. Para todas as dificuldades, enviava ao Rio de Janeiro seguidas solicitações, até o final de 1822, por homens e armas. Contou com a ajuda somente de estancieiros rio-grandenses como Bento Gonçalves, mas precisou fugir de Montevidéu ao final daquele ano, instalando-se na campanha.

Eis, então, que os portugueses dos Voluntários Reais e orientais dissidentes permaneceram sitiados em Montevidéu em janeiro de 1823. Ainda assim, articularam apoio externo das demais províncias platinas do litoral que compunham a velha Liga federal de Artigas.²²⁵ Em outubro, este grupo abre assembleia no *cabildo* da cidade e declara simbolicamente a revogação da Ata de Incorporação de julho de 1821, considerada um "crime" perpetrado por homens pagos por Lecor. Mais ainda, o grupo manifesta a intenção de integrar uma futura união com as províncias do antigo vice-reinado do Prata, embora não informassem sobre que bases se daria essa integração.

No mesmo mês, contudo, as tropas fieis ao barão de Laguna conseguem enfim cercar o porto de Montevidéu, eliminando o único contato com o estuário platino para o abastecimento da cidade. Não demora muito para que, em novembro, o grupo dos portugueses liberais comandados por Álvaro da Costa assinasse um armistício com Lecor que previa a entrega da cidadela de volta ao Brasil e a partida dos Voluntários Reais para Portugal com os soldos devidamente pagos. D. João VI já havia conseguido, seis meses antes, retomar os poderes absolutos no episódio conhecido como Vilafrancada, mas a essa altura não se sabe se o fato tenha pesado na decisão dos rebeldes pelo armistício.

Graças ao general Lecor, portanto, o *cabildo* de Montevidéu finalmente aclama D. Pedro I como imperador constitucional, nos idos de maio de 1824. A Cisplatina foi a última província a fazê-lo, o que levou Ferreira a defender a tese de que a região não foi prioridade nas lutas de independência, para o Rio de Janeiro, que concentrou tropas e esforços na expulsão de portugueses da Bahia e demais localidades do Norte.²²⁶

²²⁵ Reuniram-se em Santa Fé figuras como Lavalleja, o ex-deputado do Congresso Cisplatino Luis Eduardo Pérez e o futuro líder das Províncias Unidas, Juan Manuel de Rosas. Rivera foi sondado, mas preferiu ficar ao lado do Brasil na ocasião. FERREIRA, *Op.cit.*, p.197.

²²⁶ "Pragmaticamente, preferia D. Pedro I manter as províncias do Norte, e daí lutar por elas, empregar seus limitados recursos e esforços no Grão-Pará, no Maranhão e na Bahia e deixar a Cisplatina, geograficamente menor, na periferia do Império – apesar de ser um relevante ponto geoestratégico –, recém-adquirida, em uma região de instabilidade e tensões políticas, com ameaças externas (Buenos Aires, Entre-Ríos, Corrientes e Santa Fé) e, ainda, com grupamentos locais com diferentes posicionamentos políticos, inclusive contra o Imperador. *Ibidem*, p. 227.

2.5 A Guerra da Cisplatina, 1825-1828

A pacificação da Cisplatina não significava necessariamente o fim dos conflitos na região. Os estancieros da região de Buenos Aires e das províncias litorâneas do Prata temiam o favorecimento dos pecuaristas gaúchos com a tomada de cerca de um terço das melhores terras ao Norte do rio Negro e consequentes *arriadas* de gado para o Rio Grande do Sul²²⁷, além de eventual proeminência do porto de Montevideú no estuário. Temeroso de uma guerra iminente, o governo imperial de D. Pedro I envia Antônio Corrêa da Câmara como encarregado de negócios a Assunção, na tentativa de se buscar um aliado no Prata. Não tem sucesso diante da negativa do Dr. Francia.

Na província de Buenos Aires, estancieros federalistas liderados por Juan Manuel de Rosas financiam a expedição de Lavalleja conhecida como "Los 33 orientales", que teria a missão de cruzar o Prata e libertar a Cisplatina, integrando-a novamente às Províncias Unidas. O grupo chega às terras orientais em abril de 1825 e começa a atrair antigos artiguistas pela campanha, dentre eles o coronel Fructuoso Rivera, a quem Lecor depositava confiança. Após algumas vitórias, a expedição organiza em agosto o Congresso de La Florida, ocasião em que declaram a reincorporação da Cisplatina às Províncias Unidas. Buenos Aires obviamente acata a decisão e comunica ao Império sua intenção. Ainda em 1825, o Brasil declara guerra aos portenhos.

Assim como em 1817 e na anexação de 1821, a ação militar não foi seguida de ampla repercussão entre a imprensa brasileira. Coube ao próprio D. Pedro I relatar, na primeira "Falla do Trono" do Império – por ocasião da abertura do Parlamento em maio de 1826 – os detalhes do novo conflito platino. E mesmo assim, em poucas palavras. Entre digressões sobre a dissolução da Constituinte três anos antes e negociações para o reconhecimento da independência do Brasil por Portugal, eis que o soberano salienta que "todo o Império está tranquilo, excepto a província Cisplatina". E continua já introduzindo o discurso de um Império benévolo, apunhalado por "homens ingratos" e em dívida com a Coroa:

A província Cisplatina é a única, que não está em socego, como já disse, pois homens ingratos, e que muito deviam ao Brazil, contra elle se levantaram, e hoje se acham apoiados pelo governo de Buenos-Ayres, actualmente em luta contra nós. A honra nacional exige que se

²²⁷ GUAZZELLI, *Op.cit.*, p. 33-34.

sustente a província Cisplatina, pois está jurada a integridade do Império.²²⁸

Um ano depois, seguindo o mesmo ritual, D. Pedro I procura apoio político e financeiro para o conflito platino num Parlamento que já lhe era hostil, receoso de suas intenções absolutistas com o trono português e irritado pelas negociações diplomáticas com a Inglaterra. Para tanto, lembrava aos parlamentares o que seria a justiça desta guerra, vez que a Cisplatina teria espontaneamente se incorporado ao corpo imperial.

Esta guerra, que já da outra vez deste mesmo lugar vos anunciei sua existencia, ainda continúa e continuará emquanto a provincia Cisplatina, que é nossa, não estiver livre de taes invasores, e Buenos-Aires não reconhecer a Independencia da Nação Brasileira, e a integridade do Imperio com a incorporação da Cisplatina, que, livre e expontaneamente quiz fazer parte deste mesmo Imperio.²²⁹

A Guerra da Cisplatina, ou *Guerra del Brasil* para argentinos e uruguaios, prolongou-se mais do que o esperado para a Corte do Rio de Janeiro, ao ponto de o próprio D. Pedro I ter de ir às linhas de frente. Se de um lado o Brasil mal havia saído da batalha da Confederação do Equador, cansado e sem verbas, de outro o embate pelo protagonismo entre lideranças orientais dificultava a ação. Guazzelli conta que, mesmo aceitando cooperar, Rivera não se submetia às ordens de Lavalleja, seu antigo subordinado, preferindo sublevar a região das Missões e se firmar como nova liderança dos *pueblos*. Para ambos os lados, a gota d'água que levaria o conflito ao impasse e à inércia seria a batalha de Passos do Rosário, ou batalha de Ituzaingó de janeiro de 1827, onde a artilharia do marquês de Barbacena destroi por engano a cavalaria de estancieiros do Rio Grande do Sul. Segundo Guazzelli, o episódio serviu para que lideranças gaúchas, como Bento Manuel e Bento Gonçalves, vissem com desconfiança enviados do governo central e, de quebra, tudo o que remetesse a um governo centralizado.²³⁰

O desastre militar se constituiu num dos motivos, segundo Aline Pereira, para que a historiografia brasileira não se debruçasse sobre a Guerra Cisplatina com a atenção que este capítulo de nossa história mereceria.²³¹ De fato, em Amado Cervo e Clodoaldo Bueno²³², o episódio não merece mais do que uma página, sendo visto como mera decorrência das

²²⁸ Falla do Trono, Anais do Senado Imperial, Sessão de 8 de maio de 1826, Livro 1, p. 36.

²²⁹ Falla do Trono. Anais do Senado Imperial, Sessão de 3 de maio de 1827, Livro 1, p. 6.

²³⁰ *Ibidem*, p. 38-39.

²³¹ PEREIRA. *Op.cit.*, p. 91. A respeito da apropriação política das memórias da Guerra Cisplatina cf. GONÇALVES, Roberta Teixeira. *Lembranças de uma guerra: apropriações políticas das memórias e histórias acerca da Guerra Cisplatina ou Guerradel Brasil no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: IFCH/UNICAMP, 2015.

²³² CERVO. Amado; Bueno, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. *Op.cit.*, p. 40.

rivalidades ibéricas herdadas pelos beligerantes. Mesma opinião tem Moniz Bandeira, embora o historiador dê conta das dificuldades enfrentadas por Lecor para angariar apoio interno ao Império na Cisplatina.²³³ Hélio Vianna, o maior reprodutor do "excepcionalismo brasileiro", ratifica o título de "política pacificadora" para as tropas de D. João VI em 1817 e dedica três páginas à guerra, que teria começado por culpa exclusiva da expedição dos 33 orientais de Lavalleja.²³⁴ Já José Honório Rodrigues chega mesmo a dizer que "a paz reinava" na Cisplatina entre 1821 e 1825, ignorando os distúrbios enfrentados por Lecor.²³⁵

Voltando ao desenrolar da guerra, éno momento de impasse e inércia dos dois lados pauperizados que volta à cena a Grã-Bretanha. Maior interessada na estabilidade e no livrecomércio da região, sua diplomacia não teve influência decisiva na primeira metade da década de 1820, em razão da espera pelo desfecho das negociações de independência entre as antigas colônias americanas – incluindo o Brasil – e suas metrópoles ibéricas, apesar de a autonomia desses novos países ser o melhor cenário para Londres. Em 1825, contudo, o Império brasileiro já havia sido formalmente reconhecido por Lisboa, bem como as Províncias Unidas por Madri.

Daí que o Reino Unido oferece mediação para resolver a Guerra da Cisplatina através de seu enviado, lord Ponsoby. Sua missão seria garantir que a Banda Oriental não pertencesse nem ao Rio de Janeiro, nem a Buenos Aires. O motivo é esclarecido por Gabriela Ferreira:

Se, a bem de seu comércio, a Inglaterra tinha interesse no restabelecimento da paz na região platina, interessava-lhe também garantir a internacionalização do rio da Prata, ou seja, evitar que somente dois países ou, pior ainda, um único país tivesse o controle sobre o estuário; a melhor maneira de atingir esse fim era garantir a independência da Banda Oriental ou Província Cisplatina.²³⁶

Não querendo demonstrar fraqueza diante de deputados e senadores, D. Pedro I anuncia no Parlamento o início das negociações de paz, ressaltando que não aceitaria outro acordo que não o oferecido em proposições "mui liberais e generosas" do Império, no que seria mais uma das concessões do gigante sul-americano à vizinhança:

Entabolei negociações de paz com o Governo da Republica de Buenos Ayres, estabelecendo bases para uma convenção justa e

²³³ BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. O expansionismo brasileiro. *Op. cit.*, p. 45.

²³⁴ VIANNA, Hélio. História diplomática do Brasil. *Op. cit.*, p. 94-96.

²³⁵ RODRIGUES, José Honório. Uma história diplomática do Brasil. *Op. cit.*, p. 140.

²³⁶ FERREIRA, *Op. cit.*, p. 58.

decorosa, como exigem a honra nacional e a dignidade de Meu Imperial Throno. Se esta Republica não acquiescer ás proposições mui liberaes e generosas, que attestam á face do Mundo a boa fé e a moderação do Governo Imperial, ainda que meu Imperial Coração muito se penalise, é mister continuar a guerra, e continua-la com duplicada força: tal é Minha Immutavel Resolução. Eu conto que acharei na Assembléa Geral a mais firme e leal cooperação, afim de poder desempenhar a honra e gloria nacional, que neste caso se achariam compromettidas.²³⁷

Mas a realidade provou-se mais áspera aos desígnios de D. Pedro. Foi ratificada em 27 de agosto de 1828 a Convenção Preliminar de Paz entre o Brasil e as Províncias Unidas, dando vida a um "Estado-tampão" entre as partes, denominado República Oriental do Uruguai. Pelo artigo III, Rio de Janeiro e Buenos Aires comprometem-se a "defender a independencia, e integridade da Provincia de Montevidéu, pelo tempo, e pelo modo, que se ajustar no tratado definitivo de paz". A posição estratégica do novo Estado ficou evidente na determinação do artigo VII de o Uruguai apresentar previamente seu projeto de constituição à análise do Império e das Províncias Unidas, a fim de que conferissem se o texto não tinha alguma cláusula que ferisse seus interesses. Como veremos, talvez o mais ineficaz artigo tenha sido o IX, que preconizava que "haverá absoluto, e perpetuo esquecimento de todas, e quaesquer opiniões políticas, ou factos, que os habitantes da Provincia de Montevidéu, e os do territorio do Imperio do Brazil".²³⁸

Pelo artigo XVIII – o mais importante no desenrolar dos acontecimentos das próximas décadas –, a renovação das hostilidades estaria proibida num intervalo de cinco anos e, passado esse prazo, as partes só poderiam entrar em guerra se comunicassem previamente a potência mediadora – no caso, o Reino Unido – com no mínimo seis meses de antecedência. O mesmo dispositivo fazia o juízo de valor de que tal cenário não era "de se esperar".

Como veremos, a própria Convenção tevesuas esperanças frustradas. A Guerra da Cisplatina teve consequências fatais para os dirigentes dos dois países beligerantes. No Império, D. Pedro I esgarça o Tesouro Público, passa a sofrer forte oposição interna e acusações de que estava se cercando do "partido português" com objetivos da restauração do Brasil a Portugal, trono do qual era legítimo herdeiro. Acabou abdicando em 7 de abril de 1831 e deixando a Coroa ao seu filho de cinco anos. Inicia-se o período turbulento da

²³⁷ Falla do Trono. Anais do Senado Imperial, Sessão de 3 de maio de 1828, Livro 1, p. 10.

²³⁸ **CARTA DE LEI - DE 30 DE AGOSTO DE 1828.** Ratifica a Convenção preliminar de paz entre o Imperio do Brazil e a Republica das Provincias Unidas do Rio da Prata.

Regência, onde mais uma vez o Brasil enfrentara as forças centrífugas que testarão o princípio da unidade territorial, legado do império luso-brasileiro de D. João.²³⁹ Na centralização saquarema, veremos ressurgir o discurso monárquico civilizatório, já empregado na Corte joanina.

Nas Províncias Unidas, pouco antes da guerra, nova proposta de constituição ganha consenso entre as províncias no Congresso Constituinte de 1824-1827, elegendo-se presidente o liberal Bernardino Rivadavia em 1826. Ele representou o primeiro esboço de institucionalização de um Estado sucessor do Vice-Reinado do Prata, criando o Banco Nacional e federalizando a cidade de Buenos Aires, com a nacionalização das rendas da Alfândega. O esforço, contudo, foi interrompido pela Guerra da Cisplatina. Acusado de aceitar a entrega da Banda Oriental a D. Pedro I, além de irritar estancieiros das províncias litorâneas com suas políticas unitárias, Rivadavia renuncia em 1827 e é substituído por Manuel Dorrego. Este dissolve o Congresso e toda a estrutura institucional montada por Rivadavia, mas também dura pouco. Dorrego é derrubado pelo grupo do unitário Juan Lavalle, que regressava do teatro de operações na Banda Oriental, com o apoio de Juan Manuel de Rosas, que àquela altura já se destacava como um dos estancieiros mais proeminentes da província de Buenos Aires. Apesar das bandeiras federalistas, Rosas assumirá o governo portenho em 1829 e, quase que ininterruptamente, exercerá poderes absolutos sobre as demais províncias até sua queda em 1852, ao final da missão Carneiro Leão.

Já o novo Estado Oriental do Uruguai teve uma sucessão de governos provisórios até a eleição, em 1830, de Fructuoso Rivera como presidente, já com a primeira constituição do país. Ele conseguirá terminar normalmente seu mandato quatro anos depois, passando-o ao seu aliado Manuel Oribe. Ao longo de seu governo, Rivera rivalizará com Lavalleja, dando origem à quase centenária briga entre *blancos* (correligionários de Lavalleja) e *colorados* (partidários de Rivera). Contudo, o maior legado da antiga Cisplatina, segundo o futuro plenipotenciário uruguaio na Corte, Andrés Lamas, seria a ocupação de cerca de 30% das terras ao Norte do rio Negro por rio-grandenses, atraídos pelas políticas de distribuição de terras e mercês de Lecor.²⁴⁰ A presença desses brasileiros em terras orientais, com consequente contrabando de gado pela fronteira e fugas frequentes de escravos, foi uma das

²³⁹ NEVES & MACHADO. *Op. cit.*

²⁴⁰ *Apud*. ZABIELA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os tratados de 1851 de comércio e navegação, de extradição e de limites*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. p. 24.

fontes de instabilidades que levarão o Império à intervenção contra Oribe e Rosas entre 1851-52.

Conclusões

Este capítulo teve por objetivo reconstruir a evolução da projeção luso-brasileira em direção ao Prata, um movimento que pode ser identificado já desde o século XVI e, como política oficial, a partir da Restauração da Coroa portuguesa pela Casa dos Bragança. A atração desta presença deve-se ao desejo lusitano de controlar o comércio marítimo do estuário platino, não somente a prata escoada de Potosí, mas também o contrabando de iguarias e até o tráfico de escravos. Com a fundação da Colônia de Sacramento, tem-se a elevação das hostilidades com os espanhóis de Buenos Aires, cidade que rivalizará com a América portuguesa até praticamente meados do Oitocentos.

A transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro fez parte de um projeto maior de império americano, império luso-brasileiro, que tentava, mas não escondia, suas ambições expansionistas. Na turbulenta década de 1810, D. João vale-se do discurso do império "pacificador" para intervir na Banda Oriental em nome da legitimidade dinástica de sua esposa e, cinco anos depois, em nome da ordem e segurança contra o "tyranno" Artigas. O objetivo inicial de "salvar" rio-grandenses e orientais dos desmandos do caudilho logo cedem lugar ao discurso de que a Banda Oriental escolheria, soberanamente, integrar-se ao império luso-brasileiro, no raciocínio de que seria este quem melhor a protegeria em meio ao mar revolto do Prata. Contudo, a revolta dos Voluntários Reais contra Lecor e, mais tarde, a expedição dos "33 orientales" de Lavalleja demonstraram que não havia um amplo consenso sobre o pertencimento ao império luso-brasileiro ou ao seu sucessor, o Império do Brasil.

E a Convenção Preliminar de Paz de 1828, antes de resolver definitivamente as desavenças no Prata, prolongou o estado de instabilidade entre os atores regionais. Esse quadro só mudaria com o fortalecimento do Império a partir da centralização e da consolidação promovidas pelo grupo saquarema a partir do Regresso. Se foram os cafeicultores do Vale do Paraíba que completaram a edificação de um império americano lançada por D. João, como quer Maria Odila, seu excepcionalismo brasileiro também teve ascendentes nos discursos joaninos de civilização e intervenção. Contudo, sua gestação será

nas lutas regenciais e de início do Segundo Reinado. E é para este momento que agora nos voltamos.

CAPÍTULO 3:

O "laboratório saquarema" para a imposição da Ordem

Conforme visto no capítulo anterior, as sementes do que viria a ser o excepcionalismo já haviam sido semeadas pelo projeto joanino de império luso-brasileiro, convertido no Império do Brasil, entre 1808 e 1831. Neste período, houve uma arquitetura de império nos trópicos, construída à imagem e semelhança das monarquias europeias, que marcaria a ilha de estabilidade em meio a um continente republicano e turbulento. No entanto, a acefalia real do 7 de abril de 1831 dará início a um período em que outros projetos de Estado e nação, divergentes entre si, disputariam a hegemonia do território brasileiro, herdado da antiga América portuguesa. Nesse contexto, sagra-se vencedor o projeto saquarema de Estado centralizado, onde o "governo da Coroa" se impõe sobre o "governo da Casa" e, principalmente, sobre a "Rua", um resgate readaptado do antigo Estado joanino. É neste processo histórico, o qual denominamos "laboratório saquarema" da construção de Estado e projeção de hegemonia, que nascem as ideias de manutenção da Ordem e difusão da Civilização; ideias que, dez anos mais tarde, serão aplicadas hierarquicamente sobre as sociedades que compunham a bacia do Prata, consolidando a noção de excepcionalismo brasileiro. Não à toa, Paulino José Soares de Sousa, Honório Hermeto Carneiro Leão, Eusébio de Queiroz, Joaquim José Rodrigues Torres, José da Costa Carvalho, dentre outros expoentes saquaremas, terão atuação de destaque nos dois contextos históricos. É a experiência adquirida por esses homens no grande "laboratório" das décadas de 1830 e 1840, além das imbricações internacionais com a Revolução Farroupilha, que abordaremos neste momento,

3.1 O início turbulento da Regência e as leis descentralizantes

A abdicação em 7 de abril de 1831 eliminou, ainda que provisoriamente, a força centrípeta do monarca na consolidação do Estado-nação imperial. Com efeito, novas fórmulas institucionais deveriam ser elaboradas pelas elites políticas do Império, a fim de que se mantivesse unido o frágil corpo político construído a duras penas nas últimas duas décadas e, ao mesmo tempo, respondesse às aspirações de redistribuição do poder das elites participantes

do processo de abdicação. Contudo, não havia consenso sobre qual o novo modelo de Estado a que se queria chegar, resultado de diferentes interesses econômico-comerciais e de diversas formações sociais que compunham o Brasil da primeira metade do século XIX. Essa indefinição, conseqüentemente, terá bastante influência na ploriferação de revoltas e turbulências provinciais no período, movimentos que colocavam em disputa uma variedade de concepções de "Brais".

Não obstante o caos político, grande parte da historiografia classifica a Regência como o período de "experimento liberal"²⁴¹, como fez Roderick Barman, ou até como de "experiência republicana"²⁴², expressão de Paulo Pereira de Castro, em razão da prática de eleição parlamentar para a chefia do Estado durante o período, algo inédito no Brasil oitocentista. A grande maioria da elite brasiliense, protagonista da saída de D. Pedro I, comungava da defesa do Estado monárquico constitucional e representativo, onde o princípio da autoridade dinástica conviveria harmoniosamente com a doutrina do liberalismo político, ou seja, uma adaptação tropical do caso inglês. A partir de 1831, seus membros se autodenominaram integrantes do "Partido Moderado", que buscava manter a ordem interna e empreender reformas que distribuíssem, de modo mais equânime, o poder pelas províncias, reduzindo, assim, os perigos do despotismo. O liberalismo dos moderados, no entanto, era notoriamente excludente, vez que desse grupo participavam proprietários de terras e de escravos ligados ao setor do abastecimento, grandes comerciantes e outros²⁴³ que, ao tempo do Primeiro Reinado, constituiu-se numa voz ativa dos brasileiros na Câmara dos Deputados. Os líderes desse grupo – que posteriormente entrarão em divergência – eram Evaristo da Veiga, jornalista em ascensão e editor do Aurora Fluminense, Bernardo Pereira de Vasconcelos, deputado liberal por Minas Gerais e futuro líder do Regresso, e Diogo Antônio Feijó, padre paulista e ex-representante da província nas Cortes de Lisboa.

Além da maioria moderada, era especialmente atuante a minoria denominada "exaltada", cuja composição social era mais heterogênea, composta majoritariamente de "indivíduos oriundos de uma camada média urbana", que desejavam não somente a

²⁴¹ BARMAN, Roderick J. *Brazil: The Forging of a Nation, 1798-1852*. Stanford: Stanford University, 1988, p. 160.

²⁴² CASTRO, Paulo Pereira de. *A experiência republicana*. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). *O Brasil monárquico: dispersão e unidade. Coleção História Geral da Civilização Brasileira*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. t. II, v. 4, p. 19.

²⁴³ LENHARO, Alcir. *Astropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

descentralização política, mas também uma "monarquia federalista" – alguns, inclusive, iam além, levantando bandeiras republicanas.²⁴⁴ No espectro político oposto estavam os "caramurus", compostos pelos antigos burocratas, proprietários e comerciantes portugueses ligados à figura de D. Pedro I e que desejavam seu retorno ao Brasil ou, ao menos, a manutenção do modelo de Estado erigido pela primazia do princípio da autoridade dinástica sobre o constitucionalismo representativo.²⁴⁵

Quando da abdicação, o Senado reuniu-se em uma sessão improvisada para se eleger uma "regência trina provisória", com o objetivo de se governar o país até que a nova legislatura na Câmara assumisse, no mês seguinte. Os nomes escolhidos refletiam a composição possível dentro das forças políticas então vigentes: Joaquim José Carneiro de Campos, marquês de Caravelas, antigo ministro de D. Pedro I, autor do anteprojeto da Carta de 1824 e respeitado pela oposição ao imperador; Nicolau dos Campos Vergueiro, grande proprietário paulista, representante da elite brasiliense moderada; e Francisco de Lima e Silva, comandante de armas e amigo de D. Pedro I, mas que negou o decisivo apoio ao monarca em 4 de abril. O governo seguinte ao 7 de abril seria sustentado por maioria moderada, em transação com a ala menos radical dos exaltados. A conjugação das duas bancadas indicariam o desejo de mudança "progressiva" e "ordeira", no sentido da redistribuição do poder em direção às elites regionais e provinciais.

Em inflamado discurso em 4 de julho de 1833, Vasconcelos defendeu a aliança, em meio a críticas de que os moderados estariam sendo coniventes com exaltados que promoviam a desordem. Na visão do deputado por Minas, a união das bancadas tinha por objetivo

²⁴⁴ Segundo Luciana, baseada em Ilmar de Mattos, os exaltados “não se propunham a romper barreiras entre os mundos do governo, do trabalho e da desordem. A sua determinada noção de igualdade política implicou no fim de distinções apenas dentro do mundo do governo”. RODRIGUES, Luciana dos Santos. *Os Exaltados: política e identidade na corte regencial (1831-1834)*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: PPGH/UFF, 2013. p. 33. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1694.pdf>>.

²⁴⁵ Relativamente ao pensamento intelectual, segundo Marcele Basile, “os moderados seguiam os postulados clássicos do liberalismo, tendo em Locke, Montesquieu, Guizot e Constant suas principais referências; pretendiam, e conseguiram, efetuar reformas político-institucionais que reduziam os poderes do imperador, conferiam maiores prerrogativas à Câmara dos Deputados e autonomia ao Judiciário, e garantiam a observância de direitos previstos na Constituição, almejando uma liberdade moderna, que não ameaçasse a ordem imperial. Já os exaltados, adeptos de um liberalismo radical de feições jacobinistas, inspirado sobretudo em Rousseau, buscavam conjugar princípios liberais clássicos com ideais democráticos, pleiteando profundas reformas políticas e sociais, como uma república federativa, a extensão da cidadania política e civil a todos os segmentos sociais livres, o fim gradual da escravidão, uma relativa igualdade social e até um tipo de reforma agrária. Por sua vez, os caramurus filiavam-se à vertente conservadora do liberalismo, tributária de Burke; críticos ferozes da Abdicação e avessos a qualquer reforma na Constituição, vistas como quebra arbitrária do pacto social, almejavam uma monarquia constitucional fortemente centralizada, ao estilo do Primeiro Reinado e, excepcionalmente, nutriam anseios restauradores. Sobre esses projetos e seus defensores”, BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *Revolta e cidadania na Corte regencial*. *Tempo*. 2007, v. 22, p. 31-57. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a03>>.

primordial impedir que os caramurus conseguissem trazer D. Pedro I de volta ao Brasil e restaurar a velha ordem, atentando contra a soberania nacional.

É assim que o senhor deputado [Francisco Gê Montezuma, figura simpática aos caramurus naquele momento], que tanto proclama o amor pela ordem, e da tranquilidade pública, quer neutralizar os partidos! Não quererá ele pelo contrario acender a raiva dos partidos? Não quererá ele antes a divisão dos brasileiros?

Mas para que quererá o ilustre deputado a divisão? Eu não sei que resultado poderá caber ao país, da divisão que o ilustre deputado procurou promover pelo seu discurso, lastimando a união dos exaltados com os moderados; essa união há de ter lugar, a pesar seu, principalmente na questão que nos ocupa; é do interesse dos dois partidos opor-se à restauração, e acabar com os restauradores.²⁴⁶

Além de ter de escolher os membros da "regência trina permanente", a nova legislatura, de maioria moderada, inverteu as relações de força ao aprovar a Lei da Regência, de junho de 1831, que suspendia a maior parte das competências do Poder Moderador, quais sejam, poder de dissolver a Câmara, conceder anistia ou títulos nobiliárquicos, suspender direitos fundamentais e ratificar tratados, nomear conselheiros, declarar guerra e estado de sítio. Nítido nesta lei estava a concepção de que o Parlamento seria o bastião contra os arbítrios despóticos da Coroa e do Executivo central. Ainda no Primeiro Reinado, grande parte de seus membros, como Bernardo Pereira de Vasconcelos, já havia participado da aprovação de outras importantes legislações de cunho liberal e descentralizador, como a regulamentação dos juízes de paz elegíveis nas localidades, de 1828, e a positivação do Código Criminal de 1830, que previa penas mais brandas para crimes políticos.

O espírito de redistribuição de poder, que animava a legislatura moderada de maio de 1831, moveu também o Parlamento a aprovar, em agosto daquele ano, a criação da Guarda Nacional, cujo modelo havia sido emprestado da ideia francesa de "cidadão-soldado". O serviço na guarda passava a ser obrigatório para todos os homens maiores de 18 anos e menores de 60 que fossem cidadãos eleitores e votantes, enquanto aqueles que exercessem cargos públicos estariam isentos. O alistamento e organização ocorriam nas províncias e ficava a cargo dos juízes de paz, o que tornou a Guarda Nacional um poderoso instrumento contra as revoltas locais que surgiram durante a Regência. Por outro lado, teve como

²⁴⁶ Discurso na Câmara dos Deputado, sessão de 4 de julho de 1832. IN. CARVALHO, José Murilo de (org. e intro.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 212.

consequência a desmobilização dos terços e das milícias que compunham as tropas militares, o que vai provocar motins em diversas localidades, especialmente em Pernambuco.²⁴⁷

O projeto de Estado-nação, defendido pelos membros do Partido Moderado, tinha como base a noção de uma sociedade una e coesa, sem divisões partidárias. Daí que, ser a favor do Partido Moderado era ser a favor do Brasil, da ordem e da causa monárquica, representada pelo trono potencial de D. Pedro II. Já os "caramurus" e os "exaltados" federalistas seriam retratados como indivíduos "facciosos" e subversivos, que não participavam da construção da nação. Esta dialética foi explicitamente descrita por Feijó, no cargo de ministro da Justiça, em relatório lido na Câmara dos Deputados no começo de 1832:

Os esforços da classe interessada na manutenção da ordem publica na [a Corte do Rio de Janeiro] tem segurado até hoje; mas á sombra d'essa aparente tranquillidade os partidos formarão-se, os planos forão concertados; e o Governo sem meios legaes para os destruir vio-se na dura necessidade de apromptar-se somente para o combate. No dia 3 do passado sahio á campo o primeiro partido gerado no club federal; mas illudirão-se as suas esperanças, falharão seus calculos; e esse punhado de facciosos, que atreueo-se á affrontar a Capital, colhem o fructo de sua temeridade. A 17 do mesmo mez, com igual audacia appareceu a facção restauradora, annunciada pelo insolente *Caramurú*, e preparada no conventiculo da *Conservadora*: igual tambem foi o resultado.²⁴⁸

A "Conservadora" à qual Feijó faz menção era a Sociedade Conservadora da Constituição Jurada do Império do Brasil, grupo que reunia membros "caramurus" de todos os cantos do país na Corte fluminense. Sua principal oponente seria a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, associação homóloga dos moderados. O "surto associativo"²⁴⁹ do início da década de 1830 daria origem ainda, dentre outras, à Sociedade Federal, que agregava parte dos exaltados. Apesar do discurso moderado de uma sociedade sem fissuras, o surgimento dessas sociedades evidenciava a pluralidade de concepções políticas advindas da politização da "Rua". Conforme o observado por Barman, o maior ativismo pela população em geral não veio acompanhado de um senso consolidado de

²⁴⁷ Há uma extensa bibliografia sobre a guarda nacional, poder local e o Império brasileiro. Cf. CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977; RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins; FALCON, Francisco José Calazans e NEVES, Margarida de Souza. *A Guarda Nacional no Rio de Janeiro, 1831-1918: estudo das características histórico-sociais das instituições policiais brasileiras, militares e paramilitares, de suas origens até 1930*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1981; BASILE, Marcelo. "O laboratório da nação: a era regencial (1831 - 1840)". IN: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (orgs). *O Brasil Imperial: 183-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.v. II.

²⁴⁸ Relatório do Ministério da Justiça relativo ao anno de 1831 apresentado á Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinaria de 1832. p.2.

²⁴⁹ BASILE. *Op.cit*, 2009. p. 65.

identidade brasileira ou de uma "infraestrutura de nacionalidade", o que contribuiria para as turbulências e revoltas do período²⁵⁰.

De volta ao plenário, a Assembleia Geral elegeu os membros da regência trina permanente, em mais uma tentativa de se conciliar as diferentes tendências políticas dentro do discurso moderado: Francisco de Lima e Silva, mantido como elemento garantidor da ordem, José da Costa Carvalho, moderado; e João Bráulio Muniz, uma concessão aos exaltados. Coube aos três regentes a tarefa de montar o gabinete que empreenderia as principais reformas clamadas pelos participantes do 7 de abril, dentre moderados e poucos exaltados.

A heterogeneidade seria a marca desse ministério. Para a pasta da Justiça fora indicado o já mencionado Feijó, que, apesar de simpático a ideias radicais e de formação puramente nacional em razão das limitações financeiras de sua família²⁵¹, encampou o discurso moderado no esforço de se manter a integridade do Império. Já a pasta da Fazenda seria ocupada por Vasconcelos, formado em Coimbra junto com os regentes Costa Carvalho e Bráulio Muniz. Se a polarização Feijó-Vasconcelos daria o tom das disputas políticas por todo o período regencial, no contexto do primeiro gabinete, ambos ainda buscavam o fortalecimento da posição moderada. Na exposição dos princípios do ministério, em julho de 1831, ao dissertar sobre as intenções do movimento do 7 de abril, é possível observar em Vasconcelos uma defesa reativa, contra o despotismo de D. Pedro I, e ativa, contra o que ele chamava de "anarquia":

Agora, senhores, cumpre declarar como entendemos esta memorável revolução. A nação, abdicando o trono constitucional pelo primeiro príncipe que ela elegeu, nem teve intuito de subverter as instituições constitucionais e mudar a dinastia, nem o de consagrar a violência e proclamar a anarquia; usou sim do incontestável direito de resistência à opressão, e quis popularizar a monarquia, arredando-se dela os abusos e os erros que a haviam tornado pesada aos povos a fim de reconciliá-la com os princípios da verdadeira liberdade.

Firme nesta inteligência, o governo está firme também na repressão da violência e da sedição, executando e fazendo executar

²⁵⁰ BARMAN. *Op. cit.*, p. 167.

²⁵¹ Feijó, inclusive, enfatizava esse ponto, sugerindo uma oposição entre brasileiros puros e os brasileiros "coimbrãos", como no excerto a seguir, onde ele respondia a críticas de um deputado de que teria difamado a honra de magistrados. "Admira, senhores, que, tendo o senhor deputado tido a fortuna de assentar-se nos bancos da Universidade de Coimbra, ignore que se a sentença foi bem dada, o promotor nenhum direito tinha de embargá-la; entretanto que o juiz que formou o processo, que inquiriu as testemunhas ou que não procurou as que sabiam do fato, deu causa à absolvição do crime. O caso é que criminosos foram absolvidos, e que todo este negócio é da atribuição do Poder Judicial; sou padre, mas até este ponto sei eu, apesar de nunca ter advogado causa alguma". IN. CALDEIRA, Jorge (org. e intro.). *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 98.

pontualmente as leis, e, quando estas não bastem, representando e propondo à Assembleia Geral as providências necessárias. A sedição é um crime, qualquer que seja o princípio à perturbação da ordem que só um governo fraco e as insuficiências das leis podem tolerar.²⁵²

Frisamos o verbo "elegeu" pelo fato de Vasconcelos exprimir, no trecho, sua concepção de que D. Pedro I não havia se tornado imperador pela simples "graça de Deus", mas também pela escolha soberana feita pela nação. Se, por um lado, o futuro líder saquarema se coloca contra o arbítrio de um poder quase absoluto, por outro, ele se manifesta como amante da ordem e contra a sedição. A ênfase nessa última parte é que o afastará, progressivamente, da plataforma política de Feijó.

E um dos principais motivos da divergência será a posição a se tomar diante das revoltas regenciais. De acordo com levantamento feito por Marcelo Basile, nada menos do que 15 movimentos de insurreição explodiram em províncias fundamentais para o território, como Pernambuco, Pará, Bahia e Maranhão.²⁵³ Boa parte delas, como a das Carrancas, em Minas Gerais, a Cabanada, em Pernambuco, mobilizou contingentes de escravos libertos e a massa da população mestiça e pobre, até então alijados do processo político. Na própria capital do Império houve dois de caramurus somente no intervalo entre os dias 3 e 17 de abril de 1832.

Mas a questão de maior polêmica eram os projetos de reformas constitucionais em tramitação no Parlamento. A proposta de emenda de Miranda Ribeiro, ainda de 1831, chegava ao ponto de prever uma "monarquia federativa", além de abolir o Poder Moderador, o Conselho de Estado e a vitaliciedade do Senado. Mais ainda, o projeto pretendia criar as assembleias provinciais no lugar dos antigos Conselhos de Província, com uma substancial gama de competências, como a autonomia de tributação e de organização das polícias e da educação primária. Por fim, tendo como exemplo a federação dos Estados Unidos, o texto de Miranda Ribeiro queria substituir a regência trina por uma regência una, a ser eleita por essas assembleias provinciais, e não pela Assembleia Geral.

De acordo com Basile, a proposta dividiu a já frágil coalizão de moderados: Evaristo da Veiga lia com receios o texto, Feijó era favorável, enquanto Vasconcelos, Limpo de Abreu e a pequena maioria na Câmara entendiam que o texto serviria para esvaziar a plataforma política

²⁵² Exposição dos princípios do Ministério da Regência. IN. CARVALHO, José Murilo de (org. e intro.). *Op. Cit.*, 1999. p. 200.

²⁵³ BASILE. *Op.cit.*, 2009. p. 69.

dos exaltados e estabilizar o país, ainda que houvesse certo excesso na descentralização política.²⁵⁴ Por isso, o projeto avançou na Câmara e chegou ao Senado em 1832. Lá, contudo, por ser uma assembleia composta majoritariamente por caramurus e antigas figuras ligadas a D. Pedro I, políticos que dependiam da vitaliciedade para se manterem nos cargos em meio a um contexto hostil, a medida foi, obviamente, travada.

O impasse institucional, somado à turbulência das revoltas que sacudiam as províncias, elevou os ânimos políticos e levou a parte da bancada moderada a aprovar as medidas a qualquer custo. Ao longo de junho e julho daquele ano, Feijó (ainda como ministro da Justiça), Evaristo da Veiga, Custódio Dias, Paula Sousa, Limpo de Abreu entre outros, planejaram uma manobra pela qual os três regentes e todo o gabinete se demitiriam, enquanto a Câmara se autoproclamaría Assembleia Constituinte, aprovando, assim, as reformas constitucionais. Outro objetivo do grupo era afastar José Bonifácio de Andrada da tutoria de D. Pedro II, motivado por receios de que os Andrada estivessem conspirando pela volta de D. Pedro I e usurpando o trono do herdeiro, brasileiro "legítimo". O plano dos moderados seria posto em prática no dia 30 de julho, mas fracassou diante de uma contundente defesa da legalidade e constitucionalidade feita por Honório Hermeto Carneiro Leão, ainda promissor deputado. Apesar da extensão, vale replicar seu discurso feito naquele dia, uma vez que nele já seria possível identificar traços do ideário saquarema que dominaria a cena política na década seguinte.

Não receio, Sr. presidente, que haja assassinatos, nem actos de ferocidade, que elas são impróprias da briosa guarda nacional, a quem estão confiadas as armas (muitos apoiados); elles não podem querer senão o socego e tranquillidade pública, com a consolidação da liberdade constitucional.

Na verdade, Sr. Presidente, a frouxidão de nossas leis tem feito com que estes cidadãos estejam continuamente com as armas na mão velando na tranquillidade pública, e com que estejam portanto todos os dias em serviço, isto não pode permanecer por muito tempo; é contra isto que elles representam, mas elles não podem querer a violação da constituição, elles não podem querer senão a sua manutenção, e que a autoridade pública, revestida de força legal, possa suffocar todas as facções que pretendão atacar este código sagrado. Donde tem vindo a força que tem tido o governo para suffocar em todas as provincias, inclusivamente na Côrte, todas as facções que têm apparecido? Esta força não vem senão da observância da constituição e da legalidade que a maioria da casa, que nós, aquelles que temos defendido o governo, temos constantemente sustentado.

²⁵⁴ *Ibidem*, p. 77.

Portanto, senhores, acalmem se os espíritos vulcanizados, fazendo-se passar ao menos alguma promessa de que tomaremos medidas aptas e conducentes para manter-se a tranquillidade pública, para evitar que as guardas nacionaes sejam continuamente incommodadas. Não nos apartemos, porém, dos principios que temos aqui defendido constantemente, isto é, da legalidade. Todos nós da maioria temos pugnado por esses principios, todos temos dito que não queremos senão as reformas leaes; seria, pois, absurdo desmanchar em uma noite o que tanto nos tens custado a conservar. Não demos este passo, que nos arrastará a outros igualmente máos e perigosos. Nós podemos obter em breve as reformas leaes; (...)

Senhores, faça-se tudo o que exige o bem da nação, mas pelos meios leaes. Tudo se pode obter sem ferir a legalidade, sem que sejamos arrastados aos meios que temos aqui reprovado constantemente. Na constituição está o direito de dissolver a Camara dos Deputados; a assembleia geral não podia destruir este direito tirado á regencia. Restitua-se pois ao poder moderador á regencia, que hoje o exerce, esse direito de dissolver a camara dos deputados, para que se convoque uma nova Camara, para que seus membros venhão legalmente autorizados afim de fazerem as reformas; para cuja decretação definitiva não temos autorisação. Eu não tenho missão para estabelecer estas reformas, tenho missão para fazer leis conforme a constituição; esta missão hei de executar, e não outra.²⁵⁵

Também bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, com passagens nos cargos de juiz de fora de São Sebastião (MG), auditor da Marinha e ouvidor do Rio de Janeiro²⁵⁶, Honório Hermeto já se destacava nos trabalhos parlamentares por seu domínio das doutrinas jurídicas e por sua concepção bem definida de Estado²⁵⁷, que deveria ser forte suficiente para manter a integridade territorial do Império. Neste discurso que frustrou o chamado "golpe da Chácara da Floresta", Honório Hermeto deixa evidente seu apego à legalidade e à constitucionalidade, postas como sustentáculos da própria unidade territorial do Estado-nação. A consolidação do Império, portanto, somente ocorreria mediante o respeito a leis fortes e eficazes, que não dão margem a arbítrios e à impunidade. É esta linha legalista de argumentação que, pouco tempo depois, sustentará o ideário do Regresso e da plataforma saquarema.

No curto prazo, porém, a ação do futuro marquês do Paraná contribuiu para a queda de todo o gabinete de Feijó, cuja liderança foi substituída pela do então caramuru Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque, futuro visconde de Albuquerque,

²⁵⁵ Discurso na Câmara dos Deputados, sessão de 30 de julho de 1832. p. 9.

²⁵⁶ Informações retiradas do IHGB. Disponível em <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/hhcarneiroleao.html>>.

²⁵⁷ Sua sólida formação já havia lhe rendido a coautoria da Lei da Regência de 1831.

exponente do maior clã de Pernambuco.²⁵⁸ Esse gabinete, contudo, dura apenas quatro dias, tempo o suficiente para Honório consolidar uma posição de força na Câmara e ser escolhido pela regência trina para apontar o novo gabinete. Enfrentando demissões de ministros e instabilidades provocadas pelas revoltas, é a liderança do moderado formado em Coimbra que sustentará o governo central até 1835— ainda que ele mesmo renuncie à pasta da Justiça em 1833. Esse período marca, também, o declínio político do grupo de Feijó e Evaristo e, conseqüentemente, o fim da frágil coesão interna do Partido Moderado.

Honório assumiu tendo dois objetivos bem definidos em sua agenda: afastar Bonifácio da tutoria de D. Pedro II e aprovar as reformas constitucionais. O primeiro foi alcançado já em 1833, quando Bonifácio é preso em Paquetá e substituído por Manuel Inácio Souto Maior Pinto Coelho. A relativa facilidade da ação deveu-se à ajuda providente do ministro da Justiça, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, experiente palaciano da chamada "facção áulica", amigo pessoal de D Pedro I, que transitava por todos os espectros políticos daquele momento, ou seja, entre caramurus, moderados e até exaltados. De acordo com o brasilianista Jeffrey Needell, Vasconcelos tinha verdadeira ojeriza por Aureliano, tanto por discricção nos eventos do 7 de abril, quanto por seu diálogo estratégico com o grupo mais radical de Feijó.²⁵⁹ Vasconcelos e Honório também teriam suas divergências, tanto por conta de Aureliano, quanto pela disputa pela liderança da bancada de Minas na Câmara.

Apesar das intrigas internas da alta cúpula do Partido Moderado, a tendência do constitucionalismo mais conservador de Honório dará o tom da nova legislatura do ano de 1833 na Câmara.²⁶⁰ Segundo Needell, as futuras lideranças saquaremas (Honório,

²⁵⁸ Vale lembrar que, dois meses antes da tentativa frustrada de golpe, o próprio Bernardo Pereira de Vasconcelos pedia demissão do ministério, entre acusações de incompetência a frente das finanças do Império e discordâncias pessoais com Feijó. A respeito da família Cavalcanti de Albuquerque cf. CADENA, Paulo Henrique Fontes. *Ou há de ser Cavalcanti, Ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque* (Pernambuco, 1801-1844). Recife: UFPE, 2013.

²⁵⁹ NEEDELL, Jeffrey D. *The party of order: the conservatives, the State, and the slavery in the Brazilian monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006. p. 52.

²⁶⁰ Esta tendência fica evidente quando Honório, na qualidade de ministro da Justiça, disserta sobre o estado da segurança no Império. "[a capital está tranquila]; mas, Senhores, he necessario declarar-vos francamente, que o estado da Capital, e o da mór parte das Provincias do Imperio não he lisongeiro, e nem apresenta hum aspecto tal, que o Governo confie poder n'ellas conservar, e manter inalteravel a paz, o repouso, a tranquillidade, e a segurança, com os meios, que actualmente tem a seu alcance. Por huma parte as divisões dos partidos, e os odios políticos se tem tornado mais salientes; por outra, a moeda falsa he hum fermento de desordens, que há por vezes tem apparecido nas Provincias do Norte. Alem d'isso a insuficiencia dos meios de repressão legal contra os crimes, que атаção a propriedade, e a vida dos Cidadãos, parece evidente á vista da maior frequencia, com que taes crimes são cometidos em quasi todas as Provincias. O primeiro mal poder-se-ha diminuir com a conclusão das eleições, e decretação de muis efficazes meios de repressão legal contra os enormes abusos da liberdade de exprimir os pensamentos; mas provavelmente não se extinguirá inteiramente senão depois que a Legislatura futura tiver fincado o estado politico do Imperio, adoptando, ou

Vasconcelos, e Joaquim José Rodrigues Torres) mantinham-se entre os moderados pelo simples motivo de, até 1836, nem os caramurus, nem os exaltados representavam alternativas de poder viáveis para o Império. Todos esses nomes comungavam da fórmula de uma monarquia constitucional representativa, onde a Coroa seria limitada pela Carta de 1824, embora não permanecesse fraca. Nos debates de 1833-1834, eles costumavam ficar em silêncio, para não serem tachados de traidores ou caramurus, e já manifestavam certa tendência conservadora diante das propostas mais radicais em torno das reformas constitucionais.²⁶¹

Ocorre que, após o fracasso do "golpe da Chácara da Floresta", a legislatura de 1833 teria de fazer concessões ao Senado – vitalício e reduto caramuru – a fim de que uma proposta menos liberal de emenda constitucional fosse adiante. Uma comissão parlamentar integrada por Vasconcelos, Limpo de Abreu e Paula Sousa – os dois últimos envolvidos na tentativa de golpe – redigiu o anteprojeto da nova reforma, modificando o texto de Miranda Ribeiro. O Senado, contudo, aceitou apenas uma solução intermediária: são descartadas as expressões "monarquia federativa" e "autonomia municipal" e, obviamente, é mantida a vitaliciedade dos senadores; em compensação, o Conselho de Estado é extinto, os Conselhos Provinciais são substituídos pelas assembleias provinciais, com amplas competências e legislaturas bienais, e a regência trina seria substituída pela regência una, a ser eleita pelo Parlamento, e não pelas assembleias provinciais, como queria a ala mais radical dos moderados. Na visão de Roderick Barman, o Ato Adicional, aprovado em agosto de 1834, alterava profundamente o modelo de Estado unitário e governo centralizado que regia a América portuguesa desde 1808, vez que o poder centrípeto da Corte fluminense era diluído nas "pátrias" provinciais.²⁶²

A solução consensual, contudo, rachou ainda mais os moderados. Honório Hermeto, Araujo Vianna, Batista Oliveira e Rodrigues Torres votaram contra o texto, por calcularem que houve descentralização excessiva do poder em direção às províncias, já envolvidas em revoltas e turbulências políticas. Vasconcelos, por sua vez, votou a favor para não ficar

rejeitando as reformas Constitucionaes, cuja pendencia a tornão vacilante." Relatório do Ministério da Justiça do anno de 1832 apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinaria de 1833 p. 7-8.

²⁶¹ NEEDELL, *Op.cit.*, pp. 53-54

²⁶² "Qualquer que sejam as imperfeições, o Ato Adicional de 1834 marcou uma mudança significativa no desenvolvimento do Brasil como uma nação. Da primeira criação como um regime singular, em 1808, a unidade sempre pareceu estar ligada à concentração de poder no centro. A breve experiência das juntas de governo entre 1821-1824 serviu para reforçar essa equação de unidade com centralização. O Ato Adicional comprometeu os brasileiros com a criação de governos provinciais imbuídos de poderes substanciais que eram largamente independentes do governo nacional. Para esta guinada em direção ao federalismo funcionar, cooperação entre os dois níveis de governo era indispensável." [tradução nossa] BARMAN. *Op.cit.*, p.178.

isolado e em razão de ter sido um dos coautores do texto original, mas teceu as críticas mais elaboradas sobre o Ato Adicional, em discurso proferido pouco antes da votação final da emenda.

(...) mas nós que estamos com poderes muito limitados, que vamos organizar o edifício que necessariamente deve ficar sem nenhuma harmonia, porque parece que se não conhecia bem a forma desse governo, quando se decretou a lei da reforma, queremos mais que os Estados Unidos; não posso aprovar esta ideia, porque entendo que tanto o governo geral quanto o provincial não deve ser soberano; no Brasil, soberano no governo é só a nação; e alguns ilustres deputados que querem que as províncias sejam soberanas, e querem seus poderes independentes, têm confundido a independência com a soberania; são coisas muito diversas, e da sua confusão atribui-se a maior parte das calamidades do México; ali se declararam soberanos e independentes os estados de que se compunha o Império de Itubirde; os mexicanos tomaram à letra a expressão soberano, e por isso não quiseram reconhecer a maior parte dos atos emanados do poder central, daqui a resistência a esses atos, e daqui a guerra civil.²⁶³

Permeia a argumentação de Vasconcelos a tese de que o Brasil não estava preparado para "importar cegamente" as instituições dos Estados Unidos, ainda que a expressão "monarquia federativa" tenha sido retirada do texto final. O futuro líder do Regresso chega a enfatizar que, no Brasil, seria o costume já enraizado a obediência ao princípio da hereditariedade, em contraste com a república da América do Norte, e que esse hábito estaria em harmonia com as características culturais e sociais do brasileiro.²⁶⁴

Mais do que o episódio do "golpe da Chácara da Floresta", foi a aprovação do Ato Adicional que aproximou ideologicamente os principais nomes do movimento que viria a ser chamado de Regresso, gestando uma verdadeira bancada reacionária a partir de 1835 na Câmara. O grupo aceitara a reforma como um "mal menor", temeroso de que a perpetuação do Estado tal qual o desenhado na Carta de 1824 poderia ocasionar a dissolução do Império ou o retorno do despotismo lusitano. Para azar dos reacionários, poucos meses depois da aprovação da emenda, chegava ao Brasil a notícia de que D. Pedro I havia morrido em Portugal, o que praticamente eliminava a plataforma política dos caramurus.

²⁶³ Discurso na Câmara dos Deputados, sessão de 1º de julho de 1834. IN. CARVALHO. *Op.cit.*, 1999. p. 221.

²⁶⁴ "(...) insisto na minha ideia; nos Estados Unidos tudo estava harmonizado para estabelecer o melhor sistema federativo possível; no Brasil, não existe essa harmonia: nós temos o princípio hereditário; pelo hábito, costumes e estado de civilização que podemos adotar semelhante ideia; temos uma câmara vitalícia, que por muito tempo tem saboreado o gosto de um poder grande; esta Câmara, cuja organização não podemos alterar, há de constantemente trabalhar pela centralização". *Ibidem*, p. 223.

Já o grupo de Feijó e Evaristo foi o grande vencedor das votações da reforma constitucional, uma vez que, dentro das possibilidades, o texto efetivamente caminhou em direção à descentralização e autonomia das localidades, em consonância com o discurso mais liberal adotado pelo ex-ministro da Justiça.²⁶⁵ Não à toa, o padre paulista recebera o apoio de boa parte das oligarquias regionais nas eleições de 1835 para a regência una, saindo vencedor frente a Holanda Cavalcanti, principal adversário da oposição. Trata-se da eleição do primeiro chefe de Estado do Brasil independente, com importante teor simbólico para o discurso republicano e federalista. Para esse pleito, Honório chegou a pedir para que o regente José da Costa Carvalho se entendesse com Vasconcelos a fim de se lançar uma candidatura única em oposição a Feijó. Este, por sua vez, tentou cooptar uma das estrelas em ascensão da bancada reacionária, Rodrigues Torres, nomeando-o presidente da província do Rio de Janeiro. Pragmático e estrategista, o futuro visconde de Itaboraá aceita a oferta, mas teve outros planos para as terras fluminenses.

3.2. Província do Rio de Janeiro como experiência de sucesso de laboratório saquarema

Ao longo da década de 1830, consolidava-se na província fluminense o pólo cafeicultor, que substituiu o açúcar como o motor do setor agroexportador escravista da economia brasileira, especialmente na região do Vale do Paraíba. Em livro esclarecedor, Ricardo Salles amplia o ditado popular oitocentista de que "o Império era o café, e o café era o Vale", adicionando a oração coordenada: "e o Vale era escravo".²⁶⁶ O motivo para tanto era a enorme concentração de mão-de-obra africana no local, já interconectada com os fluxos do mercado capitalista industrial, em uma dinâmica própria da "segunda escravidão".

²⁶⁵ A adoção das leis descentralizantes, como o Código de Processo Criminal de 1832 e o próprio Ato Adicional, foram enfaticamente defendidos por Feijó. Em um artigo publicado em seu jornal O Justiceiro, Feijó defende que essas legislações dariam as condições para o progresso da localidade, embora ele antecipe a campanha eleitoral e vincule esse mesmo progresso às eleições gerais de 1834, das quais seria candidato a regente. "Hoje as províncias têm em seu seio a potência necessária para promover todos os melhoramentos materiais e morais: a seus filhos está encarregada a espinhosa tarefa, mas honrosa, de fazer desenvolver os recursos necessários ao seu bem ser. Se as eleições forem acertadas, breve chegaremos ao fim desejado; se não, pelo contrário, marcharemos às cegas e o mesmo erro nos indicará o caminho que convém trilhar". CALDEIRA. *Op.cit.*, p. 127.

²⁶⁶ SALLES, Ricardo. *E o Vale era escravo: Vassouras, século XIX: senhoras e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Esse conceito, cunhado pelo historiador estado-unidense Dale Tomich em 1988, joga luz sobre a perpetuação do trabalho escravo ao longo do final do século XVIII e durante quase todo o Oitocentos, convivendo com ideias iluministas de liberdade e igualdade e plenamente encaixada no modo de produção do capitalismo industrial. A obra de Tomich tem a importante função de problematizar o entendimento da historiografia tradicional que argumentava que a escravidão se tornava incompatível com a expansão das indústrias e do trabalho assalariado.²⁶⁷ Empregando a teoria da Nova História Econômica, Tomich critica a suposta universalidade das teorias neoclássicas por não levarem em conta as relações sociais e os processos materiais complexos pelos quais a atividade econômica substantiva é formada historicamente – toda relação que não for a de mercado é desconsiderada.²⁶⁸ Para ele, sociedades como a do Brasil, Estados Unidos e Cuba provaram que o modelo de agroexportação escravista soube se adaptar aos novos tempos e se inserir na "economia-mundo" do século XIX. No caso brasileiro, Salles demonstra que o complexo cafeeiro do Vale do Paraíba chegou a atingir taxas de natalidade positivas da população escrava a partir da década de 1860 – pouco depois do fim definitivo do tráfico –, o que contribuiu para a enorme pressão da classe senhorial pela não aprovação da Lei do Ventre Livre.

Assentado, portanto, na mão-de-obra africana da segunda escravidão, o café pode desenvolver-se no Brasil nos primeiros anos do Oitocentos, atingindo a supremacia na pauta exportadora já na década de 1830.²⁶⁹ Na província do Rio de Janeiro, a semente rubiácea foi primeiramente cultivada nos arredores da própria Corte, e então subindo serra acima. Depois, ela substituiu o açúcar como principal item cultivado ao longo do Vale do Paraíba. No rastro dessa expansão, surgem povoações como a de Valença (1818) e Vassouras (1833).²⁷⁰

²⁶⁷ Dessa corrente, importante nome é o de Erick Williams, para quem a escravidão nas Antilhas inglesas foi abolida em razão da decadência econômica de seu modelo de produção. Ver. WILLIAMS, Erick; BOTTMANN, Denise (trad.); MARQUESE, Rafael de Bivar (prefácio). *Capitalismo e escravidão*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

²⁶⁸ "A preocupação da teoria econômica é determinar quais são os fatores que maximizam a utilidade e rentabilidade. Esse conjunto de premissas é generalizado como condição humana universal, o que justifica a aplicação da teoria a todos os tipos de sociedades. A suposição subjacente é que todas as atividades econômicas podem ser entendidas por meio de categorias de escassez, utilidade, ação racional e mercado – ações universais existentes fora do espaço e do tempo." TOMICH, Dale. A escravidão no capitalismo histórico: rumo a uma história teórica da segunda escravidão. IN. MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. (orgs.) *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 61.

²⁶⁹ Nada mais simbólico da importância do café para a economia brasileira que a inclusão de seus ramos no brasão oficial do Império, desenhado entre setembro e dezembro de 1822.

²⁷⁰ FRIDMAN, Fania. As cidades e o café. *Revista Rio de Janeiro*. jan.-dez. 2006, n. 18-19. Disponível em <http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_18-19/Cap-6-Fania_Fridman.pdf>.

No entanto, a ocupação desta região, importante entreposto entre as regiões de mineração e o próprio porto do Rio, deu-se por meio de sesmarias concedidas por D. João VI a importantes famílias envolvidas no comércio e no trato atlântico, como a do clã de Manuel Jacinto Nogueira da Gama, primeiro visconde, depois marquês de Baependi e ligado aos Carneiro Leão, cujo patriarca e sogro de Baependi, Brás Carneiro Leão, fora um dos mais importantes traficantes de escravos.²⁷¹ O avô de Honório Hermeto, Antônio Neto Carneiro Leão, especializou-se na revenda de africanos da Corte ao Vale e a Minas, adquirindo terras e conexões com o círculo político da Corte. Já seu neto, seguindo o ramo familiar de Brás Carneiro Leão, afastou-se da atividade mercantil e adquiriu propriedades como a Fazenda Lordello, na região de Sapucaia.²⁷² José de Sousa Breves, agraciado com sesmarias que se estendiam de Mangaratiba até Resende, era pai do comendador Joaquim José de Sousa Breves, apelidado de "o rei do café" e protagonista da política provincial fluminense. Ainda mais proeminente do que os Sousa Breves, contudo, era a família de Antônio Clemente Pinto, barão de Nova Friburgo, que dominava a região de Cantagalo e chegou a construir uma estrada de ferro que ligasse sua vila ao porto do Rio de Janeiro. Notório por seus suntuosos palacetes na Corte, Clemente Pinto era reconhecido popularmente como "o verdadeiro imperador do Brasil".²⁷³

Ilmar Mattos, por sua vez, lembra que tanto Paulino José Soares de Sousa quanto Joaquim José Rodrigues Torres casaram-se com filhas da família dos Álvares de Azevedo, ligados ao clã de Francisco de Macedo Freire Azeredo Coutinho, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, capitão-mor de Cabo Frio e proprietário de terras na região de Araruama.²⁷⁴ Essas conexões por casamentos renderiam a Paulino e Rodrigues Torres – o

²⁷¹ A respeito de Brás Carneiro Leão e de sua família cf. GORESTEIN, Riva. Comércio e Política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830). In: GORESTEIN, Riva e MARTINHO, Lenira Menezes. *Negociantes e caixeiros na sociedade da independência*. Rio de Janeiro: Sec. Municipal de Cultura, 1993. (*Biblioteca Carioca*, v. 24). FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

²⁷² MARTINS, Maria Fernanda. O círculo dos grandes: um estudo sobre política, elites e redes no Segundo Reinado a partir da trajetória do visconde do Cruzeiro (1854-1889). *Locus: revista de história*. Juiz de Fora, 2007, v. 13, n. 1, p. 93-122.

²⁷³ Essas referências a famílias da classe senhorial cafeicultora foram retiradas da obra de Ricardo Salles. Ver: SALLES, R. O Vale era escravo., *Op. cit.*, p.140-143. A respeito do Barão de Nova Friburgo e da família Breves conferir também LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. *O Império dos Souza Breves nos Oitocentos: política e escravidão nas trajetórias dos comendadores José e Joaquim de Souza Breves*. Dissertação (mestrado em História). Niterói: PPGH/UFF, 2010; MARRETTO, Rodrigo Marins. *O verdadeiro imperador do Brasil: o Barão de Nova Friburgo e as estratégias de formação e manutenção do patrimônio familiar no oitocentos (1829-1888)*. Qualificação (Doutorado em História). Niterói: PPGH/UFF, 2018. (defesa em 22/03/2018).

²⁷⁴ MATTOS. O tempo saquarema. *Op.cit.*, p. 43.

primeiro, juiz também formado em Coimbra; e o segundo, bacharel em matemática – a oportunidade de se inserirem na classe senhorial escravista e cafeeicultora. Segundo Mattos, a gestação dessa nova classe senhorial pela província do Rio de Janeiro, desta vez especializada no café, fez o Império "recunhar a moeda colonial", ou seja, mantendo a relação colonizador-colono da Era Moderna: os britânicos seriam os colonizadores, a Corte fluminense e seus cafeeicultores seriam os colonizados. O que não mudava era o modo de produção assentado no trabalho escravo.²⁷⁵

De acordo com o Ato Adicional, a província do Rio de Janeiro, que desde 1822 era administrada pelo ministério do Império, passaria agora a ter um governo e uma assembleia provincial própria, sediados em Niterói, enquanto a Corte do Rio de Janeiro seria declarada como "município neutro", administrado ainda pelo governo central. Até 1840, a nova província desfrutaria de significativa autonomia sobre orçamento, tributos e administração da polícia e do Judiciário, levando a historiadora Maria de Fátima Silva Gouvêa a classificar o governo fluminense como o "tubo de ensaio" dos saquaremas.²⁷⁶ Por meio da autonomia fornecida pela estrutura institucional do Ato Adicional e com rendimentos oriundos do café em crescimento quase geométrico²⁷⁷, o grupo contrário Feijó e já proprietário de terras e de escravos põe em prática, no Rio de Janeiro, o seu modelo ideal de Ordem e Civilização. Vale notar que integravam a primeira legislatura da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro todos os nomes da "trindade saquarema", além de Aureliano de Sousa Coutinho e outros políticos de projeção nacional, que assumiam mandatos simultâneos como deputados provinciais em Niterói e deputados gerais na Corte – a lei assim permitia.

Em 4 de fevereiro de 1835, pouco tempo antes da posse de Feijó como regente único, assume a província do Rio o político e fazendeiro Rodrigues Torres. Em seu discurso inaugural perante os deputados da Assembleia Provincial, o futuro visconde de Itaboraí deixa claro o espírito de empreendimento e de Ordem que deveria prevalecer nas terras fluminenses, sendo um contraponto e alternativa natural ao modelo de Estado turbulento em voga no governo central:

Em hum Paiz exclusivamente agricola, como o nosso, onde até a industria commercial das grandes Cidades he inteiramente vivificada

²⁷⁵ *Ibidem*, p. 80.

²⁷⁶ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 42.

²⁷⁷ Segundo Gouvêa, em 1839, quando a lei orçamentária passou a ser anual, a renda dos tributos arrecadados com o café já respondia por mais da metade da receita provincial do Rio de Janeiro, enquanto a produção de açúcar se concentrava no Norte fluminense. *Ibidem*, p. 37-38.

pelo trabalho rural, o meio, que ha para com melhor resultado promover-se o augmento da riqueza publica he, sem duvida, depois da segurança pessoal e da propriedade, o estabelecimento de meios de facil communicacão. Bem conheço que mal serão sufficientes nossos recursos pecuniarios para concertar e melhorar as estradas que temos; mas tambem a época parece aproximar-se, em que o espirito de associacão para empresas deste genero começa no nosso abençoado Paiz a produzir os mesmos efeitos, que tem opulentado outras Nações.

A vós, Senhores, cumpre alentiar o seu desenvolvimento, e em quanto lamentaveis dissenções politicas, e odios de partidos parecem continuar ainda a desunir-nos, será para vós glorioso mostrardes o meio de dar util distração a tão funestas paixões.

Os esforços que empregardes em promover nossa nascente industria, não só accrescentarão a riqueza e prosperidade material desta Provincia, mas podem tambem concorrer para diminuir e al fim fazer de todo desaparecer do Solo Brasileiro os funestos efeitos das discordias civis. Vosso exemplo, Legisladores, pode servir de estimulo a nossos compatriotas. Vós lhes mostrareis por certo o magestoso espectaculo da concordia de Cidadãos que sabem esquecer quaesquer dissentimentos politicos para reunidos offerecerem á Patria o tributo de suas lucubrações.²⁷⁸

Representando o ideal de civilização que queriam imprimir no Rio de Janeiro, o assunto que sempre vinha em primeiro lugar nas exposições dos negócios da província era a educação. Para além de clamores por mais verbas para a construção de escolas de instrução primária, Rodrigues Torres foi o responsável pela inauguração da primeira Escola Normal do Brasil – unidade de ensino projetada por teóricos franceses –, em outubro de 1835.²⁷⁹ Nela, os "alumnos que frequentão a Escola, e o adiantamento que tem tido, dando a lisonjeira esperança, que este estabelecimento formará crescido numero de Cidadãos habilitados para dar á instrucção primaria o impulso, e consideração de hum povo civilizado", conforme expressara orgulhosamente Rodrigues Torres, em março de 1836, fazendo um balanço de sua breve gestão.²⁸⁰ O sucessor na presidência, seu concunhado Paulino José Soares de Sousa, foi ainda mais zeloso no controle sobre o que era lido e ensino nas escolas, gastando páginas e páginas de seus relatórios anuais com o tema, até deixar a administração da província, em 1840. Por trás do interesse dos futuros saquaremas pela matéria estava a intenção se de

²⁷⁸ Falla com que o Presidente da Provincia do Rio de Janeiro o conselheiro Joaquim José Rodrigues Torres abriu a 1ª sessão da à Legislatura no dia 4 de fevereiro de 1835. p. 34-35.

²⁷⁹ A respeito das primeiras iniciativas de criação de escolas normais no Império Cf. TANURI, Leonor Maria. História da Formação de Professores. *Revista Brasileira de Educação*, maio/junho/julho, 2000, p. 61-88. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05>>. No tocante a relação entre Educação e a formação intelectual e cultural cultura no processo de formação de uma elite dirigente cf. GRAMSCI, Antonio; COUTINHO, Carlos Nelson (trad.). *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982. (especialmente A organização da Escola e da Cultura)

²⁸⁰ Relatório da Provincia do Rio de Janeiro de 1º de março de 1836. p. 3.

replicar e adaptar, no que for possível, as experiências de sucesso das nações europeias aos cidadãos brasileiros, uma vez que o Brasil deveria manter sua posição de civilização herdeira da Europa nas Américas. Entende-se, portanto, não somente a razão de Paulino pedir insistentemente verbas para a importação de obras pedagógicas voltadas para professores de unidades normalistas, mas também o porquê de um presidente de província se imiscuir no debate sobre o melhor método de ensino, algo incomum para quem ocupava esse cargo naquele momento:

Em verdade, Senhores, se confrontarmos as plantas das Escolas, quer de ensino mutuo, quer simultaneo, naquelles paizes, onde tem o seu necessario desenvolvimento e execução, com as casas a que demos applicação semelhante, reconheceremos que a organização material das Escolas se acha ainda entre nós no maior atraso. Dahi tem nascido o prejuizo vulgar de que o methodo Lancasteriano não se pode acclimatar no nosso Paiz. Querer pôrem crear, e ver prosperar esse methodo de ensino entre nós, sem satisfazer a todas as condições da sua existencia he querer hum impossivel. Não as satisfazer e accusa-lo de improficuo, he huma injustiça.²⁸¹

A preocupação com o atraso brasileiro diante da marcha da civilização europeia não era peculiar apenas à temática da educação. Alvo frequente de preocupação de Rodrigues Torres e Paulino, no período entre 1835-1840, era a expansão de estradas e outras vias de comunicação que servisse de escoamento para as regiões cafeeiras no Vale do Paraíba. Não raramente, as obras públicas eram ou feitas pelos administradores, ou ao seu benefício próprio, uma vez que a maior parte da elite política do Rio de Janeiro era composta de fazendeiros – Rodrigues Torres, por exemplo, chegou a pedir para à Assembleia para que se construísse uma estrada que cortasse a região de Cantagalo, onde Paulino possuía terras.²⁸² Para além da necessidade de expulsar índios remanescentes das sesmarias, vistos como "indolentes" e despreparados para o progresso²⁸³, os dois primeiros presidentes mantinham a

²⁸¹ Relatório da Província do Rio de Janeiro de 3 de março de 1838. p. 5. O trecho em que Paulino solicita verbas para a importação de livros pedagógicos segue na sequência. "Essas obras contêm direcções da maior importancia e utilidade aos Professores, idéas mui luminosas sobre a educação physica, intellectual, moral, e religiosa; desenvolvem os diversos methodos de ensino que explicão, e entre si comparão; e comprehendem noções mui precisas e exactas sobre os diversos ramos de instrucção, organização moral, e material, e disciplina das Escolas. Fôra muito para desejar que semelhantes noções calassem, e se tornassem entre nós communs e populares. Este resultado compensaria sobejamente o sacrificio da pequena quantia em que poderia importar a impressão". *Ibidem*, p.8.

²⁸² "A fertilidade e a riqueza do Termo de Cantagallo, e o progressivo crescimento, que ali vai adquirindo a cultura do Café, são, além d'outros, motivos para procurarmos facilitar os transportes, e communicações hoje tão difficeis com aquella parte da Provincia". Relatório da Província do Rio de Janeiro de 10 de março de 1836. p. 16-17.

²⁸³ "A experiência tem mostrado, que a população das Aldéas dos Indios n'esta Provincia, e por ventura nas outras, definha, em vez de augmentar-se, confirmando assim a observação geral, de que as raças selvagens e

noção de que a expansão da lavoura cafeeira serviria de instrumento civilizatório da província. No discurso perante a Assembleia provincial de 1838, Paulino exalta a fertilidade das terras, o crescimento das exportações e, conseqüentemente, a chegada do progresso ao Rio de Janeiro. Por outro lado, o habilidoso presidente aproveitara a ocasião para pedir ainda mais investimentos em estradas e vias de escoamento da produção:

O café d'esta Provincia, cuja concurrencia no mercado estrangeiro era no anno de 1810 apenas sensivel, forma hoje o seu principal ramo de exportação, a qual presentemente excede a muito mais de dous milhões e tresentas mil arrobas quasi todas de primeira qualidade. Sertões, outr'ora incultos, ermos e cobertos de matas virgens, achão-se hoje em grande parte roteados, povoados e cobertos de estabelecimentos ruraes, que d'aqui a alguns annos poderão talvez dobrar ou triplicar a nossa exportação e actual riqueza. A hum desenvolvimento admiravel he mister que corresponda proporcional auxilio. As outras Nações, que produzem os mesmos generos que nós, lanção mão de todos os meios para apresenta-los os mais perfeitos e baratos possivel, e he por tanto necessario que pelo menos procuremos pormo-nos ao par d'ellas em taes melhoramentos. A excellencia e fertilidade do nosso solo, que nos assegura preeminencia, cumpre ajuntar os esforços da arte, da paciencia e da perseverança (...) Quanto não teria crescido a producção do café entre nós, como não teria melhor sustentado a concurrencia nos mercados estrangeiros, como não se teria povoado com mais rapidez o interior da nossa bella e fertil Provincia, se os meios materiaes de communicação offerecessem, ha dez annos a esta parte, hum transitio mais facil, mais rapido e menos despendioso!²⁸⁴

A agenda da Ordem, por outro lado, marcará presença crescente a partir dos relatórios de 1839, em razão da revolta escrava de Manoel Congo em Paty dos Alferes, próximo a Vassouras – até então, a maior preocupação se dava com a construção de cadeias públicas e armamento dos corpos policiais. Na noite do dia 5 de novembro de 1838, o assassinato de um cativo africano motivou uma rebelião na Fazenda de Freguesia, propriedade do capitão-mor Manuel Francisco Xavier, de onde cerca de 80 escravos fugiram. As notícias da fuga logo despertaram a insurgência de cativos de outras fazendas da região; entre 250 a 300 escravos conseguiram escapar das senzalas, escondendo-se nas matas da Serra da Estrela. Contudo, as tropas da Guarda Nacional agiram rapidamente, sob o comando do coronel Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, futuro barão de Pati dos Alferes. Por volta do dia 11 de novembro, a

indigenas desaparecem pouco a pouco diante das civilizadas e conquistadoras. Talvez não tenha contribuído pouco para esse phenomeno a má direcção, a irregular e deleixada administração a que os Indios tem estado sujeitos, além do seu character inerte e indolente". Relatório da Provincia do Rio de Janeiro de 18 de outubro de 1836. p. 8.

²⁸⁴ Relatório da Provincia do Rio de Janeiro de 3 de março de 1838. p. 43-44.

maior parte dos escravos já havia sido cercada e se rendido. Horas depois, chega o reforço do destacamento da polícia de Niterói, liderado por Luis Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias. Mas não era mais necessário: dos cerca de 300 fugitivos, apenas 16 foram presos e levados a julgamento; os demais voltariam para as senzalas.²⁸⁵

Apesar de a Revolta de Manuel Congo – como ficou conhecida a insurgência escrava – ter abalado o coração do setor agroexportador do Império, poucos são seus registros nas fontes primárias, o que talvez possa ter sido uma estratégia deliberada da classe senhorial cafeeira de não alastrar pânico e boatos de "haitianismo" na província. No relatório de 1839, por exemplo, Paulino dedica poucas linhas ao episódio, ressaltando sempre ter sido ele uma exceção ao caráter "industrioso" e "pacífico" da província; em outras palavras, a Ordem estava mantida.

Se exceptuarmos alguns pequenos desaguisados, que tem ocorrido em varios municipios da provincia, nascidos de intrigas proprias de povoações pequenas, e do abuzo com que alguns juizes de paz se servem da terrível arma da pronuncia, em satisfação de odios e ressentimentos particulares, e hem assim os acontecimentos os acontecimentos occorridos em novembro proximo passado na fazenda do capitão mór Manoel Francisco Xavier, na freguezia do Paty dos Alferes, cujos escravos em grande numero se insubordinarão e fugirão, aquilombando-se nos mattos, onde forão perseguidos logo, e presos, sendo depois devidamente castigados, póde assegurar-se que toda a provincia tem gozado a mais profunda tranquilidade. Nem por sombras se póde receitar que n'ella se reproduzão os deploraveis e melancolicos acontecimentos, que tem cortado em flôr a esperançosa prosperidade de algumas outras do Imperio. O caracter pacifico e industrioso de seus habitantes he seguro penhor de que os poderosos elementos de prosperidade que encera, continuarão a desenvolver-se com um progresso admiravel, e sempre crescente no seio da paz e da abundancia.²⁸⁶

Na década de 1840, a Assembleia Provincial exercerá o papel de bastião do conservadorismo frente aos principais episódios da política nacional. Na terceira legislatura (1840-1841), por exemplo, os deputados José de Sousa Breves e Monteiro de Barros, ambos

²⁸⁵ Sobre a revolta cf. GOMES, Flávio. *História de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

²⁸⁶ Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Souza, na abertura da 2ª sessão da 2ª legislatura da Assembléa Provincial. p. 1. Na sua dissertação sobre o chefe de polícia do Rio de Janeiro Eusébio de Queiroz, Felipe Almeida encontrou poucas correspondências trocadas pelo chefe de polícia e o ministro da Justiça a cerca de fugas e outras dos escravos na cidade do Rio de Janeiro. ALMEIDA, Felipe Pessanha de. *Governar e polir: a organização da polícia da Corte no Império brasileiro (1831-1858)*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: PPGH-UFF, 2017.

representantes de famílias ligadas ao tráfico e de fazendas²⁸⁷, patrocinam uma representação à Assembleia Geral pedindo a revogação da lei de 1831, que proibiu o tráfico atlântico. A força saquarema no foro fluminense era tão forte que, quando a minoria liberal quis emitir nova representação dando apoio à Maioridade, a maioria conservadora impediu que a iniciativa fosse à frente. A quarta legislatura (1842-1843) da Assembleia Provincial também aprovou outra representação, desta vez repudiando os movimentos das assembleias de São Paulo e de Minas Gerais, que se declararam contrárias à reforma do Código de Processo Criminal.²⁸⁸

Percebe-se, portanto, que a província do Rio de Janeiro serviu como experiência da classe senhorial escravista no período entre 1835 e 1840, quando ganhou forma o grupo saquarema. Em processos paralelos e interligados, esse grupo reacionário articulava-se no plano provincial – oferecendo uma alternativa viável de governo, Estado e nação – e no plano nacional, ao agregar uma oposição reacionária e barulhenta à gestão do primeiro chefe de Estado eleito no Brasil.

3.3 O governo Feijó e a ascensão do Regresso

Assim que assumiu o mandato, Diogo Antônio Feijó teve de enfrentar uma explosão de revoltas e turbulências nas províncias mais afastadas da Corte. Conforme explica Roderick Barman, o Ato Adicional teve como efeito transferir as disputas políticas do centro para as localidades, instigando rivalidades entre oligarquias regionais e facções.²⁸⁹ A partir da reforma constitucional, instaurou-se uma inversão do parlamentarismo original, pela qual o grupo apontado para o gabinete exerce influência nas eleições locais, através do clientelismo e da patronagem, a fim de assegurar a maioria tanto na Assembleia Geral quanto nas assembleias provinciais.²⁹⁰ Além disso, a nomeação de presidentes alheios às realidades locais também acirrava os ânimos entre os governos provinciais e o governo central. A conjunção de todos esses fatores, a curto prazo, foi a intensificação das turbulências que já vinham ocorrendo nos diversos cantos do Império.

Na província do Grão-Pará, o presidente Lobo de Souza é assassinado na primeira semana de janeiro de 1835; em seu lugar, os rebeldes nomeiam Félix Antônio Clemente

²⁸⁷ Ver a nota 271.

²⁸⁸ GOUVÊA. *Op. cit.*, p. 137-140.

²⁸⁹ BARMAN. *Op. cit.*, p. 178.

²⁹⁰ Para o estudo do clientelismo e patronagem na política imperial, ver: GRAHAM, Richard. *Patronage and politics in nineteenth-century Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1990.

Malcher, que tinha o apoio das classes dominantes locais e também bom trânsito entre a massa de ribeirinhos (índios e mestiços) que viviam nas zonas fluviais da província amazônica. Malcher, contudo, desentende-se com Antônio Vinagre e Eduardo Angelim, líder dos "cabanos", provocando uma guerra civil na região, que se estende até 1840. Somente neste ano é que o governo central, auxiliado pela Guarda Nacional e pelas tropas de linha, consegue "pacificar" a província – estima-se em cerca de 40 mil o número de mortos. O conflito, inclusive, foi internacionalizado, contando com a participação de peruanos, venezuelanos e até de habitantes da Guiana Francesa.

Por isso, a historiadora Magda Ricci afirma que, de 1836 a 1840, "havia de tudo no Grão-Pará, menos brasileiros".²⁹¹ Ela enfatiza o forte componente social do movimento, para quem a Cabanagem foi, antes de tudo, uma "batalha identitária" entre a elite paraense, a massa dos cabanos (por si só heterogênea) e a Igreja, bastante atuante na região em razão das antigas missões jesuíticas. Cada um tinha sua concepção de nação e identidade, quase sempre em contraste com o Estado-nação projetado pela Constituição de 1824. Segundo Ricci, a chegada de qualquer enviado da Corte do Rio de Janeiro, seja fiel a D. Pedro I, seja representante da Regência, era vista como a intromissão "absolutista" e "despótica" nos negócios internos da província.²⁹²

Conflitos identitários, alimentados pelas disputas provinciais oriundas do Ato Adicional, também atingiam a Bahia. Ainda em 1835, uma insurgência de escravos muçulmanos dominou Salvador por alguns dias, espalhando pânico e medo do "haitianismo" no Brasil.²⁹³ Três anos depois, em novembro de 1837, as tropas de linha instaladas na província e ainda não desmobilizadas tomaram a Câmara Municipal da capital por receio de serem enviadas para sufocar a rebelião no Rio Grande do Sul. Lideradas pelo médico exaltado e federalista Francisco Sabino, os rebeldes chegaram a declarar a independência da Bahia, mas logo depois recuaram e juraram fidelidade ao menino D. Pedro II. Mais significativo, no entanto, foram os gritos pelo fim das "distinções de cor" e pela igualdade material entre os baianos. Apenas em março do ano seguinte, depois do cerco a Salvador, as tropas legalistas

²⁹¹ RICCI, Magda. Cabanos, patriotismos e identidades: outras histórias de uma revolução. IN GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 2, p. 219.

²⁹² "O que quero ressaltar é que o movimento cabano foi complexo. Ao lado da luta de classes e da formação do império, há uma árdua batalha identitária, que demorou mais de um século para se consolidar. Na década de 1830, entretanto, essa batalha tinha matizes liberais e abrangentes, que nem sempre incluíam a junção do Grão-Pará à corte carioca. Da elite de Belém e arredores ao povo das vilas interioranas, dos problemas mais macros do regime político e econômico do Grão-Pará aos levantes das tropas e da escravidão, toda a população Amazônia (sic) e sua diversidade também não eram insignificantes". *Ibidem*, p. 221.

²⁹³ Sobre este tema, ver: REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

conseguiram invadir a cidade e debelar o movimento. Segundo estimativas, cerca de duas mil pessoas morreram, três mil foram feitos prisioneiros e outros 1,5 mil foram deportados, enquanto 18 líderes da revolta foram condenados à morte.²⁹⁴

A revolta que mais colocou em risco a Regência, contudo, foi a Revolução Farroupilha, que entre 1835 e 1845, lutou pela independência das províncias do Sul do Império – ainda que o estopim do movimento não tenha sido motivado por sentimentos separatistas. Os atritos e críticas sobre condução da luta terão significativo peso na queda da regência de Feijó em própria Maioridade de D. Pedro II. Em razão de seu caráter internacionalizado, imbricando-se com os contextos platinos, a Farroupilha será melhor explanada adiante, no capítulo 4.

O estado do Império, portanto, era o mais crítico possível quando Feijó chega ao poder. E para agravar ainda mais o quadro, o padre paulista é eleito por uma tímida maioria, graças às múltiplas candidaturas opositoras. A soma dos votos dados a Holanda Cavalcanti e Araújo Lima, respectivamente segundo e terceiro lugares na corrida eleitoral, ultrapassam com folga a os depositados ao novo regente.²⁹⁵ Na Câmara, era nítido que Feijó não possuía maioria simples, ao ponto de ele se recusar a tomar posse até ser assegurado de que teria uma bancada expressiva de deputados aliados. Essa incerteza refletia tanto o racha do Partido Moderado quanto o surgimento de uma coalizão conservadora por Honório e Miguel Calmon du Pin e Almeida, futuro marquês de Abrantes, e pouco depois articulada pelo próprio Vasconcelos.

O início da regência de Feijó também foi marcado pelas polêmicas de suas heterodoxas propostas. Em pouco mais de 15 anos de vida pública, o padre havia chegado ao que concebia como modelo ideal de Estado: uma "monarquia federativa", despojada das suntuosidades da realeza europeia, mas eficaz no Poder Executivo, com governo central atuante e equiparado ao das províncias que, por sua vez, seriam plenamente autônomas. Para assustar ainda mais a bancada conservadora, especialmente os representantes fluminenses, Feijó constantemente posicionava-se contrário ao tráfico, fazendo ardentes defesas pelo seu fim definitivo e por uma abolição "rápida" da escravidão. Em um artigo intitulado "A monarquia é necessária no

²⁹⁴ GRINBERG, Keila. A Sabinada e a politização da cor na década de 1830. IN. GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *Op.cit.*, p. 274-275. Neste trabalho, Keila Grinberg conta que o rábula mulato Antônio Rebouças, que se autodenominava "fiador de brasileiros" viu esvaziada sua plataforma política de extensão dos direitos civis a libertos e pessoas "de cor" em função de sua posição contrária à Sabinada. Autêntico conservador, para quem a Ordem é condição para a liberdade e para a cidadania, Rebouças caiu em descrédito dentro de sua base eleitoral baiana, embora sua carreira política tivesse sucesso na Corte do "tempo saquarema".

²⁹⁵ Ao todo, Feijó teve 2.826 de votos, seguido de perto por Holanda Cavalcanti, com 2.251. Vale lembrar que, durante o pleito, Honório e o então regente José da Costa Carvalho tentam um acordo para uma candidatura única, em um arranjo apelidado de "facção holandesa", mas sem sucesso. Ver: CASTRO, Paulo Pereira de. A experiência republicana. *Op.cit.*, p. 54.

Brasil?", publicado em seu jornal *O Justiceiro* em março de 1835 (no mês anterior à eleição), o candidato paulista ousa até mesmo questionar a necessidade de uma monarquia, embora conclua o texto defendendo a fórmula descrita acima:

Conservemos, pois, a monarquia, por esses dois grandes motivos [ele fala em democracia monárquica e melhor garantia dos negócios públicos que o monarca traria]. Cerquemos o nosso primeiro magistrado de honra, de ostentação e de glória, pois é o primeiro representante da nação, mas não sejamos pródigos das rendas públicas. Tendo ele quintas, palácios e escravos, seja o cidadão de maior renda no Império, seja inteiramente independente da fortuna alheia. Carregue embora a nação com o peso da dotação a toda a dinastia, seja qual for sua extensão, mas nada de prodigalidade, nada de excesso. (...) Conserve-se, pois, a monarquia, nós repetimos, ela nos convém, ela nos é necessária; mas seja despida das formas que se revestia quando era absoluta.²⁹⁶

Segundo Caldeira, era clara a influência do presidencialismo estado-unidense no pensamento de Feijó, primeiro chefe de Estado eleito no Brasil.²⁹⁷ Para ter-se um Executivo atuante e eficaz, como o presidente da República, o padre paulista aceita a solução monárquica, contanto que seja uma monarquia liberal e popular, sem signos de absolutismo. Quanto à relação entre o governo central e as províncias, Feijó demonstrava-se fiel à desconcentração de poder do Rio de Janeiro. Essa posição foi manifestada já em seu discurso de posse:

A constituição do Estado é a lei suprema a que, tanto os cidadãos, como o mesmo governo, devem prestar culto e homenagem por ser a expressão da vontade geral: ela, e o Ato Adicional, serão religiosa e muito lealmente observados. O governo, longe de disputar as províncias, o gozo de vantagens que a reforma lhes outorgou, será o primeiro em mantê-las literalmente instruindo convenientemente aos presidentes, como seus delegados, para que o espírito e a marcha da administração sejam francos e uniformes a este respeito no Império.²⁹⁸

²⁹⁶ CALDEIRA, *Op.cit.*, p. 160-161.

²⁹⁷ Miriam Dolhnikoff, na resenha ao livro organizado por Caldeira, destaca as contradições de Feijó, e critica o autor. Para Miriam, "mais interessante é discutir quem foi Feijó e qual sua importância. O padre integrava o grupo de fazendeiros e comerciantes de São Paulo, entre eles Nicolau Vergueiro e Paula Souza, que se empenharam em aprovar, na década de 1830, uma série de reformas que pretendiam dar um desenho federativo ao Estado nacional. Como afirmou Sergio Buarque de Holanda, os liberais paulistas guardaram "uma fisionomia política apreciavelmente unitária. Podiam sobreviver às diferenças pessoais, que mal perturbariam a coerência fundamental do pensamento político". DOLHNIKOFF, Miriam. *Uma figura polêmica*. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/resenha/rs0801200003.htm>>.

²⁹⁸ CALDEIRA, *Op. cit.*, p. 172. Segundo Dolhnikoff, o ponto principal de Feijó "era a afirmação de que a unidade de todo o território luso-americano, sob a hegemonia de um único Estado, só seria aceitável se fosse garantida autonomia para que os grupos dominantes regionais mantivessem o controle político em suas províncias e desfrutassem de influência nas decisões de âmbito nacional".

No entanto, entre os anos de 1835 e 1837, Feijó apresentava uma contradição aparente. Contra a Cabanagem, o governo aplicava a mais dura repressão, resultando no número avassalador já mencionado acima. Segundo seu entendimento, o que havia no Pará era uma anarquia pura e simples instaurada pelas "feras" da Amazônia. O lado arbitrário do regente também se revelou no decreto de 1837 que determinava restrições à liberdade de imprensa, a fim de se aplacarem as críticas a sua gestão. Com relação à Farroupilha, Feijó, diferentemente da Cabanagem, a interpretava como legítima expressão de autodeterminação da província do Rio Grande de S. Pedro. Por isso, a tática adotada pela regência seria menos belicosa, através da conversa e, segundo ele, da persuasão sobre as vantagens de se manter a integridade do Império.²⁹⁹

Em meio ao caos nas províncias, em um contexto em que a própria existência do Império estava em xeque, falar "monarquia federativa", autonomia das províncias e "persuasão" contra rebeldes obviamente não receberia apoios contundentes. A situação ainda se agravou por conta da disputa entre o Brasil e a Santa Sé em relação à nomeação de Antônio Maria de Moura como novo bispo do Rio de Janeiro, feita ainda pelo ministério de Honório.³⁰⁰ Amigo de Feijó, Moura também era oriundo do prelado puramente nacional, de pouca instrução teológica e acadêmica, que também defendia causas polêmicas como o fim do celibato. A indicação abriu uma crise diplomática com Roma ainda na gestão de Aureliano de Sousa Coutinho como ministro das Relações Exteriores, mas com Feijó, a questão ganhou contornos de defesa da soberania nacional, ainda mais por causa da amizade pessoal entre ele e Moura.

Por todos esses fatores, a parte majoritária da bancada já reacionária ao liberalismo do regente foi habilmente articulada por Vasconcelos, dando-lhe sentido e ideologia e criando o que ele chamou de "sistema do Regresso". Em seus inflamados discursos na Câmara, o político mineiro acusava Feijó de prevaricação diante do separatismo da Farroupilha, de irresponsabilidade quanto ao afrouxamento dos laços com as províncias e até de heresia, por

²⁹⁹ Ambas as abordagens foram descritas em sua Fala do Trono de 1836, sem que ninguém o aplaudisse em plenário. Segue o trecho em que fala da Farroupilha: "A sedição em Porto Alegre foi tão rápida, que em poucos dias compreendeu a província inteira. O bem do Estado aconselhou medidas conciliatórias e até hoje têm elas obstado que atos de ferocidade se multipliquem, como é de costume em tais circunstâncias. O governo tem deixado de entrever aos sediciosos que se o desejo de não sacrificar brasileiros ao estado de guerra tem feito dar espaço à reflexão; no caso de contumácia porá em movimento todos os recursos do Estado, para sujeitá-los à obediência, não romper a integridade do Império, e não deixar passar um exemplo que traria funestas consequências". *Ibidem*, p.176.

³⁰⁰ Em função da instituição do padroado, herdada pela Coroa portuguesa, o Brasil também detinha a competência de organizar e manter a administração da Igreja católica no país, consagrada pela Constituição de 1824 como a religião oficial do Império.

conta do entrevero com a Santa Sé.³⁰¹ Em célebre resposta ao pronunciamento do ministro da Justiça, Francisco Gê Montezuma, em 9 de agosto de 1837, Vasconcelos expôs exatamente o que pensava sobre a descentralização defendida pelo ministério de Feijó, já antecipando a campanha pela "reinterpretação" do Ato Adicional à luz dos novos acontecimentos:

Mas disse o senhor ministro que o Ato Adicional faz hoje parte da Constituição do Estado, e cumpre ao homem probo e consciencioso, à inteligência forte, submeter-se à vontade nacional. Eu não esperava outra palavra do nobre ministro. Mas o que convinha que o nobre ministro dissesse é: "Eu quero entender o Ato Adicional sempre à letra enquanto a letra for conforme, e se acordar com a conservação dessas regalias que ela concedeu ao país; enquanto da interpretação literal do Ato Adicional não possa sobrevir ao país calamidade alguma; quando porém a interpretação literal estiver em oposição ao intuito do legislador; quando da interpretação literal possam vir desgraças ao país, e embaraços à marcha administrativa, então procurarei a interpretação constitucional na forma do mesmo ato".³⁰²

Em seguida, o líder da bancada oposicionista a Feijó, que já formava a maioria na Câmara, explica enfaticamente o motivo de seu movimento ser batizado de "Regresso":

Desgraçadamente as revoluções tendem a exagerar todos os princípios, e o progresso não ficou isento dessa exageração. Entendeu-se por progresso demolir tudo o que existia só porque existia. Esta doença não é própria ou exclusiva no país que habitamos. Todos os lugares do mundo, que têm sido vítimas das revoluções, têm apalpadado, têm sofrido suas terríveis consequências. Lembra-me que querendo um dia o abade de Seyès definir o que era revolução, declarou que era a ante-sala querer entrar na sala. Tudo se exagera; destroi-se o que existe. Eu não sei se este mal acometeu o Brasil, mas creio que muitas pessoas foram deles acometidas. Parece-me que este mal invadiu a nossa terra, a ponto tal que, para se recomendar uma medida como importatíssima, bastava dizer que era progressiva. Ora, a história de todos os povos mostra que, quando dominam tais ideias, infalivelmente o paradeiro do progresso assim entendido, assim definido, é o abismo.³⁰³

³⁰¹ Esse "ultramontanismo tardio" de Vasconcelos, segundo Paulo Pereira de Casto, deu-se menos por sua religiosidade e mais por conveniências políticas: sua aliança com Miguel Calmon du Pin e Almeida e, conseqüentemente, com o arcebispo da Bahia, D. Romualdo. Segundo Castro, o rompimento definitivo entre Feijó e Vasconcelos se deu quando o primeiro preteriu o segundo pela indicação ao Senado, durante a regência do padre paulista.

³⁰² CARVALHO, José Murilo de. Bernardo Pereira de Vasconcelos. *Op.cit.*, p. 236.

³⁰³ *Ibidem*, p. 237-238. José Murilo de Carvalho explica que, apesar de ser replicado em praticamente todas as dissertações sobre o período regencial, não há registros em fontes primárias de que o famoso discurso do "Era liberal, sou regressista" tenha efetivamente sido proferido. Em todo caso, suas palavras ajustando-se exatamente no plano das ideias compartilhadas por Vasconcelos. Segue o trecho imputado a ele: "Fui liberal; então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, nas práticas; o poder era

A coalizão regressista foi fruto da união dos conservadorescafeicultores fluminenses e mineiros – representados por Honório, Rodrigues Torres e Paulino – com a metade da bancada do Norte e Nordeste, liderada por Araújo Lima, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Antônio Pereira Maciel Monteiro e Gonçalves Martins. A sistemática obstrução da maioria do Regresso na Câmara e a pouca disposição de diálogo de Feijó com os parlamentares retiraram qualquer base de apoio ao governo central. Símbolo máximo do isolamento do regente foi o rompimento público com o próprio Evaristo da Veiga, que morre menos de uma semana depois, em agosto de 1837.

Cansado e doente, enfrentando os primeiros sinais de paralisia, Feijó decide pela renúncia ao posto. Após oferecê-lo a seus aliados mais próximos e ver sua proposta recusada de um a um, o regente opta por entregar o cargo a ninguém menos do que Pedro de Araújo Lima, futuro marques de Olinda, antigo caramuru e aliado de D. Pedro I, que ,naquela altura, já estava articulado com Vasconcelos e presidia a Câmara dos Deputados.Em setembro de 1837, portanto, o Regresso chega ao poder pelas vias institucionais, sem golpe parlamentar.

E o que representava, exatamente, a ideologia do Regresso? Na visão de Vasconcelos, as reformas descentralizantes tinham atravessado o limite do seguro, onde cada oligarquia regional interpretava o Ato Adicional a seu bel prazer, colocando em risco o próprio Estado imperial e sua unidade territorial. A fórmula do progresso em 1837, para ele, era regredir, dar um passo atrás e restaurar a ordem. De acordo com Christian Edward Cyril Lynch, o movimento queria retroceder em direção ao modelo de Estado rascunhado por José Joaquim Carneiro de Campos, marquês de Caravelas e autor do anteprojeto da Constituição de 1824. Segundo Lynch, o pensamento de Caravelas visava à conciliação entre o constitucionalismo e o princípio da autoridade monárquica, em um arranjo institucional baseado tanto na separação dos poderes quanto na autonomia e superioridade real, por meio do Poder Moderador. E essa superioridade real, segundo Lynch, derivava da legitimidade de D. Pedro I, imperador pela "graça de Deus" e pela "aclamação dos povos", dois eventos anteriores à própria Carta de 1824.³⁰⁴ Restaurado e fortalecido pela (re)centralização, o Poder Moderador daria suporte para que o Executivo cumprisse sua missão de restabelecer a ordem.

tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam, e muito comprometeram a sociedade, que então corria risco pelo poder, corre risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la; por isso sou regressista."

³⁰⁴ LYNCH, Christian Edward Cyril. Quando o regresso é progresso: a formação do pensamento conservador saquarema e de seu modelo político (1834-1851). IN FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André. *Revisão do pensamento conservador*. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 43.

Leitor de Edmund Burke, de François Guizot e do visconde de Cairu, Vasconcelos pretendia trazer de volta o modelo de Caravelas, a fim de situar o Estado brasileiro entre a monarquia parlamentar constitucional britânica, a "Monarquia de Julho" e a Restauração francesa. Em paralelo a esse processo seria também o resgate de todo o simbolismo de pretensão civilizatória inerente ao elemento monárquico europeu, simbolismo este que teria uma significância potencializada no contexto americano – a "planta exótica da América", segundo Nabuco. Daí poder se falar em "saquaremismo", ou ideologia saquarema e conservadora. Em outra obra, Lynch desenvolve este raciocínio e posiciona o Estado monarquiano, resgatado pelos saquaremas, como a etapa monárquica-autoritária pela qual quase todas as novas nações do século XIX deveriam passar antes de alcançar a etapa oligárquica-liberal que, no Brasil, ocorreu após a dissolução do Império.

O autor cita ainda o Chile como outro exemplo de país do continente que percorreu por caminho semelhante. Após sua independência formal, os chilenos passaram por crises e disputas entre oligarquias, até que Diego Portales instaurasse, em 1833, uma constituição de caráter monárquico, despótico e centralizador, mas formalmente republicana.³⁰⁵ A partir daí, o Chile vive um período de estabilidade que se estenderia até a Guerra do Pacífico – por outro lado, Lynch enfatiza que o caso brasileiro é o único na América Latina em que a etapa monárquica contou também com uma monarquia formal.

Ilmar Rohloff de Mattos, em seu clássico "O Tempo saquarema"³⁰⁶, entende que 1837 marca a entrada da classe senhorial no Estado imperial, servindo-se dele para construir sua unidade nacional. Nesta ação, a Coroa procede a uma expansão horizontal da classe senhorial, interpretando o papel de "partido" no sentido gramsciano, o "partido da Coroa". Uma vez inseridos na máquina burocrática do Estado, esta classe senhorial saquarema – oriunda principalmente da província do Rio de Janeiro – assume a direção política, intelectual e moral da nação, difundindo o espírito de associação entre a "boa sociedade"³⁰⁷, isto é, a parcela minoritária da população que detinha renda suficiente para exercer a cidadania ativa nos termos da Constituição de 1824. "Estando no Estado", os saquaremas representavam uma classe senhorial que não se limitava a uma dominação pura e simples, mas também difundia

³⁰⁵ LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2004, p. 46.

³⁰⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. *Op.cit.*

³⁰⁷ Mattos ressalta que figuras como Paulino, Rodrigues Torres e Nabuco de Araújo e outros não provinham de grandes oligarquias, mas ingressaram na "boa sociedade" através de casamentos e alianças.

as "luzes", costurando a "teia de Penélope" por todo o território; em outras palavras, amarrando e vinculando as províncias ao poder central da Corte fluminense.

A "boa sociedade" – composta basicamente por fazendeiros, negociantes de grosso trato, burocratas e profissionais liberais – governaria o "partido da Coroa" com a missão de subordinar o "governo da Casa" (oligarquias provinciais) e esvaziar a "Rua" e o ativismo da praça pública, a fim de que se garantissem os princípios norteadores dos saquaremas: manutenção da Ordem e difusão da Civilização. Segundo Mattos, o pensamento regressista bebia principalmente das obras de Hobbes e Jeremy Bentham. Do primeiro, os conservadores brasileiros absorviam as noções de Ordem, guerra civil/anarquia, razão de Estado, monopólio da responsabilidade do soberano e diferenças entre as dimensões pública e privada do indivíduo. De Bentham, aprendiam que a lei é uma infração da liberdade, mas não é incompatível com ela; pelo contrário, protege-a.³⁰⁸

Em outra obra clássica sobre a política brasileira do Oitocentos³⁰⁹, José Murilo de Carvalho concorda com a corrente majoritária da historiografia que identifica a origem do Regresso na classe de cafeicultores da província do Rio de Janeiro. Por outro lado, após minucioso levantamento de dados a respeito do que ele denomina de "elite imperial", Carvalho ressalta que a diferença entre os partidos Conservador e Liberal residia no fato de que o primeiro concentrava mais burocratas, enquanto o segundo agregava mais profissionais liberais. Proprietários de terras, senhores de escravos e grandes comerciantes, segundo Carvalho, existiam em proporções semelhantes em ambas as agremiações, embora o grupo conservador estivesse mais presente nas províncias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, enquanto os liberais dominavam o restante das províncias interioranas, especialmente São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul.

Para além da composição social dos partidos, e como já ressaltado, José Murilo destaca a uniformidade ideológica da elite imperial, algo que certamente contribuiu para a manutenção da unidade territorial do Brasil. Segundo ele, se os novos países da América Latina já possuíam universidades e faculdades desde os tempos coloniais, no Brasil, a Universidade de Coimbra representou, por décadas, quase a única porta de entrada para a educação superior. Entre 1772 e 1872, cerca de 1,2 mil brasileiros estudaram em Coimbra,

³⁰⁸ *Ibidem*, p. 147.

³⁰⁹ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: teatro de sombras*. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

tendo a maior parte deles se graduado em Direito. Desse grupo fazem parte os principais nomes saquaremas, como Vasconcelos, Paulino, Honório Hermeto, Costa Carvalho, Miguel Calmon, José Clemente Pereira (português de nascimento), dentre outros. E por ser composto basicamente de burocratas e proprietários de terras, este partido conservador iria refletir exatamente o pensamento da Ilustração ensinado em Coimbra, qual seja, o de que a prosperidade de uma nação é garantida por um monarca forte e soberano.³¹⁰ Daí existir uma diferença ideológica entre luzias e saquaremas.

Roderick Barman também compreende o pensamento do Regresso a partir da homogeneidade intelectual de seus membros. Ao longo de sua obra, o brasilianista denomina o grupo como "o bloco de Coimbra", ou seja, o conjunto de brasileiros que frequentaram a universidade portuguesa entre 1816 e 1826, sofrendo preconceitos e discriminação em meio ao contexto turbulento da independência do Brasil.³¹¹ Segundo Barman, a hostilidade enfrentada por Vasconcelos e seus colegas consolidará neles um sentido de identidade nacional brasileira diferente da facção de luso-brasileiros que transitava entre as burocracias de Brasil e Portugal naquela época, como José Bonifácio. Este nacionalismo inicial do "bloco de Coimbra" contribuiu para a defesa de ideias liberais frente ao despotismo de D. Pedro I, mas posteriormente se deslocará em direção ao Regresso, graças ao medo da desordem e à sólida formação jurídica de seus membros, utilizada para justificar a necessidade de recentralização política. Para Barman, portanto, 1837 marca o encerramento do "experimento liberal" e o início do tradicionalismo, onde a segurança e prosperidade do Estado-nação imperial teriam primazia e condicionariam o desenvolvimento autônomo das províncias.³¹² Já Jeffrey Needell expõe o que seriam os três pilares do pensamento saquarema, através do pensamento de Vasconcelos: excepcionalismo, autoridade estatal e monarquia parlamentar-representativa.³¹³ Assim como Christian Lynch, Needell percebe em Vasconcelos a influência

³¹⁰ *Ibidem*, p. 72. Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e Pernambuco, nessa ordem, foram as províncias que mais enviaram estudantes para a Universidade de Coimbra. Por outro lado, o Rio Grande do Sul foi a unidade que menos enviou, além de não ter nenhum de seus magistrados nomeado como ministro em gabinetes do Império. Segundo Carvalho, esse fato representa a falta de conexão entre a elite gaúcha com o projeto de nação do Estado imperial.

³¹¹ BARMAN. *Op.cit.*, p. 138.

³¹² *Ibidem*, p. 189.

³¹³ "Embora eviscerasse com sucesso os argumentos de seus oponentes com manobras de retórica, ele [Vasconcelos] também estava trabalhando seriamente para tornar clara a posição do seu partido. Alguns pontos-chave delineiam o que seu partido representava: excepcionalismo, autoridade estatal e monarquia parlamentar-representativa. Esses pontos podem ser facilmente percebidos em três importantes momentos durante o surgimento do partido: 1834, quando houve debate sobre as reformas; 1837, o ataque ao gabinete mal representado de Feijó; e 1838, quando da defesa da administração do primeiro gabinete reacionário". [tradução nossa]. NEEDELL. *Op.cit.*, p. 75 .

das teorias de Guizot sobre razão de Estado, estabilidade e Estado de Direito, moderação política (*juste milieu*), constitucionalismo, liderança nacional exercida por uma elite esclarecida, parlamentar e representativa.

3.4 O "gabinete das capacidades" e o golpe da Maioridade

Quando assume a regência, ainda que interina, o antigo caramuru Araújo Lima chama exatamente os membros do Regresso para compor seu governo, apelidado de "gabinete das capacidades": Bernardo Pereira de Vasconcelos (Justiça e Império, interinamente), Miguel Calmon du Pin e Almeida (Fazenda), Antônio Peregrino Maciel Monteiro (Estrangeiros), Sebastião do Rego Barros (Guerra); e Rodrigues Torres (Marinha). Na Câmara, Honório Hermeto e Paulino articulavam a maioria regressista para a aprovação de medidas centralizantes e eleição definitiva de Araújo Lima, obtida com folga meses depois. Uma pouco coesa minoria oposicionista - integrada por Feijó, Cristiano Ottoni, Antônio Carlos de Andrada, Limpo de Abreu e Montezuma passou a defender bandeiras liberais vagas como respeito às liberdades públicas, defesa dos oprimidos, frugalidade dos gastos estatais e garantias provinciais. Segundo Needell, essa pauta oposicionista tinha mais natureza negativa em relação ao Regresso do que uma natureza propositiva e bem articulada.³¹⁴

A partir de então, os membros do Regresso, cada um em seu posto, iniciam uma campanha pública em favor de leis que reconcentrassem o poder no governo central, único meio possível de se garantir a estabilidade do Império. Os alvos principais eram o Ato Adicional de 1834 e o Código de Processo Criminal de 1832. Quanto ao primeiro, havia um discurso consensual entre a bancada regressista de que o texto da reforma tinha dado margem a interpretações diversas e invasão de competências das Assembleias Provinciais, invadindo a esfera de atuação do governo central. Os pontos que mais geravam atritos entre os níveis governamentais eram a criação e organização de empregados públicos provinciais e gerais – especialmente na magistratura e na polícia – e a coleta e administração de receita tributária. A solução para tanto seria retirar das Assembleias Provinciais o poder de organização do Judiciário e distinguir as categorias de polícia administrativa (que deveria ser provincial) da polícia judiciária (ostensiva, a cargo do governo geral). Para tanto, não se deveria incluir, alterar ou suprimir nenhum artigo do Ato Adicional: bastava criar uma lei que determinasse como ele seria interpretado segundo técnicas de hermenêutica.

³¹⁴ *Ibidem*, p. 82.

Quanto ao Código de Processo Criminal, o Regresso criticava fortemente a atribuição de poder de polícia aos juízes de paz, eleitos localmente e que garantiam a relativa autonomia dos municípios e de suas oligarquias dominantes. Esse poder de repressão, na visão do gabinete das capacidades, deveria voltar ao governo central e ser hierarquizado. O juiz de paz deveria ficar despojado da totalidade de suas funções policiais, reduzindo-se quase a um simples notário. Essas competências de polícia seriam transferidas para os novos cargos de delegados e subdelegados locais, nomeados pelo chefe de polícia da província que, por sua vez, era indicado pelo governo central. Ou seja, verticalização da estrutura policial e judicial.

É neste momento de debates sobre possíveis legislações que se destaca a figura de Paulino, considerado o ideólogo do pensamento saquarema. Acumulando os cargos de presidente da província do Rio de Janeiro e de deputado geral na Corte, o futuro visconde do Uruguai utilizará a plataforma fluminense para expor as supostas falhas nas leis liberais da Regência, sob a perspectiva de um presidente de província. É o que fez no relatório de 1839, lido na Assembleia do Rio de Janeiro pouco depois dos distúrbios da revolta escrava de Manuel Congo. Paulino aproveita esta ocasião para criticar a atuação dos juízes de paz na província, que tendiam a se aliar às oligarquias locais e prejudicar a imparcialidade do exercício do dever público:

Não se reproduzirão porém, ao menos com tanta frequencia, aquelles factos [revolta escrava], em primeiro lugar acima mencionados, se a formidavel autoridade de decretar a prisão, e a pronuncia não fosse exclusivamente confiada as mais das vezes a autoridades eleitas por aquelles mesmos partidos, cujos excessos he mister reprimir. Nas pequenas povoações divididas por intrigas de família e outras causas puramente locais, quasi sempre a autoridade que não está por hum lado, está d'outro. A arma da responsabilidade, e da suspensão com que a lei armou o governo, para manter a ordem, e chamar ao dever as autoridades subalternas, he em muitos casos inutil inteiramente, porque tem elle de confiar o seu uso, para conter excessos, a aquelles mesmos que os commetterão ou ajudarão a commetter. Se a autoridade encarregada de responsabilisar outra he do mesmo lado, he esta entregue a hum cumplice, a hum inimigo porém se d'outro. Assim o governo se serve de semelhante arma no meio das facções, qualquer que seja a sua importancia, he frequentemente d'ellas escarnecido.³¹⁵

A ocasião não serve somente para as críticas. Mais a frente em seu discurso, Paulino propõe caminhos para o encerramento das turbulências locais, em uma plataforma de ideias

³¹⁵ Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Souza, na abertura da 2.a sessão da 2.a legislatura da Assembléa Provincial. p. 1-2.

mais voltadas para a Câmara dos Deputados do que para os deputados provinciais que o ouviam:

Algumas das principaes causas, que, na minha opinião, fazem apparecer com mais frequencia crimes que pertubão a segurança individual e publica vem a ser os seguintes:

1a: A maneira fraca porque se acha organizada a nossa policia sem hum centro de acção energico e forte. Se as eleições não deparão hum juiz de paz activo e intelligente, pouco ou nada aproveita a acção do juiz de direito, que não obra por si, e cujas funcções se limitão a recommendações muitas vezes estereis, em comarcas summamente extensas. Se a centralisação he necessaria em alguma parte, certamente o será na policia.(...)

4a: A complicada e extraordinaria quantidade de attribuições com que a lei sobrecarregou os juizes de paz, que são particulares, e tendo de curar de seus meios de vida, não podem abandona-los para se entregar inteiramente a negocios, que em muitos lugares exigem occupação exclusiva.³¹⁶

O acúmulo de experiência como presidente de província capacitará Paulino a exercer a liderança intelectual do Regresso na Assembleia Geral, bastando apenas atravessar a baía da Guanabara. Pouco antes de o próprio Feijó renunciar, ele coordenará a elaboração do parecer da Comissão das Assembleias Provinciais na Câmara dos Deputados sobre o projeto de interpretação do Ato Adicional, com viés centralizante. Não coincidentemente, integravam essa comissão, além de Paulino, Honório Hermeto e Miguel Calmon du Pin. O documento, concluído em 10 de julho de 1837, apontava supostos pontos obscuros e nebulosos do Ato Adicional, que teriam dado ensejo para que as Assembleias Provinciais invadissem as competências do governo geral, resultando em anarquia. Em relação ao ponto que mais preocupava o Regresso, a autonomia das províncias para criar e organizar empregos públicos do Judiciário, o parecer apresentou a seguinte proposta:

Devemos pois distinguir duas classes de empregados provinciais e municipais. Há, pois, empregados provinciais e municipais criados por leis gerais, para a execução de leis também relativas a objetos sobre os quais não podem legislar as Assembleias de província. Tais são os juízes de direito, municipais, de órfãos, de paz, promotores, tabeliães, escrivães, párocos, vereadores, chefe de legião e mais officiais da Guarda Nacional.

Há empregados provinciais e municipais, criados por leis provinciais ou ainda mesmo gerais, relativas a objetos sobre os quais podem legislar as Assembleias de província. Tais são os empregados na instrução pública, na direção e administração de obras provinciais e municipais, na arrecadação e fiscalização das rendas provinciais e municipais, na direção da administração das casas de prisão, trabalho,

³¹⁶ *Ibidem*, p. 3-4.

correção e socorros públicos, nos corpos policiais das províncias, na administração dos bens provinciais, na organização da estatística da província, na catequese e civilização dos indígenas, no estabelecimento de colônias etc.³¹⁷

Paulino receberia também apoio de seus colegas "coimbrãos" do gabinete. Tão logo assume a pasta da Justiça e, interinamente, a do Império, Vasconcelos inicia sua campanha pelas mudanças legislativas na Corte; em circular enviada aos presidentes de província, logo após a queda de Feijó, ele já indica que espera dos governos provinciais a estrita obediência, obediência que fortalece o Estado.³¹⁸ Meses depois, em maio de 1838, Vasconcelos lê seu relatório anual da pasta da Justiça, sistematizando parte das ideias contidas na plataforma saquarema. Ao comentar sobre a repressão às revoltas provinciais, o arquiteto do Regresso também aproveita a oportunidade para pedir mudanças no Código de Processo Criminal, a começar pela centralização da competência de nomeação dos cargos policiais no governo geral:

Abria-se-me aqui vasto campo para demonstrar-vos com argumentos, e factos, a urgente necessidade, que occorre, de assentar sobre as outras bases, por ventura mais largas, a nossa Policia, actualmente entregue a Juizes de Paz ou inexperientes, ou menos cuidadosos; e a Juizes Municipaes eleitos pelas Camaras, com hum Chefe, cuja authoridade he, para não dizer ridicula, nominal, e illusoria: á vista porêm das ajustadas, e accordes observações, que sobre esta materia tem feito os meus antecessores, os quaes tornarão papavel a insuficiencia, e a nullidade da vossa Policia, limitar-me-hei a chamar novamente a vossa attenção sobre este importantissimo ramo do serviço publico. He pois urgente a necessidade de revestir as Authoridades policiaes de jurisdicção mais ampla, e de confiar ao Governo a sua nomeação, e escolha, a fim de que as importantes

³¹⁷ 1837-N.74: Parecer da Comissão das Assembleias Provinciais da Câmara dos Deputados de 10 de julho de 1837, sobre a interpretação do Ato Adicional. IN. CARVALHO, José Murilo (org. e intro.). *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, p. 530.

³¹⁸ "Guardar e fazer guardar a Constituição, o Ato Adicional e as leis sendo a condição devida de qualquer administração brasileira, ocioso se torna dizer que será a do atual governo. Todavia, para que as nossas instituições liberais produzam os esperados frutos, para que da sua leal e plena execução resulte a liberdade e a ordem, é de mister que o governo tenha a necessária força; porque é só assim que ele pode fazer o bem e prevenir o mal. Esta força pensa o governo encontrá-la na sua própria organização, sujeitando os seus membros a uma recíproca responsabilidade por seus atos governativos, desvelando-se em manter perfeita harmonia entre si, de maneira que a expressão da vontade de um seja a expressão da vontade de todos. Mas embalde serão os esforços do governo, se a harmonia que ele pretende manter se não verificar igualmente em seus delegados. Força, portanto, é que o governo ache nestes a necessária obediência, a mais ativa cooperação e a mais leal execução de seus deveres. Nada desautoriza, nada desabilita tanto um governo, como deparar com a obstinação, contrariedade e indiferença naqueles a quem deu confiança e de quem devia esperar auxílio, zelo e conformidade". Circular aos Presidentes de Província. IN. CARVALHO, José Murilo de. Bernardo Pereira de Vasconcelos. *Op.cit.*, p. 242.

funções da Polícia possam ser exercidas por pessoas competentes habilitadas.³¹⁹

A seguir, Vasconcelos entra na questão dos juizes de paz, argumentando que aqueles magistrados eleitos pouco tinham de sólido conhecimento jurídico, não fazendo jus aos poderes de polícia aos quais estão incumbidos:

A formação da culpa, se devida a parte a mais delicada, e essencial do Processo, a que exige a maior actividade, promptidão, e sagacidade em colher, e reunir todas as provas, e circunstâncias relativas ao delicto, e ao delinquente, he commettida exclusivamente a Juizes de Paz, nos quaes se não requer a qualidade de Jurisconsultos, e que muitas vezes por ignorancia dão lugar a nullidades, que trazem consigo a impunidade dos criminosos, ou deixão escapar circunstancias muito importantes, e que muito influirão sobre o julgamento.³²⁰

Como ministro interino do Império³²¹, Vasconcelos também ficou encarregado de colocar em prática a missão saquarema de "difundir a Civilização", nas palavras de Ilmar Mattos. Com efeito, o líder do Regresso acelera as obras e inaugura o Colégio D. Pedro II, a partir das instalações do antigo Seminário São José, na Corte. Seu plano era fazer do educandário centro de irradiação das "luzes" para todo o país, uma vitrine do mais alto grau da civilização brasileira -- inspirada na Europa -- por onde passariam os principais estadistas que comandariam o Império. Em seu discurso de inauguração da unidade, em 25 de março de 1838, Vasconcelos não apenas deixa clara essa intenção, mas também reafirma a posição pró-educação primária pública, em detrimento da educação privada que ficava a cargo das famílias.³²² Utilizando os conceitos de Ilmar Mattos, é o partido da Coroa sobrepondo-se e dominando o governo da Casa. Neste mesmo contexto se compreende a inauguração, também em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), centro de elaboração e difusão da identidade oficial do Império, responsável por consolidar o Estado-nação da Corte fluminense no plano das ideias (este tópico foi mais amplamente discutido no capítulo 1, para onde caminhamos a leitura).³²³

³¹⁹ Relatório do Ministério da Justiça do anno de 1837 apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinaria de 1838. p. 10-11.

³²⁰ *Ibidem*, p. 14.

³²¹ Vasconcelos ficou como ministro interino do Império até que Araújo Lima fosse confirmado no cargo de regente, na eleição de abril de 1838.

³²² Discurso proferido por ocasião da abertura das aulas do Colégio de D. Pedro II aos 25 de março de 1838. IN. CARVALHO, José Murilo de. *Op.cit.*, p. 245.

³²³ A respeito do IHGB e do Colégio Pedro II, cf. nota 26.

Também fazia parte da estratégia saquarema o resgate dos elementos simbólico vinculados à monarquia, que deveria voltar a ser o elemento agregador de toda a nação. Para isso, a figura do menino imperador deveria ser explorada em público, em festividades pomposas, cerimônias do *Te Deum* e recepções diplomáticas. Talvez o ritual mais expressivo desse período tenha sido o beija-mão – saudação que simboliza o reconhecimento do monarca como senhor natural de seus súditos. Na porta da Igreja de Santa Cruz, durante uma solenidade, Araújo Lima causou perplexidade no público presente ao curvar-se para beijar a mão do jovem D. Pedro II, restabelecendo uma tradição da antiga Coroa portuguesa.³²⁴ Enquanto a maior parte da bancada regressista via o gesto com bons olhos, a minoria liberal recebia o ato com desconfianças. Feijó, naturalmente, foi um dos que mais se insurgiu contra o beija-mão, classificando-o como desnecessário em um discurso no Senado onde ele defendia toda sua gestão:

Sr. presidente, o Brasil compõe-se de senhores e escravos, e estes não são obrigados a ajoelharem-se perante seus senhores; como é pois possível que o senhor de bom grado queira praticar em presença do imperador o que não se exige da mais vil condição da sociedade?! Senhores, que utilidade há em querer aviltar-se o cidadão brasileiro?! O homem vil não presta para nada. Renda-se ao monarca toda a demonstração de respeito e veneração, mas não seja idolatrado; nós estamos acostumados a dobrar os joelhos a Deus e aos objetos religiosos: não confundamos o homem com Deus: não há disso necessidade.³²⁵

Percebe-se no discurso de Feijó a coerência de quem, quatro anos antes, defendera uma "democracia monárquica", quase uma "república monárquica", pela qual o rei seria despido de toda a opulência. Mais ainda, o líder da oposição liberal deixa clara a discordância que ainda imperava sobre o projeto de Estado-nação defendido pelos saquaremas.

Mas foi exatamente esse resgate simbólico do monarca que se voltaria contra o Regresso pouquíssimo tempo depois. O enfraquecimento do "gabinete das capacidades" começou logo após as eleições de abril de 1838, que deram larga vitória a Araújo Lima.³²⁶ Sentindo-se fortalecido no cargo, muito devido à coesão da maioria regressista na Câmara e nas províncias, Araújo Lima buscou descolar-se de Vasconcelos e dos demais ministros, tentando imprimir uma marca própria de governo, personalizando os negócios públicos – o

³²⁴ CASTRO, Paulo Pereira de. *A experiência republicana*, *Op.cit.*, p. 78

³²⁵ CALDEIRA, Jorge. *Diogo Antônio Feijó*. *Op.cit.*, p. 201

³²⁶ A contagem dos votos, porém, somente foi concluída em outubro daquele ano: Araújo Lima obteve 4.308 votos, bem a frente de Holanda Cavalcanti, com 1.981.

próprio ritual do beija-mão é, em parte, a expressão personalizada de manifestação de Araújo Lima. Em abril de 1839, após inúmeros atritos internos do governo, a divergência atingiu o ápice: tendo de escolher entre Miguel Calmon (apoiado pelos regressistas) e Caetano Maria Lopes Gama (apoiado por Aureliano e pela facção aulica) para a vaga senatorial pelo Rio de Janeiro, o regente opta pelo último.³²⁷ Somam-se a isso as constantes críticas relativas à condução da guerra contra os rebeldes da Farrroupilha, já que, no ano anterior, o governo tinha sofrido pesada derrota na batalha de Rio Pardo. A 16 de abril de 1839, Vasconcelos e todo os membros do "gabinete das capacidades" deixam o governo.

Após esse episódio, Araújo Lima mal se sustenta no cargo, trocando de gabinete três vezes, mas sem sucesso. Percebendo que a insatisfação e incômodo entre a bancada regressista -- ainda mais por conta da lentidão com que avançava a tramitação dos projetos de lei centralizantes --, a minoria liberal começou a se reunir na residência do senador cearense José Martiniano de Alencar, em abril de 1840, a fim de se rascunhar um plano de retorno ao poder e para, então, organizar as eleições de outubro daquele ano. O objetivo final do "Clube da Maioridade" era, obviamente, obter a maioria da bancada na legislatura que começaria em 1842.³²⁸

Tão logo aberta a sessão legislativa, os liberais apresentaram uma proposta que logo ganharia a simpatia da "Rua": antecipar a maioridade de D. Pedro II. Mas a ideia não era nova. Em 1834, um projeto já pedia que o imperador assumisse em 1839, aos 14 anos. Outra proposta, de 1837, queria que D. Pedro II subisse ao trono imediatamente, embora sendo auxiliado pelo Conselho de Estado e um primeiro-ministro até completar 18 anos. O próprio Vasconcelos, assustado com a possibilidade de Feijó ganhar a eleição, apresentou em 1835 uma proposta de emenda que anteciparia a regência de D. Januária, irmã mais velha de D. Pedro II. Como pano de fundo estava a maioridade de D. Maria da Glória, em Portugal, aclamada rainha aos 15 anos após a morte de D. Pedro I.

³²⁷ BENTIVOGLIO, Julio. Palacianos e aulicismo no Segundo Reinado: a facção áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da corte de D. Pedro II. *Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*. Florianópolis, dez. 2010, v. 17, n. 23, p. 187-222. ISSN 2175-7976. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/12694>>. Acesso em: 16 fev. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2175-7976.2010v17n23p187>>.

³²⁸ Jeffrey Needell critica a historiografia tradicional que apresenta o episódio da Maioridade como um golpe "liberal", uma vez que o que uniria aquele grupo era somente o desejo de retorno ao poder e uma vaga oposição ao Regresso. Dentre os maioristas havia antigos caramurus, com o próprio Alencar, além de Antônio Carlos de Andrada e antigos exaltados. O clã dos Cavalcanti, por sua vez, aderira à Maioridade em retaliação à aliança de regressistas com seus opositores em Pernambuco. NEEDELL, *Op.cit.*, p. 84.

O plano logo ganhou apoio dentro e fora da Câmara, agilizando sua tramitação e fazendo a bancada regressista gritar acusações de tentativas de golpe. O maior receio do Regresso era que, uma vez no trono, D. Pedro II chamasse a oposição maiorista para montar gabinete e, dessa forma, organizar as eleições. Em maio, Honório tenta contra-atacar, apresentando uma emenda constitucional que antecipava a Maioridade para dezembro daquele ano – depois das eleições de outubro. Sua argumentação era semelhante àquela de 1832, quando frustrou o golpe da Chácara da Floresta ao ater-se ao escrito constitucionalismo.³²⁹ No entanto, sua estratégia teve de ceder à enorme pressão da "Rua", que lotava as galerias da Assembleia Geral e constrangia os regressistas. Houve mesmo relatos de que Honório teria sido xingado por populares e quase agredido fisicamente pelo deputado Antônio Navarro de Abreu, que teria lhe ameaçado com uma faca em plenário. A 18 de julho, Honório retira seu projeto alternativo e decide pela votação da maioria, em um gesto que já aparentava a desistência. Três dias depois, ele sobe a tribuna para declarar seu voto sobre a questão:

Ora, neste estado de agitação, o que deve cada um de nós desejar? Que deliberemos com calma. Estou persuadido que qualquer que seja a decisão do corpo legislativo, o público a receberá tranquilo. (Apoiados). Mas no meu entender, uma solução quanto mais prompta é a preferível.

Eu, senhores, hei de votar contra. Póde ser que eu votasse a favor, porque concebo que eu dê alguma vez um golpe de estado como legislador, e como poder político; mas, senhores, desejo que se avalie, pese e decida. Quando vejo de algum modo querer-se-me impor; quando vejo injuriar-se com invectivas áquellas pessoas a cujo lado pertenço, e como que obrigar-se-me á decisão de outrem, entendo que commetteria um acto pouco decoroso. Por isso eu, que talvez estivesse inclinado a votar a favor, voto contra.³³⁰

No momento em que Honório discursava, maioristas já dominavam o comitê da Câmara que analisaria a questão e decidiria mesmo sem a concordância do Senado. No dia seguinte, em um ato desesperado, Araujo Lima chama Vasconcelos de volta ao ministério, a fim de que o gabinete pudesse articular o adiamento das sessões legislativas até novembro daquele ano, mas já era tarde. Os maioristas do Senado conseguiram aprovar a sessão conjunta que analisaria o projeto da maioria com a Câmara. Mesmo com quórum abaixo do mínimo permitido, deputados e senadores maioristas decidem enviar uma comissão parlamentar que

³²⁹ Sua tese era a de que a antecipação da maioria somente poderia ser apreciada por meio de emenda constitucional, e não alterada por lei ordinária, como era o projeto em questão. Na prática, Honório queria procrastinar a votação do texto.

³³⁰ Anais da Câmara dos Deputados. 21 de julho de 1840, p. 9,

iria até o palácio de São Cristóvão indagar se D. Pedro II gostaria de assumir o trono naquele momento ou depois. Surge aí a resposta que seria replicada pela historiografia: "quero já".

Com a aceitação do imperador, Araujo Lima e todo o gabinete publicam suas renúncias logo no dia 23. Naquela mesma semana, Vasconcelos tenta resumir no Senado a razão de ter aceitado de volta o cargo de ministro do Império (cargo no qual ficou apenas nove horas) e os motivos para que o Regresso obstasse a maioria do imperador, o que soava como contradição:

Diversas são, e para pior, as circunstâncias do Brasil: nossas instituições não estão completas, faltam-nos muitas leis importantes, algumas das existentes exigem consideráveis reformas, e muito há que vivemos sob o governo fraco das regências. Falta-nos um Conselho de Estado, e não temos eminências sociais, ou por pobreza nossa, ou porque a inveja e as facções tenham caprichado em nivelar tudo. Neste estado de coisas não acalmara eu por meu voto o sr. d. Pedro II maior desde já, sem que o armássemos de todos os meios necessários para ser feliz o seu reinado.³³¹

Vasconcelos fazia referência aos projetos de legislações centralizantes, que caminhavam vagarosamente no Parlamento. O Ato Adicional, de tramitação mais antiga e avançada, pode ser aprovado ainda em maio de 1840, pouco antes da maioria. No entanto, seu complemento natural – e talvez até mais importante –, o texto da reforma do Código de Processo Criminal, ainda estava atrasado na Câmara. O mesmo ocorria com o texto que restituía o Conselho de Estado, abolido pelo Ato Adicional.

3.5 A experiência bem sucedida do laboratório saquarema

Ao patrocinarem a concessão de poder ao imperador, a grupo maiorista acreditou ganhar o aval do mesmo para impedir a "reação". O motivo para essa confiança chamava-se Aureliano de Sousa Coutinho, um dos políticos mais próximos do jovem D. Pedro II e também integrante do Clube da Maioridade.³³² Logo após o "quero já", o monarca solicita que Aureliano montasse um gabinete naturalmente que refletisse as forças que tornaram possível sua subida ao trono. Daí serem indicados nomes como Limpo de Abreu, Antônio Carlos e

³³¹ Exposição sobre o golpe parlamentar da maioria. IN. CARVALHO, José Murilo. *Op.cit.*, p. 262.

³³² A respeito de Aureliano, seu irmão Saturnino e o mordomo-mor Paulo Barbosa da Silva, os líderes da facção, cf. SILVA, Lucas Eduardo Pereira. *De "Sacra Camarilha" a "Joana Triunfante": a atuação política da facção Áulica em periódicos da Corte (1832-1845)*. Dissertação (Mestrado em História). São João Del Rei: PPGHIS/UFSJ, 2015. (Cap. 1: Aureliano, Paulo Barbosa e Saturnino, e a invenção do Clube da Joana)

Martim Francisco de Andrada, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e seu irmão, Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque.

Esperava-se que o novo gabinete, de tendência liberal, revertesse as medidas centralizadoras já propostas pelo Regresso, restabelecendo o equilíbrio entre "nação" e "prátrias", nos termos de Roderick Barman. Nas eleições de outubro de 1840, por exemplo, o governo geral tentou manipular as votações, a fim de se conseguir a maioria na Câmara necessária para colocar em prática os planos liberais. Apesar de atingirem esse objetivo, o pleito daquele ano ficou conhecido como as "eleições do cacete, tamanha havia sido a violência durante o processo de sufrágio.

Esse fato já havia impressionado bastante o pequeno imperador. Além dele, a disputa interna de poder entre Aureliano e os irmãos Andrada e a inércia diante da Farroupilha contribuíram para que D. Pedro II encomendasse a Aureliano um novo gabinete em março de 1841, desta vez com perfil mais próximo ao Regresso. A pauta política saquarema, portanto, vinculava-se ao "partido da Coroa", fortalecido também pela volta de um Poder Moderador protagonista. Não à toa, Aureliano convoca Paulino para o ministério da Justiça, José Clemente Pereira para a pasta da Guerra e Calmon du Pin para a Fazenda.

Com o novo "gabinete 23 de março", apoiado também em uma maioria parlamentar ainda conservadora (a legislatura ainda era aquela de 1838), são aprovadas duas leis em dezembro de 1841 que finalmente reformam o Código de Processo Criminale restauram o Conselho de Estado, visto pela oposição liberal como órgão arbitrário e misterioso, pois seus membros têm mandato vitalício e são escolhidos a dedo pelo imperador. Temerosas por suas autonomias, províncias governadas por liberais ficam em alerta. A nova legislatura de maioria liberal, vitoriosanas "eleições do cacete", deveria tomar posse no dia 3 de maio de 1842. Dois dias antes, entretanto, o gabinete conservador se dissolve e fecha o Parlamento, alegando fraude no pleito. Era a gota d'água que faltava para estourar, naquele mesmo mês, uma revolta na cidade paulista de Sorocaba, seguida em junho por rebeldes mineiros em Barbacena.

De acordo com Erik Hörner³³³, liberais liderados por Rafael Tobias de Aguiar, Paula Sousa e os senadores Vergueiro e Feijó já haviam enviado representação a D. Pedro II, em janeiro de 1842, pedindo a revogação das leis de dezembro do ano anterior. Além de não

³³³ HÖRNER, Erik. *Em defesa da Constituição: a guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)*. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

atendidos, tiveram de saber pela imprensa da dissolução do Parlamento.³³⁴ À aquela altura, o presidente da província de São Paulo, José da Costa Carvalho, já nomeava autoridades policiais e judiciárias de acordo com o novo Código. Tobias de Aguiar revolta-se em Sorocaba, alegando querer libertar o jovem imperador da "facção áulica" que o rodeia e que prega o despotismo. Para isso, seria preciso derrubar não só o gabinete 23 de março, mas também seu representante na província, o presidente Costa Carvalho. Em solidariedade e com objetivos análogos, liberais mineiros liderados por Teófilo Otoni e José Feliciano decretam governo revolucionário em Barbacena, em paralelo ao de Bernardo Jacinto da Veiga em Ouro Preto.

Embora os embates militares tenham atingido proporções consideráveis, a ponto de o barão de Caxias – já famoso pela habilidade em suprimir revoltas regenciais – só conseguir vencer todos os rebeldes em agosto de 1842³³⁵, interessa-nos mais aqui focar como se deu a construção do discurso saquarema de "manutenção da Ordem e difusão da Civilização" em meio a esses conflitos. Ministro da Justiça em 1842, cabia a Paulino reprimir e punir os distúrbios. Menos de dois meses depois de assumir o ministério (um ano antes da revolta), o ex-presidente do Rio de Janeiro desenvolverá uma teoria de oposição dialética entre o "litoral civilizado" e o "sertão bárbaro"³³⁶, fato que, segundo ele, ocorre em razão de leis inapropriadas que conferiram uma "liberdade exagerada" aos habitantes do interior, entregues ao "barbarismo" por um poder central pouco eficaz. A extensão desta citação vale por seu conteúdo simbólico:

Reputo, Senhores, huma das principaes causas das desgraçadas occurrencias que acabo de referir o deploravel estado em que se acha entre nós a administração da Justiça (...) Elaborada em tempos de inexperiencia não pôde a nossa Legislação aproveitar as tristes lições que nos derão depois as calamidades por que temos passado, não consultou quanto devera as variadas circunstancias das diversas Provincias, e ainda das differentes porções de territorio em que são dividias. Sahidos ha pouco do regimen colonial; em demasia

³³⁴ *Ibidem*, p. 120-121.

³³⁵ A respeito da ação de Caxias em 1842 cf. BARRETO. *Op. cit.*

³³⁶ "Reparai, Senhores, como em tão breve tempo rebentou dos sertões do Pará, do Maranhão, e Piauhy, huma massa enorme de homens ferozes, sem moral, sem religião, e sem instrucção alguma, eivados de todos os vicios da barbaridade! Trazei á lembrança todos os assassinatos, todos os roubos, todos os stupros, todas as violencias que praticarão! Nem o sexo, nem a idade, nem a propriedade, nada respeitirão! Parece que era sua missão apagar até os ultimos vestigios da nossa civilisação nascente! Estes phenomenos, são importantissimos; convêm que não sejam esquecidos; derramão elles pois huma luz immensa sobre o estado do Paiz; convêm que não passem desapercibidos quando se trata de avaliar o gráo de efficacia das nossas Leis que tem por fim prevenir, reprimir os delictos". Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinaria de 1841. p. 9-10.

desconfiados e receosos do arbitrário, abraçamos com avidéz doutrinas vagas e declamatorias de huma liberdade exagerada, pondo de lado o positivo e os factos cuja observação, analyse e estudo, derrama huma luz immensa na applicação das questões moraes, politicas e de Legislação a hum paiz. Toda a nossa Legislação ressentio-se disso. No interior de muitas das nossas Provincias vivem os seus habitantes separados huns dos outros, e das povoações por grandes distancias, cobertas de matas e serras em hum certo estado de independencia, e fóra do alcance de acção do Governo e das autoridades. Essa população que não participa dos poucos beneficios da nossa nascente civilisação, falta de qualquer instrucção Moral e Religiosa, porque não ha ahí quem lha subministre, imbuída em perigosas ideias de huma mal entendida liberdade, desconhece as forças das Leis, e zomba da fraqueza das autoridades, todas as vezes que vão de encontro aos seus caprichos. Constitue ella assim huma parte distincta da Sociedade do nosso litoral e de muitas de nossas povoações e districtos, e principalmente por costume barbaros, por actos de ferocidade, e crimes horriveis se caracteriza (...)Tal é o estado de muitos de nossos sertões.³³⁷

É interessante notar que, neste discurso à Câmara dos Deputados, Paulino consegue vincular a pauta da Ordem (necessidade de aprovação das leis centralizadoras) à difusão da Civilização. Já em seu relatório apresentado em janeiro de 1843 – portanto depois das revoltas –, Paulino descrevia liberais em armas em São Paulo e Minas como “fautores da desordem” e de “espírito revolucionário” que “incendiava o país”.³³⁸ Segundo ele, a leicentralizadora de dezembro de 1841 era necessária para estancar a turbulência das “localidades” causada pela liberalização do período regencial, pois “aconselhados por uma decepção dolorosa, era preciso abandonar a marcha que tínhamos seguido, e que muito contribuíra para anarquizar o País, (...) era preciso emancipar-se da tutela das facções”.³³⁹ A oposição às reformas conservadoras, para o futuro visconde do Uruguai, seria obra apenas de meros “fanáticos”, de “facções” que ameaçavam a Ordem e unidade do país. O Regresso, portanto, vincula-se ao “partido da Coroa”³⁴⁰.

³³⁷ *Ibidem*, p. 18-19. Cabe salientar que, pouco mais de 60 anos depois, Euclides da Cunha retoma esse dualismo no clássico *Os Sertões*, a respeito da Guerra de Canudos.

³³⁸ Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado na 1ª sessão da 5ª Legislatura, publicado em 1843. p. 8.

³³⁹ *Ibidem*, p. TP-2.

³⁴⁰ “(...) é mister ter conhecimento dos meios que foram empregados para fanatizar e iludir a população. Abusando da boa fé e da credulidade de muitos fazia-se-lhes acreditar que as Leis do Conselho de Estado e da reforma do Código de Processo iam acabar com as liberdades públicas, e que era essa a intenção premeditada do governo. A muitos homens (do interior da Província, de cor e ignorantes) se dizia que iam ser reduzidos ao cativo. A outros se referia, e foi essa uma das mais poderosas alavancas da rebelião, que Sua Majestade o Imperador estava acuado, e que era preciso libertá-lo da coação em que o tinham o Ministério e seus adherentes (...) Fanatizados, iludidos pela perversidade, abandonaram suas famílias, perderam as colheitas

Findas as revoltas em agosto de 1842, o gabinete de 23 de março tratou de mais um tema caro ao grupo saquarema no poder: a impunidade. Paulino defendia punição exemplar dos "cabeças" dos distúrbios pelo crime de "rebelião", a fim de que não prevalecesse a impunidade e incentivo para mais conflitos armados.³⁴¹ Mas a tarefa era espinhosa. Ainda no relatório de 1840, Paulino já demonstrava preocupação com a questão da anistia, confessando ser complexo diferir o crime político do crime comum, este último "insuscetível de graça ou anistia".³⁴² Vasconcelos, quando ocupara a mesma pasta em 1838, ao comentar sobre o vácuo legal para aquele que participa do crime de rebelião, também manifestava a necessidade de se delimitar estritamente a amplitude do direito de anistia e os crimes que podem recebê-la.

Hum dos artigos, cuja reforma [do Código Criminal] se demonstra cada vez mais urgente, he sem duvida aquelle, que define o crime de rebellião, naquella parte, que isenta de pena a cumplicidade. Foi se duvida hum mal entendido amor da humanidade o que dictou esta doutrina. Julgou-se pois que era duro punir todos os que tomassem parte em semelhante crime; porêm a mesma humanidade melhor consultada, o bem da tranquillidade publica, e a estabilidade das formas governativas adoptadas pela Nação, prescrevem outra diversa. Como ficará impune aquelle que auxilia a rebellião com armamento, braços, e munições de boca, e de guerra? Como o que lhe communica o estado, o plano de operações das forças da legitima Authoridade, e que aconselha, e dirige? A certeza de que a cooperação com os rebeldes, huma vez que lhe caibão os caracteres da cumplicidade, não sujeita a pena alguma, não será fortissimo incentivo para os conspiradores?³⁴³

Comum a saquaremas como Vasconcelos, Paulino e Honório era a visão de que a impunidade se inscreve no mesmo campo semântico da barbárie, enquanto a Lei e a Ordem seriam pilares da civilização. Contudo, para além do problema de definir o que e quem eram os "cabeças", era preciso vencer a oposição interna no Parlamento que preferia uma acusação mais leve, a de mera "revolta". Conforme relata Hörner, a insistência do gabinete 23 de março paralisou a pauta política entre janeiro e março de 1843. Neste período, já havia

com que as alimentavam para ir derramar o sangue, a fim de que não fossem executadas as Leis que não conheciam e que muitos sequer tinham lido". *Ibidem*, p. 16-17.

³⁴¹ "Terminada a rebelião, tratou-se de cumprir a Lei, fazendo-se processar os seus cabeças, a fim de que fossem punidos. Nesta triste e penosa tarefa têm aparecido as maiores dificuldades. É ela todavia indispensável porque é ponto averiguado que a principal causa de rebeliões e desordens, que continuamente têm afligido o país provêm da absoluta impunidade dos seus autores. Relatório apresentado na 1ª sessão da 5ª Legislatura. *Op. cit.*, p. 19.

³⁴² "(...) Não he facil fixar a raia que separa os crimes politicos sobre que póde recahir a amnistia de todos os horrores friamente perpertrados pela barbaridade, lascivia, pela vingança, e por outras paixões alheias á politica". Relatório de 1840. *Op. cit.*, p. 6-7.

³⁴³ Relatório do Ministério da Justiça do anno de 1837 apresentado á Assembéa Geral Legislativa na sessão ordinaria de 1838. p. 13.

assumido a chefia do gabinete ninguém menos do que Honório Hermeto, convidado pelo imperador em razão de sua atuação na supressão da revolta e na ação parlamentar em favor da Coroa. Além de se afastar de Aureliano (deslocado para os Negócios Estrangeiros) e marcar uma posição de independência e maturidade, D. Pedro II optava por imprimir maior caráter do Regresso na composição do governo.

Ainda como presidente do Rio de Janeiro, Honório já havia ajudado a suprimir as revoltas liberais, deslocando tropas da guarda nacional para a região cafeeira de Vassouras e Valença, com o fito de impedir uma eventual sublevação escrava.³⁴⁴ A "pacificação" do Vale do Paraíba também exigiu que o governo central repassasse para a província fluminense a administração dos municípios paulistas de Cunha, Bananal, Areias, Queluz, Silveiras, Lorena e Guaratinguetá em 18 de junho de 1842, no meio da revolta.³⁴⁵ Conforme salientam Hörner e Maria de Fátima Gouvêa³⁴⁶, mesmo não havendo muitos relatos sobre a revolta na documentação da província fluminense, é reconhecido seu papel na repressão aos rebeldes em Minas e São Paulo. Pouco antes do estouro das revoltas, Honório Hermeto comenta o acirramento de ânimos no interior do Rio de Janeiro e reafirma que somente a reforma do Código de Processo Criminal de 1841 traria a Ordem. Há também, aqui, a constante preocupação saquarema com a impunidade:

Apesar de não ter de mencionar alteração na segurança e tranquilidade pública, não posso dar-vos esta província como isenta totalmente do mal que se deplora em todas as outras do Império: a impunidade, a abundância de delitos, quer públicos, quer particulares (...) a sua minoração espero que virá da execução da Lei de 3 de dezembro do ano passado, de que atualmente se trata.³⁴⁷

Logo após o conflito, já na pasta da Justiça e do Império, Honório fará uma defesa acirrada pela condenação de todos os envolvidos na revolta, e não somente os "cabeças". Em sua percepção, a condenação teria o papel didático de assentar a Ordem e impedir que novas turbulências se repetissem. Ele elogiava a reforma do Código de Processo Criminal, que lhe daria os instrumentos para as punições, mas ainda desconfiava do novo desenho do tribunal do júri, composto basicamente por cidadãos das localidades e, por isso, inclinado a absolvições sumárias. Ele queixa-se desse ponto no plenário da Câmara, em maio de 1843:

³⁴⁴ A medida justificava-se também pelo fato de haver tido, menos de cinco anos antes, a revolta escrava em Vassouras liderada por Manuel Congo.

³⁴⁵ HÖRNER. *Op.cit.*, p. 265.

³⁴⁶ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. O Império das províncias. *Op.cit.*, p. 46.

³⁴⁷ Relatório da Província do Rio de Janeiro apresentado na 1ª Sessão da 5ª Legislatura, em 1º de março de 1842. p. 2.

A nova organização judiciária decretada pela lei de 3 de dezembro de 1841 acha-se executada em todo o império; (...) No julgamento por jurados é que pouca ou nenhuma melhoria se tem experimentado, apesar das reformas da sobredita lei. Não só essas atrocidades que se cometem em algumas províncias, e em que já toquei, decorre imediatamente do sistema de impunidade que (como se fosse por um instinto comum) é geralmente abraçado pelos nossos jurados, mas também nos crimes políticos verifica-se o mesmo sistema, como acaba de acontecer com alguns réus da rebelião em São Paulo e Minas (...) Uma sentença de absolvição é sempre um triunfo na opinião dos criminosos, por mais tarde que chegue (...) Resta, pois, ainda muito que fazer para melhorar a composição do tribunal do júri, salvo se a fortuna do Brasil fizer com que todos enfim de penetrem da necessidade, hoje extrema, de punir o crime.³⁴⁸

Ao longo de todo o ano de 1843, Honório desgasta-se com a intransigência quanto à punição exemplar dos rebeldes liberais. O caso de maior comoção era o do senador Feijó, àquela altura já idoso e paraplégico, que havia sido encarcerado e enviado a Vitória em um navio-prisão. Além dele, o caso do senador Vergueiro também causava a polêmica de se punir senadores que tivessem abusado de suas prerrogativas e imunidades. No Senado, os liberais Paula Sousa, Holanda Cavalcanti e Alves Branco procuravam retardar o julgamento da dupla, enquanto Vasconcelos, Araújo Lima e Mello Mattos queriam a condenação sumária. Ao passo que Honório criava um clima de perseguição e punição à oposição, já tachava pejorativamente de "luzia", crescia na Câmara o "partido da conciliação" e do governo suprapartidário, proporcionado pelo entusiasmo do casamento de D. Pedro II com a princesa Tereza Cristina.

Para agravar a situação, Honório buscava isolar a "facção áulica" do gabinete. Em junho, ele atingira parcialmente o objetivo, ao trocar Aureliano por Paulino na pasta dos Negócios Estrangeiros, imprimindo ainda mais o tom reacionário ao governo – Aureliano era acusado de ser complacente com as demandas inglesas pela supressão do tráfico de escravos. Já na disputa pela vaga senatorial de Feijó, morto meados de 1843, Honório patrocinou com sucesso seu partidário Rodrigues Torres contra Saturnino de Sousa Coutinho, irmão de Aureliano. Para finalizar a perseguição aos "áulicos", Honório foi ao imperador demandar a demissão de Saturnino do cargo de Inspetor Geral da Alfândega da Corte. Em tom ríspido e enérgico, na visão de seus contemporâneos, Honório pressiona D. Pedro II e alega que, se não demitisse seu inimigo, ele mesmo renunciaria à chefia do gabinete. O jovem monarca, já com 18 anos, aproveitou a ocasião para demonstrar a posição de independência e

³⁴⁸ Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado á Assembléa Geral Legislativa na 2ª sessão da 5ª legislatura, p. 8-9.

suprapartidarismo do Poder Moderador e negou ao pedido de seu chefe de governo e aceitou a renúncia de Honório, dissolvendo todo o gabinete saquarema. Em uma correspondência privada, décadas mais tarde, D. Pedro II confessava que havia tomado essa atitude para que ele pudesse reforçar sua autoridade.³⁴⁹

Conforme leciona Jeffrey Needell, as rebeliões de 1842 delimitaram claramente o processo de identificação ideológica entre os grupos políticos, que já estava em voga desde o início da Regência, principalmente quanto ao vitorioso projeto de Estado-nação saquarema, posto em prática pelo "Partido da Ordem".³⁵⁰ Mesmo a queda do gabinete de 23 de março não representaria uma grande perda para os antigos regressistas, pois todo o arcabouço jurídico-institucional criado desde 1837 seria mantido e exercitado pela oposição no que ficou conhecido como "Quinquênio Liberal" (1844-1848), uma sucessão de gabinetes compostos por antigos rebeldes de 1842 e pela oposição ao projeto saquarema.

A fórmula para a manutenção da integridade do Império já havia sido descoberta, a duras penas, ao longo da Regência e dos primeiros anos do Segundo Reinado. Mesmo a Farroupilha e a Revolução Praieira, suprimidas na segunda metade da década de 1840, não alteraram o projeto do Estado forte e centralizado desenhado pelos saquaremas. Se o princípio da Ordem – consolidação no plano interno – já havia sido alcançado, restava agora concluir o segundo objetivo: "difundir a Civilização". E essa difusão tinha um alvo certo: o Rio Grande do Sul e a bacia do Prata.

Conclusões

Este capítulo buscou demonstrar como o projeto de Estado-nação imperial elaborado pelo programa saquarema era apenas um dos vários existentes e concorrentes ao longo da Regência. Mais ainda, foi exposto como as revoltas e turbulências do período solidificaram um discurso civilizatório pró-Ordem, alimentado por uma classe senhorial cafeeira e escravista, que desfrutou de grande ascensão econômica na década de 1830 ao longo da província do Rio de Janeiro. Com muito a perder em meio ao caos, foi esta classe a responsável por vincular seu programa político centralizador e autoritário ao "partido da

³⁴⁹ "Eu entendia que a demissão [de Saturnino] era injusta e, conforme Carneiro Leão insistia, eu achava que se eu a aceitasse, iam me considerar fraco. Ninguém me influenciou nesta decisão e, depois que meu caráter tivesse ficado claro, eu teria aceitado, apenas porque a experiência mostrou-me que os caprichos da política corrigem as injustiças que eles criam com o tempo". *Apud. NEEDELL. Op.cit.*, p. 107.

³⁵⁰ *Ibidem*, p. 103.

Coroa", resgatando elementos simbólicos da monarquia a fim de se restaurar a força centrípeta do Império em direção à Corte.

A narrativa desses eventos justifica o fato de que Honório, Paulino e outros líderes saquaremas serão protagonistas tanto no plano interno, ao longo dos anos 1830-40, quanto no plano internacional, a partir de 1850. Antes de ser política externa em busca do interesse nacional, esses homens tinham uma ideologia, modo de ação e objetivos inerentes à classe senhorial escravista, quais sejam, manter a Ordem e difundir a Civilização.

CAPÍTULO 4

Da neutralidade à "difusão da Civilização" saquarema sobre o Prata

Após consolidar seu projeto de Estado-nação imperial, centralizado e assentado sobre a escravidão, o grupo saquarema volta ao poder em 1848 a partir do gabinete de Araújo Lima – já visconde de Olinda – e prossegue em sua obra de expandir a manutenção da Ordem, que se iniciara ainda nos contornos da província do Rio de Janeiro. Neste capítulo, veremos que esse processo ultrapassou as fronteiras nacionais e chegou à bacia do rio da Prata, onde guerras e turbulências políticas decorriam dos choques entre projetos divergentes de Estados nacionais, idealizados por oligarquias e elites mercantis e burocráticas em Buenos Aires, Montevideú, Assunção, e nas províncias do litoral argentino.

A Revolução Farroupilha será explorada neste contexto, uma vez que havia um processo de internacionalização de partidos e ideias políticas entre diferentes grupos das elites platinas, feito através de alianças e compadrios. Por isso, entende-se não ser possível explicar a rebelião dos farrapos sem levar em conta a política externa brasileira e a inserção do Rio Grande do Sul nas questões do Prata. Imperioso também será comentar sobre os problemas relacionados à pressão inglesa pelo fim do tráfico de escravos, a partir do Bill Aberdeen de 1845, que limitou a capacidade de ação externa do Império e contribuiu para o fim do trato atlântico em 1850.

Resolvidas essas duas questões, que ainda colocavam em risco a Ordem interna, o gabinete 1848 pode expandir seu projeto de Estado para além das fronteiras nacionais nos anos 1850, sob o discurso justificatório da "difusão da Civilização", resultando no condicionamento e subordinação dos atores estatais do Prata ao poder emanado da Corte, tal qual fizeram os saquaremas com as províncias brasileiras a partir do Regresso. É nesse contexto que será compreendida a missão de Honório Hermeto ao Prata entre 1851-52, veículo do excepcionalismo brasileiro, que já lapidado e consolidado.

4.1 A formação dos Estados nacionais no Prata entre 1830-1850

Ainda durante a disputa pela província Cisplatina, o então presidente unitário das Províncias Unidas do Prata, Bernardino Rivadavia, renuncia ao cargo em 1827 em meio a denúncias de que ele estaria concordando em ceder a Banda Oriental definitivamente ao Império. Seu substituto, o federalista Manuel Dorrego, foi derrubado em dezembro do ano seguinte por pressão dos partidários de Juan Galo de Lavalle, que voltava do teatro de operações do Uruguai. Apesar de feita em nome dos princípios unitários de Rivadavia, a deposição e execução de Dorrego iniciaram uma disputa interna por poder, sagrando-se vencedores os federalistas de Juan Manuel de Rosas, eleito governador da província de Buenos Aires em 1829.

De acordo com John Lynch³⁵¹, Rosas era a síntese individual da economia rural que ganhava solidez nas Províncias Unidas. Assim como outros burocratas e participantes da "Revolução de Maio", a família do governante argentino adquirira terras públicas ao Sul da capital portenha por meio de arrendamentos e alugueis subsidiados promovidos pela gestão de Rivadavia, a fim de se ocupar o "vazio demográfico" que se estendia pela Patagônia até a Terra do Fogo. De burocrata a estancieiro, Rosas terá como plataforma política a defesa da autonomia das localidades, interessantes para as oligarquias que se especializavam na comercialização de gado e trigo. Detestava o liberalismo e, ainda mais, a democracia. Nunca havia sido um federalista convicto, acreditando mais na prosperidade da hegemonia de Buenos Aires e no monopólio portenho das rendas da Aduana como meios de manutenção da soberania argentina.

Assim que chega ao poder, portanto, Rosas empreende um jogo duplo: governa como verdadeiro unitário, mas com generosas concessões às oligarquias das diversas localidades do antigo Vice-Reinado do Prata. Por um lado, rascunhou praticamente sozinho o Pacto Federal de 1831 entre Buenos Aires e as províncias do litoral (Entre-Rios, Corrientes e Santa Fé), pelo qual a capital portenha manteria o monopólio da renda das aduanas (sem obrigação legal de repartição) e da navegação dos rios interiores, teria competência sobre a política de defesa e representaria internacionalmente as demais províncias. Essas, em compensação, conservariam seus *status* de entidades soberanas e interligadas em uma confederação de províncias. O Pacto

³⁵¹ LYNCH, John. As repúblicas do Prata da independência à Guerra do Paraguai. IN. BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina: da independência a 1870*. 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014, p. 628.

eliminou os riscos de um movimento independentista no interior, liderado pelo general José Maria Paz.

Por outro lado, para legitimar-se como governante, Rosas mantém a política de expansão para o Sul ("Expedição do Deserto"), mais especificamente para as regiões indígenas dos rios Negro e Colorado, por meio de arrendamento, vendas ou concessões. Comerciantes, burocratas e militares recebiam *boletos de premios en tierras* e se tornavam estancieiros leais ao governador de Buenos Aires. Segundo Lynch, apesar dos vínculos legais do Pacto Federal de 1831, a estrutura política da Confederação Argentina era primitiva, erigida em lealdades verticais entre peão e estancieiros e horizontais, entre os próprios estancieiros³⁵².

Cabe mencionar aqui o valioso conceito de "províncias-regiões", proposto pelo historiador argentino José Carlos Chiaramonte para interpretar o contexto platino da primeira metade do Oitocentos. Segundo Chiaramonte, com a dissolução do Vice-Reinado do Prata e a consequente ausência de um poder centrípeto nesse território, a partir de 1810, houve maior autonomia e liberdade de ação das oligarquias locais, estabelecidas em entrepostos comerciais e cidades já constituídas deste os tempos coloniais.³⁵³ Nesse conceito enquadram-se regiões como EntreRios, Corrientes e Santa Fé (três províncias litorâneas argentinas), além da Banda Oriental e do próprio Paraguai. Como não havia uma nacionalidade predefinida ou qualquer elemento agregador, essas "províncias-regiões" assumiram protagonismo próprio no cenário internacional, onde a submissão à antiga capital portenha não era mais tomada como dado. Antes, devia ser negociada.³⁵⁴

À frente de Buenos Aires, província pujante na produção *saladerista* (processo de salgamento de charque para exportação) e detentora dos monopólios do comércio e da

³⁵² *Ibidem*, p. 642.

³⁵³ CHIARAMONTE, José Carlos. El federalismo argentino en la primera mitad del siglo XIX. In: CARMAGNANI, Marcello (org.). *Federalismos latinoamericanos*: México, Brasil, Argentina. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

³⁵⁴ A respeito da hegemonia no interior das "regiões-províncias", Guazzelli é de opinião que "nem sempre se evidenciavam com clareza grupos dominantes hegemônicos nas diferentes "regiões-províncias", algumas vezes marcadas por acirradas disputas internas, como foi o caso da Banda Oriental e em alguns momentos o Rio Grande do Sul. Nas lutas pelo poder, os grupos regionais estabeleciam alianças com caudilhos de outras "regiões-províncias", formando ligas frouxas e instáveis, que jamais alcançaram uma organização "federativa" naquele sentido de delegação de responsabilidades a alguma forma mais elevada de representação". GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos. *O retorno da Pátria Grande: Estado Oriental, Urugai, litoral argentino e República Rio-grandense (1838-1843)*. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia. Brasília: UNB, 24-28 de julho de 2017. Disponível em <http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502760782_ARQUIVO_TEXTO-ORetornodaPatriaGrande.doc.pdf>. p. 3.

navegação, Rosas iniciou seu governo empreendendo o livrecomércio, a fim de aumentar as rendas da aduana. Em 1830, negou-se a proteger manufaturas argentinas "ineficientes", como os têxteis portenhos e a incentivar produções de charque, algodão e outros artigos primários de províncias, como Corrientes. Já economias do Meio-Oeste como Mendoza permaneciam em estado de subsistência e completo esquecimento. Após constantes críticas das oligarquias provinciais, e depois de afastar-se temporariamente do governo entre 1832 e 1835, Rosas decide criar a Lei de Tarifas Alfandegárias de 1835, beneficiando o setor manufatureiro e agropecuário, mas sem prejudicar as exportações. Dessa forma, as províncias interiores ganhavam a mesma proteção que Buenos Aires e se inseriam na economia do capitalismo industrial europeu, tendo como principal cliente a Inglaterra. As produções de gado e trigo adquirem notável expansão no período.

A política do jogo duplo funciona. Por volta de 1838, todas as províncias já aderiam ao Pacto Federal de 1835. No plano interno, contudo, Rosas governa com poderes ilimitados assim que retorna à chefia de Buenos Aires³⁵⁵ e persegue antigos opositores unitários – muitos eram membros da *Generación de 1837*, como Alberdi, Mitre e Sarmiento –, que decidem fugir para capitais cosmopolitas como Montevidéu e para o próprio Rio de Janeiro.³⁵⁶ Além de instaurar a censura à liberdade de imprensa e expressão, o federalista empreendia gastos militares que abocanhavam a parcela majoritária do orçamento público, além de incentivar milícias e grupos paramilitares de repressão como a *Sociedad Restauradora* e a popular *mazorca*.³⁵⁷

O sucesso da política de Rosas deve-se também ao contexto internacional. Em 1833, a Inglaterra ocupava e tomava para si a soberania sobre as ilhas Malvinas, gerando fortes protestos do governo portenho, que também aproveitou a oportunidade para estimular o nacionalismo argentino. O mesmo ocorreu quando a França bloqueou o porto de Buenos Aires, entre 1838-1840, motivada pelo interesse de obter os mesmos privilégios concedidos à Coroa britânica pelo tratado de reconhecimento de 1825, quais sejam, cláusula da nação mais favorecida, indenizações e isenções de súditos franceses ao serviço militar na Confederação Argentina. Depois de dois anos de impasse, Rosas cede em grande parte das demandas de

³⁵⁵ Juan Manuel Rosas foi governador da Província de Buenos Aires de 1829 a 1832, quando então partiu para a Campanha do Deserto, na guerra promovida por Rosas contra os índios aos Sul dos Pampas e Norte da Patagônia. Retornou ao governo da província de Buenos Aires em 1835, ficando até a sua queda em 1852.

³⁵⁶ Sarmiento, inclusive, torna-se membro do IHGB.

³⁵⁷ A respeito do federalismo rosista e de sua complexidade cf AYROLO, Valentina. El federalismo argentino interrogado (primera mitad del siglo XIX). *Locus: revista de história*. Juiz de Fora, 2013, v.36, n.01, p. 061-084. Disponível em <<https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2787>>.

Paris, mas é visto como o grande vitorioso do episódio por resistir ao bloqueio e encerrá-lo sem que sua política de fechamento dos rios interiores à navegação fosse alterada.

De acordo com Gabriela Nunes Ferreira, esse impedimento à livre-navegação, imposto logo após a perda das Malvinas, fazia parte da estratégia de Rosas de exercer influência sobre o território do antigo Vice-Reinado do Prata, com fim último de restabelecê-lo sob hegemonia de Buenos Aires.³⁵⁸ Para tanto, seria preciso passar por cima dos interesses das elites de Montevideú e de Assunção, que advogavam pelo livre-comércio e faziam concorrência ao porto portenho. Daí a intromissão constante de Rosas nos negócios orientais, mesmo após a independência uruguaia, em 1828, intromissão que seria facilitada pelo retraimento do protagonismo do Império nos anos da Regência.³⁵⁹

Após a Convenção de Paz, governos provisórios foram responsáveis por rascunhar e outorgar a primeira a constituição do Uruguai, em 1830. Nesse mesmo ano, Fructuoso Rivera, apoiando-se nas elites mercantis de Montevideú, sagra-se vencedor das eleições presidenciais contra o representante das oligarquias da campanha e chefe dos *treinta y três orientales*, Lavalleja, amigo pessoal de Rosas. Entusiasta de Artigas, seu antigo líder, Rivera sonhava com o projeto artiguista do "Uruguai Grande" (resultado da união dos territórios da Banda Orienta, do Rio Grande do Sul e das províncias litorâneas argentinas), mas termina seu mandato em 1834 e passa o governo ao também ex-artiguista Manuel Oribe. Uma vez no poder, contudo, Oribe rompe com Rivera e alia-se aos projetos de confederação federalista com de Lavalleja e Rosas, para a irritação do primeiro presidente, que acaba se aliando aos unitários argentinos, em retaliação. Dessa forma, ocorre no Prata aquilo que Gabriela Ferreira denomina a "internacionalização dos partidos", ou seja, diferentes oligarquias e elites mercantis vinculam-se por laços pessoais e em blocos antagônicos de poder que refletiam projetos contrapostos de Estados nacionais: *colorados* de Rivera e unitários argentinos contra *blancos* de Lavalleja e Oribe e federalistas de Rosas.³⁶⁰

³⁵⁸ Segundo Ferreira, Rosas fundamentou juridicamente o fechamento dos rios interiores à navegação nas disposições da Convenção Preliminar de Paz de 1828, que previam provisoriamente a liberdade de navegação por apenas 15 anos; depois desse prazo, a matéria seria regulada por um tratado definitivo de paz a ser concluído por Brasil, Argentina e Uruguai. FERREIRA, Gabriela. O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial. *Op.cit.*, p. 66.

³⁵⁹ Para Ricardo Salles, a questão envolvendo a pressão inglesa e o fim do tráfico negreiro constituiu-se na principal questão internacional do Brasil no período 1830-até 1850. SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

³⁶⁰ *Ibidem*, p. 60.

Tal qual ocorria no Brasil, a rivalidade política não pressupunha a existência de partidos no sentido moderno do termo. Contudo, também para caso do Uruguai historiadores tendem a diferenciar grupos políticos a partir das disputas eleitorais e ideias veiculadas. Com efeito, John Lynch e a maior parte da historiografia entendem que, ao longo das décadas de 1830-40, os *colorados* de Rivera tornaram-se um partido urbano e conectado ao mercado atlântico, composto por burocratas e por elite mercantil mais receptivos a ideias liberais e de livrecomércio; por se concentrarem principalmente na praça de Montevideú, mantinham ligações com diversas nações e grupos políticos, como os exilados unitários que faziam oposição a Rosas, e também com redes de mercadores brasileiros, ingleses e franceses. Já os *blancos* de Lavalleja e Oribe refletiam o poder dos grandes estancieiros do interior da Banda Oriental, partidários do princípio da autoridade e da tradição gaúcha. Com discurso que angariava apoio entre peões e camponeses, defendiam uma resistência "americanista" contra intervenções europeias e tinham como ideal uma grande confederação platina, tal qual queria Rosas.³⁶¹

Inconformado com a traição do antigo aliado, Rivera tenta derrubar Oribe do poder entre 1836-37, mas seus planos fracassam e ele decide buscar refúgio no Rio Grande do Sul, àquela altura já proclamada uma república independente. De lá, com apoio militar de Bento Gonçalves e dos líderes farroupilhas, o chefe colorado invade novamente a Banda Oriental e consegue expulsar Oribe de Montevideú, que busca refúgio em Buenos Aires. Entre outros motivos, a campanha bem sucedida de Rivera explica-se pelo fato de Rosas se encontrar sitiado pelo bloqueio francês naquele momento, não podendo ir ao socorro de seu aliado *blanco*. Uma vez no poder, o líder colorado colocará em prática o projeto de "Uruguai Grande", revogando a constituição de 1830 e entrando em contato com as províncias litorâneas ressentidas com o poder de Buenos Aires para declarar guerra a Rosas e Oribe.

Tem início o conflito que a historiografia chama de "Guerra Grande", que devastou o Uruguai de 1839 a 1851. Fortalecido com o fim do bloqueio francês, Rosas patrocina a nova invasão de Oribe a Banda Oriental pelo interior. Em fevereiro de 1843, os *blancos* conseguem sitiar Rivera e o governo *colorado* em Montevideú, que passou a ser sustentado pelo apoio financeiro e militar da Inglaterra e da França. Até 1851, quando teve início a intervenção do Império, o Uruguai será dividido entre o governo *de jure* de Rivera, em Montevideú, e o governo *de facto* de Oribe, na campanha, denominado *gobierno del Cerrito*. Pouco antes, em

³⁶¹ LYNCH. *Op.cit.*, p. 673.

1841, Rosas já havia derrotado Lavalle, seu maior opositor unitário, e consolidado poderes quase absolutos na Confederação Argentina.

Pouquíssima conhecida na historiografia, tanto brasileira quanto uruguaia, é a publicação em 1850 do livro *Montevideo ou Une nouvelle Troie*³⁶², de ninguém menos que Alexandre Dumas. Em narrativa epopéica, a obra pretendia sensibilizar a opinião pública francesa acerca do sítio a Montevideú, comparando a situação ao conto clássico de Tróia - muitos acreditam ter daí surgido o apelido de Montevideú como a "nova Tróia". Cabe lembrar que, no ano em que o livro fora lançado, a França de Napoleão III já ameaçava retirar os últimos empréstimos ao governo colorado sitiado. Em razão disso, inclusive, muitos creem que a obra tenha partido de Melchor Pacheco y Obes, nomeado no ano anterior por seu primo, Manuel Herrera y Obes, como plenipotenciário oriental em Paris. Em menos de um ano na capital francesa, Pacheco y Obes teria aproximado-se de Dumas e o convencido a escrever o opúsculo em favor do governo colorado - alguns creem até que o uruguaio teria escrito a obra, e o famoso escritor apenas assinado.

Seja como for, o livro reconta a história da Banda Oriental, identificando a nação uruguaia como consolidada desde o século XVII, quando se alastrava a criação de gado pelo território. Em perspectiva totalmente oriental e repleta de referências classicistas, a obra apresenta o uruguaio típico como herdeiro destemido dos índios charruas, primeiros habitantes da região, que lutavam não apenas contra os desígnios expansionistas de Buenos Aires, como também "dos portugueses contrabandistas que vêm do Norte". Rosas é descrito como covarde, sem coragem nem habilidades militares, oriundo de uma família privilegiada de estancieros; Oribe, por ter se aliado ao chefe argentino, seria um traidor da pátria; já Rivera era "bonito e virtuoso", embora tenha destruído as rendas nacionais. Dumas somente foi totalmente elogioso a Pacheco y Obes, "pioneiro da resistência", e a Giuseppe Garibaldi, uma espécie de herói grego e romântico que, já tendo lutado pela liberdade na Itália e Rio Grande do Sul, unia-se agora à causa homérica uruguaia. O escritor não poupa detalhes na descrição da figura do antigo carbonário.

Essayons de faire connaître à nos contemporains, sous le rapport physique et moral, un homme si puissant qu'on n'a pu l'attaquer qu'en le calomniant. Au physique, Garibaldi est un homme de 38 ans, taille moyenne, convenablement bien proportionné, avec des cheveux blonds, des yeux bleus, le nez, le front et le menton grecs, c'est-à-dire se rapprochant

³⁶² DUMAS, Alexandre. *Montevideo ou Une nouvelle Troie*. Montreal: Le Joueur Roger, 2013.

autant que possible du vrai type de la beauté. Il porte la barbe longue. Son habillement ordinaire est une redingote serrée au corps, sans aucun insigne militaire. Ses mouvements sont gracieux. Sa voix, d'une douceur infinie, ressemble à un chant. Dans l'état ordinaire de la vie, il est plutôt distrait qu'attentif, et semble plutôt un homme de calcul que d'imagination ; mais prononcez devant lui les mots d'indépendance et d'Italie, alors il se réveille comme un volcan, jette sa flamme et répand sa lave. Jamais, excepté au combat, on n'a vu Garibaldi porteur d'une arme ; au moment d'agir, il tire la première épée venue du fourreau, jette le fourreau et marche à l'ennemi³⁶³.

Após descrever uma série de atos "bárbaros" cometidos por Rosas e Oribe ao longo da Grande Guerra, como decapitações e torturas, Dumas chega a questionar-se como a França poderia assinar tratados de paz com o ditador argentino em 1850 e ter como inimigo nas repúblicas italianas (cobiçadas por Napoleão III) a figura de Garibaldi. Mas o próprio escritor francês sugere uma resposta irônica: "C'est que les amis et les ennemis de la France lui sont imposés par l'Angleterre"³⁶⁴. Caminhando para a conclusão, Dumas conclama o governo francês a elevar - e não retirar - o suporte militar e financeiro a Montevideú, acusando-o de insuficiente e hipócrita.

Mais, répondra le gouvernement français à ces tableaux de douleur et de dévouement que nous mettons sous les yeux de l'Europe ; mais la France protège Montevideo ! Oui, la France dit à Montevideo à l'agonie les prières des mourants. L'intervention de la France dans la Plata signifie-t-elle autre chose que ces secours inefficaces que l'on apporte aux blessés à mort ?³⁶⁵

Alheio a toda essa turbulência platina estava o governo de José Gaspar Rodríguez Francia, do Paraguai. Aclamado "Supremo Ditador Vitalício" pelo Parlamento, Francia impôs ao país uma economia parcialmente fechada e de subsistência desde que os paraguaios derrotaram a última expedição portenha, ainda em 1814. Especializado na cultura de ervamate e na extração de madeiradelei para províncias argentinas, o Estado do Paraguai controlava todos os aspectos da produção econômica, inclusive por meio de estâncias estatais.

Apesar de a literatura revisionista pregar que o governo paraguaio perseguia um modelo autárquico de Estado e independente em relação ao capitalismo industrial europeu, Francisco Doratioto demonstra que o país mesopotâmico mantinha laços com mercadores ingleses e franceses, além de receber plenipotenciários como o brasileiro Antônio Manuel Correia da Câmara, enviado em 1825 por D. Pedro I para negociar limites e alianças em meio à Guerra

³⁶³ *Ibidem*, p. 47

³⁶⁴ *Ibidem*, p. 59

³⁶⁵ *Ibidem*, p. 88

da Cisplatina.³⁶⁶ Após a morte de Francia, em 1840, o sucessor Carlos Antonio López confere maior projeção internacional a seu país, muito em razão do bloqueio de Rosas à navegação dos rios interiores, que sufocava o comércio de Assunção. A complexa bacia do Prata, portanto, ganha mais um ator de peso nos anos 1840.

4.2 A neutralidade brasileira no Prata e a Revolução Farroupilha

Fato notório desse período é que, enquanto as "regiões-províncias" disputavam por projetos conflitantes de Estado-nação na bacia do Prata, o Império mantinha uma política de estrita neutralidade nos negócios platinos. De acordo com a análise de Amado Cervo, que reflete a corrente predominante da historiografia, desde a Convenção Preliminar de Paz de 1828 até 1843 – período de maior fragilidade do Estado imperial –, o Brasil vê-se incapaz de adquirir maior protagonismo nos negócios platinos. Mais ainda, os diferentes ministros que assumiram a pasta dos Negócios Estrangeiros neste intervalo perceberam que, conquanto se mantivessem a independência do Uruguai e a livre-navegação dos rios interiores, não havia maior necessidade de intervenção brasileira na região.³⁶⁷ Demétrio Magnoli, por sua vez, resume a posição brasileira como a de favorável à manutenção do *status quo*, ou seja, era de interesse do Império que permanecesse a fragmentação do antigo Vice-Reinado do Prata em diversas "regiões-província", incapazes de rivalizar substancialmente com a Corte fluminense.³⁶⁸ Daí a necessidade de defesa das independências do Uruguai e Paraguai.

A neutralidade brasileira, contudo, foi testada em diversos momentos e precisou ser relativizada ainda nos anos finais da Regência. E o motivo é a revolução que estourou ao Sul das fronteiras imperiais, mais precisamente na Província do Rio Grande de S. Pedro, em 1835. A famosa "Revolução Farroupilha" ainda é predominantemente estudada pela historiografia como mais uma das revoltas provinciais que abalaram os governos regenciais, ainda que, neste caso, a luta armada tenha perdurado por uma década. Lado menos conhecido e analisado da rebelião são as conexões dos principais líderes "farroupilhas" com as lutas do contexto platino, algo que apenas recentemente recebe maior luz dos historiadores. Gabriela Ferreira, por exemplo, ao estudar a formação dos Estados nacionais no Prata, descreve a província do

³⁶⁶ Câmara não teve sucesso nesta empreitada, optando o Paraguai por seguir uma política externa autônoma. A esse respeito, ver: DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história sobre a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata*. 3.ed. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

³⁶⁷ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. *Op.cit.*, p. 59.

³⁶⁸ MAGNOLI, Demétrio. O Corpo da Pátria. *Op.cit.*, p. 150.

Rio Grande do Sul como a "correia de transmissão" das turbulências platinas para o coração do Império, retomando uma ideia sugerida superficialmente por Pandiá Calógeras.³⁶⁹

Um dos maiores estudiosos sobre o assunto, contudo, é o historiador Cesar Augusto Barcellos Guazzelli, que dedicou sua tese de doutorado ao tema.³⁷⁰ Sua obra joga luz na atuação de nomes como Bento Gonçalves e Bento Manoel no cenário platino desde as primeiras intervenções joaninas na Banda Oriental, na década de 1810. Segundo ele, a Farroupilha misturou sentimentos de "nostalgia", "crise" e "identidade" que permeavam essa elite de estancieiros rio-grandenses, que haviam lutado com o Império para a conquista e domínio da Cisplatina e, a partir de 1828, sofriam pesadas perdas econômicas decorrentes do surgimento do Uruguai independente. Retomando o conceito de Chiaramonte, Guazzelli interpreta o Rio Grande do Sul como mais uma "região-província" platina, mais ligada aos projetos federalistas de Artigas, Lavalleja e Rivera (todos próximos a Bento Gonçalves e Bento Manoel) do que à estrutura de Estado-nação imperial construída a partir do Rio de Janeiro.³⁷¹

Após a Guerra Cisplatina, o Império impôs uma política aduaneira que privilegiava a carne importada do Uruguai e de charqueadores do litoral do Rio Grande do Sul aos produtos vendidos por estancieiros da fronteira com a Banda Oriental, que acabavam contrabandeando bovinos em pé uruguaios para compensar as perdas.³⁷² No início da década de 1830, esses estancieiros gaúchos eram mais próximos de Lavalleja, por temor da ligação de Rivera com índios charruas do distrito de *Bella Unión*, na divisacom a província rio-grandense. Lavalleja, inclusive, reside temporariamente Porto Alegre e mantém contatos com Oribe e Rosas. A República Rio-Grandense, portanto, já nasce dependente de Montevideú, cujo porto representava importante via alternativa de escoamento da produção, além de constantemente receber suprimentos militares e materiais do Estado oriental.

³⁶⁹ FERREIRA. *Op.cit.*, p. 75.

³⁷⁰ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata*. Porto Alegre: Linus, 2013.

³⁷¹ Cf. nota 352.

³⁷² A respeito da proibição e o conflito de interesses na província do RS entre charqueadores e estancieiros cf. MIRANDA, Marcia Eckert. *A Estalagem e o Império: crise do Antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Paedro (1808-1831)*. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Capinas: IE/UNICAMP, 2006. (Especialmente o Cap. 5); VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2013.

Contudo, conforme a rebelião se desenvolve em revolução separatista, os farroupilhas manterão aliança secreta com Rivera³⁷³, que consegue retornar ao poder no Uruguai em 1838 e expulsar Oribe para Buenos Aires.³⁷⁴ Pouco antes de cair, Oribe já buscava manter certo distanciamento da República de Piratini, a fim de não se indispor com o Império e tornar seu governo viável – o comércio com os farrapos também era secreto. No mesmo sentido, a fim de buscar reconhecimento internacional do novo Estado, os farrapos enviam o antigo diplomata do Império, Antônio Manuel Correia da Câmara, ao Paraguai, EntreRios e Corrientes. Apesar dos laços comerciais e das relações amistosas, especialmente em relação a EntreRios, não houve o reconhecimento formal da república por nenhum ator platino. Quanto a Rosas, os primeiros contatos feitos pelos farrapos datam ainda de 1836, mas as negociações também não foram adiante.

Até 1840, as relações do Império com o governo oriental eram conflituosas, porém nada que se desencaminhasse para uma oposição aberta. Acima de tudo, o Brasil interpretava que era preciso manter a neutralidade ante a guerra civil entre Rivera e Oribe. Naquele momento, sabia-se que os farrapos se valiam das fronteiras mal vigiadas com o Uruguai, a fim de fortalecerem a república separatista, mas não se imaginava que eles contavam com a ajuda oficial do Estado oriental. Até então, os seguidos gabinetes que chegavam ao poder no Rio de Janeiro interpretavam a Farroupilha como mais uma rebelião regencial, tanto que o tema estava a cargo do ministro da Justiça, e não do ministro dos Negócios Estrangeiros. Não havia, portanto, maiores contrastes entre os discursos de saquaremas e de liberais com relação às implicações de política externa da revolta. Aos chanceleres do período cabia a tarefa de fiscalizar os possíveis transbordamentos da revolução no Prata e eventuais perigos à política de neutralidade, que deveria ser mantida. Essa posição é manifestada na declaração de Antônio Peregrino Maciel Monteiro, ministro dos Estrangeiros na regência de Araújo Lima, à Câmara dos Deputados, em maio de 1838.

³⁷³ Aliança secreta selada pelo Tratado de Cangué de 21 de agosto de 1838, pelo qual houve reconhecimento mútuo dos Estados

³⁷⁴ Antes de retornar ao Uruguai, a perseguição do presidente Oribe faz Rivera refugiar-se temporariamente na cidade de Rio Grande, então dominada por tropas legalistas. O refúgio faz o Império ser cobrado sobre sua neutralidade pelo governo oriental. "Em todas as perturbações ocorridas na Republica do Estado Oriental tem o Governo Imperial, fiel aos principios de huma Policia franca e leal, guardado a mais estricta neutralidade, principalmente na ultima sedição, promovida em Julho de 1836 pelo General D. Fructuoso Rivera. Derão-se logo ordens ao Presidente da Provincia de S. Pedro, para que fizesse desarmar o dito General, e seus sequazes, fazendo-os retirar para longe da fronteira, a fim de se tirar todo o motivo de queixa. Estas ordens tem sido por diversas vezes repetidas, e accrescentadas com recomendações mais amplas, e todas ellas tendentes a conservar essa neutralidade, e mesmo a desvancecer quaesquer suspeitas e desconfianças". Relatório da Repartição dos Negocios Estrangeiros apresentado á Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinaria em maio de 1837. p. 11.

Outro objecto da maior importancia e urgencia atrahio com particularidade a attenção do Governo; e vem a ser o estado das nossas fronteiras. Pelo que respeita ao lado do Sul do Imperio, com quanto a serie não interrompida das funestas agitações, de que tem sido theatro o Estado Cisplatino, e tambem as perturbações, que tem ensanguentado a interessante Provincia de S. Pedro, tenham originado graves embaraços ás Autoridades legitimas do Imperio, e daquella Republica; todavia eu tenho a viva satisfação de participar-vos que as medidas adoptadas pelos dous respectivos Governos, tendentes a estabelecer reciprocamente o systema da mais rigorosa neutralidade, não só tem removido tão desagradaveis dificuldades, senão tambem tem collocado no pé o mais vantajoso as relações de bôa visinhança e harmonia subsistentes entre o Governo de S.M. o Imperador do Brasil, e o da Republica Oriental do Uruguay.³⁷⁵

Diagnóstico semelhante foi feito por Caetano Lopes Gama, dois anos depois, no mesmo foro.³⁷⁶ Contudo, a partir do momento em que os tratados e alianças do governo oriental com os farrapos se tornaram públicos, a Corte do Rio de Janeiro sairá da inércia e buscará, pela primeira vez, adotar um posicionamento aberto no Prata. Em 1842, Rivera organiza a chamada "Reunião de Paysandú", que contou com a participação dos líderes das províncias de Santa Fé (Juan Pablo López), EntreRios (José Maria Paz) e Corrientes (Ferré), e envia suas deliberações a Bento Gonçalves e ao presidente do Paraguai, Carlos López. Para o Império, naquele momento liderado pelo gabinete saquarema de 23 de março, era clara a tentativa de Rivera de recriar o "quadrilátero de Artigas", também conhecido como "Uruguay Grande".

Diante da proeminência do líder colorado, Rosas determina que seu ministro plenipotenciário na Corte, Tomás Guido, procurasse estabelecer com o então chanceler, Honório Hermeto, as bases para um futuro tratado de aliança defensiva. Para o governante de Buenos Aires, que naquele momento ainda enfrentava intervenções e bloqueios navais da Inglaterra em razão da política argentina de fechamento dos rios e de protecionismo comercial, a parceria com o Brasil representaria um apoio na luta contra Rivera e Lavalle, aliado dos *colorados* e líder dos *unitários*. Já para o Império, a aliança seria um meio de derrotar definitivamente a Farroupilha e garantir a integridade territorial do país.

³⁷⁵ Relatório da Repartição dos Negocios Estrangeiros apresentado á Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinaria em maio de 1838. p. 9.

³⁷⁶ "A face dos negocios no Rio da Prata determinou-me a pedir explicações aos tres Governos nelles implicados, e dei alguns outros passos essenciaes á nossa segurança. Desses diversos Governos recebeo o Gabinete Imperial respostas, que bem provão a justiça por elles feita ao systema da estricta neutralidade por nós adoptado, e nos dão lugar a esperar com confiança, que ella será igualmente respeitada pelos belligerantes". Relatório Repartição dos Negocios Estrangeiros apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinaria em maio de 1840. p. 7.

Dessa forma, Guido e Honório assinam o tratado de aliança defensiva em 1843 e o Império chega até a ratificá-lo, na pressa para encerrar as confusões platinas e concluir um futuro tratado definitivo de paz regional. Contudo, assim que os instrumentos da convenção chegam a Buenos Aires, Rosas decide não o ratificar. O motivo? Rivera já havia sido derrotado pelas tropas de Oribe em Arroyo Grande, em dezembro de 1842, e recolheria suas tropas para dentro de Montevideú (a "Tróia americana", na visão dos colorados). Além disso, o bloqueio inglês já havia sido parcialmente levantado, fortalecendo a posição rosista no Prata. O unitário Lavalle, por seu turno, morrera na batalha de Jujuy, em dezembro de 1841.

Se, por um lado, a derrota parcial de Rivera enfraqueceria o poder da República de Piratini, por outro, ela representava um humilhante episódio para Honório e para todo o gabinete saquarema, àquela altura às voltas com a polêmica da anistia aos rebeldes liberais de 1842. Para a nova política externa do Império, Rosas definitivamente não era mais digno de confiança e precisaria ser contido. É neste momento que, segundo Amado Cervo, os saquaremas tentarão flexibilizar lentamente a neutralidade a partir de alianças regionais com os pequenos atores do continente americano, como Bolívia e Venezuela.³⁷⁷ Mas o principal seria o Paraguai, que, também em 1843, declararia publicamente sua independência, a fim de garantir sua soberania frente a Buenos Aires. Prevendo ser mais interessante apoiar-se no Império do que sobre a ainda frágil república farroupilha, o presidente paraguaio Carlos Antônio López não só não reconhece formalmente a República de Piratini, como também informa à Corte fluminense as investidas dos rio-grandenses de maior projeção regional.

Para Honório, era mais interessante relatar este episódio do que revelar a humilhante recusa de Rosas a um tratado bilateral de aliança. No dia 15 de maio de 1843, o líder saquarema narra orgulhosamente aos deputados a aproximação com o Paraguai:

Ainda menos felizes forão os rebeldes do Rio Grande do Sul, que lá mandarão um ministro plenipotenciario; pois que o governo do Paraguay, sem querer entrar no exame de capacidade ou possibilidade politica da intitulada republica do Rio Grande, insinuou ao enviado que os subditos brasileiros, sem distincção de suas opiniões, acharão hospitalidade nos portos de commercio designados provisoriamente pelo soberano congresso geral da republica, e manifestou-lhe a base adoptada para com suas especulações mercantis aos pontos de Itapúa e Pilar (...) O governo imperial á vista da informações colhidas das peças officiaes já mencionadas, e das que se propõe a colher pelos meios licitos que estiverem á sua disposição, procederá com toda a

³⁷⁷ CERVO. *Op.cit.*, p. 112.

circunspeção nas medidas que houver de tomar sobre as futuras relações do Brasil com um povo confinante, lisonjeando-se de que a tendência mais comunicativa que elle apresenta, e os principios de moderação e justiça que proclama, são de bom agouro para todos os seus vizinhos.³⁷⁸

Não tardaria para que Paulino, breve sucessor de Honório no ministério dos Estrangeiros, enviasse a missão chefiada por Pimenta Bueno, futuro marquês de São Vicente, para reconhecimento oficial da independência do Paraguai, formalizada em 1844. Interessante salientar que, nas instruções a Pimenta Bueno, Paulino torna clara sua concepção de superioridade do Império no seio da América do Sul, afirmando que "os americanos de raça espanhola herdaram de seus avós um certo grau de aversão aos descendentes da raça portuguesa, pelo que, em geral, não nos veem com bons olhos". Segundo o ministro, isso se explicaria pelo "ciúme que lhes inspira a grandeza de nosso território, a excelência da nossa posição geográfica, a maior consideração que nos dá a Europa, a nossa maior riqueza, e abundância de recursos, a maior prosperidade e tranquilidade de que temos gozado", dentre outros elementos típicos do nascente excepcionalismo saquarema.³⁷⁹

Com relação as tropas sitiadas de Rivera em Montevideú, na impossibilidade de apoiá-la, por conta de suas conexões com os farrapos, e em razão da ajuda externa cedida pela Inglaterra e pela França, o Império resolveu retornar à neutralidade estrita. A estratégia para derrotar a Farroupilha, na visão do gabinete saquarema, deveria ser a mesma empregada nas demais revoltas regenciais. Pouco antes do humilhante episódio do tratado com Rosas, em 1843, Honório nomeia formalmente Luis Alves de Lima e Silva, feito Conde de Caxias, como presidente do Rio Grande do Sul. Nas instruções levadas por Caxias, ainda havia a orientação desatualizada para derrotar Rivera e a República de Piratini por meio de uma aliança com Oribe. Já no novo cenário, o líder dos *colorados* vê-se fragilizado e chega a oferecer-se como mediador entre o Império e os farroupilhas, além de pedir auxílio material para a luta contra Oribe. Sem surpresas, o Império nega socorro, alegando a neutralidade³⁸⁰, amparando-se nas recomendações do Conselho de Estado.

³⁷⁸ Relatório da Repartição dos Negocios Estrangeiros apresentado á Assembléa Geral Legislativa na 2a sessão ordinaria da 5a legislatura em 15 de maio de 1843.

³⁷⁹ *Apud.* FERREIRA. *Op.cit.*, p. 86. Cf também VERANO CORDEIRO DA SILVA, Pedro Henrique. O Conselho de Estado e a Missão Pimenta Bueno ao Paraguai: formação de tendências de política externa no Brasil Império. *Meridiano 47: Journal of Global Studies*. [S.l.], apr. 2014, v. 15, n. 143, p. 11-18. ISSN 1518-1219. Disponível em <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/10266/8075>>. Acessado em 17 fev. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.20889/10266>.

³⁸⁰ Essa neutralidade, contudo, será constantemente testada e gerará abalos e crises diplomáticas. No início de 1843, o novo encarregado de negócios do Império em Montevideú, João Luis Cansanção de Sinimbu,

Sem o apoio logístico e material de Rivera, a República de Piratini sofre pesadas derrotas militares para as tropas legalistas de Caxias. Este, por sua vez, para encurtar a batalha, oferece anistia aos envolvidos na revolução e a concessão de grande parte dos privilégios alfandegários reclamados pelos estancieiros rio-grandenses em 1835. Em 1º de março de 1845, Caxias e os farroupilhas concluem o acordo de paz de Poncho Verde, com uma série de medidas benéficas à província do Rio Grande do Sul, como a tarifa nacional de 25% sobre o charque oriundo do Prata. Além disso, apesar de o tratado prever a liberdade para escravos que lutassem nos dois lados da guerra, o dispositivo era quase letra morta, uma vez que a maior parte da população cativa já ter morrido em combate, mormente na infame batalha de Porongos, em novembro de 1844, quando fileiras de combatentes negros foram posicionadas propositalmente na linha de frente, sendo exterminadas em minutos. Por fim, o texto também indicava a aliança Oribe-Rosas como a maior ameaça à integridade do Império. Para Guazzelli o acordo de paz de Ponche Verde demonstra que, ao fim e ao cabo, a motivação primordial dos líderes de 1835 não era o separatismo, nem o republicanismo, mas simplesmente o reajuste negociado da inserção do Rio Grande do Sul no projeto de Estado-nação imperial.³⁸¹

4.3 As implicações platinas da missão Abrantes e o fim do tráfico de escravos

A difícil vitória do Império sobre a Farroupilha obviamente não foi o suficiente para solucionar os imbróglis do Prata. Eliane Zabiela³⁸² aponta que, mesmo com o fim da República de Piratini, os súditos do Império nesta província enviavam constantes queixas ao Rio de Janeiro, dando conta de que as tropas de Manuel Oribe, que se espalhavam pelo interior

comunica que não reconhecerá o bloqueio de Rosas e Oribe sobre a capital uruguaia. De Buenos Aires, o representante brasileiro, Duarte da Ponte Ribeiro, teve de ouvir pesadas queixas e defender parcialmente a medida adotada pelo colega, ainda que ela ferisse a posição tradicional do Brasil nos assuntos do Prata. Apenas em setembro do mesmo ano, Paulino desautoriza Sinimbu e retorna o Império à neutralidade, salientando novamente o caráter instável e desmoralizado das repúblicas de origem espanhola". *Apud* GUAZZELLI. *Op.cit.*, p. 230.

³⁸¹ "Ou seja, importavam menos os eventuais ideais republicanos e federalistas, desde que os interesses do Rio Grande fossem atendidos nos anseios privados dos seus caudilhos. Os senhores da fronteira estavam sempre preparados para a 'guerra pela Pátria', desde que a referida Pátria reconhecesse seus domínios, econômica e politicamente. Legitimadas as principais reivindicações dos farrapos, reconstituía-se o poder local dos estancieiros-comandantes, e, até o final do século XIX, estes senhores da guerra estariam envolvidos em todos os conflitos da bacia do Prata". *Ibidem*, p. 238.

³⁸² ZABIELA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os tratados de 1851 de comércio e navegação, de extradição e de limites*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2002.

da Banda Oriental, confiscavam propriedades de brasileiros, roubavam seu gado e se negavam a devolver escravos fugidos para além da fronteira.³⁸³

Por conta da antiga Cisplatina e de valores baixos da terra, o plenipotenciário uruguaio na Corte fluminense, Andrés Lamas, estimava que cerca de 30% do território oriental estivesse em mãos de brasileiros em 1850.³⁸⁴ No censo realizado no final de 1852, percebeu-se que os vazios demográficos na campanha uruguaia, especialmente ao Norte e Noroeste, eram ocupados por brasileiros. Dos 15.630 habitantes do Departamento de Salto, por exemplo, cerca de 60% eram súditos do Império, que detinham 238 dos 504 estabelecimentos rurais, ou 290 mil das 540 mil cabeças de gado da região.³⁸⁵

Em meio à guerra civil uruguaia, muitos dos brasileiros que lá residiam relatavam ao Rio de Janeiro que eram forçados ao serviço militar obrigatório pelas tropas de Oribe. A questão chegou ao ponto de, na Seção dos Assuntos Estrangeiros do Conselho de Estado, Caetano Maria Lopes Gama criticar o representante do Império em Montevidéu, que imprudentemente "passou a matricular (conceder nacionalidade) não só brasileiros, mas também orientais que assim pretendiam livrar-se do referido serviço".³⁸⁶

Numa região de nacionalismos e identidades cambiantes e ainda em formação, a Ordem da Corte fluminense era evitar ao máximo que instabilidades chegassem por meio das "correias de transmissão" e agitassem novamente o Rio Grande do Sul. De acordo com Amado Cervo, a queda do gabinete saquarema em fevereiro de 1844 – provocada pela intransigência e prepotência de Honório –, teve como consequência a busca por uma política platina em sintonia com os desígnios da Europa.³⁸⁷ Se a gestão de Paulino entendia que o Império deveria apoiar a independência de pequenos Estados como forma de contenção de Rosas, a atuação de Ernesto Ferreira França – primeiro chanceler do "Quinquênio Liberal" – sondará a Inglaterra e a França sobre eventuais possibilidades para uma solução conjunta das questões platinas, incluindo até uma intervenção anglo-francesa contra Rosas, auxiliada regionalmente pelo Brasil.

³⁸³ O Uruguai abolira a escravidão em 1842.

³⁸⁴ *Apud*. ZABIELA. *Op. cit.*, p. 24.

³⁸⁵ *Ibidem*, p. 31. A respeito dos brasileiros no Norte do Uruguai cf. MENEGAT, Carla. “*Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha*”: atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai (ca. 1845-1865). Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2015.

³⁸⁶ Parecer de 1849. IN. *O Conselho do Estado e a política exterior do Brasil: consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros (1849-1853)*. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 1981, p. 95.

³⁸⁷ CERVO. *Op. cit.*, p. 112.

No dia 4 julho de 1844, Ferreira França exporia no Conselho de Estado algumas indagações sobre a posição de neutralidade e possíveis saídas para o impasse do Prata. Sua atitude fora motivada pela pressão exercida por Rosas, que demandava ao Império negar passaportes ao general José Maria Paz para fugir de Montevideu para Corrientes por uma rota que passava pelo Rio Grande do Sul. Diante dos pedidos para que a neutralidade fosse mantida, Ferreira França apresenta, entre outras, as seguintes indagações: Tem o Brasil direito de intervir?; Tem o Brasil obrigação de intervir?; Não há perigo na entrada de Oribe na Praça de Montevideu e dominação no Estado Oriental?; É útil intervir ativamente?; Guardada atualmente a neutralidade, quais devem ser os passos diplomáticos que o Gabinete Imperial deve dar no Rio da Prata e na Europa?³⁸⁸

Em agosto, o consenso formado entre os conselheiros apontava para a recusa dos passaportes a Paz. Além disso, Ferreira França direcionou a política externa no sentido de que uma solução para o Prata passaria, necessariamente, por uma ação conjunta entre Brasil, Inglaterra e França. Para colocar essa tarefa, o Império encarregou um expoente saquarema, Miguel Calmon du Pin e Almeida – já feito visconde de Abrantes – em razão de suas conexões com as principais Casas reais europeias. Também em agosto de 1844, Abrantes parte em direção a Londres, instruído por Ferreira França de que o plenipotenciário deveria "conhecer completamente quaes são as vistas dos Gabinetes de Londres e Paris, relativamente á essas Republicas do Rio da Prata e a do Paraguay", sendo lembrado também de que o Império não "prescinde" das independências do Uruguai e Paraguai.³⁸⁹

Ainda que arquitetada por um gabinete liberal, a atuação internacional de Abrantes reflete a consolidação dos princípios saquaremas de "manutenção da Ordem e difusão da Civilização", uma vez que, em seus documentos, agentes imperiais enxergavam-se como parte da civilização monárquica europeia, que tinha por missão "pacificar" regiões turbulentas e instáveis como o Prata. Logo em seu primeiro ofício reservado, de novembro de 1844, Abrantes narra ao ministro dos Estrangeiros a entrevista que teve com o primeiro-ministro

³⁸⁸ Ata de 4 de julho de 1844. IN. ACE, v..III, p. 38. Conforme expõe José Murilo de Carvalho, as atas do Conselho de Estado são extremamente valiosas por evidenciar as opiniões pragmáticas de membros da elite política imperial, destituídas de elementos de discurso retórico que pudessem encaixá-las no espectro político daquele período, ainda que houvesse uma natural influência partidária nos votos e pareceres dos conselheiros. CARVALHO. *Op.cit.*, p. 355.

³⁸⁹ Instrução de Ferreira França a Abrantes, 23/08/1844. IN. ABRANTES, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Marquês de. *A missão especial do Visconde de Abrantes de outubro de 1844 a outubro de 1846*. Rio de Janeiro: Emp. Typ. - Dous de Dezembro - de P. de Brito, 1853. Tomo I, p. IX.

Lord Aberdeen. Ao final da prosa, ao ser questionado sobre o que aconteceria se Rosas sucumbisse a uma doença, Abrantes responde:

Se succumbir á esta [enfermidade], accudi eu, mudar-se-ha a face dos negocios no Rio da Prata; que tal deve ser o resultado de um governo pessoal, como o de Buenos-Ayres. Sem duvida, continuou S. Ex., e a anarchia devastará aquelles paizes. Continuará a devastar, repliquei-lhe, porque ha muitos annos que os devasta, e os vai barbarizando completamente; tanto assim, que se os governos regulares, que sustentam a causa da civilisação, lhes não accudirem, parece-me que voltarão ao estado em que se achavam antes da descoberta da America; e conclui, que tinha por evidente, que ao governo britanico, civilisador como era, não podia convir, que um tão deploravel estado continuasse por mais tempo. Nem tão pouco ao do Brasil, interrompeo-me S.Ex. De certo, continuei, que longe de convir ao governo imperial, está elle disposto a contribuir com os meios ao seu alcance, como visinho, e interessado na prosperidade da America, para que cesse o mesmo estado. E despedimo-nos.³⁹⁰

Apesar da satisfação de Abrantes ao ver o Império ser alçado ao rol de nações de cunho "civilisador", os trabalhos futuros de sua missão revelarão o interesse que tinha Aberdeen ao emitir aquela frase. Nas entrevistas seguintes com o líder britânico, fica clara a estratégia da Inglaterra de condicionar uma eventual intervenção no Prata à conclusão dos novos tratados bilaterais de comércio e de coerção do tráfico de escravos, que haviam expirado naquele mesmo ano. A política soberanista do gabinete saquarema, herdada pelo sucessor liberal, era a de que o Brasil não deveria mais vincular-se a convenções desfavoráveis que minassem seu poder econômico, tal qual fizera o reinado de D. Pedro I. Dessa forma, ao longo das conversas, Abrantes passa do entusiasmo ao ceticismo. Pouco antes de ir para a França, escreve ao Rio de Janeiro:

Com esta resposta de Lord Aberdeen acha-se preenchida a comissão de que fui encarregado nesta côrte; e posto que não possa, antes de entender-me com o governo francez, interpôr juizo seguro sobre a verdadeira intenção do gabinete inglez na cooperação condicional que nos promete; todavia, com alguns dados que já tenho posso aventurar o seguinte. Parece-me que Lord Aberdeen está inclinado a vender-nos uma cooperação que lhe convém dar-nos: assim que, não duvidando que Mr. Hamilton procure ahi, por modo peremptorio e altivo, extorquir-nos alguma concessão a respeito do tratado de alliança que propôz, ou da renovação do convenio sobre a repressão do trafico, tenho para mim, que, quando mesmo nada obtenha, virá por fim a entender-se connosco.³⁹¹

³⁹⁰ N.1 (reservado), IN. ABRANTES. *Op.cit.*, p. 5.

³⁹¹ N.10 (reservado), 28/11/1844. IN. *Ibidem*, p. 24.

As negociações também não tiveram melhor sorte do outro lado do canal da Mancha. Ainda nas conversas iniciais com François Guizot, em dezembro de 1844, Abrantes ouviu do ilustre primeiro-ministro que nem a França, nem a Inglaterra, se empenhariam em uma guerra continental na América; o aceitável para essas potências, segundo Guizot, seria enviar forças navais que auxiliassem as forças terrestres do Brasil contra Rosas. Ou seja, o menor esforço possível de guerra. Sobre isso comentou Abrantes, na antevéspera de natal, em carta ao ministro dos Estrangeiros:

(...) agora, quanto a mim tornava-se muito mais grave pelo que acabava de ouvir-lhe: que a intervenção armada, se fosse tentada pelos tres governos em commum, parecia-me que devia ser levada a effeito por elles tambem em commum, quaesquer que fossem os meios para isso precisos, inclusive o da guerra por terra quando Rosas se obstinasse: que e os governos da França e da Inglaterra se recusassem a obrar juntamente com o do Brasil, no caso de emprego de força em terra, talvez o gabinete imperial não se prestasse a provocar em commum uma luta que depois tivesse de pesar sobre elle somente, não sendo impossivel que n'um bom dia os governos francez e inglez recolhessem as suas esquadras á Europa, e deixassem só o Brasil para ser victima dos ressentimentos que a intervenção estrangeira deve gerar no Rio da Prata: que a nossa posição como paiz americano, rodeado de republicas ou estados naturalmente oppostos á forma de governo que felizmente tinhamos, obrigava o gabinete imperial a ser mui circumspecto no seu modo de obrar á respeito da questão pendente.³⁹²

Em suma, no que tange às questões platinas, a missão Abrantes não atingiu os objetivos premeditados por Ernesto Ferreira França. A Inglaterra, mais preocupada em arrancar do Brasil novo tratado de preferência comercial e reafirmar o compromisso com a coibição do tráfico, não demonstrou vontade política de cooperar. Já a França, potência europeia que ainda buscava expandir cautelosamente sua presença na América Latina – sem confronto aberto com Londres –, não desejava nem precisava aliar-se a um dos atores do Prata para que seus interesses sejam garantidos, qual seja, o livre comércio e livre navegação no estuário, com a manutenção da praça de Montevidéu. Antes de partir para Berlim, onde cuidaria de observar e aprender políticas para o sistema prisional, o marquês de Abrantes enviou ao Rio de Janeiro seu parecer final sobre a possibilidade de uma intervenção conjunta dos três países contra Rosas, rebaixando o otimismo anterior de que o denominador comum do sistema civilizatório monárquico favorecia uma possível aliança intervencionista no Prata:

³⁹² N.13, 23/12.1844. *Ibidem*, p. 32-33.

Nenhum destes governos romperá lanças na America a favor do Brasil: a economia de sangue e dinheiro entra hoje por muito no calculo dos parlamentos, e tambem no das dynastias. Entretanto creio, que o gabinete francez, emquanto nelle influir o poder real, e mesmo o inglez emquanto fór do principio Tory, não deixarão de sympatisar com a consolidação da monarchia no Brasil, propendendo talvez, em quaesquer conflictos e occurrencias politicas, mais para o nosso lado, que para o da republicas que nos rodeiam. Digo emquanto fór Tory o gabinete inglez, porque, pelo que ouvi a pessoas entendidas, e em contacto com a alta administração Britanica, para Lord Palmerson, e os do seu credo tanto importa á Inglaterra, que o Brasil seja imperio, como republica. Estou pois convencido, que o governo imperial, no caso de contestação ou luta com os estados visinhos, apenas, pode contar com certos bons officios da parte destes governo, não esperando delles outro apoio que não seja o puramente moral.³⁹³

O fracasso da missão causaria efeitos negativos ao Brasil e ao Prata já nos meses seguintes. Em meados de 1845, Inglaterra e França decidem intervir sem a participação do Império na contenda platina, sustentando, militar e financeiramente, os colorados em Montevideú e bloqueando o porto de Buenos Aires, além de forçar passagem pelos rios interiores, a fim de comercializar os seus produtos manufaturados à margem da jurisdição portenha. Gabriela Ferreira explica que parte da historiografia entende que a ação foi elaborada, em verdade, a partir de informações estratégicas repassadas por Abrantes na Europa, ainda que a diplomacia imperial não tenha sido comunicada sobre a intervenção.³⁹⁴ Embora a presença europeia na região vá perdurar por mais quatro anos, seus ganhos econômicos e comerciais foram aquém do esperado, muito devido ao fato de a intervenção instigar sentimentos patrióticos e anti-imperialistas que fortaleceram Rosas.

Para o Brasil, pior do que a intervenção anglo-francesa foi a divulgação, na imprensa europeia, das gestões de Abrantes em Londres e em Paris, além de um extenso *memorandum* entregue por ele a Aberdeen e a Guizot, onde ficava nítida a opinião brasileira de que Rosas e Oribe pretendiam reintegrar a Banda Oriental e o Paraguai à Confederação Argentina, restaurando o território do antigo Vice-Reinado.³⁹⁵ A minoritária oposição saquarema,

³⁹³ N.19, 06/02/1845. *Ibidem*, p. 56-57.

³⁹⁴ FERREIRA. *Op.cit.*, 107.

³⁹⁵ "A nenhum governo em relações com o do general Rosas pôde seguramente desconhecer quanto este chefe aspira a submeter ao jugo de Buenos-Ayres, pelos laços de uma federação nominal, as provincias que formavão o antigo vice-reinado hespanhol conhecido debaixo deste nome, compreendidas as de Montevideó e do Paraguay. A guerra civil entre Rivera e Oribe, a emigração deste para Buenos Ayres, o acolhimento que nelle recebeu, seu emprego como general ao serviço de Rosas contra Lavalle e Ribera, finalmente a invasão do Uruguay, o sitio e o bloqueio de Montevideó, são factos que comprovão as vistas indicadas. Oribe, lugar tenente de Rosas, uma vez collocado na presidencia do Uruguay, governando á imitação do chefe a quem é devedor de sua restauraçõ, pôde, respeitando ao mesmo tempo as apparencias legaes, submeter de facto o

principalmente Paulino e Honório, acusarões gabinetes liberais de investirem verbas e esforços humanos em uma missão vista por eles como inútil, uma vez que a má relação do Brasil com a Inglaterra por conta do tráfico e dos polêmicos acordos comerciais obviamente impediriam qualquer cooperação. Mais ainda, *colorados* de Montevideú passaram a enxergar o Brasil como potencial aliado, enquanto Oribe e Rosas iniciaram uma campanha pública de acusações de que o Império estaria aliado ao imperialismo europeu.

A partir de 1846, portanto, deterioram-se substancialmente as relações do Império no Prata. Enquanto a Corte fluminense acusaria a Confederação Argentina de violar a Convenção Preliminar de 1828, ao tentar suprimir a independência uruguaia, Buenos Aires arrogará para si o título de protetor da soberania oriental e americana, pois estaria resistindo à intervenção anglo-francesas. Além disso, por meio do plenipotenciário portenho no Rio de Janeiro, Tomás Guido, Rosas fará pressão para que a diplomacia brasileira saísse da neutralidade e ajudasse os argentinos a expulsar a presença europeia no Prata, alegando que a própria convenção de 1828 assim o determinava.³⁹⁶ Em novembro de 1846, Guido acusa ainda o visconde de Abrantes de não atentar para o papel americanista do governante argentino:

O visconde [de Abrantes] não tinha chegado a apreciar nem as provas luminosas do desprendimento do general Rosas nem sua política americana desenvolvida com rasgos colossaes contra a agressão estrangeira; e cuidando menos o plenipotenciario brasileiro da tradição e da exactidão que do empenho de formular suas invectivas contra um governo amigo, não quíz ver na guerra actual um sacrificio sem reserva do governo argentino á independencia da Republica do Uruguay.³⁹⁷

Apesar das complicações platinas – principalmente o contrabando de gado e fuga de escravos pela fronteira rio-grandense, além de expropriações de terras de brasileiros em territórios dominados por Oribe –, a maior preocupação da política exterior do Império, a

Uruguay, ou ainda, mudando suas instituições, uni-lo de direito á Confederação Argentina". Memorandum. ABRANTES. *Op. cit.*, p. 9. Através de uma linguagem técnica e pragmática, o *memorandum* de Abrantes guiaria a política externa brasileira para o Prata até a deposição de Rosas, em 1852.

³⁹⁶ "O governo argentino, considerando que o art. 3 da Convenção preliminar impõe obrigações communs á Confederação ao Imperio, ordenou ao abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Republica, manifestasse ao governo de S.M. o Imperador que, atacada como se disse, a independencia e integridade da Republica do Uruguay, a neutralidade do Brazil seria inconsistente com a condição que se impôs no referido art. 3 para defender, em commum com a Confederação, essa independencia que ambos os governos unica e conjuntamente garantirão. Espera em consequencia o governo argentino que o de S.M.I. solicite dos Srs. ministros de Inglaterra e França a desocupação immediata dos pontos dominados pelas suas respectivas forças e por seus aliados". Nota de Tomás Guido ao barão de Cairu, 19/04/1846. IN. Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado á Assembléa Geral Legislativa na 4a sessão ordinaria da 6a legislatura em 5 de maio de 1847. p. A-1.

³⁹⁷ Nota 4-d Tomás Guido a Ernesto Ferreira França, 22/11/1846. *Ibidem*, p. A-9.

partir da segunda metade da década de 1840, e evidente pelo espaço que os relatórios anuais lhe dedicavam, é a questão do tráfico atlântico. Tâmis Parron conta que, a partir da ascensão do Regresso como base parlamentar, em 1835, o que era um "contrabando residual" de escravos africanos para o Brasil torna-se um "contrabando sistêmico", constituindo uma racional "política da escravidão". Se, entre 1831-1834, ingressaram no Brasil cerca de 40 mil escravos, no lustro seguinte, a taxa já subirá para impressionantes 270 mil. Ao todo, de 1835-1850, estima-se em quase 800 mil negros africanos trazidos ilegalmente à luz da lei de 1831.³⁹⁸ Entre apelos por "vista grossa" por parte das autoridades e pressões pela revogação legislação antitráfico, deputados regressistas representavam fielmente não só os interesses da classe senhorial cafeeicultora do Vale do Paraíba, também em ascensão na década de 1830, mas também os de todos os proprietários que empregavam seus escravos na produção.

A pressão pró-tráfico no Parlamento crescia a cada ano: regressistas tendiam a votar majoritariamente contra leis que o coibissem, enquanto a oposição liberal mantinha posição dúbia e hesitante. Em 1837, pouco antes da queda de Feijó, o marquês de Barbacena apresenta um projeto de lei que revogava simplesmente a norma de 1831; após burburinho e muita discussão, a proposta não andou. Mas ninguém melhor do que Bernardo Pereira de Vasconcelos, teórico do Regresso, para proferir um discurso no Senado, em 1843, afirmando categoricamente que a civilização imperial do Brasil estaria assentada e prosperava por conta da escravidão. Respondendo à provocação de Antônio Pedro da Costa Ferreira, barão de Pindaré, Vasconcelos diz não só que a abolição do tráfico traria "tendências barbarizadoras", mas também que a "África civiliza a América".³⁹⁹ No ano anterior, ele assina o anteprojeto de lei que regularia as terras no Brasil, inspirado no Plano Wakefield, da Austrália. Por este, metade da renda auferida com a venda de propriedades seria destinada à promoção da imigração de colonos livres. E, segundo recente livro de Beatriz Mamigonian, a intenção principal de Vasconcelos seria trazer "africanos livres", que substituiriam os cativos na lavoura, sem grandes alterações. De acordo com Mamigonian, a concepção de Império e civilização do líder do Regresso era a de manutenção dos privilégios e restrição da cidadania.⁴⁰⁰ Cabe lembrar, a título exemplificativo, que a Assembleia Provincial fluminense, bastião saquarema, também representaria à Câmara dos Deputados, em 1843, pedindo a revogação da lei de 1831.

³⁹⁸ PARRON, Tâmis. A política da escravidão. *Op.cit.*, p. 173.

³⁹⁹ Discurso no Senado, sessão de 25 de abril de 1843. IN. CARVALHO, José Murilo. *Op.cit.*, p. 268.

⁴⁰⁰ MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 212-213.

O contrabando massivo de cativos no início dos anos 1840 elevou a pressão inglesa sobre o Brasil pela renovação do tratado bilateral de 1826, que proibia o tráfico e se extinguiria em 1845, além do outro tratado de preferências comerciais que terminaria em 1842.⁴⁰¹ Conforme já explanado, foi essa pressão, inclusive, que anulou possíveis êxitos na missão Abrantes. A recusa do Brasil em ratificar nova convenção comercial e, ao mesmo tempo, aprovar a protecionista Tarifa Alves Branco, em meados 1844, levou Londres a instituir, no ano seguinte, o ato conhecido como *Bill Aberdeen*. Por ele, a Grã-Bretanha consideraria qualquer embarcação que trouxesse africanos como "pirata", seja em alto-mar, seja inclusive na costa brasileira. Segundo Mamigonian, a medida britânica teve como efeito inicial unir conservadores e liberais em prol da defesa da soberania do Brasil. Reunidos no Paço Imperial, em setembro de 1845, a maioria dos membros do Conselho de Estado recomenda que o Império protestasse veementemente contra os abusos britânicos, embora manifestasse o desejo de voltar às negociações em bases mais equânimes. Vasconcelos, obviamente, era a voz mais radical, defendendo que o ministério dos Estrangeiros "protestasse, e só protestasse".⁴⁰²

O Império sustentou o quanto pode a política recomendada pelo Conselho de Estado, a cabeça do Governo⁴⁰³, que ganhou ainda maior apoio quando, em setembro de 1848, chega ao poder o gabinete liderado por Araújo Lima, então visconde de Olinda. A historiografia é unânime em afirmar que este ministério representa o auge do poder saquarema, em alta por conta dos clamores de Ordem em meio à revolta da Praieira, em Pernambuco, e aos distúrbios platinos na fronteira com o Rio Grande do Sul. Se o Regresso arquitetou as instituições do Estado saquarema, este será o gabinete em que todo esse mecanismo centralizador e civilizatório será testado até o limite.⁴⁰⁴

⁴⁰¹ A respeito da escravidão e do contrabando de escravos para a região do Prata, cf. GRINBERG, Keila. Fronteiras, escravidão e liberdade no sul da América; ALADRÉN, Gabriel. *O tráfico atlântico de escravos e o complexo mercantil luso-brasileiro no Rio da Prata e no Rio Grande do Sul, 1776-1833*. Anais do 8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Porto Alegre: UFRGS, 24-27 maio 2017.

⁴⁰² "O Senhor Vasconcelos votou pelo protesto e somente pelo protesto revestido de todas as forças, que o Governo em sua sabedoria achar próprias para demonstrar a mais completa reprovação daquele atentado contra a Soberania das Nações e declarou, que não admitia as outras questões, por parecer-lhes inconciliável o protesto contra o insulto que acabávamos de experimentar, com a humilhação, que salta aos olhos, em corrermos para irmos propor medidas, sobre as quais não há razão para esperarmos que se obtenha algum outro acordo que não seja conforme com os ditames da força, perante quem nos curvamos". Ata de 16 de setembro de 1845. IN. ACE, v. III, p. 57.

⁴⁰³ MURILO. *Op. cit.*

⁴⁰⁴ A respeito da Praieira cf. CARVALHO, Marcus Joaquim M. de e CÂMARA, Bruno Augusto D. A insurreição praieira. *Almanack Brasiliense*. nov. 2008, n. 08, p. 5-38.

Em 1849, por discordâncias em relação à política a ser adotada com a Confederação Argentina, Olinda é substituído na chefia do ministério pelo saquarema histórico, José da Costa Carvalho, já visconde de Monte Alegre. Nessa troca, Paulino é alçado novamente à frente do ministério dos Negócios Estrangeiros e implementa uma política externa coerente não só em relação aos negócios do Prata, mas também a respeito do tráfico.

GABINETE SAQUAREMA DE OUTUBRO DE 1849

Ministério do Império	José da Costa Cavalho Marquês de Monte Alegre
Ministério da Fazenda	Joaquim José Rodrigues Torres
Ministério dos negócios Estrangeiros	Paulino José Soares de Sousa
Ministério da Justiça	Manuel Felizardo de Sousa e Melo
Ministério da Marinha	Manuel Vieira Tosta

Na visão de Paulino, a pendência do Brasil com a Inglaterra na questão escrava impedia-o de assumir uma postura mais ativa na bacia platina; portanto, um problema estaria em função do outro. Mesmo apontado como o cérebro do conservadorismo, o futuro visconde do Uruguai considerava a escravidão prejudicial ao caráter da sociedade brasileira no longo prazo; por isso, defendia que, desde o primeiro tratado de abolição ao tráfico, concluído com a Inglaterra, o Brasil deveria investir em uma lei que promovesse a imigração de braços livres para a lavoura e, ao mesmo tempo, conservasse a propriedade da terra – similar ao pensamento de Vasconcelos.⁴⁰⁵ No começo de 1850, enquanto a Inglaterra elevava o número de apreensões arbitrárias de embarcações brasileiras, Paulino expunha esse raciocínio na Câmara.

A questão do tráfico é, inquestionavelmente, uma das de maior transcendência, não só quanto às nossas relações internacionais, mas ainda quanto ao estado interno e futuro do país. (...) Na época da celebração daquela convenção [tratado de 1826 com a Inglaterra] e nas posteriores, teria sido indispensável empregar toda a atenção, toda a perseverança, todos os meios os mais valentes para trazer a um país essencialmente agrícola uma substituição equivalente aos braços, de que aquela convenção o privava. Não se tratou disso; é tarde, mas é menos tarde do que o será daqui a alguns anos. (...) Enquanto não for

⁴⁰⁵ Da extinção do sistema centenário das sesmarias, em 1822, até a aprovação da Lei de Terras, em 1850, o Império viveu um vácuo legal que instigou a ploriferação de posseiros e tomada de terras no interior, em áreas até então "devolutas". A respeito da lei de terras Cf. Nota 73e CARVALHO, José M. de. A política de terras: o veto dos barões. IN: *Ibidem*, *Op. cit.*

estabelecido em larga escala um sistema de colonização calculado de modo que supra os braços que forem faltando aos nossos estabelecimentos de lavoura, a fim de que nossa produção, em vez de retrogradar, ao menos se mantenha, quando não aumente, lutaremos sem vantagem com o tráfico de escravos. É por isso que todo o homem amigo do país deve fazer sinceros votos para que esta legislatura o dote o quanto antes de uma lei que satisfaça a mais urgente necessidade que hoje sente, e satisfeita a qual, o tráfico desapareceria por si mesmo, destruindo o interesse que o alenta.⁴⁰⁶

O auge da tensão ocorreu em junho de 1850, quando o brigue *Comorant* entrou em confronto com um forte na baía de Paranaguá, litoral Sul da província de São Paulo, tirando a vida de um marinheiro inglês. Logo nos dias seguintes, o Conselho de Estado reúne-se às pressas para decidir o que fazer dali para frente. A opinião majoritária, desta vez, era a de que não seria mais possível postergar a questão, levando os conselheiros a dar o aval para que o ministro da Justiça, Eusébio de Queiroz, elaborasse uma lei na Câmara que proibisse, definitivamente, o tráfico. Mesmo saquaremas históricos como o visconde de Abrantes⁴⁰⁷ e Honório Hermeto⁴⁰⁸ foram da opinião de que, antes de se negociar qualquer coisa com a Inglaterra, era preciso que o próprio Brasil extinguisse definitivamente o tráfico.

Em rápida tramitação, a "Lei Eusébio de Queiroz" é promulgada já a 4 de setembro de 1850. Duas semanas depois, é a vez de a Lei de Terras sair do papel, dispondo que todas as terras devolutas eram de propriedade do Império, sendo o acesso a elas apenas por meio da compra. Parte da renda arrecadada com essas vendas, por sua vez, seria destinada à promoção da imigração. Não à toa, a legislação fundiária complementou e compensou a norma antitráfico, uma vez que garantiu a manutenção dos latifúndios e a oferta de mão de obra barata à classe senhorial, base de sustentação saquarema.

⁴⁰⁶ Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado a Assembléa Geral Legislativa na 1ª sessão da 8ª legislatura. p. 14.

⁴⁰⁷ "O Conselheiro Visconde de Abrantes, dando o seu parecer sobre cada um dos quesitos, declarou quanto ao 1º [deve-se resistir?] que se a resistência pudesse ser oposta unicamente aos atentados do cruzeiro Inglês contra a Soberania do país, votaria por ela; porque ainda que fracos deveríamos por honra nossa afrontar todo o perigo, e empregar as armas, que tivéssemos contra os navios do mesmo cruzeiro, que se tem arrogado o direito de fazer a polícia dos nossos portos, apressar, e incendiar embarcações com o pavilhão Nacional, à vista, e ao alcance de nossas fortalezas. Mas que não nos sendo possível, nesta conjuntura, resistir a esses atentados, sem resistir igualmente à repressão do tráfico, por ser efeito inseparável de qualquer resistência agora oposta, votava contra, por que além de faltar-nos para isso a força material necessária, faltaria-nos absolutamente a força moral visto que nenhuma Nação culta, nem mesmo a melhor parte da brasileira simpatizaria com a luta, que travássemos, e que teria por fim, ao menos indiretamente a proteção do tráfico". Ata de 11 de julho de 1850. IN. ACE, vol. III, p. 112

⁴⁰⁸ "(...) e que no seu entender para que o Governo Imperial possa tratar sobre este objeto convenientemente é necessário que preliminarmente trate de reprimir o tráfico de uma maneira eficaz. No seu entender a repressão do tráfico é necessária, e é possível que seja completamente aniquilado, se o Governo munido de medidas Legislativas, que são precisas, se mostrar firme, e inexorável na repressão olhando somente para o futuro, e esquecendo o passado". *Ibidem*, p. 118.

Tâmis Parron, Beatriz Mamigonian e a quase totalidade da historiografia recente entende não ser um paradoxo que um gabinete saquarema fosse o responsável pelo fim do infame comércio, uma vez que eram exatamente eles que haviam criado as estruturas de coerção do Estado e mantinham contato direto com a lavoura. Além disso, conforme os estudos demográficos de Ricardo Salles apontam⁴⁰⁹, já havia uma tendência à reprodução natural de escravos no Vale do Paraíba, naquele momento, além do fato de que as fazendas cafeeiras estavam parcialmente satisfeitas com a imensa oferta de braços ocorrida nos anos anteriores. Conclui-se, portanto, que a decisão pelo fim definitivo do tráfico foi motivada principalmente pelo receio de um conflito aberto contra a Inglaterra e da desintegração do Império – não custa lembrar do perigoso precedente da primeira Guerra do Ópio, na China, oito anos antes. Desta vez, a "manutenção da Ordem" teve um preço: o fim do tráfico atlântico.

4.4 Da hesitação à intervenção

Livre da pendência com a Inglaterra, o gabinete saquarema pode concentrar sua atenção na questão Platina que, desde 1845, degradava-se progressivamente. Ao voltar à pasta dos Estrangeiros, em 1849, Paulino temia, principalmente que a desordem do Prata acabasse provocando a separação definitiva do Rio Grande do Sul. Em sua visão, súditos do Império passavam por situações "vexatórias" na Banda Oriental, crimes que ocorriam com a mesma impunidade que ele combatera menos de uma década antes, como ministro da Justiça.⁴¹⁰ Ações como as do rio-grandense barão de Jacuí – que invadia o Uruguai, cometia assassinatos e contrabandeava gado pela fronteira – eram interpretadas por Paulino sob um olhar paternalista e condescendente, como se aquela fosse uma atitude desesperada frente aos arbítrios de Oribe.⁴¹¹ Uma vez consolidado do Estado imperial, na dianteira de seus vizinhos

⁴⁰⁹ SALLES, Ricardo. E o Vale era escravo. *Op.cit.*, p. 59.

⁴¹⁰ "As correrias, roubos e assassinatos por vezes praticados no nosso território por partidas saídas do Oriental, e vice-versa, contribuíram para aumentar aquela irritação, e ainda mais pela impunidade que se seguia a esses crimes". Relatório da Repartição de Assuntos Estrangeiros apresentado na 2ª Sessão da 8ª Legislatura, em 10 de maio de 1850. p. V-VI.

⁴¹¹ "Se por um lado o governo imperial não podia aprovar o procedimento do barão que mandou desarmar, por outro, e principalmente no estado melindroso em que se achava a província do Rio Grande do Sul, nada mais devia fazer enquanto não tivéssemos segurança de que o general Oribe faria desaparecer violências e extorsões clamorosas que emanavam de suas ordens. De outro modo o governo imperial somente serviria para perseguir e castigar súditos do Império, os quais até então nenhuma proteção eficaz tinha nele encontrado em tais negócios. Punha uma condição mui razoável, a saber, que o general Oribe fizesse cessar essas extorsões e violências". Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado na 4ª Sessão da 8ª Legislatura, em 14 de maio de 1852. p. XVIII.

– ainda em guerras intestinas–, o chanceler saquarema acreditava que o Império deveria vir sob clamores de argentinos e uruguaios, no intuito de levá-los à civilização da Ordem– política da neutralidade seria levada até o limite. O fato de o Brasil ser uma monarquia consolidada, assentada na escravidão, em meio a repúblicas anárquicas, na opinião de Paulino, despertaria desconfianças e ciúmes entre seus vizinhos, algo já constatado pelo visconde de Abrantes, seu correligionário saquarema. O futuro visconde do Uruguai comenta o que disse ter sabido de uma reunião entre Rosas e seus assessores:

Na sala dos representantes, de onde não se levantava uma só voz que fosse de encontro aos desígnios do general Rosas, dizia-se que era chegado o momento de arrancar de uma vez do Brasil a monarquia, que era uma planta exótica que repelia o solo da América, e de promover o Império a democracia e a sublevação dos escravos.⁴¹²

Era nítido, portanto, que Paulino temia pela mesma desordem do período regencial e início dos anos 1840, onde revoltas escravas e provinciais ameaçavam a integridade da Coroa. Por outro lado, em cenário hostil, o Império só deveria agir se convocado por clamores. A imagem que Paulino queria passar da nova Coroa era a de um Estado "generoso" em suas políticas, conforme ele expressou ao comentar a atuação dos mais de quatro mil soldados brasileiros na batalha de Monte Caseros, que derrubou Rosas.⁴¹³ Da mesma forma, em sua explanação sobre a invasão às intervenções no relatório de 1851, o chanceler explica que "vários precedentes" uniriam os objetivos do Império ao do governador de EntreRios, Justo José Urquiza (um "aliado natural"), quais sejam, a abertura do Prata à navegação e o fim da supremacia portenha sob Rosas. À frente de EntreRios desde 1841, Urquiza era antigo aliado do governador de Buenos Aires e havia enriquecido com o comércio da pecuária e do charque, além dos negócios com os colorados sitiados em Montevideú. Após a saída de Inglaterra e França do teatro platino, contudo, Urquiza passou a ressentir-se do poder hegemônico com que Rosas queria governar as demais províncias argentinas. Na narrativa de Paulino, portanto, Urquiza que seria atraído até o Império, e não o oposto.

⁴¹² *Ibidem*, p. XIX. Mais a frente em seu relatório, Paulino alega que o "ciúme e a antiga aversão das raças espanhola e portuguesa, alimentada pela política do governador de Buenos Aires, estava ainda em toda a sua força. Convinha muito ao Império, para não entrar em uma luta muito prolongada e ruinosa, o auxílio de elementos que desnacionalizassem a guerra para os Estados de origem espanhola, que fossem para eles uma garantia e que arredassem toda a suspeita de conquista e de intervenção nos negócios interiores dos ditos Estados. p. XXII.

⁴¹³ " (...)o brío e o valor com que se portaram, a sua subordinação e disciplina, a sua humanidade, contribuíram não menos que a política larga e generosa do governo imperial para desvanecer as prevenções que tinham aquelas populações do Rio da Prata contra os brasileiros, prevenções nascidas dos tempos coloniais, que a política do general Rosas excitava e procurava aumentar, que cumpre sejam desvanecidas, porque não devem existir entre povos vizinhos, Americanos, cujas boas relações políticas e comerciais serão a todos de grande proveito". *Ibidem*, p. XXI.

No Rio de Janeiro, o representante do governo *colorado* e sitiado de Montevidéu, Andrés Lamas, também pedia auxílio financeiro ao Império para continuar resistindo a Oribe-Rosas. O motivo é que, em 1849, a desgastada Inglaterra levanta seu bloqueio naval a Buenos Aires, concluindo um tratado onde reconhecia a soberania de Rosas sobre os rios interiores da bacia do Prata em troca de poucas vantagens comerciais.⁴¹⁴ Em meio às convulsões europeias da "Primavera dos Povos", a França repetiria o gesto inglês em 1850. Ambas as potências também cortariam os repasses financeiros que sustentavam a resistência colorada em Montevidéu. Daí os insistentes pedidos de socorro de Lamas ao Brasil.

Convocado por seu amigo Paulino em setembro de 1850, companheiro de Maçonaria, Irineu Evangelista de Sousa, futuro barão e, depois, visconde, de Mauá, compromete-se a enviar 30 mil patacões mensais no espaço de um ano à capital da Banda Oriental. O contrato entre Irineu e Lamas, segundo a historiadora argentina Susana Rato Sambucetti, foi intermediado pelo comerciante francês José Buschental, que mantinha negócios no Prata desde o período das independências.⁴¹⁵ Irineu, comerciante e financista ligado aos ingleses, havia lucrado substancialmente desde as taxas protecionistas da Tarifa Alves Branco, chegando a abrir até um estaleiro na Ponta da Areia, em Niterói – de onde saíam 72 navios em 11 anos, muitos com atuação decisiva nas guerras do Prata. Sua importância econômica e suas conexões com o gabinete saquarema deram-lhe a chance de liderar a comissão que rascunhou o projeto de Código Comercial, promulgado também em 1850.

Conforme narra Carlos Gabriel Guimarães, em 1851, ele e outros sócios fundam o Banco do Comércio e da Indústria do Brasil, depois rebatizado de "Banco do Brasil" (o terceiro com este nome), que deveria atuar primeiramente em depósito e descontos, mas que também aspirava a ter a função de emissão de moeda. Pelo minucioso levantamento de Carlos Gabriel, é possível ver que, entre os sócios do banco, estavam dois importantes negociantes de carne seca e outros gêneros do Rio da Prata: José Antônio Figueiredo Jr. e Miltão Máximo de

⁴¹⁴ Não coincidentemente, a frota inglesa empregada neste bloqueio foi deslocada para coibir o tráfico atlântico de escravos das embarcações brasileiras.

⁴¹⁵ SAMBUCETTI, Susana I. Rato de. *Urquiza y Mauá: el Mercosur del siglo XIX*. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 1999. p. 38. Nascido em 1802, na região da Alsácia, José Buschental veio com 26 anos para o Brasil. Promissor nos tratos comerciais entre o Império e a Europa, Buschental casa-se com a filha de Boaventura Delfim Pereira, barão de Sorocaba, e adquire notoriedade na Corte. Contudo, após a crise envolvendo a quebra do Banco do Brasil, e com inimigos declarados como José Bonifácio, vai para a Espanha e depois para a França, onde conhece o encarregado uruguaio José Ellauri. O alsaciano vê-se logo interessado nos empréstimos franceses a Montevidéu e decide atuar no Prata, financiando o governo oriental e a Confederação Argentina. Após a intervenção contra Rosas e Oribe, decide viver no Uruguai e adquire a estância San Javier, na região de Paysandú, além de criar outros negócios como um moinho e um hotel em Montevidéu. Durante uma de suas viagens a Europa, o banqueiro morreu em Londres, em 1870.

Souza, futurovisconde do Andaraí. O próprio Irineu, rio-grandense de nascimento, mantinha conexões comerciais com o Sul, através da firma inglesa Carruthers & Co, com ligações no porto do Rio Grande. Não surpreende, portanto, que ele e seu banco tenham aceitado a proposta de Lamas de tornar-se o maior e quase credor exclusivo do governo uruguaio a partir de 1851. Também não coincidentemente, o próprio Honório Hermeto voltará de sua missão no Prata e se tornará presidente do Banco do Brasil, ainda em 1852.⁴¹⁶

Com o tráfico de escravos encerrado, precavido das promessas de abstenções das potências europeias, Paulino já podia agir no Prata. E para isso foi até ajudado. No mesmo mês em que Irineu aceita substituir a França nos repasses mensais de subsídios a Montevidéu, em setembro de 1850, o encarregado argentino no Rio de Janeiro, Tomás Guido, anuncia que Buenos Aires romperá relações diplomáticas com o Brasil e que avisara a Inglaterra, fiadora da paz pela Convenção de 1828. O motivo seria a condescendência do Império com as invasões do barão de Jacuí ao interior oriental, apelidadas de "califórnicas", além da recusa de o Rio de Janeiro reconhecer Rosas como representante de Oribe na Corte. Era tudo o que Paulino queria. Se Oribe atacasse a província do Rio Grande do Sul, o Brasil poderia revidar e expulsá-lo sem que a Inglaterra tivesse poder legal de intervir segundo a convenção. Mais ainda, se Rosas resolvesse intervir na contenda a favor de Oribe, ele que teria rompido com o texto convencional. Em qualquer dos casos, Paulino conseguia construir uma narrativa e alijar Londres dos negócios platinos.

Entre janeiro e fevereiro de 1851, por meio do comerciante catalão Cuyás y Sampere, Urquiza manteve contatos com o encarregado brasileiro em Montevidéu, Rodrigo da Silva Pontes, para uma eventual aliança contra Rosas. Nas conversas, o governador de EntreRios demonstrava ser favorável a uma invasão conjunta com o Império no Uruguai, com o objetivo inicial de expulsar Oribe e colocar como presidente oriental provisório o general Eugênio Garzón, que seria encarregado de realizar eleições livres no país. Também estava implícita a derrubada final de Rosas, em razão de uma cláusula de pacto ofensivo contra o governador portenho, caso ele atacasse a aliança. Com o aceno positivo do entrerriano, Silva Pontes avisa a Paulino sobre o potencial dos laços com Entre Rios, e recebe a orientação de concluir o ajuste. Em março, o futuro visconde do Uruguai escreve a Lamas informando-lhe que,

⁴¹⁶ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial*. São Paulo: Alameda, 2012. p. 119. A obra de Carlos Gabriel tem ainda o mérito de contornar o "mito Mauá" e contextualizá-lo no tempo e no espaço, mostrando suas ligações com financistas ingleses e com o tráfico de escravos.

finalmente, o Brasil sairia definitivamente de sua neutralidade, a fim de garantir a independência do Uruguai:

(...) não tendo podido o governo imperial, não obstante os seus esforços, obter do general Oribe que attenta ás reclamações feitas contra os vexames e violencias praticadas no territorio oriental por elle occupado, contra subditos e propriedades brasileiras, está firmemente deliberado a procurar uma solução estavel e satisfactoria a esse estado de cousas, que não pôde continuar, solução que parece impossivel obter amigavelmente, sendo ella principalmente embaraçada pela ingerência que indevidamente tem tomado nestes negocios o governador de Buenos-Ayres. Que, não convido portanto ao governo imperial que o general Oribe se fortaleça mais, e se apodere da praça de Montevidéu, não só porque isso difficultaria mais aquella solução, como porque, no estado a que as cousas tem chegado, poria em perigo a independencia da Republica Oriental, o Brasil tem a obrigação de manter, está o mesmo governo imperial resolvido a coadjuvar a defesa daquella praça, e embaraçar a sua tomada pelo general Oribe.⁴¹⁷

Em 1º de maio, Urquiza declara a independência da província de EntreRios em relação a Buenos Aires, no que é seguido pelo governador Valentín Virasoro, de Corrientes. Já em 29 de maio de 1851, é assinado o pacto secreto entre Brasil, o governo de Montevidéu, EntreRios e Corrientes (outra província argentina ressentida com o poder de Rosas). O objetivo exclusivo da aliança seria afastar o perigo de Oribe e encerrar o sítio a Montevidéu. Além disso, o tratado confirmava a independência uruguia e colocava como objetivo atrair o Paraguai, em uma aliança defensiva contra Rosas. Contudo, mesmo com essas movimentações militares, Paulino não queria manchar a imagem da monarquia com belicismo. Conforme expôs à Câmara, "somente no caso em que, por causa d'essa alliança, o governador de Buenos Aires declarasse guerra aos aliados, individual ou colectivamente, seria ella convertida em alliança commum contra o dito governador".⁴¹⁸

Um mês depois de selado o pacto, Luis Alves de Lima e Silva, já conde de Caxias, é novamente nomeado presidente do Rio Grande do Sul, em movimentação semelhante à época da revolta dos farrapos. Este, inclusive, seria o quarto teatro de operações em que se envolvia, depois da Balaiada, das duas revoltas liberais de 1842 e da própria Farroupilha. Apesar da imagem de "Império chamado ao serviço", a exceção aqui era praticamente a regra. Em reação às movimentações, Rosas declara guerra ao Brasil em 18 de agosto de 1851 e

⁴¹⁷ Nota do Governo Imperial à Legação da Republica Oriental do Uruguay. 16/03/1851. Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros de 1851. *Op.cit.*, p. A-D-7.

⁴¹⁸ *Ibidem.* p. XXI.

comunica formalmente suas intenções ao Reino Unido, obedecendo à Convenção de 1828. Por esse texto, as hostilidades só poderiam começar seis meses após a declaração, o que muito agradou ao gabinete saquarema, que ansiava por essa reação do governador portenho.

O motivo é que, desde o início de 1851, a Inglaterra ameaçava intervir contra as ações brasileiras na Banda Oriental, também alegando ter esse direito pelo tratado de 1828. Com esse tom, o encarregado britânico na Corte, James Huddson, disse a Paulino, em abril daquele ano, que nutria esperanças de que o Império não precipitaria as “cousas” e estenderia a mão para a mediação inglesa no Prata. Nessa nota, Huddson evidenciava também sua indisposição com a projeção brasileira na região.

Segue-se portanto que, tendo sido objecto da interferencia do governo de Sua Magestade em 1828 assegurar a paz entre o Brasil e as Republicas do Rio da Prata, não verá elle com indifferença os mesmos paizes ainda uma vez em lotta, o commercio parado, a confiança destruida, e a ruina e a devastação derramada por uma extensão de territorio; e muito menos quando parece que essa calamidade tem de sobrevir em consequencia do roubo de algumas cabeças de gado de um territorio disputado desde tempos immemoriaes, e quando esses roubos, se o abaixo assignado não se engana, tem sido amplamente compensados pelas represalias que tem exercido subditos do Império [em referência ao barão de Jacuí].⁴¹⁹

Paulino sustentou a defesa jurídica brasileira com a tese de que Oribe ameaçava a independência uruguaia por sua vinculação ao projeto rosista e, portanto, era dever do Brasil intervir, como guardião da soberania oriental, conforme a Convenção de 1828. A guerra, segundo ele, não era contra a Rosas e muito menos contra a Confederação Argentina, não configurando, portanto, o direito de intervenção inglesa. Além disso, o futuro visconde do Uruguai argumentava que a ação do Império visava também ressarcir os prejuízos causados por Oribe aos seus súditos, nada dizendo respeito aos interesses de Londres. Em poucas palavras, Paulino afastava a presença da Coroa britânica do Prata.

Sem empecilhos legais, quase 16 mil soldados brasileiros cruzaram a fronteira com o Uruguai em 4 de setembro de 1851, menos de dois meses depois das tropas de EntreRios e Corrientes, lideradas por Urquiza e o general Garzón. Nessa ocasião, governo uruguaio, ao permitir que as tropas brasileiras ingressassem em seu território, pediu seguranças aD. Pedro

⁴¹⁹ Nota da Legação Britannica ao Governo Imperial. 30/04/1851. *Ibidem*, p. A-D-25.

II que haja esmero "para que as tropas em operações não offendão nem as pessoas nem as propriedades de nenhum dos habitantes pacíficos do território oriental sem exceção".⁴²⁰

Oribe capitulou rapidamente, mas foi anistiado por Urquiza antes mesmo que brasileiros chegassem a Montevideú, recebendo garantias de que podia residir na Banda Oriental após o conflito, além de ter seus gastos considerados como dívida nacional do Estado uruguaio. O governador entrerriano justificou ao Brasil suas concessões ao líder *blanco*, alegando que eram necessárias depois de uma "victória tão sanguinolenta".⁴²¹ O que importava era estabilidade do Uruguai, e para isso, Andrés Lamas avisaria ao Império que Montevideú já estaria pronto para negociar novos tratados. Segundo Lamas, uma vez afastado o perigo de Oribe e ratificado o Convênio de 29 de maio, "o primeiro pensamento, o primeiro desejo do governo actual é estreitar e fortificar quanto seja possível sua aliança com o Brasil".⁴²² Para negociar com o encarregado uruguaio, o gabinete saquarema nomeou os senadores Honório Hermeto e Limpo de Abreu, dando origem aos cinco tratados entre o Brasil e Banda Oriental em 12 de outubro de 1851. Os polêmicos diplomas versavam sobre aliança e amizade, comércio e navegação, extradição, limites, empréstimos e subsídios.

Nas palavras de Zabiela, Cerro, Gabriela Ferreira, Demétrio Magnoli e de grande parte da historiografia, esses acordos "recisplatinizavam" o Uruguai, reduziam a Banda Oriental a um "semi-protetorado", ou a uma "segunda Cisplatina". Pelo tratado de empréstimos e subsídios, o Império compromete-se a elevar os empréstimos mensais de 30 mil para 60 mil "patações" e conceder outro crédito único de 138 mil patações, ambos com juros de 6% e destinados a custear a máquina administrativa estatal. Como garantia ao crédito, o Uruguai hipotecava as rendas da alfândega e comprometia-se a saldar os passivos com o Brasil antes de contrair novos empréstimos. Os repasses eram intermediados por Irineu Evangelista de Sousa, que comprava títulos da dívida do Estado uruguaio.

No acordo de limites, o Uruguai abandonava o pleito que se baseava no traçado do Tratado de Santo Ildefonso – mais favorável aos uruguaios– e aderira à tese brasileira do *uti possidetis de facto*, pela qual a Banda Oriental perdia a região das Missões, entre os rios Ibicuí e Quaraí. A navegação seria exclusiva aos brasileiros nas vias fluviais do Jaguarão e da

⁴²⁰ Nota da Legação da República Oriental do Uruguay ao Governo Imperial. 12/06/1851. *Ibidem*, p. AD-8.

⁴²¹ Offício do general D. Justo Jose de Urquiza á Legação Imperial em Montevideú. 13/10/1851. *Ibidem*, p. A-D-23. Urquiza também concede anistia a todos os soldados de Oribe, reconhecendo que as tropas *blancas* lutavam também pela independência uruguaia ante a intervenção anglo-francesa.

⁴²² Nota da Legação da República Oriental do Uruguay ao Governo Imperial., 18/08/1851. *Ibidem*, p. A-D-10.

Lagoa Mirim pelo reconhecimento da jurisdição imperial nas duas margens, ao passo que permaneciam abertas a todos nos rios Uruguai e Paraná.

No acordo de comércio e navegação, aceitava a navegação brasileira exclusiva do Jaguarão e a livre passagem de gado oriental pela fronteira com o Rio Grande Sul, sem taxas, esvaziando a indústria saladerista oriental, mas garantido o abastecimento de charque para as regiões produtoras escravistas, como o Vale do Paraíba – impostos só seriam aplicados nas carnes importadas pelo Brasil por mar. É importante lembrar que a proibição de transporte de gado oriental para o Rio Grande do Sul pelo governo interiorano de Oribe havia motivado as invasões e os roubos de gado, promovidos pelo barão de Jacuí, denominados "califórnia". Além disso, o tratado comercial isentava brasileiros e uruguaios de serviços militares reciprocamente.

Já o Tratado de Aliança legalizava os direitos de intervenção brasileira para garantir a paz no interior e os "hábitos constitucionais" do Uruguai e estabelecia a defesa mútua. Esse texto também declarava anistia geral aos envolvidos nos distúrbios passados, o que favorecia os brasileiros, que puderam resgatar suas propriedades em solo oriental expropriadas por Oribe e exigir pesadas indenizações ao governo uruguaio ao longo da década de 1850.

Por fim, mesmo tendo abolido a escravidão em 1842, o Uruguai comprometeu-se a extraditar escravos fugidos e evitar os "solos livres" (como acontecia entre os estados norte-americanos), o que deu margem também para enviar cativos desembarcados nos portos uruguaios advindos das novas rotas tráfico atlântico, desviadas após a proibição pela Lei Eusébio de Queiroz, até que o governo oriental declarasse a atividade como pirataria, em 1853.⁴²³ A extradição de escravos, inclusive, era uma das maiores preocupações de Paulino na relação entre o Império com o Prata. Em maio de 1850, ele relatou o problema à Câmara, dominada por saquaremas representantes da classe senhorial escravista:

Sendo os escravos considerados pelas nossas leis como propriedade dos súditos brasileiros, tem, com esse fundamento, o governo imperial reclamado a devolução dos que fogem para os estados vizinhos por extensas e desertas fronteiras, por onde é a fuga inevitável. Quase todos esses estados têm-se recusado a essa entrega, alegando que as suas leis desconhecem essa propriedade, e são contrários a semelhante devolução. Não obstante, o governo imperial não há de deixar de insistir e empregará todos os meios ao seu alcance

⁴²³ ZABIELA. *Op.cit.*, p. 73.

para que tenha lugar a entrega dos referidos escravos, e quando não se possa verificar, a indenização do seu valor.⁴²⁴

Apesar da assimetria dos tratados, Paulino os descreve como uma "insistente solicitação" vinda da própria Banda Oriental através de Andrés Lamas, que desejava estreitar laços com o Império mesmo depois da ação contra Oribe.

Assim, quando o governo oriental insistiu novamente pela celebração dos tratados em 18 de agosto de 1851, já o Brasil se tinha comprometido pelo citado convênio em uma aliança que tinha por fim livrar a República do general Oribe, e manter a sua independência, e já para este fim dispunha-se o nosso exército a passar a fronteira. Os tratados de 12 de outubro não foram, portanto, impostos como condição do nosso auxílio; foram muito espontaneamente solicitados, e muito livremente aceitos.⁴²⁵

Para garantir o fiel cumprimento dos tratados de outubro e tramar a derrubada de Rosas, Paulino decide enviar ao Prata, ainda naquele mês, uma missão liderada por Honório Hermeto, um dos coautores dos acordos. A dupla que, em 1842, sufocaria as revoltas liberais entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais (Paulino como ministro da Justiça; Honório como presidente fluminense), voltaria à cena agora com a mesma missão (manutenção da Ordem e difusão da Civilização), mas desta vez em território internacional. Se o processo de "expansão para dentro"⁴²⁶ de Ilmar Mattos já havia se encerrado, o gabinete saquarema iria agora iniciar a "expansão para fora" da civilização imperial.

Conclusões

Este capítulo buscou apresentar o conturbado contexto internacional em que o Império estava inserido no momento em que finaliza seu processo de centralização e consolidação. Talvez nenhum fato histórico do período tenha evidenciado tanto as imbricações entre política interna e política externa quanto a Revolução Farroupilha, que mobilizou brasileiros, orientais e argentinos ao longo da ainda indefinida fronteira meridional do Rio Grande do Sul. Enquanto tenta sufocar mais uma revolta provincial, a Corte do Rio de Janeiro percebe que a tradicional política de neutralidade do Brasil nos conflitos platinos – herança da frágil posição do Estado imperial na Regência – estava com os dias contados.

⁴²⁴ Relatório da Repartição de Assuntos Estrangeiros de 1850. *Op.cit.*, p. 11.

⁴²⁵ Relatório da Repartição dos Estrangeiros de 1851. *Op.cit.*, p. XXIII.

⁴²⁶ Ver: MATTOS, Ilmar. *Construtores e herdeiros: a trama dos interesses da construção da unidade política. Almanack*. maio 2005, n.I.

O que impedia uma ação decisiva e definitiva na região, no cálculo de Paulino, era a arrastada questão do tráfico atlântico com a Inglaterra, o que só pode ser resolvida com eficácia e destreza em 1850. A partir de então, livre de amarras e sem a presença de potências europeias na bacia platina, o Império finalmente teve recursos políticos e materiais para elaborar uma intervenção na região, cujos objetivos primordiais eram a derrubada de Oribe e Rosas. Não coincidentemente, o gabinete que levou a cabo esta política contava com a participação da "trindade saquarema", o trio que elaborou e propagou o discurso civilizatório que justificaria a presença brasileira para além do Chuí. O processo histórico de "expansão para dentro", iniciado no Regresso, conheceria sua vertente externa, a "expansão para fora".

CAPÍTULO 5

A missão de Honório Hermeto ao Prata

Este capítulo, que finaliza a dissertação, enfim, tentará mostrar a presença da noção já consolidada de excepcionalismo brasileiro nas articulações entre Paulino e Honório Hermeto na primeira missão internacional coordenada por um gabinete saquarema. Conforme se verá abaixo, havia um nítido senso de superioridade e missão civilizatória por parte do enviado brasileiro, senso este que permitiu à dupla saquarema intervir e influir sem constrangimentos na vida política doméstica do Uruguai, em ações que iam desde a indicação de nomes para o ministério uruguaio por Honório até a imposição coercitiva dos tratados de 12 de outubro.

Por outro lado, a resistência oriental em reconhecer os acordos, a recusa do Paraguai a integrar o "systema de tratados" de Paulino e, principalmente, o atrito entre Urquiza e o plenipotenciário brasileiro sobre um suposto risco de queda de D. Pedro II evidenciarão os limites de atuação do Império no Prata e o contraste de percepções entre o excepcionalismo brasileiro e as múltiplas visões do Brasil a partir de orientais, argentinos, paraguaios e outros atores do cenário platino.

5.1 A chegada e o convênio de 21 de novembro

Nas instruções iniciais a Honório, Paulino expunha que um dos principais objetivos de sua missão seria atrair EntreRios, Corrientes e Paraguai para o "systema de tratados" que o Império já estabelecia com o Uruguai. Tal qual ocorrera com as províncias brasileiras dez anos antes, vinculadas em uma relação hierárquica com o Rio de Janeiro, a Ordem saquarema deveria ser imposta também às "regiões-províncias" do Prata. Quanto à Argentina, era preciso derrotar Rosas, e, para isso, Honório deveria "entender-se com o General Urquiza, saber quaes são seus planos e vistas, afim de lhes prestar a conveniente coadjuvação para levar por diante o movimento que começa contra o Governador de Buenos Aires". Desde o episódio da anistia a Oribe⁴²⁷, Paulino desconfiava do governador entrerriano e, por isso, pedia ao seu

⁴²⁷ Para Paulino, o ideal seria que Oribe e seus aliados seguissem para asilo no exterior até que o Estado Oriental fosse pacificado. "A conservação de Oribe, e outros chefes no Estado Oriental seria um elemento para novas

encarregado para investigar quais seriam seus "planos secretos" e mantê-lo sob supervisão do Império. O ideal, segundo o futuro visconde do Uruguai, seria que o Brasil apenas "coadjuvasse" Urquiza para não chamar atenção externa e criar inimizades.

Va.Exa. compreenderá perfeitamente que ainda que coadjuvemos a Urquiza nessa tarefa, não deve isso ser feito em nosso nome, e como por nossa conta; 1º - Por que isso despertaria os ciúmes e susceptibilidade da raça hespanhola; 2º - Por que nos complicaria com a Inglaterra.

Por isso conviria reduzir a nossa coadjuvação a simples prestação de certo numero de homens e material de guerra, e evitar ou pelo menos reduzir quanto for preferível, o auxilio e o emprego de forças de mar, por que é nas operações de mar, nos quaes apparece somente a nossa bandeira, que muito nos póde embarçar e complicar o Governo Britannico.⁴²⁸

Assim que chega a Montevidéo, a bordo do vapor *Imperador*, na noite de 31 de outubro, Honório vai ao encontro de Urquiza e do ministro das Relações Exteriores uruguaio, Manuel Herrera y Obes, a fim de acercar-se da política uruguaia e acertar os próximos passos da campanha. No vapor *Affonso*, o governador de EntreRios diz-lhe em poucas palavras que pretendia marchar em direção a Buenos Aires, a partir de Rosário até meados de dezembro. Em seguida, despede-se de Honório, alegando estar mareado, e segue para Gualeguaychu, a capital entrerriana. Urquiza deixa em Montevidéo seu filho, Diógenes, como representante da província. Dele e de Herrera, o plenipotenciário brasileiro soube que o governador rebelde contava ter mais de 20 mil soldados contra Rosas, mas que precisaria de ao menos mais três mil homens, além de duas mil espadas e uma cavalaria. Em ofício a Paulino, Honório defende que o Império forneça esse material militar e humano, apesar dos receios que envolvem a figura de Urquiza.

Para o fazermos, não teremos por motivo e justificação somente a nossa honra, credito e influencia neste Estado e nos visinhos. O nosso interesse e segurança parece-me exigirem imperiosamente que prossigamos na carreira da qual já não podemos arripiar sem perigo.

e próximas perturbações. Em uma carta que hontem me mostrou Lamas, de pessoa influente (o Sr. Penha, ou Peña), se assevera de ser isto um ponto em que Urquiza não está disposto a ceder. Contudo, convêm que V.Exa. faça toda a diligencia para que Oribe e outros chefes que julgão ser perigosos não continuem a residir no Estado Oriental, ao menos em quanto a sua tranqüilidade não for consolidada, proporcionando-se-lhes um asylo em outro paiz". Instruções de Paulino Soares de Sousa a Honório Hermeto, 24/10/1851. IN. AHI/AME, v. 272-1-3.

⁴²⁸ "Carta de Poder Geral e Especial" nomeando Honório Hermeto Carneiro Leão Plenipotenciário. 22/10/1851. IN. AHI/AME, v. 272-1-3.

Abandonar Urquiza aos seus únicos recursos, e aos deste exaurido Estado, é entregal-o, apesar da confiança que elle tem na sua empresa, a um máo successo. E se essa occurencia se der, e elle for vencido, os exércitos de Rosas reapparecerão no Estado Oriental, e provavelmente no Rio Grande, e o Brasil terá de soffer uma guerra prolongada que o definhará. Por estas serias considerações parece-me que devemos ajudar a Urquiza activa e efficazmente, com os recursos que forem indispensáveis para o bom êxito da sua empresa.⁴²⁹

Poucos dias depois, Diógenes Urquiza formaliza um pedido oficial de auxílio a Honório por meio de uma nota. Desta vez, além dos três mil soldados de infantaria, duas baterias de artilharia, uma cavalaria e uma esquadra, necessária para cruzar o rio Paraná, o filho do governador entrerriano pedia um auxílio pecuniário, a fim de que seu pai pudesse fazer frente às despesas de guerra. A "diplomacia do patacão" ganharia novos clientes:

(...) me permito llamar la atención de V.E. sobre un asunto no menos importante y vital al buen êxito de la cuestión argentina de civilización y humanidad, representada por El Señor General Urquiza. Consiste este, Señor Plenipotenciário, en la necesidad em que se encuentra mi Gobierno, com motivo de los enormes gastos que ocasiona el mantenimiento de un furte y numeroso ejército em campaña, gastos que superan los recursos pecuniários con que cuentan las Provincias en armas, de hacer efetivo lo previsto por el articlo 13 de la convención de 29 de Mayo, solicitando del Gobierno de S.M. Imperial um subsidio extraordinário consistente em um empréstimo de cien mil patacones mensales, por el tiempo que dure la guerra contra el dictador argentino, que crée será de cuatro á cinco meses, cuyo importe reembolsará la nación argentina al Gobierno de S.M. así que haya desaparecido de la escena política el actual Governador de Buenos-Ayres.⁴³⁰

O acerto para o auxílio brasileiro, na visão de Honório, deveria ser feito por meio de novo tratado, desta vez uma aliança ofensiva contra Rosas, baseada juridicamente na declaração de guerra feita pelo próprio governador portenho ao Brasil, em agosto. Desse modo, no dia 21 de novembro de 1851, Honório, Herrera e Diógenes Urquiza assinam nova convenção, pela qual as partes asseguravam que a aliança não seria arquitetada contra a Confederação Argentina, mas sim para "libertar al pueblo argentino de la opresión que sufre bajo la dominación tiránica del gobernador don Juan Manuel de Rosas y auxiliarlo para que, organizado en la forma regular que juzgue más conveniente a sus intereses, a su paz y amistad

⁴²⁹ Offício reservado, de Honório a Paulino, 04/11/1851. IN. AHI/AME, vol. 272-1-1

⁴³⁰ Offício reservado, de Diógenes Urquiza a Honório, 08/11/1851. IN. AHI/AME, vol. 272-1-1

con los estados vecinos".⁴³¹ Pelo texto, o Império dispõe-se a conceder empréstimo de 100 mil patações mensais durante quatro meses, até "la desaparición de Rosas", com juros de 6% ao ano, por meio de letras do Tesouro Nacional.⁴³² Além disso, o Brasil cederia uma divisão de três mil homens de infantaria, duas baterias de artilharia e uma cavalaria, todas sob o comando do conde de Caxias.

Para não chamarem a atenção inglesa, Paulino e Honório tiveram o cuidado de inscrever no acordo o artigo 2º, pelo qual Urquiza tomaria as iniciativas de guerra e coordenaria as tropas, enquanto "el imperio del Brasil y la República Oriental obrarán en cuanto lo permita el breve y mejor éxito del fin a que todos se dirigen como meros auxiliares". E mesmo com essa ressalva, as partes concordaram em manter o tratado sigiloso, até que seja atingido o objeto da aliança, ou seja, a derrubada de Rosas. Ao comentar a Honório das ameaças de Henry Southern – novo encarregado britânico na Corte e pessoalmente próximo a Rosas⁴³³ – sobre uma possível intervenção inglesa que impedisse a ação contra Buenos Aires, Paulino deixa claro o motivo do sigilo do convênio:

À vista d'essa nota [de Southern], compreenderá os embaraços em que nos veríamos se fosse aventada a existência do Convenio de 21 de Novembro. Recomendo, portanto, muito á V.Exa. que exija á respeito d'elle o mais inviolável segredo, da parte do Governo Oriental, de Urquiza, de Virasoro, e do Paraguay, e de quem quer que d'elle tenha conhecimento. Fiz emitir a Lamas essa necessidade e convencido d'ella escreve no mesmo sentido ao seu Governo.⁴³⁴

Um detalhe curioso do Convênio de 21 de novembro é que, assim como o acordo de 29 de maio, há um dispositivo onde o Paraguai é convidado a entrar na aliança defensiva e ofensiva em relação a Rosas, em razão de seu enorme valor geopolítico para o Prata. Ainda nas instruções iniciais da missão, Paulino pede que Honório empregue "todos os meios de seu

⁴³¹ Convenio especial de aliança celebrado entre o Imperio do Brasil, os Estados de Entre-Rios, e Corrientes, e a Republica Oriental do Uruguai, em 21 de novembro de 1851, com o fim de assegurar o modo e meios de fazer effectiva a aliança commum estipulada no artigo 15 do Convenio de 29 de Maio do dito anno. IN: Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros de 1851. *Op.cit.*, p. A-F-39.

⁴³² A respeito da Diplomacia do Patacão conferir os trabalhos de ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da diplomacia econômica: as relações econômicas internacionais no Império*. 1.ed. Brasília: Funag, 2001; SOUZA, Joana Santos de. *A diplomacia do patacão: queda de Rosas e a nova configuração de forças no Prata (1850-1858)*. Dissertação (mestrado em Relações Internacionais). Brasília: Instituto de Relações Internacionais/UNB, 2013; MESSIAS, Talita Alves de. *A diplomacia do patacão e os conflitos platinos: estudos preliminares e apontamentos teóricos*. Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica e 13ª Conferência Internacional de Empresas. Niterói, 28-30 agosto 2017>.

⁴³³ Henry Southern foi secretário da legação inglesa em Lisboa em 1839, plenipotenciário inglês na Confederação argentina em 1849, e depois, o plenipotenciário inglês na Corte brasileira em 1851. Faleceu no Rio de Janeiro em 1853. SOUTHERN, Henry; LEE, Sidney (ed). *Dictionary of national biography*. London: Smith, Elder & Co., 1898. p. 279-280.

⁴³⁴ Ofício confidencial de Paulino para Honório. 30/12/1851. IN. AHI/AME, v.. 272-1-3.

alcance para levar o Presidente do Paraguay a entrar nas nossas vistas, e á acceder por Tratados do systema que adoptamos, e bem afim á coadjuvar Urquiza no seu movimento sobre Santa-Fé".⁴³⁵ Para o chanceler saquarema, as influências sobre Assunção e Montevidéu tinham objetivos semelhantes: contrapesavam o poder de Buenos Aires e garantiam a livre navegação do estuário do Prata, necessária para a comunicação com a longínqua província de Mato Grosso. Tanto é assim que, no tratado bilateral de aliança entre Brasil e Uruguai, o governo oriental compromete-se também com a manutenção da independência paraguaia, obrigação que teria reciprocidade assim que o Paraguai aderisse ao "sistema de tratados" de Paulino. Obedecendo às instruções do chanceler, Honório envia recomendações a Pedro de Alcântara Bellegarde, encarregado brasileiro em Assunção, para convencer o presidente Carlos López das vantagens da aliança:

O Estado Oriental, como nação marítima, não tem absoluta necessidade para o seu commercio exterior da navegação do Paraná e seus afluentes; e dessa navegação depende seguramente a prosperidade do Paraguay. Por estas considerações de alto interesse para si própria, a Republica do Paraguay deve entrar sincera e efficazmente na alliança do Império com o Estado Oriental e as Províncias de Entre-Rios e Corrientes, a fim de debelar o inimigo commum, e assegurar perduravelmente sua independência e a navegação dos rios Paraguay e Paraná, que é indispensável para o seu futuro engrandecimento e força.⁴³⁶

Em setembro de 1850, o Império já havia concluído um tratado defensivo com Assunção, prevenindo-se das investidas de Rosas. Com a queda do portenho cada vez mais próxima, Paulino não teria maiores obstáculos para projetar a influência brasileira, garantindo com o governo guarani acordos de limites, de comércio, navegação e extradição, em bases semelhantes ao que já foi imposto ao Uruguai. Apesar da descrição pejorativa sobre a personalidade de Carlos López feita pelo historiador José Antônio Soares de Sousa⁴³⁷, seria natural que, entre as tentativas de reconquista da Confederação Argentina e o subjugo do Império, o presidente paraguaio hesitasse ao ser convidado para qualquer aliança, ao ponto de ser chamado de "teimoso" por Paulino. López impôs como condição para a adesão aos

⁴³⁵ "Carta de Poder Geral e Especial" nomeando Honório Hermeto Carneiro Leão Plenipotenciário. 22/10/1851. IN. AHI/AME, v. 272-1-3.

⁴³⁶ Ofício de Honório a Pedro de Alcântara Bellegarde, 04/11/1851. IN. AHI/AME, v. 272-1-1.

⁴³⁷ SOUZA, José Antônio Soares de. *Honório Hermeto no Rio da Prata*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959. p. 40. Conforme exposto no primeiro capítulo, a obra de José Antônio Soares de Souza continua sendo a principal referência da historiografia para a missão diplomática de Honório Hermeto, muito devido ao amplo trabalho com as fontes e à riqueza de detalhes da obra. Contudo, a narrativa histórica do bisneto do visconde do Uruguai enquadra-se no tradicional rol de obras laudatórias da diplomacia brasileira, onde as fontes primárias são lidas à luz da visão oficial do Estado nacional.

convênios o reconhecimento prévio da independência paraguaia, declarada formalmente em 1843. Como não teve seus apelos atendidos, manteve o Paraguai afastado do movimento contra Oribe e Rosas.

Mesmo após a conclusão do convênio de 21 de novembro, Paulino ainda nutria esperanças de que o Estado guarani seria atraído para a órbita de influência do Império e daria apoio militar a Urquiza. É o que se apreende da leitura de uma confidencial enviada a Honório em dezembro de 1851, em meio à campanha contra o governador portenho:

Dei e ainda dou muita importância a aliança com o Paraguay, não por que elle realmente a tenha, principalmente sendo governado por um homem tão desconfiado, e tão teimoso como Lopez, mas por que essa aliança dá certa força moral e é um contrapeso que de antemão devemos ter de reserva contra Urquiza, se, sendo-se livre de Rosas, se comportar mal. A nossa influencia e aliança com o Estado Oriental e o Paraguay são á meu ver recursos que com providência devemos procurar fortalecer cada vez mais.

Conviria que V.Exa. se dirigisse discretamente á Lopez, que gosta disso. Hei de responder á Lopez, mas as minhas cartas não podem chegar á tempo, os acontecimentos vão se precipitando. Rogo portanto a V.Exa. que empregue todos os meios ao seu alcance para que Lopez aceite os novos artigos additionaes.⁴³⁸

Honório também não desiste do Paraguai. Em 30 de novembro, envia novas instruções ao encarregado brasileiro, Pedro Bellegarde, oferecendo argumentos incisivos que poderiam demover Lopez da inércia.

Se o Governo do Paraguay não adherir incontentemente á e com as nossas estipulações, que todas derivão do Convenio de 29 de Maio, e tendem á conduzir ao fim de que a queda do General Oribe não era senão o primeiro obstáculo á vencer, perderá o direito ás vantagens estipuladas em favor dos aliados, e por exagerados receios e por muito querer ficará sem as garantias, muitas possíveis, que lhe obtivesse dos Estados de Entre-Rios e de Corrientes. Perderá o quinhão de influencia e gloria que lhe póde caber no bom êxito da aliança, bom êxito que se diz reputar tão seguro quanto o podem afiançar as bem fundadas previsões do homem; e essa influencia e gloria lhe serão mui úteis para suas relações com os Estados visinhos e com as Nações europeas.⁴³⁹

Assim que assina o Convênio de 21 de novembro, Honório embarca para Gualeguaychu, a capital entrerriana, a fim de certificar-se de que o tratado seria ratificado por

⁴³⁸ Offício confidencial de Paulino para Honório, 11/12/1851. IN. AHI/AME, v. 272-1-3.

⁴³⁹ Offício de Honório a Bellegarde. 30/11/1851. IN. AHI/AME, v. 272-1-1.

Urquiza. Lá, mantém boas conversas com o general, que lhe informa de seus planos militares antes de partir para cruzar o Paraná. Conforme assevera José Antônio Soares de Souza, uma vez estando em Gualeguaychu, Honório poderia ter subido um pouco mais o rio e chegar a Assunção, onde poderia tentar persuadir pessoalmente Carlos López. Contudo, o plenipotenciário brasileiro foi impelido a regressar a Montevideú, já na primeira semana de dezembro, em razão do turbulento processo de apuração das eleições parlamentares do Uruguai, que ocorreram no dia 30 de novembro. A questão da influência sobre o resultado das eleições, ao lado do imbróglio sobre o cumprimento dos tratados de 12 de outubro, são os pontos onde mais se sobressaem a aplicação internacional dos princípios saquaremas de manutenção da Ordem e difusão da Civilização, uma expansão para além dos limites fronteiriços do modelo de Estado que prevaleceu no Império.

5.2 A influência brasileira na política doméstica oriental

Logo nas instruções de 24 de outubro, ao comentar sobre as candidaturas à presidência oriental, Paulino recomenda a Honório que o Império deveria operar "favorecendo quanto lhe for possível a do General colorado Garzon"⁴⁴⁰, visto que o experiente comandante era simpático ao Brasil e detinha sobre ascendência sobre a massa dos uruguaios.⁴⁴¹ Enquanto não chegasse o dia do pleito presidencial, marcado para março, Paulino defendia que o governo provisório oriental importasse a receita saquarema, ou seja, uma "Dictadura forte e a extinção da Assembléa de Notáveis, para que o trabalho da reorganização se faça de uma maneira proveitosa, e sem maior abalo, e dificuldade, que necessariamente hão de provir".⁴⁴²

A "Assembléa dos Notáveis", mencionada por Paulino, havia sido constituída em 1846 em um período de exceção, por conta do cerco de Montevideú, reunindo os principais nomes da elite da capital, dentre comerciantes e estancieiros. No cenário pós-Oribe, esse corpo legislativo improvisado apresentava um forte entrave às iniciativas do presidente provisório, Joaquín Suarez. Quanto à política partidária, Paulino e Honório concordavam que o Brasil deveria favorecer a eleição da maior bancada possível de *colorados*, grupo historicamente aliado ao Império, apesar do apoio circunstancial de Rivera aos farroupilhas por um breve período de tempo. Por ficarem por quase uma década confinados em Montevideú, seus

⁴⁴⁰ Ofício confidencial de Paulino para Honório. 24/10/1851. IN. AHI/AME, v. 272-1-3.

⁴⁴¹ Eugenio Garzón foi um militar colorado uruguaio que participou da Guerra da Cisplatina e da Guerra do Prata.

⁴⁴² Ofício confidencial de Paulino para Honório. 11/11/1851. IN. AHI/AME, v. 272-1-3.

membros assumiram uma plataforma política economicamente mais liberal e atrelada ao comércio transatlântico e às ideias que circulavam na Europa. Já os blancos desfrutavam do apoio majoritário da massa de peões das classes menos "ilustradas", que residiam no interior, então ocupado por Oribe. Para Honório, "o partido Blanco é incontestavelmente o mais numeroso, e ao mesmo tempo o mais rico de indivíduos que possuem essa meia instrução com que neste Paiz os homens se julgam habilitados para todos os cargos público".⁴⁴³ Consequentemente, a diplomacia imperial acreditava que o partido não somente dificultaria o sucesso da aliança contra Rosas, mas também rejeitaria os tratados de 12 de outubro.

A reorganização política e administrativa do Estado Oriental é o que nos dá hoje grande cuidado, pelas divisões que aparecem, pelas ambições que defrontão, e pela importância e influencia que conserva o partido Blanquillo, em consequencia do modo pelo qual terminam a luta com Oribe. He indispensável, como V.Exa. observa, que a eleição se faça em sentido favorável aos interesses do Império, para o que certamente V.Exa. muito trabalhará, sendo esta uma das partes mais espinhosas e difficeis da sua laboriosa tarefa.

O Governo Imperial entende que a ratificação dos Tratados de 12 do mês próximo passado não deve de modo algum declarar-se dependente da futura Assembléia, embora depois esta os ratifique ou sancione a ratificação de qualquer maneira. Similhante declaração tiraria toda a importância de similhantes tratados e os enfraqueceria. He contudo indispensável que seja eleita uma Assembléa, a qual suscitada então a questão, a resolva como convier.⁴⁴⁴

Apesar do patrocínio quase oficial do Império, o general Garzón apresentava um estado de saúde frágil, mais precisamente um aneurisma, provocado provavelmente por sua campanha contra Oribe em pleno inverno platino. Logo que colocou os pés pela primeira vez em Montevideú, Honório tomou conhecimento da situação e rapidamente relatara para o Rio de Janeiro, alertando sobre "huma calamidade que se julga provável".⁴⁴⁵ E ele estava certo. No dia 1º de dezembro, pouco antes de entrar gloriosamente em Montevideú, Garzón não resiste e falece, para desespero de Paulino e Honório, que temiam a formação de uma maioria *blanca* na Assembleia.⁴⁴⁶

⁴⁴³ Ofício reservado de Honório a Paulino. 15/11/1851. IN. AHI/AME, v. 272-1-1.

⁴⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁴⁵ "Aqui me cabe referir á V.Exa. huma calamidade que se julga provável, e vem a ser a morte do General Garzon. Os seus mais íntimos amigos receião pela sua vida, porque se acha gravemente doente, ao que se diz, de um aneurisma, e outros soffrimentos chronicos, que se aggravarão na presente campanha, effetuada no rigor do inverno. Será huma perda par ao Brasil, porque é homem probo e de mérito, está muito reconhecido no Império, e é d'aquelles que se mostram mais mais affeiozados aos Brasileiros". Ofício reservado de Honório a Paulino. 04/11/1851. IN. AHI/AME, v. 272-1-1.

⁴⁴⁶ GONÇALVES, *Op. cit*

O foco transfere-se então para o ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Manoel Herrera y Obes, também simpático ao Império e *colorado* histórico, mas que defendia cada vez mais a conciliação entre os partidos para um governo de união nacional. Na semana seguinte ao falecimento de Garzón, Paulino expunha a Honório um plano minucioso alternativo, baseando-se nas avaliações de Andrés Lamas. Esse plano era Herrera e vale ser replicado abaixo pelo pragmatismo do futuro visconde do Uruguai, que demonstrava trabalhar pela imposição da Ordem saquarema no exterior:

Lamas cujo modo de ver as cousas alias concorda inteiramente com o de V.Exa. entende que actualmente a maneira da eleição é do partido Blanco. Que se actualmente fosse feita a eleição de Presidente seria eleito Giró. Que há somente 2 candidaturas fortes, a de Giró e Herrera.

Acha inconvenientes na candidatura de Herrera, mas crê que não há que hesitar entre esta e Giró. Herrera no poder symbolisa o partido da defesa de Montevideo, há de pelo menos cortar o vôo do partido Blanco, ligando-se contudo aos moderados e rasoaveis operando aquella fusão que é preferível e indispensável. As suas idéias e interesses e a gratidão o chamão para a nossa alliança.

Para que triunfe a candidatura de Herrera sobre a de Giro entende Lamas que é indispensável que se trabalhe muito no intervallo que vai até a eleição, que é muito necessário o nosso apoio, e mesmo o de Urquiza já promettido a Herrera. Accrescenta Lamas que Urquiza se compromette á não coadjuvar e antes á repelir qualquer candidatura que recahisse em pessoa que houvesse pertencido ao partido de Oribe. Como V.Exa. está em muito boa harmonia com Urquiza convêm muito que mova a proteger o candidato que nos convêm.

(...) Trabalha V.Exa. quanto puder para a candidatura de Herrera, se tem de vencer elle ou Giro havendo-se porém com aquella reserva e cautela que aconselha a prudência, escondendo a mão quanto for possível, sem prejuízo do seo fim.⁴⁴⁷

O apoio do Império à chapa de Herrera já vinha, desde antes do falecimento de Garzón, como forma de cautela caso acontecesse o pior. Em ofício de 15 de novembro, Honório informa a Paulino que concedera crédito adicional de 20 mil pesos para que a candidatura do *colorado* decolasse, computando o débito na dívida nacional uruguaia relativa aos tratados de 12 de outubro.⁴⁴⁸ Herrera nunca foi a primeira opção, nem de Lamas, nem do Império. Dentro

⁴⁴⁷ Ofício confidencial de Paulino para Honório, 13/12/1851. IN. AHI/AME, vol. 272-1-3

⁴⁴⁸ "O Ministro Herrera ponderou-me a necessidade em que está de desprender algum dinheiro com a eleição para assegurar o triumpho da chapa convencionada; e allegando a deficiência dos cofres do Estado, que mal podem por ora satisfazer ás despesas ordinárias com as suas exíguas rendas e os subsídios que recebem do Governo Imperial, conforme a Convenção de 12 do mez passado, pediu-me que lhe abonasse mais vinte mil pesos neste mez para serem applicados ao sobredito fim. Convencido do interesse que vai ao Império no resultado da eleição como está conformada por Herrera, não duvidei tomar sobre mim a responsabilidade de

do próprio partido colorado, a dissidência de seguidores de Rivera⁴⁴⁹ e do ex-ministro da Guerra, Melchor Pacheco y Obes, eram contra o chanceler uruguaio por sua estreita ligação com o Brasil e, principalmente, por sua defesa de um governo de conciliação com os *blancos*, algo que também o Império receava mas aprovava, pois se acreditava que a fórmula seria a mais ágil para se impor a Ordem. Essa dissidência buscava dar primazia ao então ministro da Guerra, Lorenzo Battle, visto como um *colorado* "autêntico", e, ao mesmo tempo, destituir Herrera. A guerra interna do governo de Joaquín Suárez durava meses, levando Honório a tachar a política uruguaia de "melindrosa" assim que chega a Montevideú.⁴⁵⁰ Não surpreendentemente acabou contribuindo também para que, durante a apuração dos votos para a eleição parlamentar, na primeira semana de dezembro, a previsão de uma maioria blanca na Assembleia fosse se confirmando.

O panorama gerou protestos dos seguidores de Rivera e das legiões basca e italiana na capital e na campanha, em meio a acusações de fraudes e de manipulação do partido *blanco*, que dominava todo o interior uruguaio. O caos chegou ao ponto de o presidente Suárez suspender indefinidamente a apuração dos votos no dia 7 de dezembro, o que irritou Honório, já que a medida representava uma vitória parcial dos riveristas contra Herrera. Em meio à confusão, há notícias de uma representação ao presidente Suárez para demitir Herrera, e outro manifesto exigindo a anulação das eleições. Por isso, Honório alega ter compreendido que havia um plano de "anular as eleições e protelar indefinidamente o regimen provisório em que se tem achado o Paiz, obter a vinda de Frutuoso Rivera e preparar sua eleição, a de Battle, a de Pacheco, a de Mangarinos, ou a de algum outro da confiança da facção reacionária".⁴⁵¹ Convencido disso, o brasileiro mantém intensas conferências com o presidente Suárez. Uma

annuir ao seu pedido". Ofício reservado de Honório a Paulino, 15/11/1851. IN. AHI/AME, v. 272-1-1. Apesar de a leitura do ofício levar o leitor a crer que o crédito foi direcionado para a campanha exclusiva de Herrera, José Antônio Soares de Souza interpreta a nota como um empréstimo adicional oficial do Império para que o Uruguai organize as eleições como um todo. Na falta de outras fontes que possam dirimir essa dúvida, cabe expor aqui as duas interpretações divergentes. SOUZA. *Op.cit.*, pp. 54-55.

⁴⁴⁹ No governo uruguaio desde 1839, quando expulsa Oribe de Montevideú, Frutuoso Rivera acumulou derrotas políticas e militares durante o cerco à capital oriental, levando-o a buscar exílio no Brasil em 1847. Só teve autorizado seu regresso ao Uruguai em 1853, para compor o triunvirato no governo de Giró.

⁴⁵⁰ "Como V.Exa. bem o compreenderá, a situação do paiz, quanto á sua política interna, é muito melindrosa, e o governo, á excepção do Ministro Herrera y Obes, duvido que tenha a capacidade necessária para a sua alta missão. Alguns membros da Assembléa dos Notáveis, criação dos tempos críticos, estão começando a agitar-se, e consta-me que há pouco fizeram um club para accordar em exigências e interpretações que devem ser apresentadas pela Assembléa ao Ministério. Os dissidentes são partidaristas de Pacheco, ou de Fructo Rivera; os primeiros tirão a sua animação, do ministro da Guerra Battle, que se sente da preponderância do seu colega das Relações Exteriores. He, porem, de esperar que Herrera extingua ou inutilise essa Assembléa, gérmem de dissensões". Ofício reservado de Honório a Paulino, 04/11/1851. IN. AHI/AME, v. 272-1-1.

⁴⁵¹ Ofício reservado de Honório a Paulino. 20/12/1851. IN. AHI/AME, v. 272-1-1.

delas, no dia 10 de dezembro, contou com a presença também de Herrera e Battle. Em vez de se intimidar, Honório aproveitou a ocasião para expor francamente sua visão:

Nessa conferencia, entendi que devia falar claro e com energia ao Presidente. Mencionei a fraqueza do seu Governo, resultante da sua qualidade de provisório, e da posição de dous partidos existentes na Republica. Disse que essa fraqueza era augmentada pela conhecida divergência de dous Ministros, que se contratiavão e hesitavão abertamente. Atribui as desordens havidas á notoriedade d'essa divergência entre os Ministros, divergência que dava aos desordeiros a esperança de obterem apoio de algum dos Ministros desde que a desordem contrariasse a política do seu adversário.

Disse que era necessário que ele Presidente remediase esse mal, ou demittindo ambos os Ministros, ou um d'elles, ou em fim nomeando um novo Ministro, para assim poder haver uma maioria no Gabinete. Dei á entender que o Governo Imperial veria com desgosto a demissão de Herrera, e que, á verificar-se esse caso, as nossas relações com a Republica Oriental poderião soffrer alguma quebra.⁴⁵²

Ainda na presença de Battle, Honório não mediu palavras ao dizer que o "remédio radical seria demittir Battle de todos os Ministérios que tem á seu cargo". Quando esse finalmente se retira revoltado da conversa, o brasileiro aproveita para audaciosamente recomendar a Suárez o nome do coronel José Britto del Pino para a pasta da Guerra. Por fim, Honório rogava ao presidente uruguaio para que a apuração tivesse continuidade, a fim de normalizar a situação política do país, além de recomendar a extinção definitivas legiões estrangeiras, que povoavam as ruas de Montevidéu.

Tamanha era a projeção de Honório sobre as coisas públicas do Uruguai. Em resposta ao plenipotenciário do Império, o presidente Suárez aceitava retormar a apuração das eleições parlamentares e dissolver as legiões basca e italiana. Por outro lado, o chefe de Estado optou por manter Battle no cargo, encarregado-o de garantir a credibilidade da contagem dos votos. Já no dia 13 de dezembro, o resultado do pleito dava vitória dos *blancos*, que obtiveram a maioria na Assembleia. No cálculo do saquarema Honório, o preço pela manutenção da Ordem e de Herrera no cargo seria ter de lidar com a eleição da bancada blanquista, vista como inevitável. No dia seguinte, resignado, Battle publica decreto dissolvendo a Assembleia dos Notáveis⁴⁵³, que deveria ser substituída pelo nova Legislatura, cuja reunião estava marcada para fevereiro de 1852.

⁴⁵² *Ibidem.*

⁴⁵³ Caso curioso desse episódio é que, alegando não ter meios para pagar as gratificações dos membros da Assembleia dos Notáveis, o especulador Buschental propõe a Herrera o seguinte plano: "A dissolução immediatamente exigia pelo menos quarenta mil patações para pagamento de gratificações prometidas.

O episódio é importante por lembrar que, na política oriental, as agremiações *blanco* e *colorado* não eram unidades perfeitamente sólidas e coesas, o que contrasta com as narrativas da grande maioria da historiografia brasileira. Mais ainda, a questão da eleição parlamentar evidencia não só o grau de influência de Honório sobre o Uruguai, mas também seus limites, representados na manutenção de Battle no cargo de ministro da Guerra e na vitória eleitoral dos *blancos*, ainda que, em 29 de dezembro, um novo decreto do presidente Suárez tenha dissolvido as legiões estrangeiras e exonerado Battle, colocando em seu lugar José Britto del Pino. Mesmo resistindo algumas semanas, Suárez acatava as "recomendações" de Honório.

Digno de nota nesse momento é a petição apresentada à Assembleia dos Notáveis que exigia a anulação das eleições. Atribuído por Honório à dissidência *colorada* riverista, o documento faz referência indireta às ligações de Herrera com o Império e Urquiza.

Que animados del más sincero y leal espíritu de libertad, de que en la Capital hemos dado tan repetidas y clásicas puebras desde 1843, esperabamos ver llegar el 30 de Noviembre, designado por el Decreto del Gobierno de 28 de Octubre para las elecciones de Representantes y Senadores, que debian componer la 6ª Legislatura, para ejercer nuestros derechos de Soberania, con independência y libertad, que para tal acto se requieren, y con arreglo á lo que dispone la Ley de Elecciones. Pero muy luego tuvimos el pesar de saber que combinaciones secretas y reprobadas de parte de quien debiera haber sido más leal em sus principios, que la Capital há sostenido en estos últimos nueve años, en combinaciones secretas con otros políticos y sin títulos ningunos trataban de imponernos, por la cabala y la coación, candidatos, que no solo no eran acrehedores, ni merecian la aprobación popular, sino que los repelia la opinion publica abiertamente, por causas que solo su nombre revelaba. Para autorizar ese plan se pusieron em juego médios y árbitrios, enteramente contrários á la Ley de elecciones, com manifiesta ofensa del buen sentido y com admiracion de la parte sensata de la República.⁴⁵⁴

Battle declarou-me que não podia arranjar essa soma; Herrera ofereceu-se para fazel-o uma vez que fosse autorizado para negociar com empréstimo d'aquella quantia. Com effeito, convidado por Herrera, está Buschental prompto á subministrar-lhe aquella somma com módico juro, sob a garantia de hypothecar-se ao seu pagamento o subsidio que o Império tem de dar no mez de Abril". Não se sabe se esse plano foi a frente. *Ibidem.*

⁴⁵⁴ Petição à Assembleia dos Notáveis para a anulação das eleições. Cópia anexa ao ofício de Honório a Paulino. 20/12/1851. IN. AHI/AME, v. 272-1-1.

5.3 O perigo inglês faz Paulino pedir pressa na derrubada de Rosas

A confusão em torno da apuração das eleições acabou impedindo Honório de partir para Colônia de Sacramento em meados de dezembro⁴⁵⁵, onde as tropas brasileiras estavam concentradas, a fim de tomar parte da evolução da guerra contra Rosas. Pelos planos acertados entre Urquiza e Caxias, os soldados imperiais permaneceriam na cidade uruguaia, a fim de provocar temores em Buenos Aires de que haveria uma invasão frontal dos aliados à capital portenha pelo Prata, quando, na verdade, o exército do governador entrerriano atacaria vindo do Oeste. Para auxiliar Urquiza a cruzar e descer o Paraná, a esquadra imperial de John Pascoe Greenfell teve de passar pela temida fortificação de Passo de Tonelero, que protegia as vias fluviais próximas a Rosário.⁴⁵⁶ Para a surpresa dos brasileiros, as tropas argentinas do argentino Lucio Norberto Mancilla não ofereceram uma resistência significativa na "batalha de Tonelero", em 17 de dezembro. Na passagem pelo forte, quatro marinheiros do Império morreram e apenas um ficou ferido; além disso, não houve avarias significativas nas embarcações brasileiras.

Depois de Tonelero, acelerou-se a evolução da guerra contra Rosas. Já na última semana de janeiro, Urquiza encontrava-se nos arredores de Buenos Aires, enquanto a Marinha imperial bloqueava a capital portenha. Do Rio de Janeiro, Paulino pedia a Honório que fizesse de tudo para apressar os negócios bélicos, pois ainda lhe causava receios uma possível invasão inglesa. Em confidencial redigida na véspera do réveillon, o chanceler saquarema relatava a Honório a chegada de Southern à Corte e um possível arranjo entre ele e Francisco Gê de Montezuma para derrubar o gabinete saquarema e, assim, fazer retroceder a guerra.

Montezuma era histórico liberal e um dos mais críticos mais incisivos à política imperial platina no Parlamento. Pesava contra ele, também, o fato de ter sido plenipotenciário brasileiro em Londres poucos anos antes, durante o Quinquenio Liberal. Por meio do

⁴⁵⁵ "As occurencias que ultimamente aqui tiveram lugar a solicitude que nos deve merecer a eleição do novo Presidente d'este Estado, que com toda a razão V.Exa. tanto me recomenda, moverão-me a não ausentar-me d'aqui, ao menos por em quanto, deixando Herrera entregue á rivalidade e imprudências de Battle e o Presidente D. Joaquim Suarez ás hesitações e complacências de sua excessiva bohemia. Alem disso accresce que são mais freqüentes e importantes as communicações entre esta Cidade e a de Buenos-Ayres". Ofício reservado de Honório a Paulino, 19/12/1851. IN. AHI/AME, v. 272-1-1.

⁴⁵⁶ Foi tenete sob as ordens de Cocchrane em 1819, participando na guerra de independência do Chile. Foi admitido na marinha brasileira como 1º tenente em 1823, ficando até o cargo de Almirante, em 1862. Nesse período, participou da guerra no Pará em 1823, e da guerra Cisplatina entre outras. Foi consul do Brasil em Liverpool por dois períodos, 1846-1850 e 1852-1860. "No intervalo desses períodos, foi nomeado comandante em chefe das forças navais brasileira na bacia do Rio da Prata, destacando-se na passagem de Tonelero". Disponível em <<http://www.naval.com.br/ngb/M/M018/M018-1CO.htm>>.

chanceler austríaco e príncipe de Schwarzenber, o futuro visconde do Uruguai ficara sabendo que Lord Palmerson não tinha maiores preocupações quanto à política do Prata naquele momento, apesar da afinidade pessoal de Southern com Rosas. Ainda assim, para o desconfiado Paulino, era importante derrubar o governador portenho o quanto antes:

O que me parece fora de duvida é que se quer cortar o movimento contra Rosas, dar-lhe respiro, desmoralisar a aliança até que Lord Palmerson se venha interpor insolentemente e dar a Lei tirando-nos, ou redusindo as vantagens que temos obtido, e tomando todas as que puder para si. He isso o que cumpre evitar custe o que custar.

O que cumpre primeiro de tudo é apressar e precipitar ahi os negócios o mais possível, e pelo menos fazer já tudo o que há de fazer, e se puder já fazer por mar. Dispor os negócios de modo, que embaraços postos pelos Ingleses á nossa esquadra não prejudiquem essencialmente o resultado definitivo que temos em vista, a queda de Rosas. As forças navaes Inglesas poderão embaraçar a nossa esquadra, mas não hão de embaraçar a marcha vitoriosa de Urquiza sobre Buenos Ayres, quando elle já tenha além do Paraná todos os meios e recursos que lhe são necessários.

Quanto a mim Lord Palmerson fez pouco caso de nós, nunca pensou que assumíssemos a posição que tomamos, e conseguíssemos os resultados que temos colhido.

A expulsão de Oribe do Estado Oriental, os apuros em que Rosas se vê e os Tratados de 12 de Outubro hão de fazê-lo acordar, para embaraçar um desfecho que não seja dictado pela influencia inglesa. He preciso que ache tudo concluído.⁴⁵⁷

A preocupação e a pressa de Paulino contrastava com a situação de aparente calma e normalidade do Prata ao longo de janeiro de 1852. De acordo com José Antônio Soares de Souza, Rosas não se preparara para a guerra, acreditando fielmente que seria socorrido no último momento, tanto pela Inglaterra, quanto pela França, potência com quem selou o tratado de paz de 1850 que lhe reconhecia a jurisdição dos rios interiores.⁴⁵⁸ Paulino também fazia essa leitura, aproveitando para criticar o suposto americanismo "vil" de Rosas.⁴⁵⁹ A confiança dos aliados numa vitória sobre Buenos Aires era tamanha que Greenfell chegou a solicitar a Honório a desmobilização de alguns navios, para que pudessem retornar a Corte e a economizar gastos.

⁴⁵⁷ Confidencial de Paulino a Honório. 30/12/1851. IN. AHI/AME, v. 272-1-3.

⁴⁵⁸ SOUZA. *Op. cit.*, p. 81.

⁴⁵⁹ "Chamo muito especialmente a atenção de V.Exa. sobre a conversação de Rosas com Southern. Rosas põe-se debaixo da protecção dos ingleses, e renega da maneira a mais vil todas as suas doutrinas de Americanismo. Essa conversação revela seu plano e esperanças. Pôr-se na defensiva, ganhar tempo, causar e desmoralisar os adversários, aproveitar os elementos turbulentos que contem o Estado Oriental, e pô-las em fermentação até que Lord Palmerson lhe acuda. Faça V.Exa. ver tudo isso a Urquiza, a Herrera, ao Presidente Soares, á todos á quem convier, e mesmo á alguns Blancos rasoaveis". Confidencial de Paulino a Honório. 30/12/1851. IN. AHI/AME, v. 272-1-3.

Na visão abrangente do plenipotenciário brasileiro, se Rosas já era quase uma carta fora do baralho, a evolução para um cenário político hostil no Uruguai recomendava a presença ostensiva das forças militares do Império. Em sua resposta a Greenfell, onde negava o pedido do almirante, Honório explicava-lhe que a ascensão dos blancos na Assembleia poderia colocar em xeque a execução dos tratados de 12 de outubro. Se isso ocorresse, seria conveniente que o Brasil empregasse "algumas demonstrações de força" contra o Uruguai, "poupando" o rompimento de nova guerra.⁴⁶⁰ Com experiência adquirida na supressão de insurreições provinciais, assim funcionava a lógica saquarema de Honório, sempre referendada por seu correligionário Paulino. Este, em resposta ao seu enviado, ratificou o plano de uso da força, caso necessário, para que o Império não seja "ludibriado":

Faça ver que o Governo Imperial não está disposto á ser ludibriado por meia dúzia de trapalhões falladores e ambiciosos, e que em ultimo caso lançará mão de medidas extremas, e que collocado na alternativa de ver triumphar Rosas com o auxilio dos Ingleses e pela anarquia no Estado Oriental, ou de entender-se com Rosas pela mediação da Inglaterra, preferirá o ultimo meio. Finalmente que no caso de realizar-se o pretendido plano dos Blancos, regeitados os Tratados, occupará o Arapehy, e exigirá pela sua esquadra o pagamento das sommas devidas e a indenisação dos prejuízos causados aos Brasileiros no tempo de Oribe.⁴⁶¹

No final de janeiro, o Honório irritara-se com Herrera, que não lhe prevenia que a data da reunião da nova Assembleia de maioria *blanca* havia sido marcada já para 15 de janeiro. O maior receio do futuro marquês de Paraná era que, antes mesmo de Rosas cair, subisse ao poder no Uruguai um governo hostil à aliança e que entrasse em sintonia com os desígnios de Buenos Aires, o que faria o cenário platino praticamente retroceder *status quo ante*. Valendo-se também de sua formação jurídica "coimbrã", Honório apresentaria a Herrera a posição do Império de que a pacificação da Banda Oriental, objeto do Convênio de 29 de maio, não poderia ser concluída enquanto a guerra do outro lado do Prata fosse concluída, uma vez que Rosas declarara guerra aos aliados. Nesse contexto, a convocação para a abertura da Assembleia violaria os artigos 14 e 15 do tratado e, portanto, deveria ser adiada. Na primeira semana de fevereiro, Honório alertava a Corte do perigo que se avistava:

⁴⁶⁰ "Diz-se e com algum fundamento que o partido Blanco contesta a validade dos Tratados que o Império celebrou ha pouco com este Estado, e que seus representantes, que creio em maioria, pretendem assim deliberar na Assembléa Geral, Se este facto se der, terei de requisitar á V.Exa. e ao Conde de Caxias o emprego de algumas demonstrações de força, á fim de compellil-as á reconhecer os sobreditos pactos, poupando-nos e ao seu Paiz um rompimento de guerra". Ofício reservado de Honório a Greenfell. 12/01/1852. IN. AHI/AME, v. 272-1-1.

⁴⁶¹ Confidencial de Paulino a Honório. 10/01/1852. IN. AHI/AME, v. 272-1-3.

Essa reunião [da Assembleia] devia operar imediatamente uma mudança total no atual Governo, porquanto ao Presidente do Senado cabia a substituição legal do Presidente da Republica, cuja eleição deveria realizar-se no dia 1º de março, se a não quizessem fazer imediatamente, segundo uma opinião que já appareceu nea imprensa d'esta Cidade. Esta mudança total, favorável ao partido Blanco, podia tornar-se funesta á alliança, se tuvesse lugar antes de estar decidida a causa que se pleitea contra Rosas.

Attribuem-se, como V.Exa. sabe, aos blancos o projecto de se declararem neutros e em paz com todo o mundo, de chamarem o contingente oriental fornecido ao General Urquiza, e dissolverem assim a alliança, coadjuvando a Rosas.

Com quanto eu nutrisse a esperança de se realizarem successos importantes contra Rosas n'este mez e o mais tardar no mez seguinte, todavia, admittindo externalidades que, ou retardassem esses bons successos, ou mesmo os realisassem em favor do tyranno de Buenos-Ayres, julgava imprudente consentir que n'esse intervalo de expectativa se surgisse nesta Republica um Governo hostil á alliança.⁴⁶²

A análise de Honório foi referendada por Paulino, que ressaltou ainda que o Uruguai também não havia ratificado o Convênio de 29 de maio e, mesmo assim, seguia seus dispositivos. Para o chanceler, portanto, o plenipotenciário brasileiro deveria fazer de tudo para adiar a Assembleia e fazer cumprir os tratados de outubro, assegurando ainda que se "Urquiza se declarasse no mesmo sentido seria muito bom, considerando também o Convenio de 21 de Novembro perfeito e obligatorio independentemente da aprovação da Assembléa".⁴⁶³ Honório tratou de arranjar conferências frequentes não só com Herrera, mas também com Giró e parte da liderança blanca, como o deputado Azevedo. Este, em uma das conversas, assegurou-lhe que a futura Assembleia não seria hostil à aliança, nem ligada a Rosas. Por outro lado, quanto à questão dos tratados de 12 de outubro, Honório teve de ouvir que seria inviável ao Uruguai cumprir com suas disposições antes de ratificá-los no Parlamento, como determinava a Constituição de 1830. Além disso, segundo Azevedo, seria "desonroso" ao país aprová-los sem algumas modificações, principalmente no acordo de limites. Paulino, inclusive, já alertara Honório de que Lamas havia recebido ordens do governo oriental para renegociar as fronteiras, mas deliberadamente se recusava a cumpri-las,

⁴⁶² Ofício reservado de Honório a Paulino. 03/02/1852. IN. AHI/AME, v. 272-1-1.

⁴⁶³ "Como V.Exa. diz "é necessário empregar decisivamente a influencia dos Poderes aliado, por que essa influencia correria o risco de ser lograda se se formulasse sem energia e decisão. Nunca reconhecemos a necessidade da ratificação dos tratados pela Assembléa. He preciso faser sentir á esses Senhores, que os consideramos perfeitos e obligatorios, e que os faremos executar. Se Urquiza se declarasse no mesmo sentido seria muito bom, considerando também o Convenio de 21 de Novembro perfeito e obligatorio independentemente da aprovação da Assembléa". Confidencial de Paulino a Honório. 12/01/1852. IN. AHI/AME, v. 272-1-3.

em sintonia com o Império.⁴⁶⁴ Mais grave de tudo, entretanto, era a opinião do deputado blanco de que o povo oriental tinha esperanças de volta à normalidade exatamente com a abertura da Assembleia, e que seu adiamento provocaria uma "guerra civil", onde os orientais encurralariam os brasileiros na campanha. Com seu temperamento notoriamente enérgico, Honório replicou:

Observei-lhe que muitos proprietários deste paiz tratavão de povoar suas fazendas, e outros de consertar e reparar seus prédios arruinados pela guerra; que todos esses, todo o commercio, estavão desejosos da paz; que achando-se este Estado tão devastado, a guerra não poderia durar longo tempo, posto que eu não duvidasse que houvessem desgraçadamente homens habilitados á servir de devastação, para os quaes era incommoda a paz. Disse-lhe que nutria a esperança de que elles que aspirão a viver sob um Governo regular e constitucional não fomentarião as paixões d'esses indivíduos bárbaros e ignorantes (...)⁴⁶⁵

Todo o esforço brasileiro pelo adiamento indefinido da Assembleia, no entanto, foi em vão. No mesmo dia em que Honório relatava a Paulino sua conversa com os *blancos*, as tropas de Rosas eram derrotadas com relativa facilidade na batalha de Monte Caseros, em 3 de fevereiro de 1852 – da qual participaram cerca de três mil brasileiros. As primeiras informações que Honório recebera era de que havia mais de quatro mil mortos e que o destino de Rosas era incerto.⁴⁶⁶ Contudo, por volta do dia 5 de fevereiro, já se tinha a noção do que realmente acontecia: Rosas fugira disfarçado para o exílio em Londres junto com sua filha, vestida de homem, a bordo do vapor inglês *Centaur*. No campo de batalha, 400 mortos do lado dos aliados, e 1,2mil por parte das tropas argentinas.⁴⁶⁷ Ao todo, pouco mais de 50 mil participavam das hostilidades, com leve maioria para as tropas argentinas.⁴⁶⁸

⁴⁶⁴ "Lamas teve ordem para exigir modificações no Tratado de limites. Disse-me logo que não a cumpriria e representara, mas que me pediria algumas explicações, alias sem alcance, e que contudo entendia fazer em muito á bem". Confidencial de Paulino a Honório. 07/02/1852. IN. AHI/AME, v. 272-1-3.

⁴⁶⁵ Ofício reservado de Honório a Paulino. 03/02/1852. IN. AHI/AME, v. 272-1-1.

⁴⁶⁶ "Esta manhã entrou neste porto o vapor *Manuelita Rosas* embandeirado, e posto que poucas cartas e passageiros trouxesse, pois sahio sem papeis, com tudo sabe-se que hontem teve lugar uma batalha na qual foi derrotada toda a força de Rosas, ficando em campo quatro mil mortos! Não se sabe ainda o que é feito de Rosas, uns o dão por prisioneiro, outros por morto, outros por ferido. O objecto, porem, d'este não é relatar este successo, e sim declarar á V.Exa. que conto que Grenfell mandará aqui algum vapor para trazer noticia dos successos occorridos, e que estou deliberado á partir immediatamente para Buenos-Ayres, á fim de tratar com o General Urquiza sobre as causas d'este Estado; e ver se posso persuadir-o á tomarmos medidas decisivas. Pretendo voltar immediatamente que com elle tenha conseguido e accordado em alguma cousa. Qualquer que seja o resultado da minha conferencia com Urquiza, creio que obtido este triumpho, em máxima parte devido ao Brasil, não devemos receiar das maquinações dos Blancos, que se tornarão impotentes se com firmeza fizermos saber nossas boas intenções e direitos". Ofício reservado de Honório a Paulino. 04/02/1852. IN. AHI/AME, v. 272-1-1.

⁴⁶⁷ Ofício reservado de Honório a Paulino. 05/02/1852. IN. AHI/AME, v. 272-1-1.

⁴⁶⁸ SOUZA. *Op.cit.*, p. 96.

5.4 Honório vai a Buenos Aires e se desentende com Urquiza

Logo no dia 5 de fevereiro, Honório pegou o vapor *Paraense* e correu para Buenos Aires, onde pretendia ter conferências com Urquiza e acertar as relações entre a Confederação e o Império, além de lhe solicitar ajuda para que o Uruguai cumprisse os tratados de 12 de outubro – seu objetivo mais importante. Contudo, houve um mal presságio ainda na partida, quando a embarcação do plenipotenciário encalhou no meio de Prata. Com esse contratempo, Honório teve que mudar para o vapor *Uruguayo* e só chegou a Buenos Aires no dia 8.

Neste momento, segundo ofício reservado a Paulino, o brasileiro presencia os horrores do pós-guerra. Cadáveres de opositores de Rosas fuzilados ao longo da estrada que vai a Palermo, corpos dependurados em árvores – inclusive de alguns que desertaram do exército de Urquiza, refugiados e centenas de feridos.⁴⁶⁹ Nas primeiras conversas com o governador entrerriano, Honório vai direto ao ponto e lhe solicita, para o bem da aliança de 29 de maio, que a Confederação ajude o Brasil, pressionando o Uruguai a cumprir com os tratados de 12 de outubro. Revelou ao argentino vitorioso que um governo blanco e hostil ao Império estava prestes de se formar na Banda Oriental, nas eleições presidenciais de 1º de março. Caso se confirmasse, na opinião de Honório, o Brasil seria o único aliado que não teria ganhos desde o começo da intervenção no Prata, pois o Uruguai se livrara de Oribe e se reunificara, ao passo que Urquiza se beneficiava da expulsão de Rosas da Confederação Argentina. E mesmo quando o Brasil sustentava o cumprimento dos tratados de 12 de outubro, na visão do encarregado imperial, "não era senão pelo desejo de manter a paz e as boas relações com os seus vizinhos; por quanto não tinha n'elles estipulado em seu favor privilégios alguns".⁴⁷⁰

⁴⁶⁹ Ofício reservado de Honório a Paulino. 04/03/1852. IN. AHI/AME, v. 272-1-1.

⁴⁷⁰ "Recapitulando, observei-lhe que a aliança de 29 de maio tinha produzido os melhores resultados para os Poderes aliados, com exceção do Brazil; que o Estado Oriental se tinha livrado da dominação de Oribe e da apreensão que lhe fazia o exercito de Rosas, e que a Confederação Argentina, também da tyrannia do mesmo Rosas, se achava habilitada para obter a organização nacional que desejara, por isso que elle Urquiza estava a sua frente com um Exercito victorioso, e era de esperar cumprisse com sua palavra, dando-lhe essa organização como lhe havia promettido. Que o Brasil, tendo recebido aggravos e offensas de Oribe e Rosas, qui o fizerão contrahir á aliança de 29 de Maio do anno passado, hoje, se lhe não fossem reconhecidos os Tratados de 12 de Outubro, se acharia nas mesmas circunstancias em que se achava n'aquella data; por quanto estaria por decidir todas as suas questões e teria de discutl-as com o mesmo partido hostil que sérvio á D. Manuel Oribe e que era cúmplice de todos os aggravos que havíamos recebido. Que, se o Brasil sustentava esses Tratados, não era senão pelo desejo de manter a paz e as boas relações com os seus vizinhos; por quanto não tinha n'elles estipulado em seu favor privilégios alguns. Que no de limites se havia contentado com aquillo mesmo que possuía há 50 annos, com exceção das duas insignificantes meias legoas de terra nas bocas do Cebolaty e Taquary, e que nossa moderação chegou ao ponto de não exigirmos indenização pelos prejuízos que nos obrigarão a emprender a guerra (...)". *Ibidem*.

Foi exatamente neste momento que ocorreu a discussão que sintetiza perfeitamente todo o pensamento saquarema de manutenção da Ordem e difusão da Civilização. Ao ouvir as reclamações de Honório, Urquiza rebateu com uma afirmação que inflamou-lhe os ânimos. Segundo o governador entrerriano, o "Brasil tinha conseguido muito com a victoria, porque tinha segurado a Coroa na cabeça do seu Imperador, que bamboleava". O plenipotenciário, que desde a Regência era conhecido por seu temperamento "enérgico", retrucou-lhe bruscamente:

Como? Lhe respondi eu. Pois na guerra que empreendemos tratava-se da Coroa do Imperador? E elle pareceo affirmal-o, dizendo que Rosas pretendia revolucionar o Brasil, que estava em relações com muita gente da opposição, e que á elle mesmo Urquiza tinham sido feitas por vezes aberturas de Brasileiros que querião mudar a forma do Governo, que devíamos estar em cautela etc.

Respondi que na guerra que fizemos contra Rosas não tratávamos de segurar a Coroa do Imperador; que a questão que se ventilava era a de independência do Estado Oriental, que Rosas queria absorver, era a reparação de violências, roubos e assassinatos, a negativa de satisfações devidas por taes attentados, e as exigências extravagantes com que Rosas nos pretendeo humilhar. Que ainda quando não encontrássemos aliados, teríamos aceitado a luta que se nos lançava, que a luta poderia ser longa e dispendiosa; mas que se fossemos infelizes em uma batalha, nem por isso perderíamos a coragem, que daríamos muitas outras; e que, se em todas fossemos infelizes, nem por isso se mudaria a forma de Governo do Brasil, que quando muito se annullaria a independência do Estado Oriental, e perderíamos mais ou menos território da Província do Rio Grande, porquanto á Capital do Império não podião chegar os cavalos.⁴⁷¹

Depois de atuar por quase 20 anos na supressão de revoltas provinciais e a favor da construção de um Estado imperial forte e centralizado, ouvir um desaforo "leviano" de um argentino que, na sua visão, mal conhecia os negócios do Império, seria uma ofensa direta e pessoal a Honório e ao próprio D. Pedro II. Toda a imagem autopropagada do excepcionalismo, de um Estado fiel representante da civilização europeia nas Américas, era posto em questão com aquela frase, sinal de que a ideologia saquarema estava longe de ser comungada por seus vizinhos.

A resposta do brasileiro ainda rendera outras réplicas no mesmo tom de Urquiza, mas, ao final, ambos recompuseram a forma e juraram fidelidade à aliança. As desconfianças contra o governador de EntreRios, já gestadas desde sua concessão unilateral de anistia a

⁴⁷¹ Confidencial de Honório a Paulino. 04/03/1852. IN. AHI/AME, v. 272-1-2.

Oribe, só tendiam a aumentar na Corte fluminense. Ainda assim, o aliado era considerado fundamental para que se assegurem os objetivos tradicionais do Império no Prata: liberdade de navegação dos rios interiores e manutenção das independências do Uruguai e Paraguai. Buenos Aires, Montevideú e Assunção, todos deveriam ser partes no "systema de tratados de 12 de outubro".

Por isso, logo no dia 16 de dezembro, após panos quentes de ambos os lados, Honório entrega um *memorandum* a Urquiza, expondo-lhe a posição imperial de que o Uruguai deveria respeitar os acordos com o Brasil, que a alegação de falta de ratificação pela Assembleia não se sustentava juridicamente e que um eventual governo *blanco* colocaria em xeque a aliança e até a integridade da Confederação Argentina, pois este partido ainda mantinha contatos com rosistas.⁴⁷² Ao fim do documento, a pergunta-síntese: "reconheceis ou não que, em virtude do artigo 21 do Convenio de 29 de maio, o Governo Imperial podia celebrar os Tratados que celebrou com o Governo da Praça de Montevideo?". Assim que tomou notícia do *memorandum*, no Rio de Janeiro, Paulino aprovava a forma como foram redigidos seus termos, principalmente por deixar alertada a ameaça de intervenção do Império, caso não fossem cumprido os tratados. Tudo para que "não nos burlem".⁴⁷³

A clareza e fundamentação jurídica do documento, contudo, não foram suficientes para arrancar de Urquiza um apoio explícito ao Brasil na questão dos tratados. Pelo contrário, em nota a Honório, o chanceler do governador entrerriano, Luis José de la Peña, afirmara em termos vagos que a Confederação Argentina via com bons olhos a "solução pacífica" das controvérsias entre os aliados, mas não prometera nenhum apoio. As "desintelligencias" entre o Império e Urquiza pioram significativamente quando, na recepção diplomática do novo governo argentino, Honório cumprimenta o governador vitorioso e despede-se do aliado, tendo de voltar a Montevideú para acompanhar as eleições. Nesse momento, Urquiza dirige-

⁴⁷² "O partido Blanco tem dado innumeradas provas do seu espírito de malevolência e ódio contra o Império, e tem em tão pouco apreço os sentimentos de gratidão e lealdade, que não se lhe fará injustiça, suppondo-se capaz, ainda na actualidade de renovar suas hostilidades contra o Império, desconhecendo a validade das estipulações contidas nos cinco tratados celebrados em 12 de outubro do anno passado." Memorandum de Honório a Urquiza. 16/03/1852. Ofício reservado de Honório a Paulino. 04/03/1852. IN. AHI/AME, v. 272-1-1.

⁴⁷³ "Foi muito conveniente que V.Exa. fizesse sentir no Memorandum que o Governo Imperial estava, como está, disposto a tomar medidas coercitivas para fazer respeitar os direitos do Império e executar as disposições dos Tratados, e que se essas medidas não fossem sufficientes poderia rebentar a guerra entre o Império, e a Republica Oriental, eventualidade para a qual S.M. o Imperador estava prevenido. Com effeito, muito convém que sem apparencias de ameaça, façamos vêr que estamos resolvidos á obrar com justiça, firmeza e energia, e a não tolerar que nos burlem". Confidencial de Paulino a Honório. 19/03/1852. IN. AHI/AME, v. 272-1-3.

se a Paranhos, secretário particular do plenipotenciário, e repete os mesmos impropérios ditos a ele sobre a coroa "bamboleante" de D. Pedro II. Sem se intimidar com a presença de senhoras no ambiente, e irritado pelas conversas de Urquiza com o coronel *blanco* Lucas Moreno naquela festa, Honório interveio no diálogo e respondeu bruscamente "com energia e, quando era interrompido, erguia a voz e esforçava-me para ser ouvido, como fui":

Disse que nunca tínhamos considerado em perigo a Coroa Imperial. Em prova ponderei que Rosas nem tinha Esquadra, nem bastante força de infantaria e artilharia, disciplinada e aguerrida. Que o teatro de guerra, ainda que o Brasil não tivesse aliados, não podia ser senão o Estado Oriental e o Rio Grande, que tínhamos nas qualidades do nosso Exército boas razões para crer que não seríamos infelizes na luta; mas que dado o caso que o fossemos, dado que perdêssemos muitas batalhas, decidir-se-ia, quando muito, a anulação da independência do Estado Oriental e não a sorte da Coroa Imperial, porque esta estava sustentada na opinião dos Brasileiros. Que os Exércitos de que podia dispor Rosas não chegariam ao coração do Império, porque ali não poderiam chegar os Cavaleiros de que se compunha a sua força.

E quanto á força da opposição do Brasil, que elle apontara como um elemento contrario á existência da Coroa Imperial, disse-lhe que estaria enganado, se pensava que toda essa opposição era Republicana.

Que em verdade existião alguns indivíduos d'essa opinião, mas que a maior parte não era senão descontentes ou ambiciosos, que guerreavam o poder para ganharem posições, e que no momento em que as alcançavam, começavam a disputar com os homens do partido que hoje está no poder sobre quem era mais monarchista.⁴⁷⁴

Sem conseguir apoio explícito de Urquiza para a questão dos tratados, Honório embarcou de volta a Montevideú no vapor Recife, em 24 de fevereiro de 1852. Por conta da baixa vazão do canal portenho, o plenipotenciário só pode chegar de fato a capital oriental na noite do dia 26. Neste mesmo dia, escreve a Luis José de laPeña reclamando de sua estadia em Buenos Aires e da forma como foi tratado por Urquiza, além de este ter recepcionado o *blanco* Lucas Moreno e ter emitido apenas uma resposta vaga quanto ao cumprimento dos acordos de 12 de outubro.⁴⁷⁵ A intenção do brasileiro era justamente insistir por uma resposta

⁴⁷⁴ Confidencial de Honório a Paulino. 04/03/1852. IN. AHI/AME, vol. 272-1-2.

⁴⁷⁵ "O Sr. General Urquiza disse-me, em alto e bom som, que nossas questões com o Estado Oriental se decidirão em paz, mas que era preciso para isso que fossemos moderados, que não ameaçássemos, porque, a haverem ameaças, elle se decidiria pelo mais fraco e á elle se uniria. V.Exa melhor do que ninguém comprehenderá o alcance destas palavras pronounciadas em presença do Coronel Moreno, cuja missão á Palermo eu creio conhecer, posto que d'ella não fosse instruído. (...) Não referirei aqui outros incidentes desagradáveis d'essa conversação; esse basta para que V.Exa. reconheça que a interpretação favorável que eu pudesse ter dado á generalidade da resposta escripta, ficou completamente destruhida. Em taes circunstancias, não é possível contentar-me com essa resposta. Dirijo-me de novo ao Sr. General Urquiza, e de novo rogo á V.Exa. que interponha seus bons officios, para que o Governo Imperial obtenha uma

explícita de apoio e, por isso, quando solicitado, no dia do seu embarque a Montevideú, por novos empréstimos ao governador argentino, Honório não teve dúvidas em aceitar.⁴⁷⁶ Ao ser informado dos desencontros entre seu encarregado e Urquiza, Paulino procurou acalmá-lo, expondo-lhe uma fria e precisa análise – depois confirmada pelos fatos – de que o governador entrerriano ainda sofreria para submeter sua jurisdição a todas as províncias argentinas; por isso, sua fraqueza acabará por empurrá-lo de volta à influência inescapável do Império:

Parece-me muito difficil a conservação dos Governadores que Rosas tinha nas Províncias. A noticia da sua queda vai pôl-as em fermentação, e crear novas complicações. Creio que Urquiza há de recuar como vai recuando, e á medida que recuar a reação contra o systema de Rosas, perpetuado por elle há de ir cobrando forças. E se forem feitas eleições e reunido um Congresso, crescerão as difficuldades. Rosas nunca o quis reunir e bem sabia porque. Quanto a mim, se Urquiza pretender herdar a tyrannia e o systema de Rosas somente poderá provir d’ahi a anarchia e a desordem na Confederação Argentina. Occupado com questões intestinas, falta de recursos, não se há de poder voltar contra nós, e não nos será muito difficil, livres de um poder organizado forte e unido como o de Rosas, tirar de tais circunstancias vantagens reaes para o Império, e consolidar nossa influencia no Estado Oriental.⁴⁷⁷

5.5 A volta ao Uruguai e a coerção para o cumprimento dos tratados

Se Urquiza não preocupava tanto, a maior dor de cabeça para o Brasil era a eleição presidencial no Uruguai. Tendo regressado a Montevideú apenas três dias antes do pleito, Honório teve pouco tempo para tentar influenciar a votação. Ainda assim, por meio da "diplomacia do patacão", concedeu novas remessas de recursos a Herrera, que contava "comprar" quatro votos dos *blancos* e, assim, formar a maioria *colorada*. Vale lembrar que, desde a eleição parlamentar no fim do ano anterior, a Assembleia oriental possuía maioria *blanca*, tanto na Câmara quanto no Senado.

A influência do Império no sufrágio oriental fica explícita na nota confidencial escrita por Honório a Paulino logo depois das eleições. Nela, o encarregado brasileiro relata ainda

declaração clara e positiva, que possa satisfazer ao fim para que é exigida, e corresponda á lealdade com que o Governo Imperial tem satisfeito as obrigações da alliança que contrahio". Offício reservado de Honório a Peña. 26/02/1852. IN. AHI/AME, v. 272-1-1.

⁴⁷⁶ Pelo convênio de 21 de novembro, o Brasil comprometia-se a emprestar 100 mil patações mensais a Urquiza pelos próximos quatro meses, ou até que Rosas fosse deposto. Como o ditador caiu antes do prazo estipulado, o governador entrerriano pedira a Honório que estendesse por mais um mês esse empréstimo. Offício reservado de Honório a Paulino. 04/03/1852. IN. AHI/AME, v. 272-1-1.

⁴⁷⁷ Confidencial de Paulino a Honório. 20/03/1852. IN. AHI/AME, v. 272-1-3.

que havia imposto a condição de que só concederia novos empréstimos se o candidato fosse Florentino Castellanos, e não Herrera, que já desagradara ao Império no passado. Com formação em Direito, advogado e professor de Direito das Gentes, Castellanos viveu em Montevidéu durante o cerco e demonstrava empatia para com o Império. O arranjo entre Honório, Herrera e Castellanos passaria ainda pela figura de José Buschental⁴⁷⁸, o negociante alsaciano que atuava, naquele momento, como especulador da dívida uruguaia com o Brasil e que era próximo a Herrera.

Disserão-me de sua parte que, com 20 ou 25 mil patações, se obterião quatro votos necessários para organizar a maioria. Respondi que daria a quantia exigida, se fosse eleito o Dr. Castellanos, e nada se Herrera fosse o candidato. Isto foi dito á Buschental. (...)

Herrera, com quem depois fallei, nutria toda a esperança de obter a victoria; apresentou primeiramente uma lista com 17 votos certos, e depois chegou a assegurar que tinha os 21 votos necessários para a eleição com 4 votos de blancos comprados.⁴⁷⁹

Apesar dos investimentos, o *blanco* Francisco Giró acabou eleito com quase a unanimidade dos sufrágios do Parlamento – apenas três *colorados* votaram em Castellanos. Segundo a interpretação de Honório, tudo "desvaneece como fumo"⁴⁸⁰, pois a minoria *colorada* acabou cooptada para aderir à política de fusão dos partidos e conciliação nacional do Estado oriental por Giró – ideia que custara caro a Herrera meses antes. Na intenção de acalmar os ânimos do Império, o novo presidente convidou Castellanos para o ministério das Relações Exteriores, o que foi visto com bons olhos por Honório. Ainda assim, em confidencial a Paulino, o plenipotenciário descreve uma conversa tida com Castellanos e o receio com que recebia essa proposta. A ameaça de intervenção do Império permanecia implícita em suas palavras:

No baile que teve lugar no dia 1o do corrente, fallando-me da repetição do convite feito por Giró para entrar no Ministério, e declarando-me que não aceitaria senão no caso de poder formar um Ministério compacto e em que suas opiniões tivesse influencia; eu lhe disse que, se elle podia conseguir a approbação e aceitação dos Tratados, que bom faria em servir ao seo paiz; mas que no caso contrário lhe aconselhava que não entrasse para o Ministério, porque eu não desejara estar no caso de brigar com elle.⁴⁸¹

⁴⁷⁸ Cf. nota 410-

⁴⁷⁹ Confidencial de Honório a Paulino- 04/03/1852, IN. AHI/AME, v. 272-1-2.

⁴⁸⁰ *Ibidem.*

⁴⁸¹ *Ibidem.*

A desconfiança em relação às intenções de Giró fizeram Honório manter o conde de Caxias sob alerta, arquitetando um plano de coação onde as tropas brasileiras estacionadas em Colônia do Sacramento –cerca de 1,5 mil homens – seriam remanejadas pelo território oriental. Enquanto crescia a apreensão com o novo governo, eis que Urquiza envia nova resposta a Honório, desenvolvendo melhor sua posição sobre os tratados, que permanecia dúbia. Segundo o governador argentino, o artigo 21 do Convênio prescrevia que, assim que Oribe fosse afastado, os aliados deveriam concluir acordos com o novo governo oriental conjuntamente, o que não ocorrera. Além do mais, o Brasil apressou-se a selar tratados com apenas uma facção do povo oriental, não respeitando a constituição de 1830.⁴⁸² Menos de duas semanas depois, Honório responde-lhe argumentando que este artigo dava a possibilidade aos aliados de convencionar com o governo oriental antes ou depois das eleições, e que de nenhuma forma esses tratados deveriam ser elaborados conjuntamente. Além disso, os acordos demonstravam a "generosidade" da iniciativa do Império de sair de sua neutralidade.⁴⁸³

Para finalizar, Urquiza expressara o desejo de enviar como seu plenipotenciário à Corte ninguém menos do que Tomás Guido, o mesmo que representou Rosas ao longo dos anos 1840 e irritara sucessivos chanceleres com suas notas intempestivas. A reação de Paulino a esta notícia foi instantânea:

Vem para cá o Guido? Não acha V.Exa. imprópria a nomeação de um homem que não tem convicções, que escreve que procurava subornar a nossa imprensa e altos funcionários, e que há de vir servir

⁴⁸² "Los Gobiernos aliados, despues de la separación del mando del General Oribe, no pueden considerar personalidad alguna en los partidos políticos que existieron, ó puedan existir. Su deber es respetar las determinaciones del Pueblo Oriental, toda vez que ellas sean conformes á sus próprias leyes constitucionales, y no perjudiquen á los Gobiernos aliados, como és evidente que no pueden perjudicar siempre que sean tomadas en conformidad com los principios que la Constitucion establece. (...) El infrascripto há debido suponer que los tratados entre el Gobierno Imperial y el Oriental no son de esse gênero, puesto que ninguno de los Gobiernos contratantes há dado el menor conocimiento oficial á los de Entre-Rios y Corrientes, para que jusguen lo que em sus estipulaciones pueda afectar á lá alianza, ó sé ellos están em el caso de las que expresa el articlo 21 citado". Oficio de Urquiza a Honório. Oficio reservado de Honório a Paulino. 09/03/1852. IN. AHI/AME, vl. 272-1-1.

⁴⁸³ "E uma das razões que levarão o Governo Imperial a fazer essa opção foi mostrar desde logo, e pelo modo o mais solenne, á Nação Oriental, aos Governos Alliados e á todas as Potencias Estrangeiras quanto estão justas e generosas as vistas com que sahira da neutralidade que até então se havia proscrito e se decidira á intervir á bem da pacificação da Republica Oriental. (...)O artigo 21 do Convenio de 29 de Maio dá expressamente á cada Alliado o direito de tratar em separado com o Governo Oriental então existente ou com aquelle que se elegesse depois da pacificação da Republica, sobre todos os ajustes necessarios ás suas boas relações. Portanto, esse juízo commum que ora reclama S. Exa. Sr. Governador e Capitão General da Província de Entre-Rios, como condição á que se devia sujeitar o Império para que os Estados alliados de Entre-Rios e Corrientes pudessem reconhecer a validade dos Tratados de 12 de Outubro, e os auxílios não tem fundamento algum no Convenio de 29 de Maio". Oficio de Honório a Peña. Oficio reservado de Honório a Paulino. 25/03/1852. IN. AHI/AME, v. 272-1-1.

aqui a Urquiza, e só a Urquiza, como serviu a Rosas? Um Presidente do partido de Oribe em Montevideo, e Guido como Ministro Argentino nesta Corte é em verdade um espetáculo curioso. Se V.Exa. pensa assim, não julga conveniente dar alguns passos indirectamente para tal nomeação não tenha lugar, e de modo que não pareça opposição da parte do Governo do Brasil e dos seus Agentes?⁴⁸⁴

Honório pensava assim também, mas como o Império não podia legalmente não reconhecer o direito soberano de nomeação de Urquiza, o plenipotenciário brasileiro teve de desenvolver uma criativa tese jurídica que obstasse a chegada de Guido de volta a Corte. Por esta, o Brasil questionava a competência do governador entrerriano enviar ao Rio de Janeiro um representante de todas as províncias, uma vez que ainda não havia novo pacto federal entre as unidades argentinas sob o novo governo de Urquiza. Implícita na posição brasileira estava a réplica à postura vaga e dúbia de Urquiza quanto aos tratados de 12 de outubro.

Em fins de março, portanto, o Império vivia seu pior momento no Prata, tendo de lidar com um governo *blanco* e hesitante no cumprimento dos tratados e outro governo argentino que buscava alçar voos independentistas em relação ao Brasil. As suspeitas contra Giró confirmar-se-iam no dia 23 daquele mês, quando Castellanos envia nota a Honório comunicando-lhe que o Estado oriental não reconheceria a validade dos tratados. Em verdade, o que desejava o novo governo era renegociar os termos dos acordos, reequilibrando a paridade de armas e reduzindo os encargos ao Uruguai.

La nueva era en que acaba de entrar la Republica és un estímulo que hace sentir con más vehemencia la necesidad de esos pactos entre Gobiernos unidos por la necesidad y por intereses. El arreglo definitivo de los límites, de la navegación, de los ríos, las relaciones comerciales entre ambos países, la extradición de criminosos e esclavos son objetos de un interés tan vital para esta Republica, que el Gobierno Oriental se gozaria en haber satisfecho una de sus más bellas esperanzas, cooperando por su parte en una misma negociación que, llevando tan preciosas exigencias, obtuviese la sanción del Cuerpo Legislativo.⁴⁸⁵

Não é preciso relatar o quanto a nota irritara Honório, que nutria esperanças de que Castellanos asseguraria o cumprimento dos tratados. Tanto ele quanto Paulino já imaginavam que o caminho mais provável era o Uruguai tentar renegociar os termos dos acordos, em vez de simplesmente negá-los o reconhecimento. Por isso, antecipando-se a esse cenário, o

⁴⁸⁴ Confidencial de Paulino a Honório. 22/03/1852. IN. AHI/AME, v. 272-1-3.

⁴⁸⁵ Ofício de Castellanos a Honório. 23/03/1852. Ofício reservado de Honório a Paulino. 24/03/1852. IN. AHI/AME, v. 272-1-1.

chanceler saquarema já informava ao seu encarregado no Prata que o Brasil só aceitaria duas concessões que diziam respeito ao tratado de limites: desistir da posse das duas léguas e meia de terras nas bocas dos rios Cebollaty e Taquary, além de uma permissão restrita de navegação na Lagoa Mirim. Quanto aos demais tratados, nenhum passo a menos.⁴⁸⁶

E assim fez Honório. Em repetitivas conferências com Giró e Castellanos, o plenipotenciário brasileiro não aceitava qualquer proposta que não tivesse por base o reconhecimento dos tratados de 12 de outubro. Mais ainda, Honório deixava explícito seu "plano de coerção", elaborado com os comandantes das forças brasileiras na Banda Oriental. Em uma reunião de Honório com Caxias, Grenfell e Silva Pontes, todos concordaram que o Exército ficaria de prontidão na divisa de 1819 entre o Império e o Uruguai.

O raciocínio era o de que, já que os orientais haviam rompido com os tratados de 12 de outubro, o Brasil ocuparia esses territórios que haviam sido cedidos aos uruguaios nesses acordos. Além disso, seria exigido o pagamento de todos os empréstimos feitos desde 1850, com referidos juros, somado ao pagamento de quatro milhões de patações de indenização por prejuízos causados a brasileiros em "virtude de depredações, roubos, desapropriações e outros actos violentos praticados por D. Manuel Oribe". Como demonstração de "generosidade" e boa vontade, Honório fazia questão de expor a Castellanos e Giró que não se mencionariam ainda outros prejuízos causados por Oribe e Rivera a brasileiros:

Pretendo mais declarar que, se dentro de 30 dias o Governo Oriental não se tiver entendido com o Governo Imperial para fazer effectivo o pagamento das sommas exigidas, ou não tiver dado uma garantia satisfatória d'esse pagamento, o Governo Imperial dará ordem para ser occupada uma parte do território Oriental contigua á fronteira de 1819, que pareça sufficiente para assegurar os pagamentos pedidos; e que, se essa occupação da fronteira de 1819 for perturbada por qualquer tentativa do Governo Oriental, tendente a exercer no território occupado jurisdição ou actos de soberania, o Governo Imperial, considerando-se agredido, repelirá a força com a força.⁴⁸⁷

⁴⁸⁶ "Para facilitar o arranjo d'esse negocio V.Exa. poderá assegura ao Presidente Giró e ao Sr. Castelhanos, que approvada uma Lei ou Resolução semelhante [de reconhecimento dos tratados], e abertas aqui nesta Corte as competentes negociações, o Governo Imperial não duvidará admittir a retrocessão das 2 meias léguas de terra cedidas nas bocas do Sebollaty e Tacuary. Quanto a navegação da Lagoa Merim, não duvidará o Governo Imperial, por meio de uma Convenção separada, permittil-a aos barcos Orientaes, debaixo de certas condições e Regulamentos fiscaes e policiaes. Como a Lagoa Merim não está no mesmo caso do Uruguay e seus confluentes, parece preferível conceder a sua navegação por uma Convenção especial". Confidencial de Paulino a Honório. 19/03/1852. IN. AHI/AME, v. 272-1-1.

⁴⁸⁷ Ofício reservado de Honório a Paulino. 24/03/1852. IN. AHI/AME, v. 272-1-1.

Na demora da resposta oficial do governo oriental, Honório autorizara Caxias a por em marcha seu "plano coercitivo", ocupando as linhas de 1819 em 5 de abril de 1852. Nas instruções ao futuro duque, o plenipotenciário não hesitou em autorizá-lo a empregar "toda a força, se for preciso", caso algum uruguaio resista à imposição da jurisdição brasileira sobre o território oriental.⁴⁸⁸ Nesse mesmo dia, do Rio de Janeiro, Paulino escrevia a Honório comunicando-lhe também que o Império estaria disposto a elevar a até 25% o imposto de importação sobre o gado uruguaio que ingressasse no Brasil pela fronteira com o Rio Grande do Sul – pelos tratados de 12 de outubro, essa importação estava isenta de qualquer tributo.⁴⁸⁹ O plano foi posto em prática: o ex-comandante farroupilha David Canabarro ocupara matinha-se sobre a linha do Arapeí – portanto, mais à frente do território oriental do que as linhas de 1819 –, enquanto Caxias acampava com suas tropas a 30 léguas de Montevidéu.

No auge da tensão, chega a Montevidéu Irineu Evangelista de Souza, maior credor individual da dívida soberana uruguaia pelos tratados de 12 de outubro. Em face da ameaça de não cumprir os acordos, era obviamente natural que o futuro visconde de Mauá auxiliasse Honório em sua missão de obrigar o governo oriental a cumprir com a palavra. Também era total o envolvimento de Irineu com o projeto saquarema de manutenção da Ordem e difusão da Civilização. Vendo as tropas brasileiras marcharem pela Banda Oriental, renunciando o pior, Mauá escreve ao seu colega, Andrés Lamas, clamando que ele voltasse ao Prata para assumir o comando da nação em um novo governo pós-Giró, que seria derrubado pelos colorados com a ajuda do Império:

Parece-me que V.Exa. faria o maior serviço ao seu país em aproveitar o primeiro vapor que para cá vier para organizar um novo ministério que terá de governar depois da queda dos blancos. Honório concorda que V.Exa. é o único homem que tem atualmente o seu país que possa talvez reger os seus destinos; e em tais circunstâncias V.Exa. que tantos e tão extraordinários esforços tem feito pela causa desta República não hesitará em vir assumir a posição que lhe compete. Se V.Exa. o fizer demorar-me-ei o tempo que V.Exa. quiser para coadjuvar com todo o zelo e lealdade em arranjar a questão

⁴⁸⁸ "Effectuada a occupação, V.Exa. não deve consentir que n'aquelle território o Governo Oriental exerça qualquer acto de soberania ou jurisdição, empregando para esse fim a força, si for preciso. Deverá expelir d'elle os Orientais cuja permanência lhe pareça prejudicial (...) Se o Governo Oriental não ceder á essa primeira medida de coerção, provavelmente terá V.Exa. de fazer occupar algum território alem da fronteira do Araphehy que julgue mais conveniente para tornar a coerção mais eficaz, e para garantia da indemnização que serão exigidas, pelos prejuízos que o Império e seus súbditos soffrerão durante a dominação de Oribe e em épocas anteriores, e pelas despezas que fizemos com a nossa intervenção e que custar aquella occupação". Ofício de Honório ao conde de Caxias. 05/04/1852. Ofício reservado de Honório a Paulino. IN. AHI/AME, v. 272-1-1.

⁴⁸⁹ Confidencial de Paulino a Honório. 05/04/1852. IN. AHI/AME, v. 272-1-3.

financeira que me parece também susceptível de arranjo amigável, pronto e satisfatório para o país e para os credores, havendo boa fé e franca inteligência de parte a parte.⁴⁹⁰

Lamas não aceitou o convite, talvez porque já soubesse das intenções de renegociação dos tratados por Giró. Além disso, o próprio Paulino enviaria instruções a Honório dias antes rogando para que ele influenciasse o presidente uruguaio para manter Lamas no Rio de Janeiro, evitando o risco de que um novo encarregado *blanco* o substituisse.⁴⁹¹

Apesar das negociações nos bastidores, somente quase um mês depois é que o governo oriental envia sua proposta de renegociação dos tratados. Quanto à indicação de Irineu de haver um suposto plano de golpe *colorado* contra o governo *blanco*, na correspondência de Honório a Caxias, pedindo que suspendesse o plano de coerção enquanto se renegociavam os tratados, o plenipotenciário brasileiro ratifica a informação do negociante e banqueiro brasileiro e afirma ainda que, pessoalmente, preferiria a derrubada de Giró a novas conversas com os uruguaios. É o que expõe, ao comentar as prováveis alterações no tratado de limites.

São estas as únicas alterações; alterações que eu teria feito no mez de Março, se isso somente quizesse o Governo Oriental. Não se acomodarão com essa concessão quando procedíamos amigavelmente; cederão á ameaça e á pressao da imminencia de uma revolução de Colorados que teria lugar amanhã, 14, se o negocio não ficasse arranjado e convenido, como ficou no dia 12. (...) Eu estava com tão boas disposições para o movimento projectado pelos Colorados, que quase senti que se fizesse o arranjo. Se o negocio fosse meo e não do Governo, não admittiria mais composição.⁴⁹²

Ainda na esperança de obter maiores concessões, Giró e Castellanos propõem modificações em todos os acordos. No tratado de limites, propõem que as linhas voltem às estipuladas na Convenção de 1828. No de aliança, que sejam suprimidos os artigos que

⁴⁹⁰ Carta de Irineu Evangelista de Souza a Andrés Lamas, 21/04/1852. IN. BESOUCHET, Lúcia. *Correspondência política de Mauá no rio da Prata (1850-1885)*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.p. 40.

⁴⁹¹ "Combinei com o Lamas o emprego de alguns meios para que não seja daqui retirado. O principal é conseguir de Peña que quando passar por Montevideo exija isso do Governo Oriental. Combinei com o mesmo Lamas escrever-lhe a carta junta por copia, que elle mandará por copia á Peña.Essa carta é escripta na suposição de que ficarão ahi desembarcados os Tratados, e que as negociações que recrescerem serão transferidas para aqui. Ainda que esta ultima hypothese se não dê por tratar V.Exa. ahi, convêm-nos que Lamas fique aqui, principalmente vindo Peña homem fraco, e sobre o qual elle tem influencia. Em todo o caso nos há de ser mais favorável do que algum Blanco que dahi mandem para o substituir. Está claro que não devemos mostrar maior empenho em que Lamas fique, mas se V.Exa. por si, pelos Srs. Dr. Paranhos e Rodrigo Pontes puder influir para que continue aqui, será muito conveniente". Confidencial de Paulino a Honório, 19/04/1852. IN. AHI/AME, vol. 272-1-3

⁴⁹² Offício de Honório a Caxias. 13/05/1852. Offício reservado de Honório a Paulino. 18/05/1852. IN. AHI/AME, v. 272-1-1.

obrigam o Uruguai a anistiar os envolvidos nos conflitos– indenizando proprietários brasileiros –, além daquele que o obriga a coadjuvar com o Paraguai e a Confederação Argentina para a formação de uma aliança e defesa da independência do Paraguai. No de subsídios, pediam a supressão da parte que determinava que o Uruguai não poderia mais contrair dívida alguma, até que pagasse a sua com o Império, além do dispositivo que o obrigava a apresentar relatórios anuais de orçamento. No de comercio, o governo oriental pretendia estender a todos os portos do Uruguai a isenção de tarifa de importação de que goza o charque uruguaio na fronteira com o Rio Grande do Sul e garantir a liberdade de navegação na Lagoa Mirim. Por fim, no de extradição, o Uruguai não queria se obrigar a devolver escravos fugidos ao Rio Grande do Sul, argumentando que o Estado oriental abolira a escravidão havia quase uma década.

Em dura resposta, Honório concorda parcialmente com o pedido de limites, nos termos já apresentados por Paulino. Essa seria a única concessão do diplomata saquarema. Ele não concorda em abolir a anistia, pois ela garantia a propriedade na campanha e protegia os brasileiros. Também não concorda em suprimir o artigo sobre a manutenção da independência do Paraguai, pois haveria cláusulas semelhantes nos convênios de 29 de maio e 21 de novembro, ainda que não explicitamente. No de subsídios, não concorda com nenhuma alteração, pois não procedia a alegação de que o Uruguai já teria pagado a maior parte das suas dívidas. No de comércio, não concordava com a extensão da isenção de tarifa de importação do charque uruguaio a todos os portos orientais, pois isso seria contra a reciprocidade. Quanto à liberdade de navegação, a aplicação rigorosa do *uti possidetis* incluía a Lagoa Mirim integralmente no território brasileiro, e, portanto, não concordava com o pleito uruguaio. Quanto à sugestão de extinguir a obrigação de devolver escravos fugidos, “a supressão do Artigo 6º equivaleria á declarar abolida a escravidão na Província do Rio Grande”.⁴⁹³

A essa altura, Urquiza envia Peña como plenipotenciário no Uruguai e no Brasil, no lugar de Tomás Guido. Para a alteração, talvez tenha pesado a necessidade de financiamento dos patações do Império, uma vez que o governador entrerriano enfrentava dificuldades em alcançar um novo pacto federal em que Buenos Aires concordasse em se igualar às demais províncias. Ao chegar a Montevideú no final de abril, Peña finalmente declara apoio ao Brasil no pleito dos tratados. Confiante em si mesmo, Paulino escreve a Honório, então,

⁴⁹³ Ofício reservado de Honório a Paulino.05/05/1852. IN. AHI/AME, v. 272-1-1.

descrevendo friamente como seu encarregado deveria apresentar ao governo oriental os termos da renegociação dos tratados dali para frente:

Tradusirei o meo despacho de 5 de abril do seguinte modo:

Não quereis os Tratados, que declarais inválidos, por que não forão ratificados legamente, e quereis substituil-os por outros? Pois bem fiquem invalidados e vamos negociar.

Mas para não sermos burlados queremos segurar-nos. Invalidados os Tratados, invalidadas ficão as estipulações relativas ao modo de pagamento das quantias que nós emprestamos. Pagai-as portanto com brevidade e quando não occupamos território nosso para segurança da divida.

Pagai-nos mais as indennisações pelas violências e extorsões de Oribe. Senão occuparemos mais território nosso.

E vamos negociar assim.⁴⁹⁴

Giró bem que resistiu por alguns dias, provocando a ira de Honório, que acusava os orientais de provocarem hostilidades contra as tropas imperiais na campanha. Ainda na primeira semana de maio, Honório elabora um novo *memorandum* a Castellanos apontando três condições para uma solução pacífica: que o governo reconheça que os tratados de 12 de Outubro são válidos e exequíveis, “visto estarem ratificados por ambos os Governos, e se achar o deste Estado, quando os celebrou e ratificou, na posse de uma dictadura necessária para a salvação do Paiz”; executar e dar publicidade imediatamente aos artigos dos tratados, criando inclusive uma comissão para calcular os limites na fronteira; por fim, dar plena garantia ao Império de que a Assembléa aprovará os tratados até o seguinte dia 17.

Satisfeitos os trez pontos acima indicados, o Ministro Brasileiro, por um novo Tratado, que terá por fundamento o desejo que tem S.M. o Imperador de facilitar ao Governo Oriental os meios de cumprir as obrigações que contrahio pelos Tratados de 12 de Outubro, removendo os preconceitos que se suscitarão contra o Tratado de limites, desistirá: 1º, da concessão das duas meias legoas de terra feita nas margens do Cebollaty e do Taquary; 2º, rectificará a linha do Chuy, reduzindo-a ao verdadeiro *uti possidetis*, pelo modo já indicado. Por outra parte, o Governo Oriental se obrigará a pagar: 1º, todos os vencimentos extraordinários de Campanha, dados ao Exercito Imperial durante os meses de Abril e Maio em que elle permaneceu nesta Republica, em consequência da deliberação impolitica e injusta de negar a exiquibilidade dos Tratados; 2º, reconhecerá também em principio a obrigação de pagar aos residentes e proprietários Brasileiros os danos causados por D. Manuel Oribe e seus Agentes, conforme a liquidação que opportunamente se houver de fazer; 3º, fará executar o contrato de fornecimento de armamentos e munições celebrado com o cidadão brasileiro Irineu Evangelista de Sousa, ou

⁴⁹⁴ Confidencial de Paulino a Honório. 05/05/1852. IN. AHI/AME, v. 272-1-3.

pelo menos lhe garantirá, para seu pagamento, a continuação da percepção da quota de direitos da Alfandega, que o Governo precedente lhe havia assignado.⁴⁹⁵

As exigências do Império continuavam pesadas, principalmente quanto ao dispêndio cobrado em favor dos súditos brasileiros em território oriental. Numa última conferência entre Honório, Castellanos e Peña, o enviado argentino assegurou, diante do uruguaio, que o governo de Urquiza ajudaria militarmente a causa brasileira, caso os tratados não fossem reconhecidos. Era o ultimato. Certificado da garantia de Peña, Honório oferece as concessões de limites e desiste momentaneamente de exigir indenizações a brasileiros e o pagamento de soldos ao exercito imperial.

Três dias depois, Castelhanos envia nota a Honório dizendo que o Governo Oriental consideraria os tratados como “fato consumado”, cuja execução interessava ao mesmo Governo, como continuação da sua política constitucional.⁴⁹⁶ A princípio, na visão do plenipotenciário brasileiro, não "erão precisamente esses os termos em que eu exigia se me fizesse a comunicação, porem, apresentando-se-me em borrão essa redacção, aceitei-a porque continha essencialmente o mesmo pensamento".⁴⁹⁷ Depois da ameaça, coação, movimentação de tropas e concessões restritas, eis que surte efeito a diplomacia saquarema. O projeto do novo tratado de limites foi rascunho já na manhã seguinte e, no dia 15 de maio, a Assembleia oriental ratificava todos os acordos de 12 de outubro.

Cumprindo fielmente seu objetivo, Honório apresenta suas recredenciais de despedida ao presidente *blanco* Juan Francisco Giró e deixa o Uruguai na primeira semana de junho, na pressa para poder ainda chegar a tempo para participar dos trabalhos iniciais da sessão legislativa no Senado, que se abria no mês anterior. Enquanto o futuro marquês de Paraná fazia suas malas, no dia 4 de junho, Paulino comparece à Câmara para, enfim, explicar, sem rodeios e segredos, toda a sua política externa para o Prata, incluindo a missão de Honório. Em uma longa exposição, respondendo a críticas de intervencionismo por parte do deputado liberal Sousa Franco, de Minas Gerais, Paulino defende a posição do gabinete postulando a tese de que o Brasil hesitou, mas salvou o Uruguai da anarquia, após a insistência dos próprios uruguaiois – nesse argumento, Paulino não fazia distinção entre *colorados* e *blancos*. Segundo ele, para poder ajudar militar e financeiramente a praça de Montevideú, o Império

⁴⁹⁵ Ofício reservado de Honório a Paulino. 18/05/1852. IN. AHI/AME, v. 272-1-1.

⁴⁹⁶ Ofício de Castellanos a Honório. 13/05/1852. *Ibidem*.

⁴⁹⁷ *Ibidem*.

deveria selar tratados bilaterais com o governo legalmente reconhecido, tratados que teriam sido pedidos pelo próprio representante oriental no Rio de Janeiro, Andrés Lamas. A gravidade da situação teria impellido Paulino a dar aval para o acordo, ainda que a Assembleia oriental não estivesse em funcionamento naquele momento. Essa era a sua defesa jurídica contra os argumentos de que os tratados seriam nulos:

Senhores, durante os últimos anos do assédio da praça de Montevidéu não havia ali Assembleia Legislativa. A Câmara sabe que a Assembleia Legislativa do Estado Oriental, eleita ntes do sítio da praça, terminou o seu mandato; não era possível eleger-se outra. A campanha, que dava quase sempre toda a representação do Estado Oriental, estava em poder de Oribe; não podia haver eleições. A representação da praça de Montevidéu era muito limitada, constituía uma minoria pequena.

O estado dessa praça, a necessidade de salvação eram então a suprema lei: homens que a todo momento estavam na véspera de terem o pescoço cortado no dia seguinte não se podiam entreter nem curar de teorias constitucionais. [Apoiados.] Nós reconhecíamos como legal o governo da praça. Para que este se pudesse salvar era-lhe indispensável socorro externo, e para haver socorro externo era preciso tratar. A lei da mais imperiosa necessidade, portanto, legitimava todos os atos que houvesse de praticar para a salvação da República.⁴⁹⁸

Sousa Franco tenta interromper o discurso de Paulino, acusando os tratados de serem "filhos da coação", inclusive militar. Neste momento, ignorando os episódios envolvendo o conde de Caxias no Uruguai, Paulino responde simplesmente que as tropas imperiais estavam de retirada e não haviam sido empregadas para tal propósito. Diante do plenário lotado, o chanceler saquarema blefava:

Como poderíamos exercer essa coação? De que meio nos serviríamos? Certamente do Exército que tínhamos no Estado Oriental. Todavia essas questões ainda estavam pendentes, e o Exército retirava-se do Estado Oriental e estava em marcha para a nossa fronteira. Retirávamos os meios de exercer a coação! Confronte as datas, e verá que é exato o que digo. Onde está aqui a coação? Como pois asseverou o nobre deputado por Minas Gerais que os tratados eram nulos, bem como a última declaração do governo oriental, pelo emprego da coação?⁴⁹⁹

O blefe misturava-se com distorções do que realmente havia acontecido. Ao argumentar que a parceria com Urquiza era prova do caráter pacífico e cooperativo do Império, que estaria em perfeita sintonia com seus aliados, Paulino alegava que o governador entrerriano havia dado apoio imediato e incondicional ao pleito brasileiro em favor do cumprimento dos tratados. Obviamente o episódio da discussão entre Honório e o presidente argentino não

⁴⁹⁸ CARVALHO, José Murilo de. (org. e intro.) *Visconde do Uruguai*. *Op.cit.*, p. 606.

⁴⁹⁹*Ibidem*, p. 612.

havia sido mencionado. Em uma Câmara de ampla maioria saquarema, Paulino parte para a conclusão de sua palestra declarando que, se a intervenção do Império não foi pacífica, foi porque "inúmeras outras" missões ao Prata de tom menos belicoso não teriam tido o resultado esperado, aproveitando para criticar o projeto liberal da missão de Abrantes à Europa.

Senhores, se as lições da história, se os fatos que se passam nos nossos dias e diante dos nossos olhos não nos servirem para nos regularmos em casos semelhantes, não sei que utilidade prática poderá trazer a história. Ignora os resultados que tiveram as repetidas intervenções pacíficas da França e da Inglaterra? Que resultado teve essa intervenção que disseram ter sido provocada pela missão do sr. visconde de Abrantes? O general Rosas zombou de todas elas. Foram todas completamente burladas.⁵⁰⁰

Conforme registrado nos Anais da Câmara, Paulino concluiu sua fala aos gritos de "Muito bem! Muito bem!" e foi "cumprimentado por grande número de deputados.

⁵⁰⁰ *Ibidem*, p. 615.

Conclusões

Conforme se tentou demonstrar, a imposição forçada das obrigações convencionais ao Uruguai não fora motivada apenas por cálculos simples de exercício de um poder. Por trás de todas as ações havia, mesmo, um senso de superioridade do Império, de seus agentes e suas instituições sobre os povos da "raça hespanhola" e suas "republiquetas". É a este senso que chamamos de "excepcionalismo brasileiro", o discurso que justificava e legitimizava todas as ações descritas acima. O ideal saquarema, construído e consolidado ao longo das décadas de 1830 e 1840, pela primeira vez produzia efeitos sobre povos para além das fronteiras brasileiras, no movimento de "expansão para fora" que nada mais era do que a continuação do movimento de "expansão para dentro", de que fala Ilmar Mattos. O modelo saquarema de instituições estatais deveria ser exportado para o Prata, expandindo, assim, a influência da Corte do Rio de Janeiro sobre outras "províncias rebeldes". Para além dos objetivos geopolíticos de política externa, a manipulação nas eleições orientais, a tentativa de adiamento da Assembleia blanca e a coação militar também podem ser compreendidos como o resultado da "expansão para fora" do Estado saquarema.

Com um Brasil forte, centralizado e ancorado na civilização monárquica europeia, a classe senhorial escravista do Vale do Paraíba também deixaria suas marcas na diplomacia, para além da já amplamente estudada negociação para o fim do tráfico de escravos. Em um de seus últimos atos como plenipotenciário no Uruguai, Honório escreve a Paulino recomendando que senhores de escravos no Rio Grande do Sul não conduzissem voluntariamente seus cativos para suas estâncias na Banda Oriental, pois o tratado de extradição arrancado do governo oriental não previa a devolução de africanos vindos com o consentimento de seus proprietários. A solução encontrada por Honório, segundo sugestão do próprio Castellanos, seria alforriá-los e sujeitá-los a uma "servidão por dívidas" em território uruguaio, cujo preço a se pagar seria a própria liberdade. A recomendação, por sua frieza e simbolismo, vale a exposição na íntegra, revelando com clareza a base africana em que se assentava a civilização monárquica europeia nos trópicos.

O facto á que alludo é o de terem navios estancieiros Brasileiros condusido voluntariamente seus escravos para este Estado, a fim de os coadjuvar nos trabalhos de suas estancias. Creio que esses Brasileiros se enganão sobre o alcance do Tratado de extradição, e se achão em erro pensando talvez achar apoio nas disposições do referido tratado.

Esse erro lhes será nocivo; por quanto o artigo 6º do mencionado Tratado não permite a devolução de escravos condusidos

voluntariamente por seus senhores para o território desta Republica. O principio da devolução é reconhecido a respeito dos escravos pertencentes a súbditos Brasileiros que, contra a vontade de seus senhores, vieram por qual quer maneira para o território desta Republica.

E, pois, aquelles que voluntariamente conduzirem para aqui seus escravos, não só os não poderão reclamar, se elles fugirem das estâncias situadas no território da Republica, como ficão sujeitos a que a Policia e os Commandantes Militares fação sobre esses escravos applicação das Leis da Republica, libertando-os e tirando-os do poder de seus senhores, e applicando-os ao serviço militar.

Estou persuadido de que a falta de peões que coadjuvem aos Estancieros em seus trabalhos, e o serviço militar que pesa sobre os peões do paiz tem conduzido alguns súbditos Brasileiros a praticarem esse abuso, que erradamente entendem poder ser apoiado no Tratado de extradição.

Para evitar, pois, os prejuízos que lhes devem resultar da pratica referida, julgo conveniente que o Governo Imperial, por intermédio do Presidente da Província do Rio Grande, faça chegar ao conhecimento dos súbditos Brasileiros estabelecidos no território deste Estado, que semelhante pratica é contraria ao referido Tratado e, consequentemente, que aquelles que voluntariamente conduzirem seus escravos ao território desta Republica ficão sujeitos a perdê-los, visto que nenhum direito há para os reclamar.

Os Residentes Brasileiros que aqui não puderem achar trabalhadores e peões livres, que se empreguem no serviço de suas estâncias, os devem trazer do Império; e quanto lhes seja impossível ali encontrá-los e queirão trazer seus escravos, devem, antes de sahir do território do Império, forrá-los por quantia determinada, fazendo com esses libertos contractos em que elles se reconheçam devedores da quantia em que for avaliada a liberdade, declarando ter recebido essa quantia, e estarem junto com os patroes a pagarem em serviços pessoais por tantos annos e a razão de tanto cada anno; e devam obrigar-se a não abandonarem o serviço dos patroes durante o prazo convencionado, ficando sujeitos, no caso de abandono do serviço, á restituição immediata da quantia correspondente ao tempo que faltar, ao juro d'essa quantia contado desde a data do contracto, e a mais uma multa determinada.

Se os que forem engajados com contractos desta ordem trouxerem títulos de cidadãos Brasileiros estarão isentos de serviço militar, e seus contractos serão sustentados pelas autoridades do paiz, conforme asseguram o Ministro Castelhanos, aquém conversei a semelhante respeito.⁵⁰¹

⁵⁰¹ Ofício reservado de Honório a Paulino.25/05/1852. IN. AHI/AME, v. 272-1-1.

Conclusões Finais

Nestas conclusões finais, cabe sublinhar novamente que o objeto de pesquisa desta dissertação não foi propriamente o desenvolvimento da missão de Honório Hermeto Carneiro Leão ou a própria política externa do Império para o Prata. A primeira foi minuciosamente explorada— embora com inclinações claras e evidentes — pelo historiador José Antônio Soares de Sousa por ocasião do centenário da expedição do expoente saquarema ao Uruguai e a Argentina, ainda valendo-se da tradicional história política *événementiel*. Já a segunda, de modo geral, é um dos temas mais estudados por toda a historiografia do Segundo Reinado, muito em razão dos efeitos danosos da Guerra do Paraguai para a sustentação do Império. De modo algum, portanto, buscou-se trazer fatos desconhecidos ou novas fontes primárias a lume.

Antes, esta dissertação procurou contribuir com uma nova interpretação para um dos temas mais analisados do Oitocentos. Uma nova interpretação lastreada em um novo conceito: o excepcionalismo brasileiro. Se são notórias as ações do Império para o Prata, pouco se sabe sobre o discurso civilizatório instrumentalizado por estadistas e comerciantes para justificar as intervenções, desde os primeiros expansionismos do príncipe regente D. João até o poderoso gabinete saquarema. Se esse discurso não se assemelha à doutrina do Destino Manifesto estado-unidense ou do "fardo branco" do poeta britânico Rudyard Kipling quanto à força de suas palavras e à difusão entre os diferentes atores da sociedade, isso não significa, necessariamente, que países da "periferia", como o Brasil, não possam ter tido, também, seus capítulos de expansionismo civilizatório na História nacional, para tomar emprestado o conceito da teoria estruturalista cepalina. Em verdade, historiadores brasileiros acostumaram-se a apontar imperialismos da Europa, enquanto negligenciam as ações intervencionistas praticadas pelo próprio país em um determinado recorte cronológico.

É inegável que o excepcionalismo brasileiro nasce da circunstância fática do pós-1810: um Estado monárquico forte e centralizado, em meio a um processo turbulento e sangrento de dissolução dos vice-reinados da América hispânica em pequenas repúblicas, que mais refletiam a distribuição geopolítica das elites mercantis criolas pela América Latina do que preferências políticas de toda a sociedade colonial. À medida que esse contraste circunstancial

consolida dois modelos opostos e desequilibra a correlação material de força militar, surgem as primeiras narrativas que se inserem também no quadro de construção dos Estados nacionais e exaltação da nacionalidade. Conforme demonstrado por trabalhos como o de João Honório Rodrigues, Demétrio Magnoli e Bernardo Ricupero, enquanto o nacionalismo hispânico partia da tábula rasa da História, em busca do novo, o que chamamos de excepcionalismo brasileiro era diametralmente oposto, amparando-se no antigo Estado monárquico português. Era como se a nova Coroa brasileira apenas resgatasse a grandiosa nação que já existia na América lusa.

A Monarquia ligava-se à Europa, e o Brasil ligava-se ao Velho Continente por herança dinástica, como legítimo representante da civilização europeia nos trópicos. Ser monarquia, portanto, era a base do excepcionalismo, a fonte da força nacional. Foi com esse discurso que o ainda projeto de império luso-brasileiro tratou de anexar a Banda Oriental na década de 1810, envolvida nas disputas relativas ao processo de independência do Vice-Reinado do Prata. Em face do perigo "anárquico" representado por Artigas, a elite oriental reunida no cabildo de Montevideú "escolhe" aderir à jurisdição da Corte fluminense, vista como a única capaz de proporcionar paz e estabilidade ao mal fadado território platino. Não decorrem cinco anos para ficar evidente que este discurso não tinha amparo social entre peões e o grosso da população camponesa livre da Banda Oriental e, muito menos, entre os comerciantes portenhos do outro lado do Prata. Resultado: o Uruguai torna-se independente em 1828, causando a primeira ferida ao excepcionalismo.

O desastre da Guerra Cisplatina contribui para a queda do primeiro imperador brasileiro, que decide lutar pela sustentação da Coroa portuguesa. Em verdade, os primeiros e confusos anos da Regência demonstram o quanto o simbolismo monárquico representava a fundamental força centrípeta que agregava as diferentes localidades em torno de uma só elite política, residente do Rio de Janeiro. Monarquia trazia a Ordem, necessária para conter os primeiros sinais de "haitianismo" entre a população escrava da antiga América portuguesa. Enquanto diferentes grupos políticos disputavam projetos divergentes de Estado na Corte e nas províncias, o Brasil naturalmente carecia de uma política externa coesa para com seus vizinhos. Ao passo que o excepcionalismo brasileiro submergia, os próprios conflitos do Prata atravessavam as fronteiras meridionais e se confundiam com os interesses das elites rio-grandenses, a famosa "correia de transmissão" de que fala Gabriela Ferreira.

Esse cenário de caos alimentou o que a pena de Justiniano José da Rocha chamou de "Reação Monárquica", empreendida pelo emergente grupo de cafeicultores escravistas

fluminenses, aliados aos bachareis de Coimbra e comerciantes interessados na Ordem. O Regresso saquarema devolve ao país o projeto de Estado imperial que já havia sido desenhado pela Constituição de 1824: centralização do poder como forma de manutenção da Ordem e difusão da Civilização. Este era o lema de Bernardo Pereira de Vasconcelos, Paulino José Soares de Sousa, Joaquim José Rodrigues Torres, Honório Hermeto Carneiro Leão, Miguel Calmon du Pin e Almeida, dentre outros. Começa o *tempo saquarema* de Ilmar Rohloff de Mattos.

De uma a uma, as revoltas provinciais foram sufocadas. A mais grave delas, a Revolução Farroupilha, prestou o serviço de lembrar aos estadistas encastelados no Rio de Janeiro que o Brasil precisava de nova política externa urgentemente, a fim de evitar que as turbulências platinas novamente desestabilizassem o Império. Naquele momento, o Uruguai vivia uma estática guerra civil, com o cerco a Montevideú, enquanto o governador portenho Juan Manuel de Rosas tentava reconstituir o território do antigo Vice-Reinado do Prata sob o mando de Buenos Aires. Se ele alcançasse tal objetivo, as elites mercantis da Bolívia, Paraguai e Uruguai perderiam a liberdade do trato e da navegação pelos rios interiores. Pior ainda seria para o Brasil, que teria cortada sua ligação fluvial com Mato Grosso e acumularia enormes perdas comerciais.

A experiência dos estadistas conservadores adquirida na repressão às revoltas regenciais – o "laboratório saquarema" – seria de enorme valia para a nova ocasião. Garantida a Ordem interna, a Ordem monárquica, era a hora de difundir a Civilização pelo Prata. Ressurge o excepcionalismo brasileiro, em bases semelhantes às dos tempos de D. João e D. Pedro I. Uma vez resolvida a questão do tráfico ilegal de escravos com a Inglaterra, fator que desestabilizava e enfraquecia o poder de ação externa do Império, era a vez de impor nova ordem no contexto meridional. Assim como antigas províncias rebeldes como Pará e Pernambuco curvaram-se à Corte fluminense, Uruguai, Argentina e Paraguai deveriam proceder da mesma forma. O instrumento para tal seria o "systema de tratados" arquitetado por Paulino, baseado nos acordos desiguais de 1851, concluídos entre o Império e a elite colorada de Montevideú. Dada a assimetria dos artigos, alguma contestação e reação seriam esperadas pelo gabinete saquarema de 1849.

Nesse contexto, o "enérgico" Honório Hermeto é enviado ao Uruguai em missão cujo objetivo principal era coagir o Uruguai a cumprir os tratados. Como metas subsequentes, o senador por Minas Gerais deveria atrair a Argentina de Urquiza e o Paraguai de Carlos López

para o "systema de tratados". Em tempos de alta dos preços do café e de volumosas rendas disponíveis em razão da dissolução do tráfico, "patações" foram abertamente instrumentalizados pela diplomacia saquarema. Abonado pelo discurso civilizatório do excepcionalismo, Honório ajudou colorados a comprarem deputados blancos na Assembleia oriental, financiou a guerra particular de Urquiza contra Rosas, instigou López a abrir o mercado paraguaio. Se não funcionasse, as tropas de Conde de Caxias estavam ali perto para ratificar os designios do Império. Tudo em nome da Civilização do excepcionalismo saquarema.

Apesar de todas essas ações intervencionistas, as narrativas que floresciam nos jornais e obras épicas editadas pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro expunham o Brasil como o gigante pacífico e condescendente, retirado de seu berço esplêndido apenas porque seus vizinhos turbulentos não sabiam se comportar e clamavam por uma imposição da Ordem. Foi assim na luta contra Artigas e na anexação da Banda Oriental em 1821, foi novamente assim na missão de Honório Hermeto, responsável por garantir a eficácia da invasão ao Uruguai e da guerra contra Rosas.

O excepcionalismo brasileiro, portanto, tem a marca da Ordem e Civilização saquarema, umbilicalmente atrelado ao simbolismo monárquico. E engana-se quem pensa que esse discurso pertence apenas às páginas da História. No dia oito de julho de 2017, em sua página oficial no Facebook intitulada "Pró-Monarquia", os nostálgicos herdeiros da Casa Real brasileira postaram um texto onde advogavam pela compatibilidade entre a instituição monárquica e o continente americano. Em determinado momento, diz o panfleto digital:

Assim sendo, dizer que o regime monárquico é incompatível com o solo americano é uma grande falácia! Afinal, não experimentou o Brasil 67 anos de estabilidade, progresso e prestígio internacional durante o Império, enquanto a América Latina ia se dividindo em uma verdadeira colcha de retalhos, formada por republiquetas governadas por tiranetes e caudilhos e guerreando entre si?

Parafrazeando Ilmar de Mattos, ainda há saquaremas entre nós.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES:

1- Manuscritos:

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Arquivo Histórico do Itamaraty. *Missão especial de Honório Hermeto ao Rio da Prata*.

2- Impressos:

ABRANTES, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Marquês de. *A missão dspecial do Visconde de Abrantes de outubro de 1844 a outubro de 1846*. Rio de Janeiro: Emp. Typ. Dous de Dezembro de P. de Brito, 1853. T. I.

BRASIL. Annaes da Assembleia Geral do Imperio. Rio de Janeiro: Typographia Laemmert, 1831/1852.

_____. Annaes do Senado do Imperio. Rio de Janeiro: Typographia Laemmert, 1831/1852.

_____. Atas do Conselho de Estado, v. III-IV, 1842-1859.

_____. Leis, decretos, etc. Colleção das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1831/1852.

_____. *O Conselho de Estado e a política externa do Império*: consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros (1849-1853). Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 1981.

_____. *Relatórios da Repartição da Justiça*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1835/1852.

_____. *Relatórios da Repartição do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1835/1852.

_____. *Relatórios da Repartição de Negócios Estrangeiros*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1835/1852.

_____. *Relatórios da Província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1835/1842.

_____. *Relatório da Província de São Paulo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1842.

COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense, ou, Armazém literário*. (1808-1822). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. Diversos volumes.

DUMAS, Alexandre. *Montevideo ou Une nouvelle Troie*. Montreal: Le Joueux Roger, 2013.

GUIMARÃES, F. Pinheiro. *A revolução oriental e a brochura do Sr. Heitor Varella*: coleção de cartas dirigidas à redacção do Jornal do Comércio. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858.

PARANHOS, José Maria da Silva. *Cartas ao amigo ausente*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2008. (Coleção Afrânio Peixoto; n. 81).

TITARA, Ladislau dos Santos. *Memórias do Grande Exército Aliado Libertador do Sul*. Rio Grande do Sul: Typographia de B. Berlink, 1852.

BIBLIOGRAFIA:

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações internacionais e política externa do Brasil: a diplomacia brasileira no contexto da globalização*. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BADIE, Bertrand. MILANI, Carlos S. R. (trad). *O diplomata e o intruso: a entrada das sociedades na arena internacional*. Salvador: EDUFBA, 2009.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata*. 3.ed. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

BARMAN, Roderick J. *Brazil: The forging of a Nation, 1798-1852*. Stanford: Stanford University, 1988.

BARRIO, César de Oliveira Lima. *O intervencionismo do Império brasileiro no Rio da Prata: da ação contra Rosas e Oribe à Tríplice Aliança*. Tese (Doutoramento em História) – Brasília: Departamento de História, UnB, 2011. 289p.

BESOUCHET, Lúcia. *Correspondência política de Mauá no rio da Prata (1850-1885)*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.

BESSONE, Tânia Maria; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal (Org.). *Elites, fronteiras e cultura do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina: da independência a 1870*. 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

_____. O Brasil e a ideia de ‘América Latina’ em perspectiva histórica. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, jul-dez/2009.

BOXER, Charles. *O império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales: a revolução francesa da historiografia (1929-1989)*. São Paulo: Unesp, 2010.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. (org. e intro.) *Diogo Antonio Feijó*. São Paulo: Editora 34. 1999.

CALÓGERAS, João Pandiá. *A política exterior do Império: da regência à queda de Rosas*. Brasília: Senado Federal, 1998. v. III.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 15.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2014.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: teatro de sombras*. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____ (org.). *História do Brasil Nação: a construção nacional (1830-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

_____ (org. e intro.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____ (org. e intro.). *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002.

CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mário. (orgs.). *História do Cone Sul*. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

CHIARAMONTE, José Carlos. El federalismo argentino en la primeira mitad del siglo XIX. In: CARMAGNANI, Marcello (org.). *Federalismos latinoamericanos: México, Brasil, Argentina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história sobre a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *O Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 2 e 3.

FERREIRA, Fábio. *O general Lecor, os Voluntários Reais e os conflitos pela independência do Brasil na Cisplatina (1822-1824)*. Tese (Doutoramento em História) – Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2012. 258p.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

FIGUEIREDO, Luciano R. A. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais (1640-1761)*. Tese (Doutoramento) – São Paulo: USP, Departamento de História, 1996.

FILHO, Synesio Sampaio Goes. *Navegantes, bandeirantes e diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GOYCOCHÊA, Fernando Castilhos. *Fronteiras e fronteiros*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1943.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 1 e 2.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da província: A República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata*. Porto Alegre: Linus, 2013.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial*. São Paulo: Alameda, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *O Brasil monárquico:reações e transações*. 9.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, t.2, v.5, p.140-161)

_____. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HÖRNER, Erik. *Em defesa da Constituição: a guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)*. Tese (Doutorado em História) –São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed., 1999.

LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: presente, passado e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2004.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Moderna, 1997.

MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos livres: A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses da construção da unidade política. *Almanack*, n.I, maio de 2005.

_____. *Do Império do Brasil ao Império do Brasil*: estudos em homenagem a Luis Antônio de Oliveira Ramos. São Paulo: USP, Faculdade de Letras, 2004.p. 727-736.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

NEEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order: the conservatives, the State, and the slavery in the Brazilian monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no império do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. *A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846*. Tese (Doutoramento em História) – São Paulo: USP, Departamento de História, 2015.502 p.

PIMENTA, João Paulo G. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: HUCITEC, 2002.

PEREIRA, Aline. *Domínios e império: o Tratado de 1825 e a Guerra na Cisplatina na construção do Estado no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: UFF-PPGH, 2007.

PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia de Sacramento: o extremo-sul da América Portuguesa no século XVIII*. Porto Alegre: Ed. Fabrício Prato, 2002.

_____. *Edge of empire atlantic networks and revolution in Bourbon Río de la Plata*. California: Un. of California Press, 2015.

PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação: ideias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

RÉMOND, René (org.). *Por uma outra história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à história das relações internacionais*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RICUPERO, Rubens. *A diplomacia e a construção do Brasil (1750-2016)*. 1a ed. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

RODRIGUES, José Honório. *História e historiografia*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

_____ ; SEITENFUS, Ricardo A. RODRIGUES, Lêda BOECHAT (org. e expl.). *Uma história diplomática do Brasil(1531-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SABSAY, Fernando. *Protagonistas de América Latina*. Buenos Aires: El Ateneo, 2003.

SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

_____. O Império do Brasil no contexto do século XIX: escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. *Almanack*. Guarulhos, 2012. n.4, 2o.sem.,p.5-45.

_____. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *E o Vale era escravo: vassouras, século XIX: senhoras e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SAMBUCETTI, Susana I. Rato de. *Urquiza y Mauá: el Mercosur del siglo XIX*. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 1999.

SANTOS, Luis Cláudio Villafañe Gomes. *A América do Sul no discurso diplomático brasileiro*. Brasília: Funag, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca dos trópicos*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes tropical: império, monarquia e a Corte Real portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SILVA, Alberto da Costa e (coord.). *História do Brasil nação: crise colonial e independência (1808-1830)*. Rio de Janeiro: Objetiva; Madri: Fundación Mapfre, 2011. v.1.

SILVA, José Luiz Werneck da. *As duas faces da moeda: a política externa do Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Universita, 1990.

SEXTON, Jay. *The Monroe Doctrine: empire and nation in nineteenth-century America*. New York: Hill and Wang, 2011.

SOUZA, José Antônio Soares de. *Honório Hermeto no rio da Prata: missão especial de 1851/52*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

VIANNA, Hélio. *História diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

ZABIELA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os tratados de 1851 de comércio e navegação, de extradição e de limites*. Dissertação (Mestrado em História) – Porto Alegre: UFRGS, 2002.

ZIBECHI, Raúl. *Brasil Potência: entre a integração regional e um novo imperialismo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.